MC
MercadoComum
mercadocomum.com
ANO XXVIII

MercadoComum®

PUBLICAÇÃO NACIONAL DE ECONOMIA, FINANÇAS E NEGÓCIOS

BELO HORIZONTE | MG | EDIÇÃO 289 | MAIO DE 2021

ESPECIAL
MC contrata pesquisa de opinião exclusiva para avaliar a situação política, econômica e financeira de Minas e do país
Pág. 33

DEBATE ECONÔMICO
"Des-carga" Tributária brasileira registrou queda em 2020 por causa do Coronavírus
Pág. 76

Os vencedores do 26º Prêmio Top of Mind MercadoComum

Marcas de Sucesso – Minas Gerais – 2021

Pág. 65

ACMinas + Drogaria Araujo

O melhor desconto pra você

A ACMinas em parceria com a Drogaria Araujo apresenta benefícios e vantagens aos associados, colaboradores das empresas e seus dependentes.

Saiba mais sobre as condições para a sua equipe!

acminas.com.br

ACMinas 1901-2021
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE MINAS
DESENVOLVIMENTO COM JUSTIÇA SOCIAL

Minas 300+

MC MercadoComum®
PUBLICAÇÃO NACIONAL DE ECONOMIA, FINANÇAS E NEGÓCIOS

EXPEDIENTE

BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS
ABRIL DE 2021
ANO XXVIII – EDIÇÃO 289

Publicação Nacional de Economia, Finanças e Negócios

Presidente/Editor Geral
Carlos Alberto Teixeira de Oliveira

Diretora de Desenvolvimento
Maria Auxiliadora Gontijo T. de Oliveira

Projeto gráfico/diagramação
Reinaldo Soares

Publicidade e Área Comercial
MinasPart Desenvolvimento Ltda.
Aline Cendon/Carlos Alberto
(31) 3281-6474
cato@mercadocomum.com
revistamc@uol.com.br

MercadoComum* é uma publicação mensal de MinasPart Comunicação, Ltda.
CNPJ 70.954.383/0001-12
Inscrição Estadual: 062.985.126 0079
Inscrição Municipal: 109866001-0

Marca registrada no I.N.P.I. sob o número: 817452753 de 02.08.1993

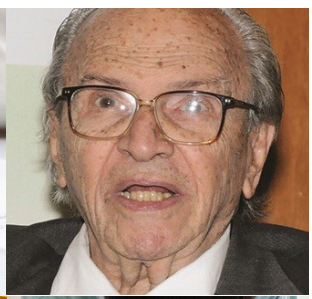
Endereço:
Rua Padre Odorico, 128 – 10º andar
Bairro São Pedro - 30.330-040
Belo Horizonte - MG - Brasil
Telefone: 55-31-3281-6474
Fax: 55-31-3223-1559
revistamc@uol.com.br
www.mercadocomum.com.br

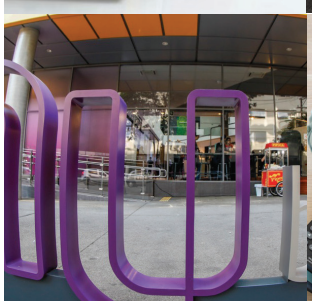
**Os artigos assinados podem não refletir, necessariamente, a opinião dos editores. Proibida a reprodução parcial ou total sem autorização prévia por escrito da direção desta publicação. MercadoComum é uma publicação independente, não associada a qualquer grupo empresarial e não possui filiais/sucursais ou representantes no país e no exterior*

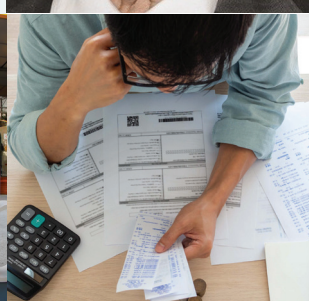
SUMÁRIO

5
Economia com Todas as Letras e Números

72
Destaque: perdemos João Camilo Penna







37
Mundo Empresarial

76
Debate Econômico

111
Opinião

Confira o ponto de vista de grandes nomes do cenário econômico, sobre vários assuntos.

102
Carreiras

103
História

Demora do governo em socorrer empresas pode ampliar desemprego

Banco de horas, negociação sindical para redução de jornada e férias coletivas são alternativas que muitas empresas têm adotado para evitar demissões e encerramento das atividades, enquanto programas como Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEm) de apoio às empresas não são reeditados pelo governo federal. Essas medidas foram criadas no ano passado para ajudar o setor empresarial a enfrentar a retração do mercado e deveriam ter sido anunciadas em março para nova implantação.

No entanto, um impasse em relação à sanção do Orçamento 2021 travou o processo de implantação desses programas e coloca em risco a sobrevivência de muitas empresas, pois sem a aprovação da lei orçamentária não é possível definir de onde sairá o dinheiro para essas iniciativas. "Os empresários estão lutando com as armas que possuem, mas sem qualquer subsídio do governo ou flexibilização da legislação trabalhista, para manter as empresas funcionando. Certamente, essa demora prejudicará a preservação do emprego e a sobrevivência das empresas no mercado", afirmou Fernando Kede, advogado especialista em Direito do Trabalho Empresarial.

MEDIDAS DE SOCORRO ÀS EMPRESAS DEVEM SER ATUALIZADA PARA NÃO PREJUDICAR A PRESERVAÇÃO DO EMPREGO

Medidas como o BEm (Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda), que é uma complementação paga pelo governo a trabalhadores com jornadas e salários reduzidos ou contrato suspenso, e o Pronampe, programa que libera crédito emergencial e de baixo custo a pequenas empresas, têm sido esperadas pelos empresários que veem suas receitas diminuírem com o avanço da pandemia e as restrições impostas para conter a disseminação do vírus. "As empresas estão aguardando ansiosamente pela reedição das medidas adotadas em 2020, principalmente o BEm, que desafoga a folha de pagamento, o maior custo de uma empresa", considerou Kede.

Outras ações também são aguardadas pelo empresariado, como a permissão para antecipação de férias individuais e a ampliação de prazo para o recolhimento do Fundo de Garantia (FGTS). "Tais medidas socorreram as empresas em 2020 no período em que suas atividades ficaram suspensas e ajudaram a preservar emprego e renda. É preciso que sejam novamente reeditadas para dar fôlego aos empresários", diz o especialista. "Sem elas, o resultado será demissões, encerramento das atividades e aumento de demanda na Justiça do Trabalho", completa.

PIB de Minas Gerais em 2020 foi menos pior do que o brasileiro, retraiu 3,9% e somou US$ 125,53 bilhões

Já no acumulado da última década, a economia mineira retraiu 2,37% e registrou desempenho pior do que a média brasileira

O PIB-Produto Interno Bruto de Minas Gerais, considerado o 3ª maior entre os estados brasileiros, vem apresentado desempenho medíocre na maior parte dos anos do século XXI e, em nove deles – (2002, 2003, 2004, 2005, 2010, 2012, 2016 e 2017 e 2020) é que houve registro de desempenho melhor do que a média verificada em relação ao Brasil. Há uma particularidade nos anos em que o crescimento econômico de Minas supera o brasileiro: nesse período constata-se que, em sua maioria, houve uma significativa valorização dos preços das commodities e, em especial, do minério de ferro.

Em 2020, análises preliminares da FJP-Fundação João Pinheiro, divulgadas em março último, revelaram que o PIB de Minas Gerais recuou 3,93% - o que corresponde a uma variação 0,13 pontos percentuais inferior à queda de 4,06% ocorrida na economia nacional.

De 2011 a 2020, a taxa de variação do PIB de Minas Gerais registra uma retração média de 0,22% ao ano e de 2,43% no acumulado do período – contra uma expansão média anual de 0,30% e acumulada de 2,69% do Brasil, respectivamente. Já o desempenho da economia mundial, no mesmo período, alcançou uma média anual de 2,84% de crescimento - acumulando expansão de 32,03%.

Minas Gerais x Brasil x mundo – Taxa anual e acumulada de crescimento do PIB – Produto Interno bruto
R$ Bilhões

Ano	Minas Gerais	Brasil	Mundo
2011	2,48	3,97	4,27
2012	3,33	1,92	3,53
2013	0,47	3,01	3,46
2014	-0,70	0,50	3,56
2015	-4,26	-3,55	3,49
2016	-2,00	-3,28	3,29
2017	1,66	1,33	3,76
2018	1,33	1,78	3,57
2019	-0,54*	1,41	2,76
2020	-3,93*	-4,06	-3,27
Média	- 0,17	0,27	2,73
Acumulada	-2,37	2,30	30,54

*Estimativas da FJP-Fundação João Pinheiro/FMI
Fonte: FMI-World Economic Outlook-abril 2020/IBGE/FJP/MinasPart Desenvolvimento

Dados preliminares apontam que a participação relativa de Minas Gerais no PIB nacional em 2020 deve ter sido de 8,957%.

Em 2020, a Renda Per Capita dos mineiros alcançou US$ 5.851,98 – inferior à registrada em 2008, de US$ 7.663,28.

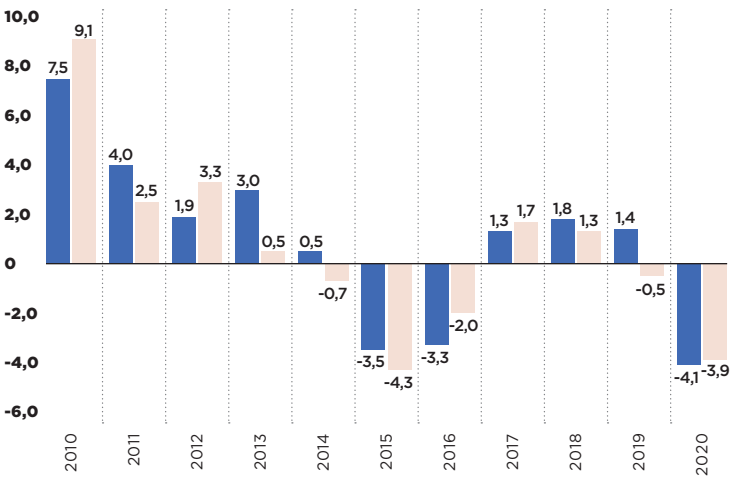
A MinasPart Desenvolvimento estima que, em 2020, o PIB de Minas Gerais totalizou US$ 125,51 bilhões e equivale, atualmente, a quase à metade do valor que prevalecia no início da década de 2011, quando atingiu US$ 240,77 bilhões.

Minas Gerais/Brasil – PIB
US$ Bilhões - 2001/2020*

Ano	Minas Gerais	Brasil	MG/Brasil-%
2011	239.042	2.614.482	9,143
2012	226.302	2.463.549	9,186
2013	225.938	2.468.456	9,153
2014	219.687	2.457.349	8,940
2015	155.584	1.796.168	8,662
2016	156.432	1.800.134	8,690
2017	180.570	2.063.185	8,752
2018	168.224	1.916.213	8,779
2019	161.976*	1.877.335	8,628
2020	125.513*	1.444.167	8,691

Em US$ correntes
Fonte: FJP-IBGE/Banco Central do Brasil/MinasPart Desenvolvimento

Taxa de variação anual do índice de volume do Produto Interno bruto
Em % - Minas Gerais e Brasil - 2010/2020



Fontes: Fundação João Pinheiro (FPJ), Diretoria da Estatística e Informações (Direi), Coord. de Contas Regionais; IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coord. de Contas Regionais.
Nota: Os resultados dos anos de 2019 e 2020 permanecem como preliminares até a divulgação das pesquisas estruturais e incorporação dos seus resultados pelo Sistema de Contas Regionais (SCR).

O TEXTO, APRESENTADO A SEGUIR, É DA FJP – FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO:

"O resultado relativamente positivo no desempenho da economia mineira nos dois últimos trimestres de 2020 foi insuficiente para compensar a perda no produto agregado ocorrida no primeiro e, principalmente, no segundo trimestre do ano. Com isso, o volume do PIB de Minas Gerais reduziu-se 3,9% em 2020, em comparação com 2019, com estimativa anual inicial de totalizar R$ 667,1 bilhões em 2020.

Os resultados foram apresentados pela Fundação João Pinheiro no dia 15 de março, e são parte do informativo Contas Regionais: PIB-MG 4º trimestre de 2020.

No quarto trimestre do ano, houve desaceleração no ritmo de crescimento em relação ao trimestre anterior para 3,2% em Minas Gerais, tendo em vista que isso ocorreu em relação a uma base de comparação mais elevada (o terceiro trimestre), após um recuo muito profundo da atividade econômica em abril, maio e junho.

SETORES

O ano de 2020 foi excepcional para a atividade agropecuária no território mineiro. A expansão de 11,2% em relação a 2019 foi resultado de dois fatores: um aumento substancial nos preços das principais commodities agrícolas ao longo ano e o crescimento da produção agropecuária. No acumulado do ano, a agropecuária foi a única atividade que contabilizou crescimento em Minas Gerais. "Nós esperávamos que a agropecuária tivesse resultado positivo, mas certamente foi muito além dessas expectativas", observa o coordenador de Contas Regionais de Minas Gerais na FJP Raimundo Leal.

"A queda do nível de atividade produtiva em 2020 afetou de maneira mais substancial as atividades terciárias e, particularmente, aquelas que dependem do deslocamento e da movimentação das pessoas", explica.

"Com isso, o agrupamento dos

outros serviços foi o conjunto de atividades econômicas mais afetado pela pandemia em 2020. O volume de VAB desse grupo se retraiu 5,3% em Minas Gerais no acumulado do ano", afirma Leal. As atividades mais afetadas no grupo dos outros serviços foram os serviços prestados às famílias, os serviços domésticos, os serviços de hospedagem e alimentação fora dos domicílios (bares e restaurantes) e as atividades turísticas.

Da mesma forma, o isolamento social resultou na queda de 4,6% no volume de VAB da administração pública em Minas Gerais, principalmente em decorrência da retração ocorrida no volume da saúde pública, causada pela diminuição na quantidade de procedimentos clínicos, cirúrgicos e de finalidade diagnóstica adiados (ou suspensos) em razão da Covid-19 ao longo do ano. A redução nos serviços de transporte de passageiros, sobretudo o aeroviário, foi o principal determinante para a retração do segmento (-2,8%).

No comércio, o volume de VAB retraiu-se 2,4% em Minas Gerais, resultado que pode ser creditado, principalmente, à inflexão no volume de vendas de livros, jornais, revistas e papelarias, de tecidos, vestuário e calçados e de combustíveis, segmentos que, direta ou indiretamente, dependem da circulação de pessoas.

Taxas de variação real (%) do Produto Interno Bruto e do Valor Adicionado das atividades econômicas por diferentes óticas de comparação

Minas Gerais e Brasil - 4º trimestre/2020

AGREGADOS MACROECONÔMICOS	4º Trim.20/ 3º Trim.20 (série com ajuste sazonal)	4º Trim.20/ 4º Trim.19	Acumulada no ano (2)	Anualizada (2)
Minas Gerais				
PIB	**3,2**	**-0,2**	**-3,9**	**-3,9**
VA	**2,7**	**-0,7**	**-4,0**	**-4,0**
Agropecuária	**0,2**	**16,4**	**11,2**	**11,2**
Indústria	**2,6**	**3,9**	**-3,5**	**-3,5**
Ind. Extrativa Mineral	0,9	0,7	-8,4	-8,4
Ind. de Transformação	4,9	8,7	-2,3	-2,3
Construção	2,3	-1,5	-3,1	-3,1
Energia e Saneamento	0,4	-2,0	-1,4	-1,4
Serviços	**3,0**	**-3,0**	**-5,4**	**-5,4**
Comércio	2,3	2,7	-2,4	-2,4
Transportes	1,3	2,1	-2,8	-2,8
Administração Pública	2,0	-3,9	-4,6	-4,6
Outros Serviços (1)	4,4	-3,4	-5,3	-5,3
Brasil				
PIB	**3,2**	**-1,1**	**-4,1**	**-4,1**
VA	**2,8**	**-1,4**	**-3,9**	**-3,9**
Agropecuária	**-0,5**	**-0,4**	**2,0**	**2,0**
Indústria	**1,9**	**1,2**	**-3,5**	**-3,5**
Ind. Extrativa Mineral	-4,7	-6,7	1,3	1,3
Ind. de Transformação	4,9	5,0	-4,3	-4,3
Construção	-0,4	-4,8	-7,0	-7,0
Energia e Saneamento	-1,2	1,5	-0,4	-0,4
Serviços	**2,7**	**-2,2**	**-4,5**	**-4,5**
Comércio	2,7	2,5	-3,1	-3,1
Transportes	6,2	-4,3	-9,2	-9,2
Administração Pública	1,8	-3,8	-4,7	-4,7
Outros Serviços (1)	2,0	-2,7	-4,3	-4,3

Fontes: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi), Coordenação de Contas Regionais; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais. Nota: (1) Outros serviços incluem: serviços de alojamento e alimentação; serviços de informação e comunicação; intermediação financeira, seguros e previdência complementar; atividades profissionais, científicas, técnicas e administrativas; educação e saúde privada; serviços domésticos; artes, cultura, esporte, recreação e outr atividades de serviços; e atividades imobiliárias e aluguéis. (2) A taxa anualizada compara os doze meses completados no trimestre de referência com o mesmo período imediatamente anterior e, portanto, coincide com a ta acumulada no ano na divulgação do 4º Trimestre.

Na indústria, a extrativa mineral foi a atividade com a maior queda no volume de VAB (-8,4%) em Minas Gerais em 2020. "Esse resultado reflete o peso do primeiro trimestre de 2019, com desempenho bem acima do consolidado nos sete trimestres seguintes, na base de comparação para o cálculo da variação no acumulado dos dois anos", observa Leal. A indústria de transformação recuou 2,3% no acumulado do ano, principalmente por causa da retração na produção dos segmentos da cadeia metalomecânica no segundo trimestre do ano, sobretudo de automóveis, produtos de metal e metalurgia.

"O bom resultado da indústria de transformação no 3º trimestre de 2020 se manteve no 4º trimestre. O crescimento foi muito em função da recuperação da indústria têxtil e de calçados, que cresceu 19,8%", explica o pesquisador da FJP Thiago Almeida.

A construção civil registrou decréscimo de 3,1% no volume de VAB na economia estadual, com redução menor do nível de atividade setorial no estado associada à continuidade na realização de obras de infraestrutura ao longo do ano, sobretudo de estradas e rodovias.

A atividade de energia e saneamento apresentou queda de 1,4% no volume de VAB em Minas Gerais no ano de 2020. "Apesar da evolução favorável na geração elétrica, o resultado anual negativo foi ocasionado pela queda no consumo de gás e, principalmente, pela inflexão no consumo de energia elétrica empresarial decorrente das paralisações ocorridas em vista da pandemia", ressalta Almeida."

PIB do agronegócio de Minas Gerais teve saldo positivo em 2020

Alta produtividade do café é um dos componentes da evolução do resultado, aponta estudo divulgado pela Fundação João Pinheiro

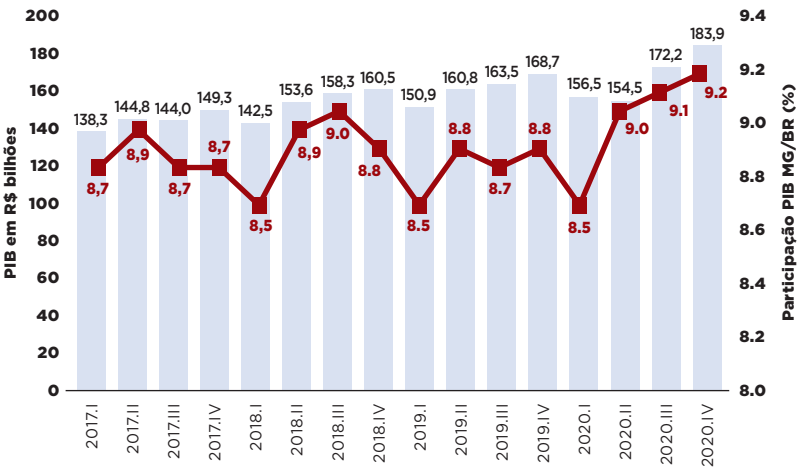
O Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio de Minas Gerais expandiu, em termos agregados, de R$ 115,6 bilhões em 2019 para R$ 150,8 bilhões em 2020. No período, a participação no total do PIB estadual evoluiu de 18,0% para 22,6%. O resultado foi divulgado pela Fundação João Pinheiro (FJP) no dia 22 de abril, e é parte do Informativo FJP – Análise Insumo-Produto e Contas Regionais: PIB do Agronegócio de Minas Gerais.

De acordo com a FJP "o acréscimo nominal de R$ 35,2 bilhões em 2020, R$ 18,4 foram inseridos ao Valor Adicionado Bruto (VAB) a preços básicos do setor primário, que passou de R$ 28,9 bilhões em 2019 para R$ 47,3 bilhões em 2020. Os R$ 16,8 restantes foram adicionados nas indústrias e serviços conectados ao agronegócio, incluindo impostos indiretos aplicados aos produtos dessas atividades. Nesse componente do entorno do agronegócio mineiro, o valor produzido passou de R$ 86,7 bilhões em 2019 para R$ 103,4 bilhões em 2020.

"As principais explicações que encontramos para esse resultado estão relacionadas ao fato de 2020 ter sido um ano de produtividade alta na nossa produção de café, que é um produto importante na nossa pauta e ao fato de que, a partir do 2º trimestre, as economias da China e de alguns países do leste asiático começaram a apresentar um controle bastante avançado da pandemia do coronavírus, com recuperação econômica ocorrida relativamente cedo nesses países", explica o coordenador de Contas Regionais da Diretoria de Estatística e Informações

Evolução do Produto Interno Bruto Trimestral corrente de Minas Gerais e da participação do PIB mineiro no nacional

Em R$ bilhões - 1º trimestre - 4º trimestre/2020



(Direi/FJP), Raimundo Leal. "Com isso, a demanda global dos produtos do setor primário evoluiu de maneira favorável a partir do segundo trimestre do ano passado e no segundo semestre, em particular, e o desempenho dos mercados se manifestou com muita clareza na evolução dos preços internacionais", completa.

O movimento de elevação dos preços dos produtos agrícolas em 2020 esteve relacionado à oferta mundial menor de algumas culturas e à maior demanda de compradores como a China, o que resultou no aumento das cotações das principais commodities em moeda estrangeira e na redução da oferta interna em razão do aumento no volume exportado.

"Quando avaliadas em moeda estrangeira, as principais commodities agrícolas tiveram uma evolução muito favorável em 2020. E se não bastasse isso, o ano passado também foi um período em que a moeda brasileira depreciou em relação ao dólar e às demais moedas estrangeiras. Portanto, o faturamento em moeda local da produção do agronegócio teve um desempenho espetacular no que diz respeito à evolução dos preços e a produção respondeu positivamente também aos estímulos de uma situação favorável no mercado", esclarece Leal.

O subsecretário de Política e Economia Agropecuária de Minas Gerais, João Ricardo Albanez, que foi mediador do evento, comemora os resultados. "Mesmo com o momento completamente novo vivido em 2020, o agronegócio apresentou números espetaculares. Temos um cenário muito favorável para 2021 e estou otimista de que o crescimento será ainda maior", acredita. Ele também destaca

a relevância do estudo. "Dados como esses apresentados pela Fundação João Pinheiro sinalizam o caminho a ser tomado para a condução das políticas públicas e o direcionamento das ações de todos os envolvidos na cadeia, o que é extremamente relevante para o futuro do setor", conclui.

Desempenho – Na agricultura mineira, café (em grão) arábica, soja (em grão) e cana-de-açúcar responderam, em 2019, por 62,7% do Valor Bruto da Produção (VBP) setorial. Em 2020, o volume produzido de café arábica teve expansão de 38,3%, a soja teve acréscimo de 19,2% na quantidade colhida e a cana-de-açúcar teve um ganho de 7,4% na quantidade produzida.

Em comparação a 2019, a pecuária apresentou redução de 5,7% na bovinocultura de corte em 2020, enquanto o abate de suínos registrou aumento de 4,8% e o de frangos, de 4,6%.

Nessa mesma base de comparação, a bovinocultura leiteira apresentou evolução, com quantidade de leite adquirido 3,6% maior em 2020, resultado também decisivo para a expansão do volume de VAB agropecuário de Minas Gerais."

MEMÓRIA

Quando minas assumiu a posição de 2ª maior economia estadual

GLADSTONE CAMPOS

Jazida da MBR: faturamento de 316 milhões de dólares com as exportações de minério de ferro no ano passado

ECONOMIA & NEGÓCIOS

Virada à mineira

A economia de Minas Gerais ultrapassa a do Rio de Janeiro e o Estado vai para o segundo lugar na fila dos mais ricos do país

Na raia da economia brasileira, acaba de ocorrer uma ultrapassagem que era aguardada há algum tempo. Minas Gerais superou o Estado do Rio de Janeiro na produção de riqueza e agora ocupa a segunda posição na fila dos Estados, atrás de São Paulo. A manobra era esperada desde 1985, quando a arrecadação de ICM de Minas Gerais bateu a do Rio. Para tirar a vantagem que o PIB fluminense ainda tinha em 1985, os mineiros aceleraram fundo e, até 1990, aumentaram seu PIB em 23% — enquanto o crescimento nacional nesses cinco anos foi de 14,7% e o fluminense ficou nos 2,3%. Resultado geral da medição, divulgado dias atrás pela Fundação Getúlio Vargas, do Rio de Janeiro: os mineiros fizeram um PIB de 46,9 bilhões de dólares, enquanto os fluminenses ficaram em 40,9 bilhões de dólares. Ambos estão a um mundo do primo rico, São Paulo, que chegou a 134,2 bilhões de dólares, mas a ultrapassagem mineira tem um significado especial nestes anos de economia atrofiada em que se meteu o Brasil inteiro. "Apesar de tudo, conseguimos andar bem", diz José de Alencar Gomes da Silva, presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais.

A mudança de posições foi facilitada pelos investimentos minguados, que reduziram o gás da economia fluminense nos últimos anos. Em Minas aconteceu o contrário. Um dos motores mais potentes que estão por trás da arrancada foi a Fiat Automóveis. No rastro da montadora italiana, que se instalou perto de Belo Horizonte em 1976, apareceram cinqüenta fábricas de autopeças para alimentar a indústria de automóveis, e isso teve um efeito de fermento para aumentar o bolo industrial mineiro. Foi a principal troca de marcha para o Estado, que tinha a quarta economia do Brasil em 1970, mas outros filões apareceram.

60 VEJA, 30 DE JANEIRO, 1991

A crise que afeta a economia brasileira embaça um pouco essas vantagens recém-descobertas de Minas, mesmo porque quase ninguém está interessado numa análise de locais para investimento numa hora como esta. Mesmo assim, há diferenças em favor dos mineiros, porque a recessão os castigou com menos intensidade em comparação com o que fez para os paulistas e fluminenses. De acordo com os últimos resultados divulgados pe-

O primeiro título de vice

A economia mineira ultrapassa pela primeira vez a do Rio de Janeiro e ganha o segundo lugar no ranking dos Estados mais ricos — PIB, em bilhões de dólares

	1980	1985	1990
Brasil	**233,3**	**327,6**	**376,1**
São Paulo	87,3	121,9	134,2
Minas Gerais	21,6	38,2	46,9
Rio de Janeiro	33,1	40,0	40,9
Rio Grande do Sul	18,6	24,4	26,3
Paraná	13,6	19,8	23,7

Fonte: *FGV-RJ*

químico do Triângulo Mineiro, um investimento que ultrapassa 380 milhões de dólares, na cidade de Uberaba. Uma das empresas envolvidas no projeto, a multinacional Du Pont, está negociando com a Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig, e com a Vale do Rio Doce os contratos de fornecimento de energia e matéria-prima. Só depois de tudo acertado, o projeto sairá do papel. A fábrica da Du Pont no Triângulo vai produzir pigme-

VEJA, 30 DE JANEIRO, 1991 61

Número de bilionários cresce no Brasil e no mundo durante pandemia de covid-19

Lista anual divulgada pela revista Forbes traz mais bilionários do que no ano passado; 2.755 pessoas concentram 13,1 trilhões de dólares

A revista Forbes divulgou nesta terça-feira (06/04) o ranking dos Bilionários do Mundo de 2021. A lista, publicada em meio à crise generalizada provocada pela pandemia de covid-19, traz mais nomes do que a do ano anterior, tanto no mundo quanto no Brasil.

No mundo, o salto foi de 660 novos bilionários, com 2.755 compondo a lista. Esse pequeno grupo concentra 13,1 trilhões de dólares (R$ 73,46 trilhões, aproximadamente) da riqueza global. Isso é quase dez vezes o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil.

Houve um crescimento de 5 trilhões de dólares no montante acumulado pelos super ricos durante a pandemia. Segundo matéria publicada pelo editor da própria Forbes, Randall Lane, "esses números irão gerar uma quantidade infinita de consternação, a maioria delas justificada".

"Não há como evitar um aumento de riqueza coletiva de US$ 5 trilhões durante uma pandemia, quando a

2.755 pessoas concentram 13,1 trilhões de dólares

maior parte do mundo se sentia assustada, doente, sitiada. O capitalismo, o maior sistema de geração de prosperidade de todos os tempos, repousa sobre um pacto social de expansão, de design desigual, em última análise, levantando todos os barcos. A economia da Covid-19 sobrecarregou esse conceito; a disparidade econômica crescente representa, sem dúvida, a maior ameaça à ordem social moderna", afirma.

No Brasil, o número de bilionários saltou 44% – de 45, em 2020, para 65, em 2021. Juntos, eles detêm 219,1 bilhões de dólares, aproximadamente R$ 1,2 trilhão – quase o PIB do país. No período pandêmico, essa riqueza quase dobrou; eram 127,1 bilhões de dólares no ano passado. A subida foi de 71%.

Esse aumento de acúmulo de riqueza contrasta com ao avanço da fome em um país que se recusa a implementar um auxílio emergencial pujante. O estudo Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil, realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede Penssan), mostra que a segurança alimentar brasileira caiu para apenas 44,8% em 2020 – era de 77,1% em 2013. A insegurança alimentar (leve, moderada ou grave) chega a 55%.

Fonte: Opera Mundi -Com reportagem de Lucas Rocha na Revista Fórum

Para 45% dos CEOs globais, negócios não voltam à normalidade até 2022

Líderes empresariais também acreditam que suas empresas se transformaram para sempre com a pandemia

Quase metade (45%) dos CEOs globais não enxergam um retorno dos negócios à normalidade até 2022 e apenas um terço deles (31%) esperam que o retorno ao curso normal ocorra em 2021. Além disso, 24% desses CEOs não esperam mais por isso e afirmam que suas empresas e operações mudaram para sempre com a pandemia. Mais da metade (55%) dos líderes empresariais temem que nem todos seus funcionários tenham acesso a uma vacina contra a Covid-19, o que poderá colocar alguns mercados e operações em desvantagem. Essas são as principais conclusões da pesquisa "CEO Outlook Pulse 2021", conduzida pela KPMG com 500 CEOs de 11 mercados.

"A pesquisa evidencia que os negócios nunca mais serão os mesmos em função da pandemia. Sairemos dela com aprendizados importantes para o futuro das empresas, das pessoas, da sociedade e do meio ambiente. Os desafios estão sendo enfrentados com resiliência e há diversas empresas que conseguem manter as operações e gerar negócios. Este é o momento de exercemos liderança e gestão de forma mais inovadora, estratégica e assertiva. Nunca o mundo esteve tão conectado e nunca tivemos acesso a tantas informações. O futuro das empresas dependerá de iniciativas de negócios mais analíticas e tecnológicas, integradas com uma governança atenta aos aspectos econômicos, sociais e ambientais", afirma Charles Krieck, presidente da KPMG no Brasil e na América do Sul.

O conteúdo revelou também que a maioria (90%) dos líderes desejam garantir a segurança da equipe, solicitando aos funcionários que notifiquem a empresa quando forem vacinados. Outro dado relevante é que quase dois terços (61%) das empresas também buscarão uma implementação bem-sucedida da vacina contra a Covid-19 nos mercados consultados antes de solicitarem que seus funcionários retornem aos escritórios.

CRESCIMENTO

A confiança dos CEOs no crescimento de suas empresas, setores e países no horizonte de três anos é elevada. No entanto, as perspectivas para a economia global são baixas. De acordo com a pesquisa, as perspectivas para o crescimento de suas empresas nesse período são: 22% muito confiantes, 66% confiantes, 11% neutros, 1% não muito confiantes. Sobre crescimento do setor, as perspectivas são: 23% muito confiantes, 67% confiantes, 8% neutros, 2% não muito confiantes.

Em relação às perspectivas de crescimento de seus países, as respostas são: 19% muito confiantes, 65% confiantes, 11% neutros, 5% não muito confiantes. Sobre perspectivas de crescimento da economia global, os dados são: 13% muito confiantes, 30% confiantes, 14% neutros, 39% não muito confiantes, 4% nada confiantes. Já os riscos ambiental e climático continuam sendo preocupantes com 89% das empresas procurando assegurar ganhos de sustentabilidade e mudança climática obtidos durante a pandemia. Além disso, quase todas elas (96% agora contra 63% em agosto/2020) aumentaram o foco no componente social dos programas de ESG.

DIGITAL

A pandemia também acelerou a atenção dos CEOs no digital. Com a migração do modo de crise para a normalização das operações, o foco migrou para segurança cibernética e conexão digital com clientes. Como resultado, os respondentes identificaram a segurança cibernética como a principal preocupação com impacto no crescimento e nas operações ao longo de três anos. A segurança cibernética foi nomeada antes das preocupações regulatórias, fiscais e da cadeia de fornecimento.

A principal área de investimento planejado engloba medidas de segurança de dados (52%), seguida por tecnologias centradas no cliente (50%). A maioria dos CEOs (61%) afirmaram que continuarão desenvolvendo ferramentas de colaboração e comunicação digitais.

VACINAÇÃO

A vacinação da equipe terá muitos impactos sobre os funcionários e as viagens de negócios. Um quinto (21%) das empresas pedirão a clientes e visitantes que informem se foram vacinados. Apenas 17% dos executivos globais estão procurando reduzir os espaços dos escritórios em decorrência da pandemia, contra 69% dos entrevistados em agosto de 2020 que planejavam reduzir os espaços de escritórios ao longo de três anos.

CEO OUTLOOK PULSE 2021

A pesquisa "CEO Outlook Pulse 2021", da KPMG, solicitou aos CEOs das empresas mais influentes do mundo as perspectivas de três anos deles sobre o cenário econômico e de negócios. Esta edição analisa como as opiniões evoluíram desde a pesquisa CEO Outlook anual, realizada seis meses antes.

Foram entrevistados 500 CEOs de 11 mercados (Austrália, Canadá, China, França, Alemanha, Índia, Itália, Japão, Espanha, Reino Unido e Estados Unidos) entre 29 de janeiro e 4 de março de 2021. Todos os entrevistados têm receitas anuais superiores a US$ 500 milhões e 35% das empresas pesquisadas têm receita anual superior a US$ 10 bilhões.

Produção mineral brasileira cresce 15% no primeiro trimestre deste ano

A variação cambial e a elevação dos preços de minérios no mercado internacional fez com que o faturamento da produção chegasse a R$ 70 bilhões

A produção mineral cresceu 15% no primeiro trimestre deste ano em relação ao mesmo período de 2020, segundo o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram). A variação cambial e a elevação dos preços de minérios no mercado internacional fez com que o faturamento da produção chegasse a R$ 70 bilhões, um crescimento de 95% no mesmo período. O minério de ferro responde por 70% do faturamento total, o ouro por 11%, o cobre por 5% e a bauxita por 2%.

Minas Gerais apresentou a maior variação com 118% totalizando R$ 28 bilhões, o que significa 40% do total. Em seguida veio Pará com 94% e R$ 31 bilhões; Bahia com 94% e R$ 2 bilhões; Mato Grosso com 90% e R$ 1,4 bilhão; Goiás com 47% e R$ 1,8 bilhão; São Paulo com 19% e R$ 1,3 bilhão.

O presidente do Conselho Diretor do Ibram, Wilson Brumer, avaliou o desempenho estadual. "Chama atenção que são estados que vem crescendo bastante nessa produção e tenho certeza, já nas próximas apresentações, veremos números progressivos, principalmente da Bahia, Mato Grosso e São Paulo, onde temos a presença muito forte de aglomerados para o setor da construção civil", afirmou.

O recolhimento da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) registrou elevação de 103%, passando de R$ 1 bilhão para R$ 2,1 bilhões. O diretor-presidente do Ibram, Flávio Penido, destacou a importância dessa arrecadação para os municípios. "Esse CFEM, boa parte dele, 60%, vai para os municípios produtores. É uma fonte importante para os municípios mineradores e isso reflete muitas vezes quando se compara o IDH", disse.

Investimentos mundiais em minérios foram de US$ 8,3 bilhões em 2020

Senador Zequinha Marinho destaca contribuição da indústria de mineração para saldo positivo do Pará na balança comercial

O Pará registrou o maior recolhimento de CFEM: R$ 1 bilhão com elevação de 95% em relação ao 1º trimestre de 2020. Em seguida veio Minas Gerais com R$ 881 milhões (+124%); Bahia com R$ 35 milhões (+105%); Goiás com R$ 35 milhões (+45%); Mato Grosso com R$ 22 milhões (+75%).

EMPREGOS

Com base em dados oficiais do governo, o setor mineral criou cerca de 11 mil novos empregos diretos, no 1º trimestre de 2021, ou seja, 6% a mais do que no 1º trimestre de 2020. As vagas diretas abertas nas mineradoras geram empregos indiretos da ordem de 1 para 11 ao longo das cadeias produtivas, informou o Ibram.

EVOLUÇÃO DA MINERAÇÃO INDUSTRIAL - IBRAM	1º TRIM 2021	1º TRIM 2020	1º TRIM 2021 X 1º TRIM 2020
Produção comercializada estimada	227 milhões ton.	198 milhões ton.	+15%
Faturamento do setor mineral	R$ 70 bilhões	R$ 36 bilhões	+95%
COMÉRCIO EXTERIOR			
Importações minerais	US$ 1,46 bilhão	US$ 1,28 bilhão	+14,42%
Exportações minerais	US$ 12,13 bilhões	US$ 6,98 bilhões	+73,74%
Saldo mineral	US$ 10,67 bilhões	US$ 5,7 bilhões	+87%
RECOLHIMENTO TRIBUTOS/ROYALTY			
Tributos totais	R$ 24,2 bilhões	R$ 12 bilhões	+101,6%
ROYALTY/CFEM	R$ 2,1 bilhões	R$ 1 bilhão	+102,9%
Empregos diretos	186.610	175.484	+ 6%

Fonte: Brasil61 – 24.04.2021

Balança comercial

As importações de minérios totalizaram US$ 1,5 bilhão e as exportações US$ 12 bilhões. O saldo comercial mineral foi de US$ 10,7 bilhões, resultado 87% acima do registrado no 1º trimestre de 2020. Este valor é maior do que o saldo total da balança comercial brasileira no 1º trimestre do ano.

Instituições Financeiras de Desenvolvimento podem liderar retomada sustentável da economia pós-covid

Entidades como ONU, AFD e BNDES debateram o tema na abertura do Fórum do Desenvolvimento, organizado pela Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE)

A edição 2021 do Fórum do Desenvolvimento reúne integrantes de instituições financeiras de todo o mundo para discutir ações que impactam a agenda de futuro e o desenvolvimento sustentável. Organizado pela Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), a evento começou no dia 26 de abril e debateu os impactos da covid-19 nos mercados financeiros e como os bancos de desenvolvimento e agências de fomento podem contribuir para a recuperação da economia por meio da mobilização de recursos. A Organização das Nações Unidas (ONU), Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), BNDES, Sebrae e Banco do Brasil foram algumas das entidades que participaram do primeiro dia do Fórum.

Durante a palestra de abertura, o presidente da ABDE e do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), Sergio Gusmão Suchodolski ressaltou a necessidade da união do sistema de fomento para a criação de um futuro mais sustentável. "Para as instituições do Sistema Nacional de Fomento (SNF) trata-se, mais uma vez, de assumir o compromisso de agir como veículos de transformação, reorientando investimentos em direção à uma economia mais sustentável e inclusiva".

Já a secretária-geral adjunta da ONU, Amina J. Mohammed, reforçou a importância de medidas em comum para orientar a retomada econômica. Segundo ela, "a covid-19 tornou a Agenda 2030 mais urgente do que nunca. Essa agenda precisa ser a bússola que nos guiará para um futuro mais sustentável e o Brasil pode liberar o caminho para a direção correta ao futuro de toda a humanidade".

Na mesma direção, o presidente do BNDES, Gustavo Montenzano, destacou a importância dos bancos de desenvolvimento e agências de fomento para socorrer as empresas durante a crise da pandemia. "Nesse momento que o mundo se reposiciona, é importante que os bancos públicos tragam essas reflexões para suas estratégias. Nesse sentido, temos procurado incorporar dentro do BNDES uma atuação diversificada".

Na palestra magna que abriu o evento, a economista Rebeca Gryspan, secretária-geral Ibero-Americana, e o vice-presidente de Países do BID, Richard Martínez Alvarado, abordaram os desafios dos países da América Latina no combate à covid-19. Para Rebeca, embora a região tenha sido afetada fortemente pela crise, há motivos para otimismo. "Temos razões para pensar que podemos superar essa pandemia, nos movendo na direção de um novo paradigma de crescimento sustentável, isso dependerá do que fizermos e o que o mundo fará. Vamos precisar dos bancos de desenvolvimento e fomento".

Na sequência, o painel "O papel dos Bancos de Desenvolvimento no mundo em transição" contou com a participação de Sergio Gusmão Suchodolski e Rémy Rioux, presidente da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) e do International Development Finance Club (IDFC). Rioux enfatizou o potencial das IFDs para colocar em prática políticas de desenvolvimento sustentável de longo prazo. "Temos que fazer o dever de casa entre os bancos de desenvolvimento. Os governos são nossos acionistas e temos que prestar atenção ao que estamos fazendo", disse.

A última mesa redonda do primeiro dia teve como tema "SNF entre a crise da Covid-19 e a retomada sustentável". Integrantes do Sebrae, Banco do Brasil, Fomento Paraná e Sicoob apresentaram as ações realizadas para frear os efeitos da pandemia na economia e discutiram os desafios e perspectivas para impulsionar a retomada em bases sustentáveis.

Antes do encerramento do primeiro dia do Fórum, o consultor Sênior da Associação Francesa de Desenvolvimento (AFD), Regis Maradon, apresentou a base de dados dos bancos de desenvolvimento no mundo. Atualmente, são 453 bancos de desenvolvimento espalhados por 150 países, que possuem ativo total de US$ 11,3 trilhões. O Banco de Desenvolvimento da China é o maior do mundo, com ativos de US$ 2,4 trilhões. Os três principais bancos de desenvolvimento da China somam juntos US$ 4 trilhões em ativos.

CONEXÕES E OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTO COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DOS DOIS CONTINENTES E AMÉRICA LATINA

As transformações geopolíticas,

a reorganização das cadeias produtivas na economia global e a cooperação entre países para fomentar o desenvolvimento sustentável pautaram o segundo dia do Fórum do Desenvolvimento - organizado pela Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) para debater ações que impactam a agenda de futuro e a sustentabilidade. Representantes dos bancos de desenvolvimento da Ásia e África participaram das discussões, ao lado do Banco dos Brics, e ressaltaram o potencial do Brasil como parceiro estratégico.

O economista José Antonio Ocampo, professor da Universidade de Columbia, abriu o segundo dia do evento ressaltando os desafios e tendências do mundo em transição. "Os bancos de desenvolvimento têm um papel essencial na recuperação econômica pós-crise. O Brasil tem uma vantagem que é ter o BNDES, um dos maiores deste segmento no mundo, e importantes bancos de desenvolvimento subnacionais. Vocês estão muito bem posicionados", elogiou.

Na sequência, o primeiro painel - "Conexões: Ásia, África e Oriente Médio" - debateu as possibilidades de investimentos e parcerias entre o Brasil e os países dos dois continentes. "A África é o futuro, e o Brasil deve manter em mente a África como um parceiro de desenvolvimento e comércio. Cerca de 26% da produção mundial de matérias primas vem de lá. É um potencial impressionante e com muitas oportunidades de negócios", afirmou o vice-presidente de Desenvolvimento Regional do African Development Bank, Khaled Sherif.

Embora, naturalmente, a prioridade do Banco Asiático de Infraestrutura (AIIB) seja investir em infraestrutura no continente asiático, o vice-presidente da instituição, Joachim von Amsberg, revelou que o banco está de portas abertas para aportar recursos em projetos sustentáveis em outras regiões do mundo, incluindo a América Latina. "O Brasil é um importante parceiro da AIIB. Nós investimos US$ 24 bilhões em toda a Ásia e em países não-asiáticos. Temos uma missão de investir na infraestrutura para o futuro que seja verde e apoie nossos membros em suas ambições de fazer a transição para a economia de baixo carbono. O Brasil já captou a importância de fazer parte e ser membro do nosso banco".

O New Development Bank (NDB), o Banco dos Brics, é outra instituição financeira disposta a mobilizar investimentos para o Brasil em áreas como energia, transporte e meio ambiente. "Queremos construir parcerias e temos trabalhado em proximidade com outros bancos no país, o BNDES em particular. Só para dar uma ideia das operações do NDB, até o final de 2020 tínhamos aprovado quase US$ 25 bilhões, cerca de 20% para o Brasil [aproximadamente US$ 5 bilhões]", explicou o vice-presidente do NDB, Anil Kishora.

Da Ásia e África, as discussões partiram para o outro lado do globo. Intitulado "Desenvolvimento e integração na América Latina", o segundo painel abordou o contexto latino-americano, as estratégias e inovações das principais instituições financeiras de desenvolvimento da região. "Há um grande alinhamento de instrumentos e políticas de atuação e isso causa uma sinergia muito grande", destacou o vice-presidente do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), Jorge Arbache.

A última mesa-redonda "Desafios para o desenvolvimento global: agendas de futuro", debateu ações para estimular e promover o desenvolvimento sustentável. Participaram da discussão o coordenador do relatório "Visão 2030" da Embrapa, Edson Luis Bolfe; o representante do BID no Brasil, Morgan Doyle; o CEO da SOSA, Uzi Scheffer, e o representante no Brasil da IFC, Carlos Pinto. Os comentários foram de Nelson de Souza Presidente da Desenvolve SP, e André Vila Verde, presidente da AgeRio.

No encerramento do Fórum, o secretário especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia, Roberto Fendt, avaliou que o mundo tem buscado restabelecer as cadeias globais de valor, embora muitas mudanças já estivessem em curso, como as relações de trabalho e o processo de digitalização. Ele defendeu a manutenção do pragmatismo que sempre pautou as relações econômicas do Brasil com os demais países. "O caminho para o desenvolvimento de laços econômicos com outros países passa pela objetividade na defesa dos interesses nacionais", disse Fendt.

TRANSFORMAÇÕES E NOVAS TECNOLOGIAS DO SISTEMA FINANCEIRO

No terceiro dia do Fórum, ocorrido no dia 28 de abril, o tema abordado foi "O sistema financeiro em transição" e abordará as transformações e novas tecnologias do seto, tendo uma palestra magna proferida pelo ex-diretor do Banco Central e vice-diretor geral do Banco de Compensações Internacionais (Bank for International Settlements, BIS), Luiz Awazu.

Em dois painéis, foram debatidos instrumentos inovadores, regulação, parcerias para o desenvolvimento e inclusão financeira. O evento contará, ainda, com a palestra "Perspectivas do desenvolvimento regional no Brasil", ministrada pelo secretário-executivo adjunto do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), Daniel Ferreira, e representantes de bancos de desenvolvimento e agências de fomento.

O Fórum do Desenvolvimento é totalmente on-line, aberto ao público e tem inscrições gratuitas. O evento aconteceu até o dia 30 de abril último, com palestras, debates e mesas-redondas que reúnem governos federal e estaduais, Banco Mundial, FMI, OCDE, BID e representantes de instituições financeiras do Sistema Nacional de Fomento e de todo o mundo.

Entrada do Brasil na OCDE pode aumentar em 0,4% o PIB per capita por ano

Edição especial traz 13 artigos com diferentes interpretações sobre eventual ingresso à OCDE. Projeções indicam crescimento de US$ 7 bilhões anuais em bens e serviços.

Estudo divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) projeta crescimento de 0,4% do PIB per capita, por ano, com a eventual entrada do Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A publicação O que o Brasil pode esperar da adesão à OCDE, de autoria dos pesquisadores Otaviano Canuto e Tiago Ribeiro, compõe a edição especial da Revista Tempo do Mundo. A publicação, editada pelo Ipea, apresenta uma série de 13 artigos sobre a candidatura do Brasil como membro da OCDE.

De acordo com dados analisados e fornecidos pelo Banco Mundial, os autores Otaviano Canuto e Tiago Ribeira apontam que caso a candidatura do Brasil seja aceita e confirmada, os estímulos em fluxo de capital devem impulsionar a atividade de comércio exterior. O crescimento econômico previsto é de aproximadamente US$ 7 bilhões anuais em geração de bens e serviços.

Entre os principais benefícios econômicos listados, os pesquisadores avaliam que a eventual entrada do Brasil na OCDE pode alavancar o processo de abertura para a economia global. O estudo destaca a possibilidade de contribuir para o aumento do superávit e ampliar a captação de novos investimentos externos no país. Além disso, o processo pode impulsionar a participação de cadeias produtivas globais, bem como a realização de novos acordos de cooperação com organismos internacionais como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A edição especial da Revista Tempo do Mundo traz indicadores que analisam os impactos econômicos gerados em países membros da OCDE. Os dados verificados pela economista Catalina Crane Arango, no estudo O Caminho da Colômbia para a OCDE, apresentam um diagnóstico sobre os resultados observados após o ingresso do país na entidade. As análises confirmam a previsão de benefícios econômicos estimados, como a redução de 36,9% das barreiras tarifárias, resultando em acréscimo de 1,8% no comércio interno no período entre 2015 e 2019. A mesma tendência de alta e de ganhos para a balança comercial foi observada nos casos da Hungria, Polônia e República Eslava, após estes países terem ingressado na OCDE.

Na avaliação de Pedro Silva Barros, pesquisador do Ipea e editor da Revista Tempo do Mundo, os estudos publicados contribuem para fortalecer o diálogo entre acadêmicos e executores de políticas públicas sobre a possível entrada do Brasil na OCDE. "Os dados, em conjunto com a pluralidade de abordagens presentes na publicação, ajudam a avaliar os potenciais benefícios, custos e desafios para o país, caso a entrada na OCDE venha de fato a ocorrer", observou.

Atualmente, além do Brasil, Argentina, Bulgária, Croácia, Peru e Romênia também pleiteiam a acessão à OCDE. A entidade conta atualmente com 36 membros, e o aumento no número de candidaturas fez a OCDE buscar a definição de novos critérios para a aceitação de candidaturas. O Brasil apresentou formalmente sua candidatura em 2017 com o objetivo de implementar avanços na agenda de política econômica externa.

PEAC-Maquininha democratizou acesso a crédito

Em menos de dois meses de execução, programa movimentou mais de 112 mil operações totalizando R$ 3,19 bilhões

O Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac) Maquininhas, criado pelo Governo Federal para aumentar a concessão de crédito para os pequenos negócios, conseguiu em menos de dois meses de operação beneficiar mais de 112 mil donos de pequenos negócios com um volume de crédito de aproximadamente R$ 3,19 bilhões. O programa, que entrou em operação em outubro do ano passado, foi encerrado em dezembro, respeitando o prazo estipulado pela lei de criação.

Os principais beneficiários dessa modalidade de empréstimo, feita por meio das maquininhas de cartão de crédito, foram os microempreendedores individuais (MEI) e os donos de micro empresas. "Esse programa emergencial teve uma característica muito importante, pois permitiu o acesso a crédito de empresas sem histórico de operações bancárias em todos os estados. Também conseguiu atingir uma parcela significativa do Norte e Nordeste, descentralizando a concessão de empréstimo, que geralmente é focada nas demais regiões", frisou o analista de Capitalização e Serviços Financeiros do Sebrae, Giovanni Beviláqua.

De acordo com estudo do Ministério da Economia, o Peac-Maquininhas representou o único crédito durante o último trimestre de 2020 para 18% dos microempreendedores individuais, 4% das microempresas e 2% das empresas de pequeno porte, que utilizaram exclusivamente esse programa de financiamento. "Quanto menor o porte da empresa, maior a dificuldade na obtenção de crédito. Essa modalidade de empréstimo foi muito importante para os MEI e atingiu um público sem histórico de crédito", complementa Beviláqua.

"O Sebrae foi um dos apoiadores do Programa. Atuamos ativamente ao longo do ano passado em colaboração com o governo e outros parceiros como o BNDES na elaboração, divulgação e esclarecimentos para nossos clientes das medidas de apoio aos pequenos negócios, como no caso do Peac-maquininhas e por meio de nosso programa Crédito Assistido e auxiliamos os empreendedores na tomada consciente do credito contribuindo assim para que pudessem obter êxito nas solicitações de financiamento e organizarem seus negócios para tanto passarem por esse período da pandemia como para que estivessem mais fortalecidos para uma rápida retomada de suas atividades", explica.

Apenas empresas com histórico de vendas por maquininhas de cartão de crédito puderam acessar essa modalidade de financiamento e o valor dos créditos era limitado ao dobro da média mensal de vendas e prestações de serviços recebidos por meio das máquinas, com teto de R$ 50 mil. As instituições financeiras puderam conceder crédito no âmbito do programa até 31 de dezembro de 2020, observada a taxa de juros de 6% ao ano. Além disso, os empreendedores que obtiveram o crédito tiveram carência de seis meses para começar a pagar e prazo de 30 meses para pagamento, totalizando 36 meses.

Consumo mundial de café ultrapassa 166 milhões de sacas em doze meses

Países importadores consomem 116 milhões de sacas e exportadores 50 milhões de sacas de 60 kg no período

O consumo de café em nível mundial, previsto para o ano-cafeeiro 2020-2021, deverá ultrapassar o equivalente a 166 milhões de sacas de 60kg, volume que representa um aumento de 1,3%, se comparado ao consumo mundial do ano-cafeeiro anterior. Em relação aos países importadores de café, o consumo deverá atingir o equivalente a 115,96 milhões de sacas neste ano-cafeeiro 2020-2021. E o consumo interno dos países exportadores de café deverá ser o equivalente a um volume de 50,66 milhões de sacas.

Em nível mundial, houve incremento no consumo de café, no período objeto desta análise (2020-2021), na Europa, com 54,35 milhões de sacas, volume que representou um aumento de 1,2% ao período anterior, assim como na Ásia & Oceania, cujo consumo foi de 36,50 milhões de sacas (aumento de 1,4%), e também na América do Norte (30,99 milhões de sacas e crescimento de 1,4%), América do Sul (27,18 milhões de sacas e aumento de 1%), África (12,24 milhões de sacas, com 1,8%) e, finalmente, México e América Central que teve incremento de 0,2% e deverá registrar consumo de 5,64 milhões de sacas.

Nesse contexto, o aumento do consumo dentro de casa continua compensando a redução do consumo fora do lar, em decorrência de medidas de isolamento social adotadas em diversos países do mundo para mitigar os efeitos da pandemia de Covid-19. Tais dados e informações foram obtidos do Relatório sobre o mercado de Café – março 2021, da Organização Internacional do Café – OIC, instituição representativa da cafeicultura mundial, da qual o Brasil é país-membro. A OIC congrega atualmente 75 países produtores e consumidores de café, bem como administra o Acordo Internacional do Café, que encontra-se publicado na íntegra no Observatório do Café, do Consórcio Pesquisa Café, coordenado pela Embrapa Café. O ano-cafeeiro para a OIC compreende o período de outubro a setembro.

Conab aponta recorde na produção com 273 milhões toneladas de grãos

A produção de grãos no Brasil, estimada em 273,8 milhões de toneladas no 7º levantamento divulgado nesta quinta-feira (8), pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), segue registrando a marca recorde que vem caracterizando a Safra 2020/21. O crescimento atinge 6,5%, o correspondente a 16,8 milhões de toneladas sobre a safra passada.

O destaque dá-se sobretudo a partir da consolidação do plantio das culturas de segunda safra e início de semeadura das culturas de inverno, com sustentação no aumento geral de 68,5 milhões de hectares e boa performance da soja e do milho.

Já em relação ao mês passado, nota-se um aumento de 1,5 milhão de toneladas, sustentado especialmente pelo crescimento de 1,1% na área plantada de milho segunda safra, além do ganho na produtividade da soja.

Quanto à área total de plantio, o boletim registra um crescimento de 3,9% sobre a safra anterior, com previsão de alcançar 68,5 milhões de hectares. Esse volume conta com a participação de cerca de 20 milhões de hectares provenientes das lavouras de segunda e terceira safras e as de inverno, que ocuparão a pós-colheita da soja e do milho primeira safra.

No caso da soja, que tem o Brasil como maior produtor mundial, o volume deve alcançar novo recorde, estimado em 135,5 milhões de toneladas, 8,6% ou 10,7 milhões de toneladas superior à produção da safra 2019/20.

O milho total também sinaliza produção recorde, com a previsão de atingir 109 milhões de toneladas e crescimento de 6,2% sobre a produção passada. Serão produzidas 24,5 milhões na primeira safra, 82,6 milhões na segunda e 1,8 milhão na terceira safra.

Por outro lado, a produção de arroz deve sofrer redução de 0,8% frente ao volume colhido na safra anterior, obtendo 11,1 milhões de toneladas. Para o algodão, a produção estimada é de 6,1 milhões de toneladas do produto em caroço, correspondendo a 2,5 milhões de toneladas de pluma.

Quanto ao feijão, é esperado crescimento de 2% na produção, somando-se as três safras, totalizando 3,3 milhões de toneladas. A primeira safra tem a colheita praticamente concluída, a segunda está em andamento e a terceira com o plantio a partir da segunda quinzena de abril.

Completam os números do levantamento também o amendoim, com produção total de 595,8 mil toneladas e crescimento de 6,9%, e o trigo, cujo plantio deve ser intensificado a partir do próximo mês, mas já sinalizando uma produção de 6,4 milhões de toneladas.

Exportação – Algodão em pluma continua com um cenário positivo no mercado internacional e, com isso, as exportações no acumulado de janeiro a março aumentaram 18,1% em relação ao último ano. Já para o milho, os embarques do ano continuam lentos. No entanto, dada a conjuntura no cenário externo, a Conab espera uma previsão de exportações em 35 milhões de toneladas para a safra atual, valor praticamente igual ao observado na última safra. Para a soja, estima-se a venda para o mercado externo de 85,6 milhões de toneladas (aumento de 3%). Confirmada a previsão, será um recorde da série histórica. O suporte seria dado pela demanda internacional ainda aquecida e pelo alto percentual de comercialização observado para a safra atual.

Destaca-se, no entanto, as informações referentes às exportações de março, que foram 24% superiores em relação ao mesmo período do ano passado. Isso ocorreu em função do atraso da colheita, o que implicou em um ritmo mais lento nas exportações em janeiro e fevereiro, compensado no mês de março.

Mais de 70% das indústrias enfrentam dificuldades em obter insumos e matérias-primas, aponta CNI

Pesquisa mostra que não houve melhora em relação ao registrado em novembro do ano passado. Maior parte das empresas aguarda normalização apenas no segundo semestre

As indústrias brasileiras continuam com dificuldade em obter insumos e matérias-primas nacionais e importadas e de atender seus clientes. De acordo com o levantamento mais recente realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), 73% das empresas da indústria geral (extrativa e de transformação) e 72% das empresas da indústria da construção encontram dificuldades em obter os insumos e matérias-primas produzidos no Brasil. A sondagem foi feita com 1.782 empresas ao longo de fevereiro. Os percentuais permanecem próximos dos registrados em novembro de 2020, quando 75% e 72%, respectivamente, observaram esse problema.

O presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, explica que, diante disso, as expectativas de normalização das cadeias das produtivas nacionais, inicialmente previstas para este semestre, foram frustradas. Assim, 37% das empresas esperam que a situação se normalize nos próximos três meses, 42% preveem melhora apenas para o segundo semestre e 14% só veem um cenário mais positivo em 2022.

De acordo com a pesquisa, 65% das empresas da indústria geral que utilizam insumos importados, estão com dificuldades para conseguir insumos, mesmo pagando mais caro. Esse percentual sobe para 79% das empresas no setor de construção que precisam importar insumos ou matérias-primas.

"Essa desestruturação das cadeias produtivas ainda é resultado das enormes incertezas que a economia atravessou na primeira onda. A compra de insumos pelas empresas foi cancelada e os estoques foram reduzidos, um movimento que atingiu praticamente todas as empresas das cadeias de produção A rápida retomada da economia no segundo semestre de 2020 não pode ser acompanhada no mesmo ritmo por todas as empresas o que gerou dificuldades nos diversos elos da cadeia", explica Robson Andrade.

Segundo ele, adicionalmente, a desvalorização do real tornou as exportações mais atrativas e redirecionou parte do fornecimento de matérias-primas, insumos e produtos finais ao mercado internacional e aumentou o custo dos insumos e matérias-primas importados para as indústrias brasileiras. "O resultado foi um aumento ainda mais acentuado de preços e uma dificuldade ainda maior de obter os insumos e matérias-primas", afirma o presidente da CNI.

13 SETORES INDUSTRIAIS TÊM MAIS DA METADE DAS EMPRESAS COM DIFICULDADES PARA ATENDER CLIENTES

Como consequência, em fevereiro de 2021, 45% das empresas da indústria geral (transformação e extrativa) afirmaram ter dificuldade em atender parte da demanda. O percentual é menor que os 54% observados em novembro de 2020 e próximo aos 44% observados em outubro. Na indústria da construção, 30% das empresas relatam dificuldade em atender a demanda, percentual similar aos 31% observados em novembro e maior que os 19% observados em outubro de 2020.

Entre os 26 setores de atividade da indústria de transformação considerados na pesquisa, em 13 pelo menos 50% das empresas tiveram dificuldades para atender para atender sua demanda em fevereiro de 2021.

No setor Informática, eletrônicos e óticos, por exemplo, a falta de insumo atingiu 69% das indústrias em fevereiro deste ano. Em novembro do ano passado, afetava 42% das empresas do setor. Além desse setor, entre os setores com mais dificuldade para atender sua demanda estão: Metalurgia, Veículos automotores, Máquinas e equipamentos, Móveis, Têxteis, Celulose e papel, Madeira, Máquinas e materiais elétricos, Produtos de metal, Material Plástico, outros equipamentos de transporte e produtos diversos.

Manutenção de um otimismo moderado da Indústrias de Materiais de Construção

Resultados da pesquisa apontam uma expectativa de performance positiva também para maio

A ABRAMAT (Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção) divulga nessa quarta-feira, 28, a nova edição do Termômetro da Indústria de Materiais de Construção (anexo ao final do texto). A pesquisa de opinião realizada com as lideranças do setor indica que as empresas associadas mantêm um ligeiro otimismo em relação aos resultados em abril. Para 44% dos associados da ABRAMAT o mês apresentará resultado bom e 16% apontam o período como muito bom.

Para maio a expectativa por bons resultados apresentou crescimento, com 52% das empresas associadas estimando resultado bom, 12% muito bom e apenas 4% ruim. A pesquisa também apresenta os dados consolidados de março de 2021, indicando que o mês foi de bons resultados para o setor. O estudo aponta que 36% das empresas consideraram o terceiro mês do ano muito bom, 40% bom, e 20% regular.

O Termômetro da ABRAMAT também traz informações acerca do nível de utilização da capacidade instalada da indústria de materiais. Em abril, a utilização da capacidade industrial se manteve em 80% na média das empresas associadas, mesmo percentual em relação a março de 2021, mas 26 pontos percentuais a mais do que o registrado em abril de 2020, época do início da crise gerada pela COVID-19.

As pretensões de investimento em abril de 2021 cresceram, com aumento de 5 pontos percentuais em relação ao mês anterior, com 72% das indústrias de materiais indicando que devem investir nos próximos 12 meses, seja para aumento da capacidade produtiva, seja na modernização dos meios de produção. Esse patamar é bem acima do período pré-crise e já reflete a execução de muitos dos investimentos projetados. Em abril do ano passado, em função da crise, este indicador era de apenas 36%.

"A atual edição do Termômetro da ABRAMAT indica que o setor mantém um otimismo moderado com a retomada da economia doméstica, apesar das incertezas e o impacto das diversas externalidades presentes no cenário do Brasil e do mundo. O panorama ainda é muito incerto e é necessário agir com cautela nesse contexto em que a indústria de materiais de construção vive um momento importante de retomada da recuperação iniciada em 2018, com aumento de produção e investimentos, principalmente neste primeiro trimestre, buscando maior produtividade e modernização. A pesquisa demonstra que a indústria está procurando cumprir um papel importante na geração de empregos e atração de investimentos em nossa economia, fatores importantes para a retomada da atividade econômica no atual contexto", ressalta Rodrigo Navarro, presidente da ABRAMAT.

Confiança do Consumidor sobe em abril, recuperando 44% da queda de março

O Índice de Confiança do Consumidor (ICC) do FGV IBRE subiu 4,3 pontos em abril, para 72,5 pontos recuperando 44% da queda sofrida no mês anterior. Em médias móveis trimestrais, o índice continua em tendência negativa ao cair 1,1 ponto.

A confiança dos consumidores recuperou parte das perdas sofridas em março mas ainda precisa ser avaliada com cautela. A melhora foi influenciada pela diminuição do pessimismo das famílias em relação aos próximos meses mas sem nenhuma percepção de recuperação da situação atual dado o cenário de agravamento da pandemia e dificuldades enfrentadas pelas famílias. O comportamento cauteloso dos consumidores vem sendo mantido em relação aos gastos, fato justificado por fatores econômicos como: renda, emprego e aumento dos níveis de endividamento, mas também psicológicos, relacionadas à incerteza em relação à saúde e a necessidade de isolamento social.", afirma Viviane Seda Bittencourt, Coordenadora das Sondagens.

Em abril, a percepção dos consumidores sobre o momento atual ficou estável após atingir o mínimo da série em março enquanto as expectativas tornaram-se menos pessimistas para os próximos meses. O Índice de Situação Atual (ISA) subiu 0,5 ponto, para 64,5 pontos, enquanto o Índice de Expectativas (IE) cresceu 6,7 pontos, para 79,2 pontos, recuperando 54% da perda sofrida em março.

Entre os quesitos que medem o grau de satisfação com a situação atual, o indicador que mede a percepção dos consumidores em relação à situação econômica geral aumentou 1,3 ponto em abril, para 71,6 pontos, terceiro menor valor da série histórica iniciada em setembro de 2005. Por outro lado, o indicador que mede a satisfação sobre as finanças pessoais acomodou-se ao ceder 0,3 ponto, para 58,2 pontos, o menor nível desde abril de 2016 (56,8), mínimo da série histórica.

Com relação às expectativas, o indicador que mede as perspectivas para a economia nos próximos meses foi o que mais contribuiu para o aumento da confiança em abril ao subir 8,6 pontos, para 100,7 pontos. O resultado positivo não recupera todas as perdas sofridas no mês anterior. As perspectivas em relação à situação financeira das familias nos próximos meses também recupera mas em menor magnitude. O indicador que mede o otimismo em relação às finanças pessoais subiu 4,1 pontos para 86,4 pontos. O indicador que mede o ímpeto para compras subiu 6,5 pontos, para 53,1 pontos, patamar baixo quando comparado aos níveis pré-pandemia de Covid-19. Entre janeiro de 2018 e fevereiro de 2020, o valor médio do indicador para comprar previstas de duráveis foi de 82,7 pontos.

A análise por faixas de renda revela melhora da confiança em todas as faixas de renda, exceto para as famílias com renda entre R$ 2.100,01 e R$ 4.800,00. Para essa faixa de renda, o ICC atingiu seu menor valor desde maio de 2020.

Brasil se mantém entre os líderes mundiais de reciclagem de latas de alumínio para bebidas em 2020

Índice de reciclagem alcançou 97,4%

Apesar das dificuldades enfrentadas pelo Brasil por conta da pandemia da Covid-19, como a interrupção de atividades de coleta seletiva em diversos municípios e a suspensão do trabalho de cooperativas e catadores, a cadeia de latas de alumínio para bebidas apresenta resultado muito positivo.

É o que mostra o índice de reciclagem de latas de alumínio, que em 2020 atingiu a marca de 97,4% permanecendo-se estável em relação a 2019, mantendo o Brasil entre os líderes mundiais em reciclagem de latinhas. Em números, isso significa que foram recicladas 391,5 mil toneladas, ou, aproximadamente 31 bilhões de unidades. A reciclagem da lata é uma referência de economia circular no Brasil e no mundo, com a renovação infinita da embalagem.

O índice de reciclagem foi apresentado oficialmente em 31 de março pela ABAL (Associação Brasileira do Alumínio) e Abralatas (Associação Brasileira dos Fabricantes de Latas de Alumínio) ao Ministério do Meio Ambiente (MMA). Em novembro de 2020, as associações firmaram o "Termo de Compromisso de Logística Reversa de Latas de Alumínio para Bebidas" com o Ministério, no qual garantem a manutenção do índice de reciclagem das latinhas no patamar de 95%, em cumprimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

"Os dados mostram como a estrutura de reciclagem de latas no Brasil é sólida. E como os nossos investimentos em centros próprios de coleta e de reciclagem geram resultados significativos. O setor manteve suas operações dentro de padrões seguros, contribuindo para a preservação do meio ambiente e a geração de emprego e renda para milhares de famílias", afirma Alfredo Veiga, diretor de Metais da Novelis e coordenador do Comitê de Reciclagem da ABAL.

"Somos o terceiro maior mercado mundial de latas de alumínio. Em 2020 chegamos a quase 32 bilhões de latas consumidas no Brasil e, mesmo assim, mantivemos o índice acima de 97%. É a consolidação da escolha do mercado e do consumidor pela lata de alumínio como a embalagem mais adequada a diversas bebidas e a mais sustentável. Esse contexto coloca o setor de Latas em um padrão mundial de excelência em Economia Circular", completa Cátilo Cândido, presidente executivo da Abralatas.

IGPM, IPCA e a nefasta intervenção Estatal

Questionamento do acordo de compliance com o CADE e a determinação do PL 1.026/2021 de que o índice de correção dos contratos de locação não poderá ser superior ao índice oficial de inflação do País - o IPCA!

Diz a Constituição Federal, no Capítulo I, Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica: "Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios. (...) IV - livre concorrência; " (destacamos). Com base nesse dispositivo, o Sistema Cofeci-Creci firmou acordo como CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) para deixar de exigir de seus inscritos a aplicação compulsória da tabela de honorários mínimos.

Sob o mesmo princípio, a Resolução-Cofeci nº 334/92, que estabelecia limites máximos de valores de serviços locatícios, foi revogada porque interferia na ordem econômica e tolhia a livre concorrência. Enfim, depois de anos de discussão, firmamos um acordo de compliance com o CADE. O Sistema Cofeci-Creci não preconizaria nenhum ato antieconômico. Todavia o controle de preços no Brasil é histórico. Quem não se lembra da SUNAB, extinta em 1997?; dos fiscais do Sarney, cidadãos comuns, que fechavam lojas comerciais "em nome" do presidente? Da falta de produtos?

Na verdade, sempre preconizamos a liberdade em relação aos poderes constituídos. No entanto, ao primeiro sinal de dificuldade, recorremos a eles, para que interfiram. Essa é nossa cultura, infelizmente. Em 1991, como Conselheiro Federal, acompanhei ativamente a grande luta de nossas instituições de classe, como SECOVIs, ADEMIs, CRECIs, COFECI e Sindicatos, liderada no Paraná pelo colega Luiz Valdir Nardelli, então presidente da APADI, pela aprovação da nova lei de locações, a Lei 8.245, de 18 de outubro de 1991, hoje, com quase 30 anos de vigência.

Na época, administrador de alugueres, sentia na pele as dificuldades impostas pelo protecionismo ao inquilino contido na Lei 6.649/1979 (inquilinato). Os investimentos em imóveis para locação simplesmente desapareceram. Milhares de imóveis ficavam desocupados. Nenhum proprietário queria assumir os riscos de alugá-los. Quando alguém se dispunha a alugar, os valores locatícios eram superestimados, como forma de compensação pelos riscos. O Ministério Público, recém "empoderado" pela Constituição de 1988, com base na lei, interferia em tudo. Era o caos!

A lei 8.245/91, ainda que com algum resquício intervencionista, restabeleceu a ordem, e o mercado voltou ao normal. Em novembro de 2020, em artigo sobre a abrupta elevação do IGPM, defendi a livre negociação entre inquilinos e proprietários, mediada pelas imobiliárias, já que o indexador é de livre escolha dos contratantes. Tem dado certo! Por que então abrir mão da liberdade de iniciativa? O projeto de lei nº 1.026/2021, que propõe limitar o reajuste de alugueis ao IPCA, intenta controlar preços. Fere a ordem econômica e a livre concorrência. É inconstitucional!

Adam Smith, pai do liberalismo econômico, afirma que tudo o que cabe ao Estado é realizar obras públicas que não possam ser feitas pela atividade privada, defender a nação contra inimigos externos e proteger os cidadãos contra ofensas mútuas. Só! Todo o resto cabe à iniciativa privada. O Brasil, pais democrático de direito, não pode mais ceder ao populismo da intervenção estatal. É preciso reagir. O PL 1.026/2021 é um desserviço à democracia e à livre concorrência!

João Teodoro - Ex-presidente do Creci-PR por três mandatos consecutivos, presidente do Sindicato dos Corretores de Imóveis do Paraná de 1984 a 1986 e diretor da Federação do Comércio do Paraná. No Cofeci, ele atua desde 1991, quando passou a exercer o cargo de conselheiro federal, e é presidente desde 2000.

Empreendedores rurais são responsáveis por 25% do agronegócio brasileiro

Clube de assinatura de café valoriza os pequenos agricultores e reconhece a importância que eles têm para o Brasil

O agronegócio é responsável por 21,1% do PIB do Brasil, ou seja, mais de um quinto de tudo que é gerado no país sai da agricultura. E, desse total, cerca de 25% é proveniente da agricultura familiar, ou seja, 5% do PIB brasileiro tem origem nas propriedades dos pequenos empreendedores rurais. Esses foram alguns dos números divulgados pelo secretário Nacional da Agricultura Familiar e Cooperativismo, Fernando Schwanke, em entrevista para a Revista Expoagro 2020.

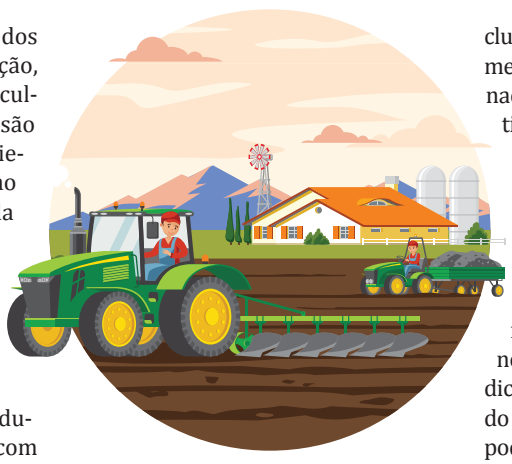
Conforme o secretário, alguns dos principais produtos de exportação, como, por exemplo, o café, a avicultura, suinocultura e fruticultura, são produzidos por pequenos proprietários rurais. No que diz respeito ao café, 80% da produção provém da agricultura familiar.

Mas, nem tudo são flores para os pequenos produtores, porque encontram diversas dificuldades. "Apesar de uma parte dos pequenos produtores desenvolverem produtos com a qualidade necessária para atingir o mercado nacional e internacional de cafés especiais, acabam enfrentando dificuldades por não terem estrutura operacional e comercial para isso", explica Gabriel Barruffini, CEO da Veroo, clube de assinatura de café.

Uma das dificuldades diz respeito à comercialização do produto e à rentabilidade: como está inserido em um mercado (o de commodities) que não é compatível com o seu perfil, o pequeno produtor não consegue se desenvolver financeiramente.

Outro problema é que parte dos pequenos produtores não têm conhecimento exato do produto e da qualidade. Com o intuito de mudar essa realidade, Gabriel criou a Veroo, clube de assinatura de café que conecta o pequeno produtor ao mercado.

"Nós entendemos o mercado de uma maneira diferente e atuamos na contramão, pois pagamos o máximo ao produtor e vendemos com o preço mais acessível ao consumidor", afirma Gabriel.



Ele também explica o porquê da preferência à agricultura familiar: "são histórias de superação e um produto com características quase artesanais, em relação ao manejo e à colheita principalmente - ações para as quais damos muito valor", ressalta o CEO

Gabriel explica que a empresa está propondo ao mercado uma revisão da cadeia de valor, pois, é necessário valorizar os menores do que os maiores e, também, dar a chance para que os pequenos produtores de café mostrem o que são capazes de fazer. Atualmente, com dois anos de existência, a Veroo já apresentou 24 produtores e entregou mais de 20.000 caixinhas na casa dos assinantes.

A proposta do clube Veroo é simples: todo mês um novo artista, como são apresentados os produtores, e uma região produtora são revelados ao assinante - ou seja, um novo café especial - por meio de uma "box" que é entregue à domicílio, em qualquer lugar do Brasil.

Dessa forma, os participantes do clube recebem uma caixa- experiência mensal, contendo o novo café selecionado, informativos sobre as características sensoriais dos grãos, a história do pequeno produtor responsável por aquele sabor e um mimo especial. - o novo café selecionado, uma revista digital contendo todas as informações sensoriais do grão, o laudo de avaliação do Q-Grader responsável, a história do pequeno produtor, uma playlist, receitas e dicas, e um mimo especial. O formato do produto fica à escolha do assinante: pode ser grão, moído ou cápsula - compatíveis com a Nespresso

A Veroo é uma marca nativa digital que opera inicialmente o clube Veroo de assinatura de cafés especiais, cujo propósito é levar um pouquinho do que acontece em cada origem produtora para dentro da casa do brasileiro que é apaixonado por café. Acreditamos e praticamos muito o Fair Trade, ou seja, trabalhamos na contramão do mercado, onde tentamos vender com o preço mais acessível possível para o consumidor final, mas pagando o máximo ao produtor.

Indústria do cimento mantém crescimento no primeiro trimestre do ano

O mau desempenho no primeiro trimestre de 2020, em razão das fortes chuvas e do início da pandemia, frente ao mesmo período de 2021 levou a indústria do cimento a um crescimento acumulado de 19%.

Em termos nominais, foram vendidas 15,3 milhões de toneladas no trimestre, sendo que 5,5 milhões ocorreram somente em março, mantendo o mesmo patamar dos meses anteriores. Na comparação entre março de 2021 e março de 2020 o crescimento foi de 34,6%.

Os principais indutores desse desempenho continuam sendo as condições climáticas favoráveis, a manutenção das obras imobiliárias e a autoconstrução, que ainda desempenha um papel relevante nas vendas de cimento, mesmo com a suspensão do auxílio emergencial desde janeiro.

Na contramão dos resultados do período, as vendas de cimento por dia útil, melhor indicador do setor, tiveram uma queda de 6,3% na comparação com o mês de fevereiro, que ocorreram pela antecipação dos feriados e restrições de circulação e do funcionamento do comércio – destaque para as lojas de materiais de construção -, além de fatores como aumento do desemprego, inflação e queda da renda.

"Apesar dos números absolutos apontarem para um crescimento robusto temos que ter cautela, pois como demonstra o resultado por dia útil na comparação dos últimos meses, houve uma retração de 6,3%, em razão da antecipação dos feriados, fechamento do comércio e queda da massa salarial. Neste cenário de inúmeras incertezas, qualquer tipo de projeção de demanda do produto seria um exercício de futurologia sem nenhuma base confiável de dados." – afirmou Paulo Camillo Penna – Presidente do SNIC.

Venda de cimento - dados preliminares

Março 2021

Origem do despacho	Nº de Informantes	Março 2020	Março 2021	mar/21 / mar/20	Jan.- Mar. (1.000 ton.) 2020	Jan.- Mar. (1.000 ton.) 2021	Jan.- Mar./21 / Jan.- Mar./20
Norte	(3)	157	210	33,8%	522	596	14,2%
Nordeste	(15)	785	1.127	43,6%	2.705	3.226	19,3%
Centro-Oeste	(4)	414	571	37,9%	1.319	1.632	23,7%
Sudeste	(11)	2.044	2.581	26,3%	6.059	7.119	17,5%
Sul	(5)	682	991	45,3%	2.166	2.587	19,4%
Venda Mercado Interno**		4.082	5.480	34,2%	12.771	15.160	18,7%
Exportação		15	33	120,0%	41	91	122,0%
Venda Total		4.097	5.513	34,6%	12.812	15.251	19,0%

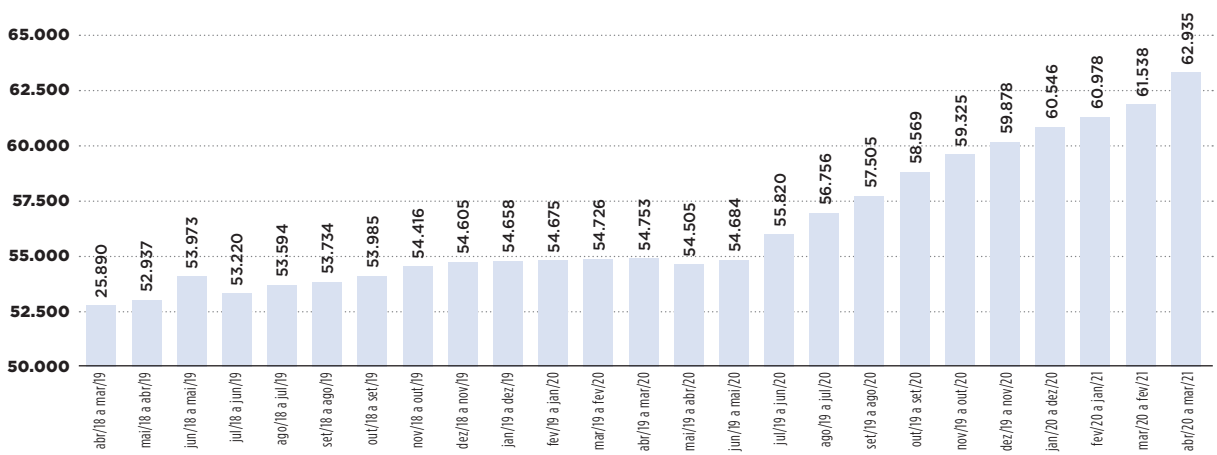
* Inclui as estimativas de oferta de associados e não-associados

** Não inclui a venda do cimento importado

	Despacho 1.000 ton./dia útil mar/20	fev/21	mar/21	mar/21 / mar/20	mar/21 / fev/21	Jan.- Mar./21 / Jan.- Mar./20
Venda Mercado Interno por dia útil	170,1	234,0	219,2	28,9%	-6,3%	20,5%
Nº de Dias úteis	24,0	20,0	25,0	4,2%	25,0%	-1,5%

Venda acumulada 12 meses - Mercado Interno

Vendas preliminares da indústria e estimativas de mercado



PERSPECTIVAS

Os indicadores de confiança mantêm a perspectiva de piora desde o final de 2020. De acordo com estudos da Fundação Getúlio Vargas, os índices de confiança do consumidor, da construção e dos empresários mantiveram a trajetória de queda devido ao recrudescimento da pandemia e ao aumento das restrições de mobilidade, trazendo sérios riscos ao emprego e a renda. Ademais, mesmo com a alta nos números de vagas de emprego com carteira assinada, o país continua registrando recorde nas taxas de desemprego (14,2% em janeiro) principalmente afetando o trabalhador sem carteira assinada (trabalho informal), segundo o IBGE.

O novo auxílio emergencial que poderia colaborar para melhorar esse cenário é bem inferior (entre R$ 150,00 e R$3 75,00) do que o oferecido em 2020 – tanto em valor quanto em abrangência – e dessa forma, não será suficiente para reverter a retração drástica no poder de compra da população.

Esse ambiente deve impactar a cadeia de valor do cimento com a desaceleração do ritmo das reformas. Além disso, registrou-se o crescimento do número de obras imobiliárias paradas5, a majoração da taxa Selic e a expectativa de novos aumentos podem inibir a aquisição de imóveis.

Infraestrutura – Em 2011, a infraestrutura era responsável por 25% do consumo de cimento, ou seja, 16,2 milhões de toneladas. Atualmente, as estimativas do SNIC apontam que este segmento é responsável por cerca de 10% do consumo de cimento, ou seja, 5,3 milhões de toneladas.

A retomada dos leilões para concessões de aeroportos, rodovias, portos e ferrovias trouxe novos aportes para infraestrutura. Na semana passada, por ocasião da "Infra week investimentos privados chegam a R$ 10 bilhões e expectativa da geração de 200 mil empregos (diretos, indiretos e induzidos). No final deste mês será realizado o leilão da CEDAE, com expectativa de valor mínimo de outorga de R$ 10,6 bilhões e investimentos previstos de R$ 24,6 bilhões nos primeiros 12 anos da concessão e R$ 30 bilhões ao longo de todo o período. Trata-se, certamente, do mais emblemático movimento do saneamento brasileiro após a aprovação do seu novo marco regulatório.

Abril de 2021 marca a retomada dos investimentos em infraestrutura no país. É fundamental, portanto, que a campanha de vacinação e as reformas estruturantes sejam aceleradas para o reencontro do Brasil com o crescimento econômico sempre com a fundamental participação da indústria do cimento.

Valor da Produção Agropecuária de 2021 deve ser 12,4% maior que o do ano passado

Soja e milho são os principais destaques dos últimos três anos

A projeção do Valor da Produção Agropecuária (VBP) deste ano aumentou, em valores reais, 12,4% em relação ao de 2020, que somou R$ 940,9 bilhões. O valor absoluto previsto é de R$ 1,057 trilhão, o maior já obtido desde 1989.

As lavouras representam R$ 727,7 bilhões, e a pecuária, R$ 330,1 bilhões. O crescimento real deve chegar a 16,1% nas lavouras e 5,1% na pecuária, conforme levantamento da Coordenação-Geral de Avaliação de Política e Informação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

"Nos últimos três anos, soja e milho têm apresentado recordes sucessivos de faturamento. A soma dessas duas atividades resultou num valor 65,4% do VBP das lavouras. Em valores absolutos, a soja apresenta uma estimativa de R$ 345,9 bilhões e o milho, R$ 129,9 bilhões. A demanda interna e o comportamento dos mercados, dos Estados Unidos e da China, têm sido os principais responsáveis por esse crescimento", diz o departamento.

Na pecuária, o bom desempenho é dos setores de bovino, frango e leite, que correspondem a 86,2% do valor gerado. Carne bovina representa 45,0% do valor da pecuária, acompanhada por carne de frango e leite.

Outro grupo de produtos com boas estimativas de crescimento do VBP é: algodão, arroz, laranja, trigo e uva. Em menor destaque, mas também com projeção de resultado superior ao de 2020, estão amendoim, feijão e cana-de-açúcar.

Já entre os produtos com baixa estimativa estão banana, batata inglesa, tomate e café. Os três primeiros tiveram reduções do VBP devido aos menores preços, e o café sofreu redução de produção por causa de secas sofridas no ano passado.

No grupo de 25 produtos analisados no levantamento, 16 apresentam preços recebidos superiores aos do ano passado. Pode-se dizer que, em geral, os produtores têm um ambiente de preços melhor neste ano.

Nova lei de licitações pretende regular, agilizar e trazer mais segurança jurídica às compras governamentais

Nova legislação tem prazo de dois anos para ser implementada

Após anos de espera, foi publicada a nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021). Ela substitui a Lei Geral das Licitações (Lei nº 8.666/1993), a Lei do Pregão (Lei nº 10.520/2002) e parte da norma que trata do Regime Diferenciado de Contratações/RDC (Lei nº 12.462/11). Traz também novos temas acerca das contratações públicas.

Para o advogado Fernando Forte, do escritório Tardioli Lima Advogados, a nova Lei de Licitações trará mais agilidade aos processos de compras governamentais e regulará o funcionamento da máquina pública. "Também traz mais segurança jurídica a esses processos", opina.

O advogado ressalta que a nova legislação prevê um prazo de dois anos para adaptação às mudanças trazidas. "Agora é acompanhar a implementação e amadurecimento que, certamente, trará impactos tanto para a Administração Pública quanto para os seus fornecedores".

A seguir, Forte realça os principais pontos que acredita ser relevantes e inovadores:

- *Exclusão das empresas estatais e empresas de economia mista à sujeição desta nova norma;*
- *Exclusão das modalidades "Convite" e "Tomada de Preços" e surgimento de nova modalidade denominada "Diálogo Competitivo", que visa "diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades" e restrita a determinadas matérias como, por exemplo, a contratação de empresas para inovação tecnológica ou técnica;*
- *Possibilidade de prorrogação do prazo das Atas de Registro de Preços de um ano para até dois anos;*
- *Unificação do Registro Cadastral (CRC), que é o registro de fornecedores;*
- *Inversão de fases para todas as modalidades: análise da proposta de preços para posterior habilitação;*
- *Obrigatoriedade da realização da sessão pública eletrônica;*
- *Padronização dos prazos (três dias úteis) para apresentação de impugnações e recursos administrativos;*
- *A Dispensa de Licitação teve seus valores aumentados para contratações até R$ 100 mil para obras, serviços de engenharia ou serviços de manutenção de veículos automotores e até R$ 50 mil para bens e outros serviços, mantendo-se a contratação emergencial dentro deste rol;*
- *Novas exigências para habilitação, como por exemplo, apresentação de balanço patrimonial dos últimos dois exercícios;*
- *A nova lei deixa claro que, quando a fase de habilitação anteceder o julgamento das propostas e esta já estiver encerrada, não caberá a exclusão do licitante por este motivo;*
- *Limitações ao tratamento diferenciado das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte considerando a receita bruta máxima ao enquadramento destas como tal;*
- *Duração dos contratos administrativos por até 10 (dez) anos em alguns casos específicos;*
- *Rescisão contratual por inadimplência da Administração Pública, dentre eles, pelo atraso no pagamento superior a dois meses contados da emissão da nota fiscal pela contratada;*
- *Possibilidade de utilização de meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias: conciliação, mediação, comitê de resolução de disputas e arbitragem;*
- *Implementação de gestão de riscos e controle preventivo das contratações por meio de três níveis de linha de defesa mediante a adoção de recursos de tecnologia da informação;*
- *Criação do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) para centralização da publicação dos atos administrativos exigidos pela Nova Lei.*

A Tardioli Lima Advogados foi fundado em 2009 e atua na área de Direito Empresarial, com ênfase em Agronegócio, Recuperação de Crédito, Tributário, Imobiliário, Educação, Falência e Recuperação Judicial, Planejamento Patrimonial e Sucessório e Societário, onde atendem empresas líderes em seus segmentos de atuação.

SEU DINHEIRO

FERNANDO SOARES RODRIGUES

Jornalista especializado em economia e finanças

A hora dos ativos pós-fixados

O segundo trimestre de 2021 registra as mesmas tendências do período anterior no mercado financeiro: juros e inflação em alta e Produto Interno Bruto (PIB) com projeções em queda.

O destaque nas últimas semanas foi a inflação de março que atingiu 0,93% e elevou o acumulado dos 12 meses anteriores para 6,10%. O IGP-M, que capta a inflação no atacado, que continua sendo muito influenciado pela alta dos preços em dólar das commodities, superou os 30% no acumulado dos 12 meses anteriores e levou pânico a inquilinos que têm contratos reajustados por este índice. O proprietário, que não aceitar reajuste bem menor ou a manutenção do aluguel, arrisca a perder o inquilino.

O mercado não espera alta ainda mais expressiva do IPCA no acumulado do ano, diante do desempenho morno da economia, incapaz de recuperar as perdas da ordem de 4% no primeiro ano da pandemia. O boletim Focus do Banco Central relativo a 16 de abril prevê inflação acumulada de 4,92% em dezembro próximo, um pouco abaixo da Selic, os juros básicos da economia, que tem condições de fechar 2021 na faixa de 5,25% ao ano segundo os analistas de mercado consultados, e bem acima dos 2,75% ao ano de abril. O BC agora com autonomia e mandatos fixos para seus dirigentes tem condições técnicas de tomar decisões de política monetária com total isenção. É preciso apostar para que tenham competência para tanto. Ao manter a Selic baixa por muito tempo, o BC foi alvo de críticas por parte do mercado.

BOLSA EM RECUPERAÇÃO.

A B3 (a bolsa brasileira) registrou ligeira recuperação no início de abril, apesar das turbulências na política geradas pela expectativa dos trabalhos da CPI da pandemia e das dificuldades do governo federal em aprovar o orçamento de 2021.

A B3 voltou a superar os 120 mil pontos em abril e demonstra capacidade de se manter com um bom segmento para a capitalização de empresas. Exemplo disto foi o sucesso da oferta primária de ações pelo grupo hospitalar mineiro Mater Dei, que conseguiu captar mais de U$ 1 bilhão no mercado acionário em cenário econômico nem tão alvissareiro para o Brasil.

Na B3 continuam intensas as operações especulativas com ações no day-trade (compra e venda de ações no mesmo dia). É preciso muito conhecimento do mercado, habilidade e sorte para se ter êxito neste tipo de operação.

PÓS-FIXADOS

Diante da expectativa de juros e inflação em alta, os ativos de renda fixa pós-fixados são naturalmente os mais procurados pelos investidores, com destaque para os Certificados de Depósitos Bancários –CDB´s com rentabilidade diária, os títulos do Tesouro direto com rentabilidade atrelada ao IPCA (índice oficial de inflação) e à taxa Selic. Os fundos de investimentos financeiros DI que têm em suas carteiras títulos públicos pós-fixados também são atraentes. O referencial de rentabilidade é o CDI-Certificado Interfinanceiro que deve rende 0,21% brutos em abril, um pouco acima das cadernetas de poupança com previsão de rentabilidade líquida de 0,16% psts o mesmo período.

CÂMBIO

A prevalecerem as previsões dos analistas do mercado de câmbio captadas

pelo boletim Focus, o dólar comercial termina o ano na faixa de R$ 5,40. Neste ano, a moeda norte-americana acumula alta de 4,91% frente ao real, depois de ter registrado valorização recorde de 41,45 em 2020.

As incertezas na política e na economia geradas principalmente pelo governo ajudam a pressionar o dólar. A alta do dólar eleva os preços de produtos com cotações internacionais e pressiona a inflação.

Quem acredita em alta mais expressiva do dólar tem nos fundos cambiais o refúgio natural. A compra do dólar turismo em espécie ou em cartões de débito internacional é sempre uma opção a ser considerada por quem pretende realizar viagem internacional quando a pandemia perder intensidade.

As contas externas do País continuam estáveis segundo as previsões do boletim Focus. O País deve fechar o ano com superávit na balança comercial da ordem de U$ 57,6 bilhões e entrada de investimentos estrangeiros diretos da ordem de US$ 55 bilhões. Valores mais que suficientes para cobrir o déficit previsto de US$ 10 bilhões nas contas correntes (todo o movimento com o exterior.

DIVIDENDOS EM BAIXA

Para o investidor tradicional que aplica em bolsa em busca não só da valorização dos preços das ações, mas também a procura dos dividendos, a situação piorou no ano passado. Levantamento realizado pela consultoria Economática constatou que os dividendos distribuídos pelas empresas de capital aberto registraram queda de 29% no ano passado. O setor de bancos teve queda de 47%. A mineradora Vale é que mais distribuiu dividendos em 2020. A companhia do setor elétrico Taesa teve o melhor dividend yield da década.

No levantamento, a consultoria levou em consideração somente companhias com dados disponíveis em todos os anos da década fechada em 2020. Empresas listadas após 31 de dezembro de 2011 não fazem parte da amostra. Todos os cálculos foram feitos em reais sem ajuste pela inflação.

Segundo a Economática, o setor de bancos sempre esteve na liderança de distribuição de dividendos e JCP´s (juros sobre capital próprio) nos últimos anos. A segunda posição é dividida por três setores na década entre 2011 e 2014, e em 2019 o setor de energia elétrica esteve na segunda posição. Entre 2015 e 2017 o setor de Alimentos & bebidas assumiu esta posição e o setor de mineração foi o segundo colocado em 2018 e em 2020. Esta posição considerando na amostra a Vale no setor de mineração.

Em 2020, oito dos 27 setores analisados registraram crescimento na distribuição de dividendos e JCP´s com relação ao ano de 2019.

Oito setores têm mais de 50% de redução entre 2019 e 2020. O setor químico com -83,6% é o que registra a maior queda percentual. O setor bancário, que tem o maior volume financeiro da amostra, registra queda de -47,7%.

Seis setores atingem o maior valor de dividendos e JCP´s distribuídos na década no ano de 2020: são os de Mineração, Seguradoras & corretoras de seguros, Construção, Água, esgoto & outros sistemas, Bolsa valores & commodities e Máquinas industriais.

Quatro setores atingem o menor valor em 2020 da década e são: Software & Dados, Papel & Celulose, Veículos & Peças e Minerais não Metálicos.

História e avanços da pesquisa com eucalipto no Brasil são tema de livro da Embrapa

O livro, com mais de mil páginas, lançado no aniversário de 48 anos da Embrapa, traz os resultados de esforços conjuntos de 105 autores na descrição de conhecimentos e tecnologias para o setor florestal brasileiro. Os resultados destas pesquisas têm contribuído para colocar o Brasil como referência na silvicultura de eucalipto e evidenciam o retorno tecnológico gerado pela pesquisa científica para o uso sustentável da terra.

Com edição técnica de Edilson Batista de Oliveira e José Elidney Pinto Júnior, pesquisadores da Embrapa Florestas, o livro reúne o trabalho de 21 Unidades da Embrapa e conta com texto de apresentação de Antônio Paulo Mendes Galvão, ex-chefe da Embrapa Florestas, e principal articulador da criação desta Unidade da Embrapa. Destaque para o prefácio de Alysson Paolinelli, um dos responsáveis pela criação da Embrapa, e por modernizar e expandir a empresa quando ocupou o cargo de Ministro da Agricultura, na década de 1970. Devido à relevância de sua trajetória para a segurança alimentar mundial, Paolinelli foi indicado para concorrer ao Prêmio Nobel da Paz 2021.

O livro reúne 35 capítulos com informações resultantes da pesquisa que se iniciou com o esforço conjunto multi-institucional e que possibilitou que a Embrapa Florestas, no início da década de 1980, buscasse sementes de eucaliptos e corímbias na Austrália e Indonésia, locais de origem do eucalipto, e renovasse, com uma rede inicial com aproximadamente 240 experimentos distribuídos em diversos estados do País, a base genética utilizada hoje em muitas plantações. Aborda, também, as tecnologias que possibilitaram a criação de um sistema de produção altamente inovador, que tornou o Brasil referência mundial em produtividade e silvicultura do eucalipto.

Conforme destacado pelos editores, a alta produtividade da eucaliptocultura exigiu da própria pesquisa científica reavaliações sobre as questões ambientais. Uma demanda da sociedade, por exemplo, é relacionada aos tipos de impactos ambientais dos plantios de eucalipto em contraponto à sustentabilidade das plantações florestais. A ciência tem mostrado que tais impactos são pequenos em relação aos de outras culturas agrícolas, inclusive apontando diversos serviços ambientais proporcionados pelo cultivo do eucalipto. Estes pontos são abordados no livro, que trata ainda de genética, mudanças climáticas, uso do solo, nutrição, serviços ambientais, restauração florestal, geração de renda, abelhas, nanotecnologia, pragas e doenças, sementes, mudas, softwares, geração de energia, integração lavoura-pecuária-floresta, entre diversas informações e referências bibliográficas.

Presente em todos os biomas, o eucalipto possui grande transversalidade e importância para o agronegócio. "Cultivado em propriedades rurais familiares até grandes empresas, tanto em monocultivos como em sistemas integrados, o gênero se tornou o mais plantado no País, gerando milhões de empregos diretos, indiretos e resultantes do efeito-renda, e receita de bilhões de dólares. Diversos serviços ambientais são prestados, com destaque para a captura de gases de efeito estufa e para os vários serviços decorrentes dos sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta, como conforto térmico para o gado, que têm mostrado aumento da rentabilidade econômica pela elevação da produtividade animal e pela produção de madeira. Fundamental é a sua importância na redução da pressão sobre florestas naturais, evitando desmatamentos para obtenção de matéria-prima, em especial madeira para múltiplas finalidades", destacam os editores.

Embrapa completa 48 anos promovendo a agricultura movida a ciência

No evento de aniversário da empresa, a ministra Tereza Cristina disse que a participação da Embrapa foi fundamental para tornar o Brasil uma potência agroambiental

Há 48 anos, o Brasil assumiu o desafio de promover um modelo de agricultura e pecuária tropical genuinamente brasileiro, superando as barreiras que limitavam a produção de alimentos, fibras e energia no nosso País. O marco foi a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em 26 de abril de 1973, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Nesta quarta-feira (28), o aniversário da Embrapa foi comemorado em um evento virtual com a participação da ministra Tereza Cristina, que foi homenageada na categoria institucional.

"O Brasil é uma potência agroambiental graças à participação da Embrapa com uma agricultura movida a ciência. Temos orgulho, como brasileiros, de ter uma empresa protagonista na segurança alimentar. Convoco os mais de 2,4 mil pesquisadores para os desafios dos próximos 48 anos", disse a ministra ao parabenizar a Embrapa durante a cerimônia.

O desenvolvimento tecnológico da agricultura e pecuária nacionais também foi destacado pelo secretário de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação do Mapa, Fernando Camargo, que preside o conselho da Embrapa: "Na década de 1970 tivemos uma revolução a partir da pesquisa, inovação, tecnologia e ciência aplicada. Fizemos com que o peso da cesta básica tenha diminuído para o brasileiro, sendo uma das maiores políticas de Estado do país. A Embrapa, agora, contribui com a revolução século XXI com uma agricultura 5.0, digital e de precisão".

À época da criação da Embrapa o Brasil importava alimentos básí-

cos como leite e carne. Atualmente, a produção nacional é responsável por garantir acesso à alimentação de cerca de 1 bilhão de pessoas no mundo a partir da saúde animal, sanidade vegetal, segurança dos alimentos e sustentabilidade na produção. As pesquisas, ações e programas da Embrapa ajudaram a transformar o Brasil e torná-lo um dos maiores celeiros do mundo, sendo uma das agropecuárias mais eficientes e sustentáveis do planeta. O setor é responsável por mais de 20% do PIB nacional, somando mais de R$ 871,3 bilhões em 2020 em produção.

Durante a cerimônia virtual, o presidente da Embrapa, Celso Moretti, anunciou seis novas tecnologias para uso nas próximas safras agrícolas e na aquicultura. Entre elas, o bioinsumo Auras, bioproduto feito com uma bactéria encontrada no mandacaru, espécie de cacto comum no semiárido brasileiro, que promove maior resiliência e capacidade de adaptação das plantas ao estresse hídrico. Os primeiros testes estão sendo feitos com o milho, mas a intenção é ampliar para outras culturas.

"São tecnologias escolhidas a dedo para os 48 anos da Empresa e estão relacionadas às cadeias produtivas da soja, do leite, do algodão, do açaí, à aquicultura e também à bioeconomia, com o lançamento do bioproduto Auras. Eu não tenho dúvidas que este bioproduto irá transpor as fronteiras do Brasil e ajudará diferentes culturas na convivência com a seca, como é o caso do Semiárido brasileiro", complementou.

Moretti afirmou que 2020 foi um ano difícil para a Empresa, causado por restrições orçamentárias e pela pandemia da Covid-19. No entanto, a Embrapa mostrou ser possível continuar fazendo importantes entregas para a sociedade brasileira e os dados do Balanço Social demostram este alcance de resultados.

"A partir do cálculo do impacto econômico do uso de 152 tecnologias, geramos R$ 56 bilhões, além de mais R$ 4 bilhões gerados a partir das 122 cultivares que colocamos à disposição do produtor brasileiro de frutas, hortaliças, soja, trigo, algodão, entre outras culturas, e mais R$ 1 bilhão calculado a partir dos indicadores sociais e laborais", detalhou Moretti ao falar sobre os resultados do Balanço Social de 2020, que gerou um lucro social total de R$ 61,85 bilhões.

A cada real investido pelo Governo Federal, a Embrapa devolveu à sociedade R$ 17,77 reais. O valor é obtido a partir do cálculo do impacto econômico de uma amostra de tecnologias adotadas pelo agronegócio brasileiro e de cultivares desenvolvidas pela Empresa.

Embrapa celebra 48 anos de pesquisa e desenvolvimento da agropecuária

Sebrae foi homenageado por fomentar a inovação e tecnologia no agronegócio e na pecuária brasileira

O Sebrae foi uma das instituições homenageadas na celebração do aniversário de 48 anos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), comemorado nesta quarta-feira (28), durante evento online. Na categoria setor produtivo, o Sebrae foi apontado como a instituição que vem fomentando a inovação e a tecnologia na agropecuária, em parceria com a Embrapa. Em agradecimento, o presidente do Sebrae, Carlos Melles, afirmou que a sinergia entre as duas instituições projeta o país como referência na produção de alimentos.

"É com muita alegria, com muita satisfação, que participo do aniversário da nossa querida Embrapa. Em 1972, quando me formei, participei do programa de pesquisa, que já era o embrião da Embrapa. Desde então, tenho uma longa história de trabalho com essa instituição. Como presidente do Sebrae, agradeço a parceria, somos aliados e parceiros. Graças ao trabalho das duas equipes, o Brasil é uma referência internacional quando falamos em produção de alimentos. Quero deixar minha saudação aos colaboradores e pesquisadores da Embrapa. Esse prêmio é de todos que trabalharam nos nossos projetos ao longo dos quase 50 anos da Embrapa", disse Melles.

O presidente da Embrapa, Celso Moretti, destacou os pontos altos na trajetória da instituição, relembrando os principais resultados alcançados: "Agradeço a todos os colaboradores e parceiros nesses 48 anos de Embrapa. Na década de 70, o Brasil sofria com insegurança alimentar, a carne era comprada da Europa, o leite dos EUA. Foi então que o governo criou a Embrapa, promovendo uma verdadeira revolução na agricultura

brasileira. Transformamos o cerrado em terras férteis, tropicalizamos culturas e animais, como soja, milho e gado indiano. Agora estamos tropicalizando o trigo, seremos autossuficientes em mais uma comodity. Atualmente, o Brasil alimenta mais 800 milhões de pessoas em todo mundo, exporta para mais de 70 países, temos tecnologia de pesquisa em agropecuária. Nossa empresa chega aos 48 anos, com 343 centros de pesquisa, 8 mil colaboradores e 2200 pesquisadores".

A ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, Tereza Cristina, também foi homenageada na categoria governo federal, como incentivadora do desenvolvimento da pesquisa na agropecuária brasileira. Tereza aproveitou o momento para reforçar a importância do investimento em ciência e tecnologia: "Nesses dias difíceis que estamos passamos com a pandemia, a Embrapa continua trabalhando, com agricultura somada à ciência. Estamos vendo como investir em ciência é importante para os países. Nós desenvolvemos alimentos para o Brasil e para o mundo. Parabenizo a instituição por todo trabalho feito até hoje e a desafio a fazer mais nos próximos anos. O Brasil é uma potência agroambiental, parte disso é em função do trabalho da Embrapa. As pesquisas precisam continuar para modernizarmos cada vez mais nossa produção", incentivou.

Por sua vez, Fernando Campos, presidente do Conselho de Administração da Embrapa, ressaltou que uma das principais missões é levar a revolução 5.0 para o campo. "Hoje é dia de saudar os colaboradores da Embrapa que trabalharam arduamente para produzir alimentos que baseiam a nutrição do brasileiro. Agora temos que ajudar o país a fazer a revolução digital da agropecuária. Isso nos colocará em um outro patamar econômico e social", afirmou. O deputado federal, Sergio Souza (MDB-PR), líder da Frente Parlamentar da Agropecuária, destacou apoio do parlamento no trabalho da Embrapa. "Se não fosse pelo trabalho da Embrapa, o Brasil hoje não seria o segundo maior importador de alimentos do mundo. Contem conosco sempre", disse.

O presidente da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), Marcio Freitas, e o presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), João Junior, também participaram da celebração e saudaram a Embrapa por seus 48 anos.

MercadoComum contratou pesquisa de opinião exclusiva para avaliar a situação política, econômica e financeira do país e de Minas Gerais

SITUAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

Em pesquisa realizada pela Quaest com exclusividade para a Mercado Comum em março de 2021 constatou-se que os mineiros sofreram e ainda sofrem as consequências financeiras e econômicas da crise que se instalou no país. Na percepção de 42% dos entrevistados, nos últimos 6 meses, a situação financeira e econômica da família piorou.

Essa proporção é ainda maior entre os mais velhos, com 60 anos de idade ou mais (48%), e entre aqueles com pior condição econômica: para cerca de 50% dos que possuem renda familiar mensal de até 2 salários-mínimos, a situação financeira familiar piorou nesse período. Por outro lado, os de alta renda aparentemente não foram impactos pela crise: para 36% dos que recebem mais de 10 salários-mínimos no mês, a situação econômica do domicílio melhorou.

Além disso, os mineiros estão pessimistas: 43% acreditam que nos próximos 6 meses a capacidade financeira para fazer compras vai piorar, 25% que vai ficar igual e 29% que vai melhorar (restante não sabe ou não respondeu). Os mais descrentes são, novamente, os com idade igual ou acima a 60 anos (48%), os de menor renda (43% entre os que possuem renda familiar de até 2 salários-mínimos), e também os que residem em municípios do interior (44%).

AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DE ROMEU ZEMA E INTENÇÃO DE VOTO PARA O GOVERNO DE MG

Ao serem questionados sobre o desempenho do atual governador de Minas Gerais, Romeu Zema é bem avaliado pela maior parte dos mineiros: 56% o avaliam positivamente. Quanto maior a idade, melhor é também a percepção acerca do trabalho realizado pelo governador: a proporção dos que avaliam Zema de forma positiva é de 51% entre os mais jovens (18 a 34 anos), e de 62% entre os mais velhos (60 anos ou mais).

Os municípios do interior também avaliam Zema melhor, se comparado à capital: 60% consideram sua gestão positiva, frente a 43% em Belo Horizonte. Além disso, 32% dos belo-horizontinos consideram que Zema tem feito uma gestão ruim ou péssima, frente a 18% dos moradores dos outros municípios pesquisados.

No que diz respeito à intenção de voto para o governo de Minas, Zema é mencionado espontaneamente por cerca de 1/3 dos mineiros. Alexandre Kalil, atual prefeito de Belo Horizonte, aparece em segundo lugar, com 12%, e Antônio Anastasia, em terceiro lugar, com 4% das menções. O atual governador tem melhor desempenho entre as mulheres (39%), entre aqueles com 45 anos ou mais (35%) e os que possuem renda familiar acima de 10 salários-mínimos (47%).

AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DE JAIR BOLSONARO E INTENÇÃO DE VOTO PARA A PRESIDÊNCIA

Em relação ao desempenho de Jair Bolsonaro, 42% dos mineiros avaliam a atuação do presidente como péssima. As maiores proporções são encontradas entre os homens (47%), aqueles mais jovens (18 a 24 anos – 54%), os que possuem renda familiar mensal entre 5 e 10 salários-mínimos (49%) e entre os moradores de Belo Horizonte (54%).

Essa insatisfação dos entrevistados é refletida na intenção de voto para presidente, que também repete a polarização, já esperada: 25% dos entrevistados mencionaram espontaneamente que votariam em Bolsonaro se as eleições fossem hoje, e o ex-presidente Lula, que recentemente se tornou elegível novamente, é citado por 22%. Haddad aparece com 5% e Ciro Gomes, com 4%.

Destaque para os entrevistados de maior renda, que apresentam maior proporção de intenção de voto em Bolsonaro: 41% dos que possuem mais de 10 salários-mínimos reelegem o atual presidente, frente a 23% entre os que recebem até 2 salários-mínimos. Lula, como já esperado, tem melhor desempenho entre os de menor renda, e quanto menor a classe econômica, maior é a intenção de voto no ex-presidente.

INFORMAÇÕES TÉCNICAS

A coleta de dados foi realizada entre os dias 24 de fevereiro e 29 de março de 2021. A coleta foi realizada através do método CATI (do inglês Computer Assisted Telephone Interviewing), que consiste em ter o questionário programado em um software para computador e aplicado por entrevistadores através do telefone.

O público-alvo é a população com 18 anos ou mais, residentes nos 50 municípios com maior população do estado de Minas Gerais, de acordo com o IPC Maps 2020. Foram realizadas no total 1.513 entrevistas. A amostra foi desenhada proporcionalmente à população residente nos municípios selecionados, considerando-se o sexo e a faixa etária, a partir de dados disponibilizados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A margem de erro máxima estimada é de 2.5 pontos percentuais considerando os resultados obtidos para o total da amostra, 5.6 pontos percentuais para Belo Horizonte e 2.8 pontos percentuais para o interior (considerando todos os municípios). O intervalo de confiança é de 95%, o que significa que há probabilidade de 95% de os resultados dessa pesquisa retratarem o momento atual, considerando a margem de erro.

CHECAGEM E VERIFICAÇÃO DOS DADOS

Dada a importância da etapa de aplicação do questionário para os resultados do projeto, a Quaest se utilizou de algumas estratégias que minimizam os possíveis problemas na coleta de dados, a saber: (a) monitoramento em tempo real das atividades de coleta; (b) análise de consistência das respostas; e (c) checagem por telefone, conforme descrição abaixo:

(a) Monitoramento das atividades de coleta: como o questionário foi programado em software e aplicado através do método CATI, a Quaest realizou o acompanhamento em tempo real da aplicação dos questionários por município, além de checar o cumprimento das cotas amostrais previstas em cada um dos segmentos. Essa ação teve como objetivo o monitoramento do número de entrevistas realizadas por pesquisador e município, identificando possíveis situações críticas. O objetivo dessa ação foi viabilizar intervenções tempestivas de forma a garantir o atendimento do cronograma da pesquisa.

(b) Análise de consistência das respostas: análise da consistência das informações coletadas a cada vez que um questionário preenchido era enviado ao banco de dados da pesquisa, incluindo o cruzamento horizontal (conferência entre respostas de um mesmo questionário) e vertical (conferência entre respostas de diferentes questionários) das respostas. Com essa ação, pretendeu-se encontrar situações de falseamento de questionário ou preenchimento inadequado por parte do pesquisador.

(c) Checagem por telefone: 20% das entrevistas realizadas foram integralmente checadas pela equipe de qualidade através da escuta da gravação. Diante de situações suspeitas relacionadas à aplicação dos questionários e aos dados coletados, foi realizada a tentativa de contato por telefone com o entrevistado, a fim de certificar a verossimilhança das informações, identificando e resolvendo preenchimentos inadequados ou falseados, por exemplo.

Destaca-se, ademais, a utilização de uma equipe técnica permanente da Quaest, responsável pela identificação de situações críticas e solução dos problemas, que foi designada para acompanhar todo o projeto de perto, incluindo a etapa de coleta de dados.

Quaest CONSULTORIA E PESQUISA

Tabela 60. De maneira geral, como você avalia o governo de Romeu Zema em Minas Gerais? Ele está fazendo um governo:

	Total	Sexo		Faixa Etária					Renda Familiar				Localidade	
		Fem.	Masc.	18 a 24	25 a 34	35 a 44	45 a 59	60 ou mais	Até 2 SM	Mais de 2 a 5 SM	Mais de 5 a 10 SM	Mais de 10 SM	Interior	Capital
Ótimo	6,6%	7,4%	5,8%	1,7%	4,6%	7,4%	7,9%	9,3%	5,1%	6,0%	11,5%	12,6%	6,9%	5,6%
Bom	28,0%	28,2%	27,7%	23,6%	22,8%	25,8%	31,0%	33,8%	28,3%	28,7%	22,0%	32,6%	30,1%	19,7%
Regular positivo	21,9%	22,2%	21,5%	25,8%	23,8%	22,4%	20,3%	19,0%	22,9%	22,7%	19,1%	14,4%	23,0%	17,6%
Regular negativo	15,8%	14,3%	17,5%	21,4%	15,2%	17,6%	15,6%	11,6%	17,2%	14,9%	14,2%	15,8%	15,7%	16,5%
Ruim	8,4%	8,6%	8,2%	9,5%	11,4%	9,0%	5,6%	7,7%	6,2%	10,2%	10,6%	6,6%	8,1%	9,3%
Péssimo	12,8%	13,7%	11,8%	12,2%	16,4%	13,4%	12,6%	9,5%	11,0%	12,2%	20,5%	14,2%	10,2%	22,7%
NS/NR	6,5%	5,6%	7,5%	5,8%	5,8%	4,5%	6,9%	9,1%	9,3%	5,3%	2,2%	4,0%	6,0%	8,6%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Quaest CONSULTORIA E PESQUISA

Tabela 62. Voto no segundo turno na eleição para Governador de MG em 2018

	Total	Sexo		Faixa Etária					Renda Familiar				Localidade	
		Fem.	Masc.	18 a 24	25 a 34	35 a 44	45 a 59	60 ou mais	Até 2 SM	Mais de 2 a 5 SM	Mais de 5 a 10 SM	Mais de 10 SM	Interior	Capital
Romeu Zema	53,8%	56,8%	50,5%	41,6%	54,5%	56,9%	55,2%	56,1%	53,2%	55,3%	50,5%	53,3%	56,7%	42,5%
Antônio Anastasia	16,0%	14,8%	17,4%	18,3%	18,1%	13,4%	14,8%	16,8%	12,0%	18,2%	19,2%	23,9%	14,2%	23,2%
Branco/Nulo	12,1%	12,2%	12,1%	13,6%	10,3%	13,4%	13,3%	10,3%	11,6%	11,7%	15,1%	12,6%	10,7%	17,5%
Não votou	12,4%	12,0%	12,8%	21,3%	13,0%	10,5%	10,8%	10,0%	15,5%	9,8%	11,8%	9,2%	12,7%	11,2%
NS	2,8%	1,2%	4,6%	3,5%	2,4%	1,6%	3,0%	3,7%	3,6%	2,7%	1,1%	0,9%	3,1%	1,7%
NR	2,9%	3,1%	2,6%	1,8%	1,9%	4,2%	2,9%	3,1%	4,1%	2,2%	2,2%	0,0%	2,6%	3,9%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 65. Se as eleições fossem hoje, em quem votaria para Governador de Minas Gerais? (ESPONTÂNEA)

	Total	Sexo		Faixa Etária					Renda Familiar				Localidade	
		Fem.	Masc.	18 a 24	25 a 34	35 a 44	45 a 59	60 ou mais	Até 2 SM	Mais de 2 a 5 SM	Mais de 5 a 10 SM	Mais de 10 SM	Interior	Capital
Romeu Zema	33,8%	38,9%	28,3%	25,4%	31,3%	37,4%	35,9%	35,5%	30,4%	36,2%	30,7%	47,4%	36,5%	23,4%
Alexandre Kalil	12,4%	13,6%	11,0%	7,5%	14,9%	14,1%	12,7%	11,1%	6,6%	15,4%	20,2%	16,9%	9,3%	24,3%
Antônio Anastasia	4,3%	3,3%	5,4%	6,0%	6,9%	2,9%	3,2%	3,6%	3,8%	4,6%	4,8%	5,3%	4,0%	5,5%
Áurea Carolina	1,3%	1,1%	1,5%	4,3%	2,2%	0,6%	0,6%	0,3%	0,6%	1,7%	1,6%	3,3%	0,7%	3,8%
Patrus Ananias	1,2%	1,7%	0,6%	0,0%	0,3%	0,6%	1,9%	2,5%	0,6%	0,6%	4,1%	4,2%	0,5%	3,8%
Fernando Pimentel	0,5%	0,7%	0,4%	0,0%	0,7%	0,0%	0,5%	1,3%	0,4%	0,4%	1,5%	0,0%	0,7%	0,0%
Outros	4,3%	5,2%	3,4%	6,6%	4,3%	3,8%	4,0%	3,9%	4,5%	3,9%	5,7%	3,4%	4,6%	3,3%
Ninguém/Não votaria	11,2%	10,5%	11,9%	12,7%	7,0%	11,8%	12,7%	11,6%	15,2%	10,3%	3,7%	3,1%	11,5%	10,0%
Branco/Nulo	4,9%	4,7%	5,0%	8,3%	6,6%	4,8%	2,9%	3,6%	6,4%	3,6%	5,0%	2,2%	4,7%	5,6%
NS	23,0%	16,5%	30,1%	27,4%	23,0%	20,4%	22,5%	23,6%	26,7%	21,3%	20,6%	14,2%	24,3%	18,2%
NR	3,0%	3,7%	2,2%	1,8%	2,8%	3,5%	3,3%	3,1%	4,9%	1,8%	2,0%	0,0%	3,2%	2,2%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 61. E de maneira geral, como você avalia o desempenho de Jair Bolsonaro como presidente do Brasil? Ele está sendo:

	Total	Sexo		Faixa Etária					Renda Familiar				Localidade	
		Fem.	Masc.	18 a 24	25 a 34	35 a 44	45 a 59	60 ou mais	Até 2 SM	Mais de 2 a 5 SM	Mais de 5 a 10 SM	Mais de 10 SM	Interior	Capital
Ótimo	10,7%	13,8%	7,2%	4,4%	6,6%	12,5%	12,7%	14,0%	11,3%	7,9%	14,0%	18,7%	11,2%	8,6%
Bom	15,7%	18,2%	13,0%	9,3%	13,3%	18,5%	17,7%	16,6%	15,7%	16,0%	12,0%	20,2%	16,5%	12,7%
Regular positivo	9,9%	10,2%	9,6%	10,0%	9,5%	10,9%	10,1%	9,0%	11,7%	8,0%	9,9%	10,5%	10,5%	7,8%
Regular negativo	9,5%	8,8%	10,2%	9,6%	8,2%	11,5%	10,0%	8,0%	12,1%	8,8%	4,9%	3,9%	10,0%	7,3%
Ruim	9,2%	8,6%	9,7%	11,8%	11,6%	6,4%	8,9%	8,3%	8,5%	10,2%	8,3%	8,1%	10,1%	5,3%
Péssimo	42,2%	37,9%	46,8%	53,6%	48,2%	39,0%	37,8%	37,9%	37,3%	45,9%	49,2%	36,7%	39,1%	54,1%
NS/NR	3,0%	2,5%	3,5%	1,3%	2,5%	1,3%	2,8%	6,2%	3,3%	3,1%	1,6%	2,0%	2,6%	4,3%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 63. Voto no segundo turno na eleição presidencial de 2018

	Total	Sexo		Faixa Etária					Renda Familiar				Localidade	
		Fem.	Masc.	18 a 24	25 a 34	35 a 44	45 a 59	60 ou mais	Até 2 SM	Mais de 2 a 5 SM	Mais de 5 a 10 SM	Mais de 10 SM	Interior	Capital
Jair Bolsonaro	41,1%	45,5%	36,3%	24,6%	39,0%	43,1%	45,1%	46,5%	41,7%	40,7%	35,4%	50,4%	42,5%	35,7%
Fernando Haddad	30,4%	29,4%	31,4%	40,5%	37,0%	25,9%	24,7%	29,1%	23,1%	35,3%	39,7%	29,5%	29,3%	34,5%
Branco/Nulo	11,3%	9,7%	13,0%	11,8%	9,2%	13,1%	13,6%	8,3%	12,1%	10,0%	11,9%	13,0%	10,2%	15,3%
Não votou	12,4%	11,5%	13,4%	20,4%	12,3%	11,2%	11,4%	9,8%	15,8%	10,6%	9,2%	7,1%	13,0%	10,0%
NS/Nenhuma	1,5%	0,4%	2,7%	1,3%	0,3%	1,6%	1,5%	2,7%	2,6%	0,7%	1,0%	0,0%	1,7%	0,9%
NR	3,4%	3,5%	3,2%	1,3%	2,2%	5,1%	3,7%	3,6%	4,7%	2,7%	2,8%	0,0%	3,3%	3,7%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 66. Se as eleições fossem hoje, em quem votaria para Presidente do Brasil? (ESPONTÂNEA)

	Total	Sexo		Faixa Etária					Renda Familiar				Localidade	
		Fem.	Masc.	18 a 24	25 a 34	35 a 44	45 a 59	60 ou mais	Até 2 SM	Mais de 2 a 5 SM	Mais de 5 a 10 SM	Mais de 10 SM	Interior	Capital
Jair Bolsonaro	25,1%	31,0%	18,7%	16,3%	20,4%	29,1%	28,3%	27,0%	23,4%	23,0%	30,1%	41,5%	25,9%	21,7%
Lula	22,1%	21,3%	22,9%	23,3%	21,2%	21,1%	18,5%	27,2%	23,2%	22,7%	20,3%	12,5%	24,0%	14,5%
Fernando Haddad	4,9%	5,1%	4,7%	9,5%	7,1%	4,2%	3,7%	2,3%	4,0%	5,5%	7,0%	3,3%	4,3%	7,5%
Ciro Gomes	4,3%	5,7%	2,8%	7,0%	6,9%	3,9%	4,3%	0,8%	2,3%	4,4%	6,8%	12,7%	3,1%	9,0%
Guilherme Boulos	1,3%	1,0%	1,7%	3,9%	3,6%	0,6%	0,0%	0,0%	1,0%	1,7%	1,6%	0,9%	0,8%	3,4%
Marina Silva	0,9%	1,0%	0,7%	2,2%	1,2%	0,0%	0,5%	1,0%	0,9%	0,9%	1,1%	0,0%	0,9%	0,8%
João Dória	0,7%	0,8%	0,6%	0,0%	1,6%	0,3%	0,6%	1,0%	0,0%	1,5%	0,0%	2,1%	0,6%	1,1%
Luciano Huck	0,6%	0,4%	0,9%	0,9%	0,6%	0,6%	0,7%	0,3%	0,3%	0,9%	0,0%	2,0%	0,4%	1,4%
Sergio Moro	0,6%	1,0%	0,1%	0,4%	0,3%	1,0%	0,6%	0,5%	0,7%	0,0%	2,4%	0,0%	0,6%	0,4%
Outros	4,0%	3,5%	4,6%	3,9%	6,3%	2,6%	4,6%	2,8%	3,1%	4,2%	5,2%	7,3%	3,6%	5,6%
Ninguém/Não votaria	10,1%	8,2%	12,1%	8,6%	6,9%	10,9%	11,0%	12,0%	12,9%	9,5%	4,4%	5,6%	10,4%	8,9%
Branco/Nulo	5,1%	4,8%	5,5%	8,6%	5,9%	5,8%	4,1%	2,9%	5,4%	5,6%	5,0%	0,0%	5,0%	5,8%
NS	16,9%	12,2%	21,9%	13,1%	14,8%	16,2%	19,2%	18,9%	17,5%	17,9%	14,5%	9,7%	17,0%	16,5%
NR	3,4%	4,0%	2,7%	2,2%	3,1%	3,8%	3,9%	3,3%	5,2%	2,2%	1,7%	2,4%	3,4%	3,4%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

PERSPECTIVAS FINANCEIRAS E OPINIÃO POLÍTICA

Tabela 58. Nos últimos 6 meses, pensando na sua situação financeira e de sua família, você diria que a sua vida:

	Total	Sexo		Faixa Etária					Renda Familiar				Localidade	
		Fem.	Masc.	18 a 24	25 a 34	35 a 44	45 a 59	60 ou mais	Até 2 SM	Mais de 2 a 5 SM	Mais de 5 a 10 SM	Mais de 10 SM	Interior	Capital
Melhorou	18,7%	19,8%	17,4%	25,9%	26,4%	16,0%	15,7%	13,3%	16,2%	18,6%	18,9%	35,8%	18,1%	20,7%
Está igual	38,9%	39,5%	38,2%	42,2%	36,8%	37,7%	40,7%	37,6%	33,7%	41,7%	49,0%	36,5%	39,1%	37,7%
Piorou	42,0%	40,3%	43,8%	31,4%	36,8%	46,0%	43,1%	48,1%	49,4%	39,4%	32,1%	26,3%	42,2%	41,3%
NS/Nenhuma	0,4%	0,3%	0,6%	0,5%	0,0%	0,0%	0,6%	1,1%	0,6%	0,3%	0,0%	1,3%	0,5%	0,3%
NR	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,3%	0,0%	0,0%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 59. Em relação à sua capacidade financeira para fazer compras para você e para sua casa, você acredita que nos próximos 6 meses, vai:

	Total	Sexo		Faixa Etária					Renda Familiar				Localidade	
		Fem.	Masc.	18 a 24	25 a 34	35 a 44	45 a 59	60 ou mais	Até 2 SM	Mais de 2 a 5 SM	Mais de 5 a 10 SM	Mais de 10 SM	Interior	Capital
Melhorar	29,1%	30,0%	28,0%	36,8%	32,0%	28,4%	27,9%	23,7%	31,3%	27,6%	26,4%	28,5%	29,0%	29,4%
Ficar igual	25,5%	26,9%	23,9%	27,6%	27,0%	23,3%	23,7%	26,9%	21,4%	27,1%	28,7%	35,9%	24,5%	29,1%
Piorar	42,9%	41,2%	44,7%	33,9%	37,6%	44,4%	45,9%	48,1%	43,5%	43,6%	42,5%	33,7%	43,8%	39,4%
NS	2,5%	1,7%	3,4%	1,7%	3,4%	3,5%	2,6%	1,3%	3,5%	1,6%	2,4%	1,9%	2,6%	2,1%
NR	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,3%	0,0%	0,0%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Unimed-BH completa 50 anos

No dia 1º de abril, há cinquenta anos nascia a Unimed-BH, um sonho de um grupo de médicos, que nem sonhava que 50 anos depois a Unimed-BH seria uma das maiores e melhores do Brasil. Um dos fundadores, o médico dermatologista Francisco Neves, presidiu a Unimed-BH por 20 anos – de 1.978/1.998. Durante estes últimos sete anos a Unimed-BH vem sendo presidida pelo médico Samuel Flam, que imprimiu à instituição uma administração que se tornou referência para o Brasil.

Consideradauma das maiores operadoras de planos de saúde do país, a Cooperativa está na linha de frente do combate ao novo coronavírus e segue desenvolvendo ações com foco no cuidado com a vida: no momento são 350 novos leitos para atendimento aos clientes com a doença.

Diversos investimentos continuam sendo realizados pela Unimed-BH, que além de aumentar o número de leitos, reforçou os estoques de insumos médicos e vem ampliando a equipe de atendimento, com a contratação de mais de 400 novos profissionais da saúde e, também, convocando os médicos que atuam em consultório para atuação na linha de frente.

"Acreditamos que a melhor forma de honrar essa história bem-sucedida é intensificando nossas ações para, neste momento, assegurar o cuidado com os nossos clientes, médicos cooperados, colaboradores, prestadores de serviço em saúde e toda a sociedade", destaca o diretor-presidente Samuel Flam.

No mês de abril entrou em operação uma unidade de pronto atendimento no Centro de Promoção da Saúde localizado na Avenida Pedro I, o que representa mais um reforço no atendimento. Além disso, a Unimed-BH reabriu o Hospital Betim Centro. "A batalha contra o coronavírus é de todos nós e somente juntos vamos alcançar a vitória. Precisamos de cada um fazendo a sua parte, respeitando as medidas de prevenção. A pandemia vai passar e o que ficará é o nosso legado de cuidado", completa.

Atualmente, a Unimed-BH conta com um milhão trezentos e vinte mil vidas usufruindo dos seus serviços e há 8 anos consecutivos é indicada pela ANS – Agencia Nacional de Saúde como uma das melhores do Brasil. (Foto: Eudes Arantes Magalhães, Diretor Administrativo-Financeiro; Mercês Quintão Fróes, Diretora Comercial e de Relacionamento Institucional; Samuel Flam, Diretor-Presidente; Múcio Pereira Diniz, Diretor de Serviços Próprios e José Augusto Ferreira, Diretor de Provimento de Saúde).

Eudes Arantes Magalhães, Diretor Administrativo-Financeiro; Mercês Quintão Fróes, Diretora Comercial e de Relacionamento Institucional; Samuel Flam, Diretor-Presidente; Múcio Pereira Diniz, Diretor de Serviços Próprios e José Augusto Ferreira, Diretor de Provimento de Saúde).

Unimed-BH lança Pronto Atendimento On-line

O novo serviço é voltado para pequenas urgências e chega como mais uma opção de assistência on-line para os clientes da Cooperativa

A Unimed-BH acaba de lançar um novo serviço: o Pronto Atendimento On-line. Essa nova modalidade da teleconsulta é voltada para outras patologias e casos de pequenas urgências, como por exemplo: diarreia, vômito e/ou náuseas, dor ou urgência para urinar, febre, dor no corpo, dores nas articulações, dor atrás dos olhos, mal-estar, perda de apetite, manchas vermelhas na pele ou dor abdominal.

O Pronto Atendimento On-line da Unimed-BH é um serviço que está disponível para os clientes da Cooperativa em Belo Horizonte e região e os atendimentos não têm cobrança de coparticipação. Para realizar a teleconsulta, o cliente deve acessar o portal (www.unimedbh.com.br/conectasaude) que reúne todos os atendimentos on-line da Unimed-BH. Após responder a um breve questionário sobre os sintomas, o cliente é direcionado para uma equipe médica. O serviço funciona de 7h às 21h45, sete dias da semana. O agendamento é rápido e simples. O cliente pode utilizar a plataforma desde que tenha acesso à internet, bem como computador, tablet ou celular.

"Fomos pioneiros em Belo Horizonte e região metropolitana no lançamento da ConsultaOn-line Coronavírus e agora identificamos a oportunidade de expandir o atendimento virtual. O objetivo é contribuir ainda mais para diminuir a circulação das pessoas e para assegurar que elas continuem tendo a melhor assistência, diminuindo o risco de contágio do novo coronavírus. O nosso cliente continuará tendo acesso a um serviço de qualidade e com o conforto e a segurança de estar em casa. Esse novo serviço veio para somar nesse sentido", afirma o diretor-presidente da Unimed-BH, Samuel Flam.

CONSULTA ON-LINE CORONAVÍRUS

No dia 18 de março, a Cooperativa celebrou um ano da Consulta On-line Coronavírus, um serviço pioneiro que está disponível sete dias por semana, das 7h às 21h45. Com o agravamento da pandemia e a alta demanda registrada no início de 2021, a Unimed-BH passou a ofertar mais de 2 mil consultas por dia e quadruplicou o número de médicos que atuam no serviço. Em abril, a Consulta On-line Coronavírus atingiu 300 mil atendimentos e, atualmente, são mais de 400 médicos em atuação na Consulta On-line Coronavírus.

TELEMONITORAMENTO

A Unimed-BH também celebrou 1 ano do serviço de telemonitoramento dos pacientes, que foi lançado junto à Consulta On-line Coronavírus. Unindo a tecnologia de robôs a um cuidado humanizado, a iniciativa permite o rastreamento de pessoas com possível infecção pelo coronavírus além do monitoramento de clientes sintomáticos ou com confirmação da COVID-19. Desde março de 2020, mais de 352 mil clientes distintos já foram telemonitorados.

"Garantir a saúde e a segurança dos clientes e equipes assistenciais foi o nosso principal compromisso neste período de pandemia e, para isso, uma série de iniciativas foram adotadas, entre elas, o telemonitoramento. O serviço permitiu que, mesmo à distância, cerca de 30% da nossa carteira de clientes fosse monitorada", afirma Samuel Flam

USIMINAS - Centro de Memória em Ipatinga

A Usiminas anunciou que o prédio do Grande Hotel de Ipatinga irá abrigar o Centro de Memória da companhia. A proposta de uso do espaço foi apresentada ao Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Ipatinga. O Centro de Memória, previsto para ser inaugurado ainda em 2021, irá abrigar, em caráter permanente, obras e objetos que contam a história da indústria do aço e da própria Usiminas, além de um acervo assinado por alguns dos principais nomes da arte brasileira, reunido pela empresa ao longo de quase seis décadas de operação.

O Centro ficará sob a coordenação do Instituto Usiminas e a linha curatorial - já está em fase de elaboração - por profissionais especializados. A iniciativa prevê ainda a instalação de um Comitê Consultivo com representantes de diversos setores da comunidade, para acompanhar e apoiar a execução do projeto, que terá como prioridade contribuir com a memória do Vale do Aço, do Estado de Minas Gerais e do Brasil. "Nossa proposta é dar uma nova vida ao Grande Hotel, que já é um patrimônio e referência de Ipatinga. Ao utilizar o espaço, hoje fechado para a visitação, queremos proporcionar às pessoas uma viagem ao passado, a vivência de momentos importantes para a formação da cidade como ela é hoje e um regaste da identidade da região. É muito importante que tenhamos esse registro sempre em andamento para que esse legado se mantenha para as próximas gerações. É mais um presente que oferecemos à comunidade, mais uma forma de ampliarmos e incentivarmos o acesso à cultura", afirma o presidente da Usiminas, Sergio Leite.

Localizado no bairro Castelo, o Grande Hotel Ipatinga foi construído pela Usiminas ainda durante a implantação da usina para hospedar empreendedores siderúrgicos, autoridades nacionais e internacionais, assim como para a realização de eventos. O projeto é do arquiteto Rafael Hardy e a inauguração ocorreu em 1961. O hotel funcionou até os anos de 1990 e foi tombado como patrimônio cultural municipal em 2000, sendo conservado pela Usiminas.

Fonte: Brasil Mineral/08.04.2021

CBMM e Senai inauguram a primeira planta-piloto de baterias elétricas de lítio do país

A mineira CBMM e o Senai anunciaram a inauguração da primeira planta-piloto de pesquisa e desenvolvimento de baterias elétricas de lítio, que permitirá a produção de novas tecnologias automotivas no Brasil. Com o projeto, várias indústrias brasileiras poderão se beneficiar, entendendo em detalhes o processo produtivo das baterias para produzirem matéria-prima totalmente nacional. A planta-piloto permitirá desenvolver, por exemplo, as baterias para veículos elétricos e híbridos, além de outros produtos em diferentes formatos.

"A nova planta tem como objetivo desmistificar a ideia de que tecnologias de ponta só podem ser produzidas ou desenvolvidas em grandes centros mundiais como América do Norte, Europa e Ásia", afirma Marcos Berton, pesquisador-chefe do Instituto Senai de Inovação em Eletroquímica do Senai.

Para Robson de Souza Monteiro, especialista sênior de desenvolvimento de mercado da CBMM, a iniciativa é importante para promover a criação de ecossistema para a produção de baterias elétricas no país. "A planta proporcionará o surgimento de desenvolvedores de materiais componentes - cátodos, ânodos, eletrólitos e separadores - destas baterias, dando a estes atores a oportunidade de testar os seus materiais em uma célula completa, o que catalisaria a formação da cadeia produtiva. Em médio prazo, espera-se o surgimento de empresas que possam produzir no Brasil estes componentes para a comercialização em escala industrial de baterias de íon-lítio", explica.

Direcional Engenharia aposta em gamificação, reduz a curva de aprendizado de novos colaboradores e fatura R$ 8,5 milhões

Empresa utiliza tecnologia da startup Play2Sell para formar equipes de vendedores mais qualificados

A gamificação em treinamentos corporativos está se consolidando no mercadoimobiliário e dia após dia, passou a ser estratégia fundamental no modelo de negócios de incorporadoras e construtoras. Através de sua metodologia, a ferramenta deixa a jornada de trabalho e aprendizado mais interessante, além de motivar e engajar equipes. Desde setembro do ano passado, quando implementou o treinamento gamificado no processo de formação de vendedores da empresa, a Direcional Engenharia conseguiu identificar melhoras positivas no engajamento dos vendedores. Apenas na fase piloto do projeto, em que disponibilizou o game para 192 colaboradores, a empresa conseguiu faturar R$ 8,5 milhões.

Para Luan Pimenta, head de treinamento no Brasil da Direcional Engenharia, a metodologia é complementar e fundamental para escalar o conhecimento para os mais de 5 mil corretores cadastrados na empresa.

"O treinamento presencial tem a sua importância, porque aborda técnicas de vendas e situações do dia a dia, mas com o game é possível que o corretor jogue a todo momento e fixe as informações, enquanto se diverte", comenta.

"É nítido notar como os corretores, principalmente os novatos, demoram menos tempo na curva de aprendizado", explica Luan. "A iniciativa facilitou bastante o desenvolvimento de todo o time, uma vez que o treinamento pode ser aplicado para todos, por meio do game, de uma única vez", analisa.

A gamificação em treinamentos corporativos está se consolidando no mercadoimobiliário e dia após dia, passou a ser estratégia fundamental no modelo de negócios de incorporadoras e construtoras. Através de sua metodologia, a ferramenta transforma a jornada de trabalho e aprendizado mais interessante, além de motivar e engajar equipes.

Essa tendência atraiu o olhar de empreendedores e, ao longo do tempo, startups como a Play2Sell - primeira plataforma especializada no treinamento de vendedores por meio de games no Brasil - surgiram com a missão de atender as dificuldades que o mercado apresentava. "Nós acreditamos que a educação empodera as pessoas e, através da nossa plataforma, queremos transformar a maneira como se aprende no ambiente corporativo", explica Felipe dos Santos, CEO e fundador da Play2Sell. "Quando desenvolvemos o game para a Direcional, pensamos além e entendemos que era necessário conhecer e identificar todas as dificuldades e carências que a empresa sentia no momento de formar equipe de vendas", comenta.

Primeira plataforma especializada no treinamento de vendedores por meio de games no Brasil, a Play2Sell foi idealizada, em 2017.Atualmente, a Play2Sell conta com mais de 5 mil usuários ativos em sua plataforma, a grande maioria oriunda de companhias do mercado imobiliário, como MRV, Lopes, Remax, Direcional Engenharia, Eztec, Helbor, EVEN, Yuny, MPD Engenharia, Nortis/ Vibra, entre outros.

Direcional é a melhor escolha do setor imobiliário, apontam analistas

Os números da prévia da Direcional (DIRR3) do primeiro trimestre de 2021 reforçaram a visão positiva da Ágora Investimentos em relação à empresa, mostra relatório enviado a clientes no dia 13 de abril último.

A companhia teve o melhor primeiro trimestre da sua história, com a Riva crescendo 136% na comparação com o mesmo período do ano passado. Além disso, registrou R$ 439 milhões em vendas, alta de 77%, com as vendas de baixa renda representando R$ 323 milhões e Riva R$ 110 milhões. "A Direcional apresentou melhorias relevantes em relação ao VSO (Venda Sobre a Oferta), com a Riva registrando 20%", destacaram os analistas Bruno Mendonça e Wellington Lourenço.

Houve também uma geração de caixa de R$ 15 milhões, o quarto período consecutivo gerando caixa, com oito terrenos adquiridos, encerrando o trimestre com um total de R$ 23 bilhões em VGV em seu estoque de terrenos.

"A Direcional é nossa principal escolha entre as construtoras brasileiras, negociando a uma avaliação atraente de 1,5 vezes o P/VPA (Preço sobre Valor Patrimonial da Ação) e 9,4 vezes o preço sobre o lucro (P/L) de 2021", argumentam. A Ágora tem preço-alvo de R$ 20 para a empresa, potencial de alta de 51%.

Fonte: Money Times – 13.04.2021

Embaré conquista novos mercados de exportação e tem boas perspectivas para 2021

Atualmente a empresa exporta para 43 países e pretende abrir novos mercados ainda neste ano

A Embaré, sexta maior empresa de laticínios do Brasil, que está presente em todos os continentes do mundo com suas linhas de confeitaria e lácteos, iniciou 2021 com importantes conquistas no mercado externo. A companhia retomou os mercados da Índia, Bulgária e Egito e passou a exportar seus caramelos para a Somália, Mauritânia, Argélia e Libéria. Também conquistou a Costco do Canadá, segundo maior varejista do mundo, com mais de 100 lojas no país e 12 milhões de associados (que correspondem a 43% da população). "Estamos em negociações com a rede CVS dos Estados Unidos e com a Costco da Coreia do Sul por meio dos nossos distribuidores locais", acrescenta Felipe Antunes, gerente de exportação da Embaré.

Também para a linha de lácteos a empresa tem boas perspectivas para o ano. Abriu, recentemente, os mercados da Bolívia e da República Dominicana com exportação do leite condensado e consolidou a exportação de leite, creme de leite e leite UHT no Paraguai, quando embarcou 228 toneladas desses produtos em 2020. A expectativa é de um crescimento de 10% de volume em 2021. Já para a Venezuela são exportados leite condensado, creme de leite, doce de leite e bebida láctea. Em 2020, a Embaré embarcou 712 toneladas de lácteos para o país e pretende manter o ritmo em 2021.

"Mesmo passando por esse período de instabilidade devido à pandemia, enxergamos a possibilidade de trabalhar a linha de lácteos (principalmente leite condensado e creme de leite) e conseguimos bons resultados em 2020. A perspectiva é de ampliar a venda de lácteos em 2021 e conseguir manter os bons resultados alcançados em 2020 no mercado de doces", afirma Antunes.

O catálogo de exportação da Embaré engloba mais de 40 versões dos famosos caramelos, além de produtos assinados pela marca Camponesa, como leite UHT, creme de leite, leite condensado, doce de leite e bebida láctea. O alto padrão de qualidade da indústria, que segue normas internacionais, além do trabalho contínuo em pesquisa e desenvolvimento permitem que a empresa atenda diferentes mercados ao redor do globo. Hoje, os caramelos são o carro-chefe de exportação da companhia, tendo sua linha completa exportada – desde os caramelos tradicionais (quadradinhos), recheados, toffees, caramelos premium até suas balas mastigáveis.

Segundo Felipe, o mercado externo é muito aberto em relação a novos sabores e produtos. "Com o intuito de alcançarmos diferentes públicos, de maneira mais assertiva e visando ampliar as opções oferecidas, estamos em constante trabalho junto aos nossos distribuidores para entender quais os itens podem ter mais sucesso em cada um dos países. Sabores, tamanhos, apresentações e outros aspectos são sempre avaliados.

Atentos a isso, estamos sempre inovando na formulação dos nossos produtos. Esse ano estamos lançando produtos, para suprir demandas específicas de mercado – o novo Fruitfull Splits chega com um forte apelo de sabor, trazendo o benefício da mistura das frutas. Já o Caramelo Sugar Free vem para atender um público que procura por opções de confeitarias que entregam sabor e saudabilidade", completa.

Considerando os novos mercados conquistados em 2021, a Embaré está presente em 43 países. "Trabalhamos constantemente para que nossos números sejam superados e que tenhamos crescimento nos mercados em que já estamos presentes, além de conquistar novos territórios", afirma Felipe Antunes, gerente de exportação da Embaré.

Atenta às oportunidades de negócio, a Embaré já fechou um calendário de feiras internacionais para esse ano, que se iniciou com a participação da companhia na Gulfood Dubai, a maior feira de alimentos e bebidas do Oriente Médio. Para os próximos meses estão previstos ainda a participação nas feiras Sweets and Snacks em Chicago (Estados Unidos), no mês de junho, Anuga, em Colônia (Alemanha), no mês de outubro, e Yummex (Emirados Árabes Unidos), em novembro.

Fundada em 1935, a Embaré possui fábricas em Lagoa da Prata, Santo Antônio do Monte e Patrocínio, em Minas Gerais, que somam aproximadamente 40 mil m² de área construída e contam com nove laboratórios próprios.

BAC e CBMM comprovam eficiência do uso de nióbio em supercarro

Aplicação de nióbio no chassi do novo BAC Mono resultou em redução de peso e melhorias na resistência e segurança do veículo

A parceria entre a Briggs Automotive Company (BAC), empresa britânica pioneira na fabricação de supercarros monopostos, e a CBMM, companhia brasileira líder na produção e comercialização de produtos de nióbio, que prevê um projeto exclusivo para a utilização de nióbio na estrutura do novo BAC Mono, promete revolucionar a indústria automotiva global.

As primeiras provas de conceito realizadas no veículo, que oferece altíssima performance, apontaram uma economia de peso de 18%, superando o objetivo inicial de diminuição de 15%. "O uso de ligas metálicas enriquecidas com nióbio no chassi do automóvel foi capaz de reduzir a intensidade de uso de materiais, além de proporcionar um automóvel mais leve, com possibilidade de alcançar maior velocidade em menor tempo, além de oferecer melhor resposta de frenagem e mais segurança. Estamos muito satisfeitos com os resultados obtidos", explica Pablo Salazar, Head de Mobilidade da CBMM.

O novo BAC é um veículo único, projetado para oferecer a melhor experiência de direção na estrada e na pista. Além de contar com um design de vanguarda, utiliza as soluções de tecnologia mais inovadoras do mercado em sua concepção. "O nióbio tem o potencial de ser um elemento revolucionário na indústria automotiva e nossa prova de conceito demonstra exatamente isso. A redução de peso foi notável, da mesma forma que os benefícios adicionais de força e segurança. Estamos muito animados e ansiosos para os próximos estágios de desenvolvimento", Neill Briggs, Cofundador e Diretor de Desenvolvimento de Produto da BAC.

A próxima etapa do projeto consiste em realizar testes de performance nos protótipos do veículo final, em condições reais. Na sequência, a BAC pretende implementar o novo conceito adotando a tecnologia do nióbio e lançar o novo modelo comercialmente, o que deve acontecer em 2022.

A montadora britânica, BAC, é conhecida por ser a incubadora perfeita para as últimas tecnologias do setor e tem comprovado conceitos inovadores em seus projetos pioneiros de pesquisa e desenvolvimento. Já a CBMM, consolida-se como importante player no setor da mobilidade ao oferecer produtos com tecnologias avançadas de nióbio, em parceria com diversas empresas, em aplicações como carrocerias, chassis, discos de freio e baterias.

A CBMM é líder mundial na produção e comercialização de produtos de Nióbio, a CBMM possui mais de 400 clientes, em 40 países. Sediada no Brasil, com escritórios e subsidiárias na China, Países Baixos, Singapura, Suíça e Estados Unidos, a companhia fornece produtos e tecnologia de ponta aos setores de infraestrutura, mobilidade, aeroespacial e energia. Fundada em 1955, em Araxá, Minas Gerais, a CBMM conta com um programa de tecnologia que amplia as aplicações do Nióbio e contribui para o crescimento e diversificação deste mercado. Em 2019, a companhia investiu na 2DM, empresa com sede em Singapura, dedicada à produção de Grafeno

PIF PAF - Rio Branco Alimentos lança linha de produtos à base de proteínas vegetais

Batizada de Club V, marca chega ao mercado em abril - com o início das vendas do hambúrguer congelado - para reforçar o foco do Grupo em inovação, versatilidade e sustentabilidade.

A Rio Branco Alimentos reforça seu compromisso com a inovação, a qualidade e a responsabilidade socioambiental e lança sua linha de produtos elaborados com proteínas vegetais. A nova marca, batizada de Club V, chega ao mercado nacional neste mês de abril, com o início da comercialização do primeiro item do portfólio: o hambúrguer congelado à base de planta (plant based). A novidade abre caminho para a democratização da categoria, em franca expansão no mundo, ao oferecer mais opções de escolha para o consumidor e aliar garantia de sabor incomparável, qualidade, praticidade e um excelente custo-benefício.

O Club V Burger é preparado à base de proteína de origem vegetal, é rico em fibras e possui somente aromas naturais. Desenvolvido para surpreender os paladares mais exigentes, tem como grande diferencial o gosto e a suculência, além do preço mais acessível. "O lançamento da linha faz parte da estratégia do Grupo de ampliar o mix de alto valor agregado e garantir versatilidade aos clientes. A nova marca vai atender tanto a quem se tornou vegetariano, mas aprecia o sabor da carne, quanto àqueles que comem carne de origem animal, porém querem variar o cardápio", afirma o vice-presidente de Marketing e Vendas da companhia, Fábio Somogy Coelho.

A atuação com a categoria plant based também evidencia que a Rio Branco Alimentos está atenta e conectada às mudanças de valores e atitudes da nova geração de consumidores (Millenials e Z). Eles são responsáveis, em grande parte, por impulsionar a tendência de transformação nos hábitos alimentares. Além disso, as pesquisas mostram que a procura pelos produtos de base vegetal é uma realidade em diversos países.

A linha da Club V tem a proposta de romper as barreiras que ainda afastavam o público brasileiro desse mercado, como preço, disponibilidade e sabor, alinhado à qualidade. "A nova marca fortalece e democratiza esse segmento, atendendo a todos e apresentando uma experiência sensorial única. O lançamento do hambúrguer, neste momento, é só o começo", completa Coelho. Dessa forma, a empresa valoriza seus clientes, mantendo-os no centro das estratégias de inovação, e ainda evidencia seu posicionamento com foco na saudabilidade e sustentabilidade.

A Rio Branco Alimentos é dona também das marcas Pif Paf, Fricasa, Ladelli, Pescanobre, Flip e Rio Branco Foods. A nova linha Club V amplia e diversifica o mix de mais de 900 itens do Grupo. O produto Club V Burger é comercializado em embalagens com duas unidades de 230g cada.

XXV RANKING MERCADOCOMUM DE EMPRESAS MINEIRAS – 2021

Sicoob Crediminas expandiu suas atividades em 2020

Com atuação no mercado cooperativista de crédito em MG há mais de 30 anos, Sistema registra balanço positivo, com resultado final 56,4% maior se comparado ao ano anterior

Mesmo diante à pandemia do novo coronavírus, o Sicoob Crediminas seguiu crescendo e conquistou aumento expressivo em seus resultados em 2020. Formado por uma cooperativa Central - o Sicoob Central Crediminas - e outras 75 cooperativas singulares filiadas, o Sistema registrou alta de 56,4% frente ao fechamento de 2019, totalizando R$ 554,1 milhões.

Segundo o Presidente do Conselho de Administração do Sicoob Central Crediminas, Geraldo Souza Ribeiro Filho, esse resultado é reflexo do apoio das cooperativas de crédito aos seus associados e comunidades onde estão inseridas. "Logo no início da pandemia, fizemos as adequações necessárias em nosso portifólio, permitindo entregar aos cooperados produtos e serviços condizentes com a realidade vivenciada em 2020. Facilitamos o acesso a crédito, prorrogamos parcelas, reduzimos taxas e tarifas, tudo para atender as necessidades financeiras de quem faz parte do Sicoob", afirma o executivo.

Essa atuação foi fortemente percebida com o aumento da carteira de crédito. Em 2020, o Sistema Crediminas disponibilizou R$ 11,9 bilhões em operações de crédito, o que representa um crescimento de 41% frente ao ano anterior. O Presidente conta

ainda que todas as metas definidas para o segundo ano do ciclo do Projeto Empresarial 2019-2022 da rede foram alcançadas. "Além das operações de crédito, os ativos, as linhas de depósitos, a renda de serviços e o número de associados também registraram elevação em 2020 na comparação com o ano anterior", diz.

Os ativos totais registraram expansão de 41,9% no último ano frente a 2019, chegando a R$ 22,9 bilhões. Nesse mesmo período, os depósitos contabilizaram alta 54,5% em igual base de comparação, num total de R$ 15,6 bilhões. A renda de serviços foi 17,9% maior em 2020, somando R$ 603,7 milhões. Já o ganho social no último ano foi de R$ 2.523,00 por associado - valor que registra a economia média do cooperado por ter realizado operações com as cooperativas filiadas ao Sicoob Central Crediminas se comparado às demais instituições do Sistema Financeiro Nacional.

O Presidente destaca ainda que no cooperativismo os associados contam com as sobras. "Como o cooperado é, ao mesmo tempo, cliente e dono, ao final de cada exercício pode receber de volta o valor excedente pago pelas transações, uma vez que o objetivo da cooperativa é oferecer produtos e serviços ao menor custo possível. Dessa forma, os cooperados decidem juntos o que fazer com os resultados gerados pela cooperativa: investir na comunidade, apoiar uma causa ou até mesmo dividir entre todos", explica.

O Sistema também tem conquistado cada vez mais espaço no mercado, o que é confirmado pelo aumento de 9,7% no número de cooperados em 2020, saindo de 793 mil em 2019 para 870 mil associados, representando uma ampliação de 77 mil cooperados no ano passado. Nacionalmente, o Sicoob encerrou 2020 como a terceira maior rede de atendimento do país, e, em Minas Gerais, foi a instituição financeira com o maior número de pontos de atendimento.

O presidente ressalta que no último ano o Sistema Crediminas seguiu com os projetos estruturados de expansão e ampliou sua rede de atendimento com 13 novas agências, o que representou crescimento de 2%, encerrando 2020 com 634 pontos de atendimento. "Também destaco que nossas cooperativas são a única instituição financeira presente em 177 municípios de Minas Gerais, o que demonstra o papel das filiadas ao Sicoob Central Crediminas em promover a justiça e a inclusão financeira no estado", pondera.

Resultado de 2020 comparativamente a 2019

- ***Ativos Totais: expansão de 41,9%, totalizando R$ 22,9 bilhões;***
- ***Depósitos Totais: aumento de 54,5%, totalizando R$ 15,6 bilhões;***
- ***Operações de Crédito: crescimento de 41,0%, totalizando R$ 11,9 bilhões;***
- ***Rendas de Serviços: incremento de 17,9%, totalizando R$ 603,7 milhões;***
- ***Resultado Final: expansão de 56,4%, totalizando R$ 554,1 milhões;***
- ***Número de Associados: ampliação de 9,7%, totalizando 870 mil cooperados.***
- ***Ganho Social: R$2.523,00 por associado.***

De mineiro para os mineiros

Compõem o Sicoob Sistema Crediminas 75 cooperativas singulares e o Sicoob Central Crediminas, cooperativa de segundo grau responsável pela coordenação e centralização dos processos operacionais e de representação das suas filiadas. Desde 1988, a Central atua com foco em efetuar a centralização financeira, a fiscalização e o assessoramento nas áreas de crédito, economia, tecnologia da informação, contabilidade, comunicação e marketing, controle e gestão de riscos, assessoria jurídica e capacitação profissional para todo o Sistema Crediminas.

Com origens em Minas Gerais, as cooperativas quem compõem o referido Sistema estão presentes em todo o território mineiro, além de algumas cidades dos estados vizinhos: Bahia, Espírito Santo, Goiás, Rio de Janeiro e São Paulo. "Ultrapassamos os limites territoriais de Minas, mas nossa história nos permite conhecer bem os mineiros e o seu jeito de fazer negócio", ressalta o presidente do Conselho de Administração.

Além das facilidades do atendimento digital, pelo App Sicoob e internet banking, os 870 mil associados ao Sistema Crediminas contam ainda como uma rede que soma 634 pontos de atendimento.

CENIBRA apoia projeto que gera renda para mulheres

Recuperar a tecelagem, prática tradicional da região, possibilitou geração de renda para mulheres do distrito de Brumal, em Santa Bárbara, e deu visibilidade ao patrimônio cultural regional

"Tecer relações, tecer culturas e tecer fazeres": esse é o mote da exposição "Brumal e seus encantos", aberta ao público para visita virtual desde de 1º de abril. A coleção, que ficará exposta em ambiente online por dois anos, é composta por produtos elaborados por artistas e artesãs de Brumal, distrito de Santa Bárbara (MG) e comunidades do entorno. A produção aconteceu em oficinas online realizadas durante a pandemia. A CENIBRA apoia a iniciativa desde 2012, sendo uma das primeiras empresas patrocinadoras.

Após a permissão para reabertura do espaço, a exposição também estará aberta ao público de forma presencial, seguindo todos os protocolos de proteção contra o coronavírus, na Sala do Visitante do Parque Natural da Serra do Caraça, até o dia 30 de abril. Lá, além de apreciar as obras, os visitantes terão a oportunidade de tecer uma peça utilizando um tear mineiro de pente, liços e pedais para levar para casa como lembrança de sua visita à região. Ao findar o período de exposição no Parque, as obras serão transferidas para a Casa das Tecelãs de Brumal, onde as visitas continuarão, mediante agendamento.

Fundada por bandeirantes no início do século XVIII, a Vila de Brumal está localizada entre as serras do Caraça, Piedade e do Gandarela, fazendo parte do Circuito Entre Serras e da Estrada Real. Os produtos da exposição mesclam técnicas artesanais para representar os bens patrimoniais tombados da comunidade — como a Igreja de Santo Amaro, o casario colonial e a Cavalhada de Brumal — e diversos fazeres artesanais, criando produtos com identidade própria e com a cara da Vila.

"A CENIBRA foi a primeira parceira da iniciativa, porque desde o início acreditou que o projeto seria capaz de promover a melhoria da qualidade de vida das artesãs e de suas famílias. Temos orgulho de fazer parte de um projeto tão bem-sucedido", disse Deuseles João Firme, assessor de comunicação corporativa e relações institucionais da CENIBRA. Como forma de apoio, a Empresa doou teares mineiros, promoveu cursos de capacitação com as artesãs e apoiou diversas exposições setoriais dos produtos.

Entre os produtos expostos na plataforma virtual, encontram-se bastidores, painéis, almofadas, cortinas e estandartes. "Na nossa concepção, os bens patrimoniais têm que ser venerados como entidades, então os estandartes são uma representação simbólica da cultura a ser resguardada e venerada", conta a idealizadora do projeto, Dilce Mendes.

Um dos principais objetivos do projeto "Brumal e seus encantos", do qual derivou a exposição, é fortalecer o papel da Casa das Tecelãs de Brumal que, desde 2012, reavivou a cultura da tecelagem e colocou o distrito no mapa turístico da Estrada Real. Além de ser uma difusora da cultura local, a Casa também teve papel relevante na inserção das mulheres no mercado de trabalho. "O trabalho da associação ajuda a tirar o estigma de 'passatempo' do artesanato e o coloca no lugar de instrumento de trabalho e geração de renda. A mulher passa a ser reconhecida como produtora da economia criativa", explica Dilce.

Partindo do carro-chefe da Casa, o tear, os participantes das oficinas produziram peças que mesclam técnicas como crochê, bordado e cestaria, utilizando resíduos têxteis e fibras naturais, como o bambu. "A tecelagem é o fio condutor. A partir de uma técnica rudimentar, é possível construir um produto que cria um elo entre passado, presente e futuro", complementa a idealizadora e coordenadora do projeto.

IBM lança novas capacidades de Watson para ajudar empresas a construírem IA confiável

Atualizações para o IBM Watson Studio, IBM OpenPages with Watson e IBM Planning Analytics with Watson foram projetadas para ajudar a endereçar as principais barreiras para gerar confiança nos dados e nos modelos de IA

Marcas líderes globais, incluindo Lufthansa, estão usando o IBM Watson para gerar confiança em seus fluxos de trabalho

A IBM (NYSE: IBM) anunciou novas capacidades para o IBM Watson desenvolvidas para ajudar as empresas a construírem uma IA confiável. Essas capacidades expandem ainda mais as ferramentas do Watson desenhadas para ajudar as empresas a governar e explicar decisões baseadas em IA, aumentando a precisão dos insights, minimizando riscos e atendendo os requerimentos de privacidade e conformidade.

Uma pesquisa autorizada pela IBM encontrou que a confiança, transparência e explicabilidade são as principais preocupações das empresas: 84% dos profissionais de IA entrevistados concordam que os consumidores são mais propensos a escolherem serviços de companhias que ofereçam transparência e uma estrutura ética na forma com a qual os dados e modelos de IA são construídos, gerenciados e usados. Entretanto, as barreiras para o desenvolvimento de uma IA confiável e a mitigação de riscos permanecem generalizadas, com 82% dos profissionais de IA entrevistados dizendo que suas organizações foram impactadas negativamente por problemas, como vieses, com dados ou modelos de IA[1].

Para ajudar as empresas a superar esses desafios, a IBM está continuamente trazendo novas capacidades para seus produtos de Watson que são projetadas para construir confiança em todas as principais fases do ciclo de vida da IA e para ajudar as empresas a alcançarem uma melhor confiança em resultados impulsionados por IA. Essas novas capacidades anunciadas hoje incluem:

- ***Novas capacidades de gerenciamento da privacidade de dados: O IBM OpenPages with Watson agora inclui um novo módulo de Gerenciamento da Privacidade dos Dados desenhado para ajudar as empresas a solucionarem desafios para a evolução da privacidade de dados. Ao se integrar com o Watson Knowledge Catalog, o IBM OpenPages agora pode fornecer às empresas uma visão holística quase em tempo real de como os dados privados estão sendo usados por toda a organização, de aplicações a modelos de IA. Como novos regulamentos de privacidade sendo decretados ao redor do mundo, as empresas precisam ser capazes de explicar como eles fazem uso de dados pessoais. Essa nova capacidade é projetada para ajudar a automatizar o relatório de informação pessoalmente identificável (personally identifiable information - PII) a fim de melhorar a precisão e reduzir o tempo de auditoria.***

- ***Melhores explicações para previsões de planejamento: O IBM Planning Analytics with Watson incluirá uma página com detalhes estatísticos, desenhada para fornecer fatos mais transparentes e fáceis de entender sobre como uma previsão de predição foi gerada. À medida que mais empresas mudam para recursos de previsão preditiva***

para fortalecer seus planos financeiros, de vendas e de suprimentos, elas requerem transparência nos modelos e dados utilizados para gerar as previsões. Essas novas características devem estar disponíveis no segundo trimestre para proporcionar aos usuários informações mais granulares, assim como uma maior explicação e responsabilidade em suas previsões.

- ***Novas capacidades de Federated Learning: Agora o IBM Watson Studio inclui novas capacidades de federated learning como uma antecipação tecnológica para ajudar as empresas a aplicarem técnicas de machine learning em situações nas quais os dados não podem ou não devem ser movidos devido a razões como privacidade de dados, sigilo, conformidade regulatória ou simplesmente o tamanho dos dados envolvidos. Com o IBM Watson Studio, as empresas poderão treinar os modelos de IA em fontes de dados previamente isoladas.***

- ***Novas capacidades de Time Series: O IBM Watson Studio agora inclui capacidades Time Series, em beta, projetadas para enfrentar os desafios de automatização, análise e previsões de dados de time series comumente vistos em muitas indústrias, como finanças, manufatura e varejo. As novas capacidades são projetadas para ajudar as empresas a desenvolver modelos que preveem os futuros valores de um time series baseados em dados ou recursos passados. Time Series no IBM Watson Studio são projetados para alcançar uma precisão através de uma variedade de conjunto de dados que envolvam uma só variável independente - incluindo dados como registro de chamadas telefônicas, dados meteorológicos, tempo de viagem, vendas no varejo, volume de produção e aumento na precisão do insight.***

"A IA é tão útil quanto a sua confiança nela. Especialmente nos negócios e quando as apostas são altas", disse Daniel Hernandez, Gerente Geral de Data and IA da IBM. "O IBM Watson continua entregando novas capacidades críticas para ajudar os negócios a construírem confiança em cada passo do ciclo de vida da IA, para que os líderes dos negócios possam operacionalizar a IA com segurança em toda a nuvem híbrida", completa.

Marcas líderes globais estão usando o IBM Watson Studio para gerar confiança em seus fluxos de trabalho. A Deutsche Lufthansa AG, maior linha aérea da Alemanha, está usando o IBM Watson Studio para fornecer dados confiáveis e uma base de IA para melhorar a experiência dos clientes e capacitar melhor seus funcionários enquanto alcançam uma excelência operacional.

A IBM está colhendo inovações continuamente de IBM Research para dar às empresas ferramentas, soluções, práticas e habilidades para administrar com responsabilidade a IA, incluindo a metodologia recém-anunciada AI Factsheets, que será comercializada dentro do Watson Studio no Cloud Pak for Data ao longo de 2021. O Factsheets complementa outras soluções existentes, como o IBM Watson OpenScale, IBM Watson Knowledge Catalog e o IBM Watson Machine Learning para proporcionar aos clientes capacidades de governança e de gerenciamento de ciclo de vida de IA de ponta a ponta.

Essa notícia se baseia em um comprometimento de longa data da IBM com a ética e a administração responsável da IA. Além disso, para aplicar os Princípios de Confiança e Transparência através de todo o escopo de operações globais, a IBM recentemente juntou forças com o Fórum Econômico Mundial e a Fundação Patrick J.McGovern para o lançamento do Global AI Action Alliance com foco em guiar as políticas responsáveis, práticas e parcerias necessárias para garantir a cooperação global no projeto, desenvolvimento e uso da IA.

O Watson é uma tecnologia de IA da IBM para empresas, que ajuda as organizações a preverem melhor e moldarem resultados futuros, além de automatizar processos complexos e otimizar o tempo dos funcionários. O Watson evoluiu de um projeto do IBM Research à experimentação e a um conjunto aberto e em escala de produtos que podem ser executados em qualquer lugar. Com mais de 40000 clientes engajados, o Watson está sendo aplicado por marcas líderes globais em uma variedade de indústrias para transformar a forma que as pessoas trabalham.

Recuperação judicial da Samarco é deferida

A Samarco havia ajuizado pedido de Recuperação Judicial à Justiça de Minas Gerais para renegociar sua dívida, que é em sua maior parte financeira e está em poder de detentores estrangeiros de títulos de dívida (bondholders). O objetivo do pedido, segundo comunicado, é permitir que a mineradora mantenha as suas atividades de produção e preserve sua função social de geração de emprego, renda e tributos.

A Recuperação Judicial não terá impacto nas atividades operacionais e nem nas ações de reparação e compensação conduzidas pela Fundação Renova. A Samarco procurou assinar acordo extrajudicial com os seus credores para renegociar a dívida. No entanto, diante de demandas inviáveis impostas por eles, a mineradora não conseguiu chegar a um bom termo das negociações. Após recentes medidas judiciais de alguns credores, a empresa optou pela via protetiva da recuperação judicial.

A origem da dívida da Samarco com os credores foi contraída anteriormente ao rompimento da barragem do Fundão, ocorrida em novembro de 2015. Até agosto de 2016, a empresa informa que buscou honrar seus compromissos e realizou pagamentos regulares aos credores. Porém, após este período, buscou uma negociação amigável para a reestruturação de sua dívida com os credores. Em 27 de novembro de 2018, a Samarco se reuniu com credores, visando a uma reestruturação consensual – o que foi seguido por trocas de propostas e contrapropostas.

Em 2020, a Samarco conseguiu retomar as negociações extrajudiciais com estes credores com a condução da due diligence técnica, além de diversas interações com os assessores financeiros e legais dos credores. Porém, no período das negociações, um grupo que representa parte dos detentores dos títulos (bondholders) requereu termos fora de mercado para iniciar as conversas e o engajamento não se tornou possível. Desta forma, alguns credores iniciaram a sequência de ações judiciais que levaram a Samarco a ajuizar uma Recuperação Judicial com o objetivo de preservar a retomada recente de suas e o cumprimento das obrigações socioambientais.

A Justiça de Minas Gerais deferiu pedido de Recuperação Judicial protocolado pela Samarco no dia 9 de abril de 2021. A decisão garante proteção contra ações judiciais de execução de dívidas com os credores, que são em sua maior parte fundos estrangeiros detentores de títulos de dívida (bondholders).

As operações da Samarco proporcionam empregos, movimentam a economia local e geram benefícios para a comunidade onde atua, além da continuidade das ações de reparação e compensação de danos. A Recuperação Judicial não terá impacto nas atividades operacionais e nem nas ações de reparação e compensação conduzidas pela Fundação Renova

Fonte: Brasil Mineral – 14.04.221

Consumo em supermercados e açougues aumenta quase 25% em BH durante a pandemia, apontam dados da Sodexo Benefícios & Incentivos

Houve redução na frequência nos estabelecimentos

A pandemia de Covid-19 chegou trazendo mudanças aos hábitos de consumo dos brasileiros. Dados da Sodexo Benefícios e Incentivos mostram que, entre março e junho de 2020, início da pandemia, os consumidores de Belo Horizonte (MG) passaram a ir menos vezes aos supermercados, atacadistas e açougues, porém aumentaram em 24,81% o valor médio gasto no uso do cartão alimentação nesses estabelecimentos. Com a chegada do período de flexibilização, entre julho a dezembro de 2020, verificou-se estabilidade, que se manteve também a partir de março deste ano, com a chegada da segunda onda da doença e com ela restrições mais rígidas.

De olho em toda essa movimentação, o estudo da Sodexo mostra ainda que, em termos comparativos entre o momento atual e o anterior à pandemia, os consumidores reduziram em 15,97% a frequência de ida às compras.

"Estamos vivendo um cenário desafiador. Esses efeitos da pandemia impactam diretamente no bolso do consumidor. Ao observar esses dados, fica em evidência como os cartões alimentação e refeição oferecidos pelas empresas são essenciais para garantir a boa alimentação do trabalhador e de sua família", avalia Antônio Alberto Aguiar (Tombé), responsável pela área de Estabelecimentos da Sodexo Benefícios e Incentivos.

Fundada em 1966, em Marselha, a Sodexo é líder global em serviços que melhoram a qualidade de vida, um fator essencial para o desempenho dos indivíduos e das organizações. Presente em 67 países, a Sodexo atende 100 milhões de consumidores todos os dias por meio de uma combinação exclusiva de Serviços On-site, Serviços de Benefícios e Incentivos, além de Serviços Pessoais e Domiciliares. Por meio de mais de 100 tipos de serviços, a Sodexo proporciona aos clientes uma oferta integrada desenvolvida em mais de 50 anos de experiência: serviços de alimentação, recepção, manutenção e limpeza, até gestão de equipamentos e instalações; desde cartões de benefício e programas que promovem o engajamento de colaboradores por meio de soluções que simplificam e melhoram sua gestão de despesas e mobilidade, até assistência residencial, creches e serviços de concierge. O sucesso e desempenho da Sodexo são pautados em sua independência, no modelo de negócio sustentável, e na capacidade de desenvolver e incentivar a participação de seus 470 mil colaboradores por todo o mundo.

Solidariedade

Cestas básicas para famílias rurais

O Sistema FAEMG/SENAR/INAES deu início no dia 23 de abril, à distribuição de 2.070 cestas básicas a famílias de comunidades rurais em situação de vulnerabilidade social, em municípios da região Leste de Minas Gerais. O trabalho é feito com o apoio da Cruz Vermelha de Minas Gerais. As primeiras entregas foram feitas em Alpercata, onde cerca de 80 famílias foram beneficiadas. A ação continua e a expectativa é de que em cerca de 20 dias todas as outras 1.990 cestas sejam entregues e garantam alimento para essas pessoas.

O objetivo é ajudar aqueles que sofrem neste momento da pandemia da covid-19 e que nem sempre são assistidos por estarem em regiões de difícil acesso. A ação tem, ainda, o apoio da Polícia Militar e dos Bombeiros de Minas Gerais.

Promoveram a entrega das cestas em Alpercata o gerente regional do Sistema FAEMG/SENAR/INAES em Governador Valadares, Luiz Ronilson Araújo Paiva; o vice-presidente da FAEMG e presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Valadares, Afonso Luiz Bretas; a gerente de Formação Profissional e Promoção Social do SENAR MINAS, Liziana Rodrigues, representeando o superintendente do SENAR MINAS, Christiano Nascif, e a coordenadora da Cruz Vermelha de Valadares, Wilkiliane Costa.

"Estou desempregada, com problemas de saúde, tenho dois netos e, para mim, foi muito gratificante receber esta cesta básica. Chegou em muito boa hora. Eu só tenho que agradecer muito a todos vocês." - Rita Silva Prado, de 68 anos

"A gente está precisando de todo tipo de ajuda e essa cesta básica veio na hora certa. Estou grávida e, neste momento de dificuldades, com esta pandemia, ficamos satisfeitos em receber o apoio de vocês." - Mislene Pereira Batista, de 42 anos

Luiz Ronilson, Wilkiliane Costa, Afonso Luiz Bretas e Liziana Rodrigues

"É uma ajuda muito boa esta, que estamos recebendo hoje, aqui em Alpercata", Geralda Rodrigues, de 60 anos

"Esta cesta foi muito importante para todos nós. A gente nem imaginava que ia ter essa graça. Estamos muito felizes e satisfeitos." - Janete Dias, de 59 anos

"Em nome da minha família, só tenho que agradecer a vocês porque essa cesta vai nos ajudar muito nesse momento de pandemia, em que a gente não pode trabalhar direito e precisa de alimento." - Rhyan Augusto, de 24 anos

"Juntamente com a Cruz Vermelha, o Sistema FAEMG/SENAR/INAES quer levar apoio e desenvolvimento para todas as famílias rurais. Esta ação é uma forma de retribuir o esforço que todas essas famílias dedicam à área rural para gerar toda a produção e desenvolvimento do setor." - Luiz Ronilson Paiva, gerente regional do Sistema FAEMG/SENAR/INAES em Governador Valadares

"Estamos, com muita satisfação, representando o Sistema FAEMG e o sindicato rural. A Federação está comemorando os 70 anos e, por isso, resolveu fazer esta ação, atendendo aos vulneráveis nesta pandemia. Nós, produtores, estamos ajudando quem trabalha conosco na área rural." - Afonso Luiz Bretas, vice-presidente da FAEMG e presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Valadares

Cinco hábitos para aprender sobre os anúncios mais criativos e eficazes do mundo

Os consumidores consideram o "Cheers to all", da Heineken, como o anúncio mais criativo do mundo em 2020.

Ao longo de 2020, a Kantar, empresa líder mundial de consultoria e conhecimentos baseados em dados e insights, analisou mais de 10.000 anúncios para clientes de todo o mundo. Agora revela os que funcionaram com maior eficácia. O que diferencia o Kantar Creative Effectiveness Awards de outras premiações de criatividade é que os consumidores são os jurados.

A investigação do Barômetro COVID-19 da Kantar mostrou que as pessoas queriam que a publicidade continuasse durante a pandemia, já que proporcionava uma sensação de normalidade em um momento delicado, com notícias sobre Covid-19 24 horas por dia. Investigações posteriores mostraram que, em sua maioria, os consumidores processavam o conteúdo da mesma maneira como faziam antes da pandemia. Os anunciantes que mantiveram seu foco e investiram em sua marca durante este período de recessão viram sua determinação recompensada.

Ao longo do ano e dos mais de 10.000 anúncios analisados com o Link, solução de pré-teste de comu-

OS ANÚNCIOS MAIS CRIATIVOS E EFICAZES DE 2020

	Marca	País	Filme	Agência
1	Heineken	EUA	Cheers to all (foto)	Publicis
2	Bosch	Alemanha	Atino	C3 Creative Code and Content (Stuttgart)
3	Burger King	França	Consignes 2 Sécurity - The Retour	Buzzman
4	SheaMoisture	EUA	It Comes Naturally	BBDO New York and JOY Collective
5	Samsung	EUA	Make their year, with Galaxy Buds Live	R/GA
6	Milka	França	And a lot of Milka	DAVID Madrid
7	Google	EUA	Find your Scene	Google Brand Studio
8	TENA	Reino Unido	TENA Silhouette Washable Underwear	AMV BBDO, London
9	TD	Canadá	Keeping your business moving forward	Leo Burnett
10	Adrenaline Rush	Rússia	More	KAPIBARA
11	YouTube Kids	EUA	YouTube Kids Brand Anthem Film	Droga5
12	Avocados from Mexico	EUA	Shopping Network*	Energy BBDO Chicago
13	Gatorade	Chile	Gatorade GOAT CAMP	TBWA / Chiat de Los Ángeles
14	Toyota Corolla	Canadá	Vente Étiquettes Rouges	The Showroom
15	Kozel	Eslováquia	Pimp my goat	Armada
16	Nissan Sentra	EUA	Joy Ride	NissanUnited
17	Panadol Actifast	Malásia	Delivery Rider Malaysia	Grey Group Singapore
18	EBay Australia	Austrália	The Fast and the Furious	Che Proximity Australia
19	Siemens Home Appliances	Turquia	Ankastre	MullenLowe Istanbul
20	Hershey's Kisses	EUA	Bells to Blossoms	mcgarrybowen

* Atualmente não disponível online.

nicação validada pela Kantar, foram identificados os cinco hábitos mais eficazes dos anunciantes:

Ser distintivo: Ter a capacidade de se fazer notado e ser lembrado em um mundo onde existe uma grande quantidade de anúncios. O mais importante é se destacar no mínimo em sua categoria e idealmente de qualquer outra publicidade;

Manter os elementos intrínsecos (assets) para gerar brand linkage: Garantir que a atenção no anúncio esteja a serviço da marca. Muitas empresas esquecem desta regra básica;

Ser significativamente diferente: Atender as necessidades funcionais, emocionais e sociais dos consumidores, se mostrando único em sua categoria;

Desencadear uma resposta emocional: Fazer com que o espectador sinta uma conexão e gere um compromisso com o anúncio, evitando a tendência natural de filtrar a publicidade. Isso também tem efeitos positivos nas associações emocionais com a marca;

Fale com seu consumidor: Os especialistas bem-sucedidos em marketing sabem que podem perder a perspectiva durante a jornada criativa e por isso é importante ouvir o feedback dos consumidores ao longo desse processo.

Sobre os ganhadores deste ano e os cinco hábitos de eficácia criativa, Daren Poole, Líder global de Creative na Kantar, comentou: "Na Kantar amamos o excelente conteúdo criativo, e o amamos ainda mais quando essa criatividade aproveita para oferecer resultados em benefício da marca e do marketing. Nossos ganhadores pertencem a uma ampla gama de produtos e categorias e, como nosso relatório informa, utilizam muitas táticas diferentes em sua criatividade. O que compartilham é um compromisso com a excelência criativa e um enfoque em garantir que seu trabalho funcione exatamente como se esperava."

O Link da Kantar é a solução de pré-testes de comunicação mais confiável do mundo, já que foi utilizada mais de 215.000 vezes. Oferece medidas preditivas e de diagnóstico para guiar a otimização de anúncios e a maximização desse ROI. Com o Link Now disponível no Kantar Marketplace, os anúncios podem ser testados com confiança e de maneira muito ágil, com resultados a partir de 6 horas. As medidas que sustentam nossas premiações são a STSL (Short Term Sales Likelyhood), probabilidade do anúncio gerar uma resposta de vendas no curto prazo, e o "Power", que é a medida do potencial de um anúncio contribuir com a construção de equity no longo prazo. Ambas as medidas são validadas com resultados reais para garantir que se obtenha uma leitura tanto da excelência criativa quanto dos resultados para a marca.

BV coordena primeira emissão de debêntures incentivadas da Equatorial Transmissão S.A. no valor de R$ 800 milhões

O BV, um dos maiores bancos do país, foi coordenador da primeira Emissão de Debêntures Incentivadas da Equatorial Transmissão S.A. A operação, realizada no valor de R$ 800 milhões, viabiliza a captação de recursos no mercado de capitais para uma das maiores empresas do setor de energia do país, cujo objetivo é investir em projetos do setor de transmissão.

A iniciativa destaca a atuação do banco em mais uma operação relevante no setor de infraestrutura, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento do país.

SOBRE O BANCO BV

O banco BV é uma das maiores instituições financeiras do país em ativos e atua nos segmentos de Varejo, Corporate Banking, Investment Banking, Asset Management e Private Banking. O banco é um dos líderes em financiamento de veículos leves usados e, por meio do BV Lab, seu braço de inovação, é um dos principais parceiros das startups. O BV está comprometido com os pilares ESG, contribuindo para o desenvolvimento social e reduzindo o impacto ambiental. O banco compensa sua emissão de carbono e, desde janeiro de 2021, neutraliza a emissão dos veículos que são financiados pela instituição, sua principal linha de negócios. O BV apoia o esporte e patrocina atletas de alto rendimento nas modalidades judô e skate.

Nubank é o melhor banco do Brasil pelo terceiro ano consecutivo, segundo revista Forbes

Desde 2019, quando o ranking foi criado, banco digital aparece também entre as melhores instituições financeiras do mundo em avaliação de mais de 43 mil pessoas em 28 países

São Paulo, 13 de abril de 2021 – Pelo terceiro ano seguido, o Nubank, maior banco digital independente do mundo, é a melhor instituição financeira do Brasil e está entre as melhores do mundo. O reconhecimento é da revista norte-americana Forbes, a partir do ranking anual World's Best Banks 2021.

A pesquisa foi feita pela Forbes em parceria com a empresa de estatísticas Statista. Mais de 43 mil pessoas em 28 países avaliaram cerca de 500 bancos com base em critérios como confiança, atendimento ao cliente, serviços digitais, consultoria e educação financeira, os termos e condições, além da satisfação geral. O Nubank ocupa a primeira posição entre os bancos brasileiros melhor avaliados.

Desde a publicação do ranking pela Forbes, em 2019, o Nubank sempre figurou entre os melhores do mundo e lidera a lista dos melhores no país. Em 2020, o Nubank registrou uma média de 36 mil novos clientes por dia – atualmente, são mais de 35 milhões de usuários. Presentes em 100% dos municípios do Brasil também desde 2019, o banco digital encerrou o ano passado com R$ 29 bilhões em depósitos – um aumento de 2,6 vezes em relação ao ano anterior e o maior patamar já alcançado.

Neste último ano – marcado pela pandemia do novo coronavírus –, a proposta 100% digital do Nubank passou a impactar um público ainda mais diverso. Entre os idosos, o percentual de novos clientes com mais de 60 anos chegou a crescer 20% em abril do ano passado em relação a abril de 2019. O banco digital também diversificou o seu portfólio de produtos, passando a oferecer seguro de vida com fluxo de contratação todo via aplicativo, sem burocracia e com total transparência.

Com cerca de oito anos de operação, o Nubank propiciou uma economia superior a R$ 19 bilhões de reais aos seus mais de 35 milhões de clientes no Brasil – esse é o valor total poupado com a utilização do cartão de crédito 'roxinho' e da conta digital. O cálculo feito pela empresa considera o custo médio praticado pelo mercado em anuidades, tarifas para abertura de conta, taxas de manutenção e transferências entre bancos.

VALOR DE MERCADO, AQUISIÇÕES E EXPANSÃO

Com mais de US$ 1,2 bilhão captados em sete rodadas de investimentos

desde a sua fundação, o Nubank já é uma das cinco instituições financeiras mais valiosas da América Latina. De 2020 até o presente momento, o banco digital completou a aquisição de três empresas: a Easynvest, corretora digital de investimentos com mais de 1,5 milhão de clientes; a Cognitect, empresa de tecnologia norte-americana, que é referência internacional no mercado de engenharia de software e criadora de algumas das mais importantes linguagens funcionais de programação; e a Plataformatec, consultoria de tecnologia especializada em metodologia ágil.

No período, o Nubank também iniciou suas operações no México e na Colômbia com o lançamento do cartão de crédito roxinho e diversificou seu portfólio no Brasil, passando a oferecer produtos de seguro, investimento e soluções de pagamento instantâneo.

O Nubank foi fundado em 2013 para libertar as pessoas de um sistema financeiro burocrático, lento e ineficiente. Desde então, por meio de tecnologia inovadora e excelente atendimento ao cliente, a empresa vem redefinindo o relacionamento das pessoas com o dinheiro em toda a América Latina. Com operações no Brasil, México e Colômbia, o Nubank é hoje o maior banco digital independente do mundo, reinventando a vida financeira de mais de 35 milhões de clientes.

O Nubank atingiu esse patamar ao oferecer um cartão de crédito sem anuidade, totalmente gerenciado por um aplicativo, hoje usado por cerca de 21 milhões de usuários, e uma conta digital, livre de tarifas, atualmente utilizada por cerca de 32,5 milhões de brasileiros. O Nubank também oferece empréstimo pessoal transparente e descomplicado, um programa de benefícios com pontos que nunca expiram, uma conta para pequenas e médias empresas e seguro de vida. Em 2020, a empresa anunciou a aquisição da corretora digital Easynvest, uma das primeiras corretoras a oferecer acesso online à Bolsa no Brasil, que possui mais de 1,5 milhão de clientes e R$ 23 bilhões de ativos sob custódia.

A instituição, ao longo dos sete anos de sua história, levantou mais de US$ 1,2 bilhão com alguns dos investidores de tecnologia mais conhecidos do mundo, Sequoia, DST, Tencent, Tiger, Kaszek, Founders Fund, Dragoneer, TCV, Redpoint, Ribbit, GIC, Whale Rock, Invesco and QED.

O Nubank foi eleito pela revista Forbes como o melhor banco do Brasil -- e um dos melhores do mundo -- por dois anos seguidos, em 2019 e 2020. Também foi reconhecido pela revista Fast Company como a empresa mais inovadora da América Latina e o "challenger bank" mais valioso pela CB Insights.

Atualmente, o Nubank é uma empresa global, com escritórios em São Paulo (Brasil), Cidade do México (México), Buenos Aires (Argentina), Bogotá (Colômbia), Durham (Estados Unidos) e Berlim (Alemanha). Foi fundado em 2013 em São Paulo, pelo colombiano David Vélez, e tem como cofundadores a brasileira Cristina Junqueira e o americano Edward Wible.

Banco Safra compra as operações de Asset e Private do Grupo Crédit Agricole no Brasil

No dia 23 de abril, o Banco Safra assinou o acordo para a compra das operações de Asset e Private Banking do Grupo Crédit Agricole. A iniciativa de buscar um comprador para as operações de private banking no Brasil foi exposta pelo Crédit Agricole ao mercado em setembro do ano passado.

O Safra, além de ser a melhor opção, tem um negócio sólido, experiência em investimentos e em private banking, além de visão de longo prazo. "Estamos num momento muito positivo. Para o Safra, essa aquisição mostra a nossa vocação para o segmento, nossa disposição de sempre buscar novos negócios com vistas à expansão de nossas operações", disse Silvio de Carvalho, presidente do Banco Safra. Segundo ele, o banco irá incorporar os clientes às suas plataformas de forma imediata.

"Seguiremos com o compromisso de oferecer um relacionamento de excelência, cuidando do patrimônio de todos como se fosse o nosso, além de oferecer toda nossa gama diversificada de produtos e serviços", declarou Silvio de Carvalho. Ele acrescentou que os funcionários da DTVM do Crédit Agricole serão absorvidos nos quadros de colaboradores do Safra.

O Safra é um dos maiores bancos privados do Brasil. Com atuação nos segmentos Pessoa Física e Pessoa Jurídica, a instituição possui patrimônio líquido de mais de R$ 13 bilhões. A carteira de crédito se aproxima de R$ 130 bilhões e os recursos de terceiros sob gestão totalizam cerca de R$ 310 bilhões. Os números são referentes ao fechamento de 2020. O banco faz parte da história de uma família que atua no segmento financeiro há mais de 175 anos e que está presente em 26 países. Ao redor do mundo, os valores agregados sob gestão chegam a R$1,5 trilhão. Em todas as localidades onde atua, a marca Safra é reconhecida pela solidez, segurança e relacionamento próximo.

Sócios do BTG Pactual criam o Instituto de Tecnologia e Liderança

A partir da doação de R$ 200 milhões pela família Esteves, e com apoio institucional do BTG Pactual, Inteli será a primeira faculdade de computação baseada em projetos do País

Com a desafiadora missão de formar as futuras lideranças em tecnologia que irão ajudar a transformar o Brasil, André Esteves, Roberto Sallouti e sócios do BTG Pactual unem forças para a criação do Instituto de Tecnologia e Liderança (Inteli), instituição privada e sem fins lucrativos, localizado em São Paulo, com a proposta de oferecer ensino de ponta no País. Patrocinado por uma doação de R$ 200 milhões da família Esteves, e com apoio institucional do BTG Pactual, o Inteli vai oferecer formação superior para estudantes na área de tecnologia, com ênfase em computação, negócios e liderança.

"O Inteli nasceu da necessidade que o País tem de se tornar mais relevante no desenvolvimento de tecnologia. Queremos formar futuros líderes, e para isso, vamos oferecer um ensino que vai além da computação, integrando ao currículo disciplinas como empreendedorismo, economia de mercado, estado de direito e sustentabilidade. Será a primeira faculdade de tecnologia baseada em projetos do Brasil", afirma André Esteves.

Para Roberto Sallouti, a transformação digital e o desenvolvimento de lideranças são os principais desafios para o futuro. "A missão do Inteli é justamente oferecer todas as ferramentas e o ambiente propício para a formação dessa geração de líderes, que tem sede de conhecimento, espírito empreendedor, com forte capacidade de adaptação e totalmente orientada para a solução de problemas reais. Ao nosso ver, são eles que vão ajudar a transformar o Brasil", complementa Sallouti.

Com as primeiras turmas previstas para fevereiro de 2022, o Inteli vai oferecer inicialmente quatro cursos de graduação presenciais: Engenharia da Computação, Engenharia de Software, Ciência da Computação e Sistemas de Informação. Os cursos terão duração de quatro anos, divididos em 16 módulos. Além de aulas com professores experts, em cada módulo os estudantes desenvolverão um projeto para atender as necessidades de um parceiro de mercado, seja de empresas privadas, startups ou ONGs. Para o primeiro ano estão previstas 250 vagas. A meta é ter mil alunos matriculados até 2025.

O Inteli tem a missão de desenvolver seus alunos em três conjuntos de competências: computação, aprofundando em inteligência artificial, ciência de dados, segurança cibernética; negócios, abordando áreas como finanças corporativas, inteligência de mercado, marketing digital, people analytics e sustentabilidade; e em aspectos comportamentais como comunicação, ética e resiliência. O objetivo é que os alunos aprendam, desde a primeira semana de aula, a causar impacto real na sociedade, orientados todo o tempo para buscar soluções para as ineficiências do mundo de forma prática.

Com foco em atrair os melhores talentos do Brasil, independente da condição socioeconômica, o Instituto terá estudantes bolsistas e pagantes. O mais importante é que o estudante tenha paixão por transformar a sociedade, alto potencial e capacidade analítica e de pensar alternativas criativas para problemas. No futuro, o Inteli prevê, ainda, a oferta de cursos de pós-graduação, ensino à distância, uma incubadora de startups e cursos livres.

Compõe o Conselho do Inteli: André Esteves e Lilian Esteves, empresária e filantropa, como patrocinadores; Roberto Sallouti como presidente do Conselho, Arthur Lazarte, Co-fundador e CEO da Wildlife; Mark Maletz, membro sênior da Harvard Business School (HBS); Pedro Thompson, CEO da Exame; Silvio Meira, PhD em Computação e co-fundador do Porto Digital em Recife; Ricardo Dias, co-fundador da Adventures Inc e antes VP de Marketing da Ambev; e Sofia Esteves, fundadora e Presidente do Conselho do Grupo Cia de Talentos.

Completam o time, na diretoria executiva, Maíra Habimorad, anteriormente CEO da Cia de Talentos e Diretora Acadêmica e de Inovação do Ibmec, que será CEO do Inteli; Ana Garcia, co-fundadora da Brasa, como Head de Operações do Inteli; e Maurício Garcia, com mais de 30 anos de experiência como Executivo Acadêmico e de Inovação em grandes grupos educacionais, como Conselheiro Acadêmico. Toda equipe Inteli foi desenhada para criar um time multidisciplinar com experiências diversas, peça fundamental para pensar um modelo acadêmico com visão de futuro e alinhado com as expectativas do mercado.

Entre os próximos passos está a assinatura de acordo para instalação do Campus em um espaço horizontal e arborizado de 9 mil m^2 em São Paulo, e o levantamento de recursos para financiar as bolsas de estudos.

BANCO RENDIMENTO

Banco Rendimento anuncia parceria com a israelense MoneyNetint para facilitar pagamentos de PMEs globais ao mercado brasileiro

Expectativa é conectar empresas de pequeno e médio porte de todo o ecossistema de negócios global por meio de serviço de pagamentos internacionais com o Brasil

O Banco Rendimento anunciou no dia 19 de abril último parceria com a MoneyNetint, provedora israelense de serviços de pagamentos internacionais que conecta as PMEs estrangeiras ao ecossistema bancário brasileiro, para a oferta de serviços exclusivos que visam incrementar os negócios deste perfil de empresas com nosso País. O objetivo é tornar atrativos negócios com o Brasil e criar condições equitativas para que as pequenas e médias companhias possam expandir seus negócios.

"Nossa parceria com a MoneyNetint, empresa fundada em Israel que tem operações na Europa, nos coloca em contato com o ecossistema mundial, e em posição de liderança para nos beneficiarmos do mercado crescente de pagamentos internacionais", explica Jacques Zylbergeld, Superintendente de FX no Banco Rendimento.

Por meio da MoneyNetint, empresas brasileiras poderão receber recursos de qualquer lugar do mundo (pessoas físicas ou empresas), de forma competitiva.

"O Brasil apresenta uma enorme oportunidade de mercado, que não era explorada devido ao custo e às dificuldades de fazer pagamentos internacionais", afirmou Yishay Trif, CEO da MoneyNetint. "Grandes empresas com alto volume e valor de transações não enfrentam esse desafio porque seus bancos oferecem taxas relativamente baixas e câmbio preferencial. Com a parceria com o Banco Rendimento não só permitimos que as PMEs se expandam neste mercado em crescimento, como também nivelamos o campo de atuação para que qualquer empresa possa finalmente competir em condições justas com as maiores empresas", completa.

Isso é possível porque a MoneyNetint permite que as empresas negociem com o mundo, tornando os pagamentos internacionais seguros, eficientes, acessíveis e sem complicações. Afinal, a empresa trabalha com provedores de serviços financeiros globais, redes de pagamentos e reguladores internacionais que permitem que qualquer pessoa faça e receba pagamentos em qualquer lugar do mundo, tão facilmente quanto em seu país de origem.

Com a nova parceria, o Banco Rendimento conectará os pagamentos de empresas globais com empresas e pessoas físicas brasileiras por meio da MoneyNetint. E que conta com a plataforma RippleNet, que permite que as instituições financeiras se conectem por meio de uma infraestrutura segura e altamente confiável baseada em blockchain, garantindo um fluxo de transações contínuo, ágil e seguro. Assim, o Brasil, tradicionalmente considerado um mercado complexo para se fazer negócios, se torna acessível por meio de tecnologia de ponta.

E, com a parceria, empresas e indivíduos se conectarão instantaneamente ao ecossistema de pagamentos do Brasil para fazer transferências de dinheiro para qualquer pessoa no País. "O ecossistema de pagamentos se desenvolveu muito de 2019 para cá, e as empresas ao redor do mundo estão ansiosas para aproveitar as vantagens desse enorme mercado potencial", conclui Jacques Zylbergeld.

Localiza e Grupo Corpo promovem aulas abertas de dança para o público geral

Empresa apoia projeto com aulas online inspiradas nos espetáculos da companhia de dança todas as sextas-feiras de maio

Em comemoração ao Dia Internacional da Dança, no dia 29/04, e sempre pensando em proporcionar experiências que inspirem as pessoas viverem seus melhores momentos, a Localiza, em parceria com o Grupo Corpo, promoveu aulas virtuais abertas ao público, convidando as pessoas a contar e viver histórias através da dança. Com transmissão pelo YouTube às sextas-feiras do mês de maio, 19h30, os participantes serão orientados em exercícios de alongamento, flexibilidade e pequenas sequências coreográficas, com o objetivo de levar descompressão e leveza aos participantes.

"A marca Localiza está no ramo de viabilizar experiências memoráveis. Não há nada mais precioso que isso. Sabemos que cada memória que se torna afetiva é repleta de ritmo e de movimento. A música e a dança são, portanto, representações perfeitas de experiências memoráveis, exatamente como as que ajudamos nossos clientes a construírem", afirma Antonio Augusto, diretor de Marketing da Localiza.

As aulas já alcançaram, em tempo real, um público de 8 mil pessoas, número que chega a dobrar com as visualizações dos vídeos online, uma experiência única inspiradora e motivacional para quem participa e se encontra na dança.

"A ideia é proporcionar um pouco de conforto às pessoas nesse momento tão difícil que estamos vivendo. As aulas são inspiradas em obras importantes da Companhia e oferecem, além do exercício físico, um contato mais próximo com os bailarinos e a arte do Grupo Corpo. As sequências coreográficas ensinadas são simples para que sejam acessíveis a todos. E o nosso desejo é ter cada vez mais pessoas dançando com o Corpo. Sejam todos muito bem-vindos!", pontua Claudia Ribeiro, diretora de programação do Grupo Corpo.

A Localiza é a maior empresa de aluguel de carros na América do Sul. Companhia de capital aberto listada na B3 e com elevado nível de governança corporativa, a Localiza traz em sua história resultados extraordinários de protagonismo e inovação. Fundada em Belo Horizonte, em 1973, ao longo do tempo consolidou-se como uma plataforma de negócios de mobilidade composta por Localiza, Localiza Gestão de Frotas e Localiza Seminovos sendo hoje uma das 20 marcas mais valiosas do país. A companhia reúne uma série de premiações e reconhecimentos do mercado ligados a relacionamento com clientes e investidores. A sinergia das áreas de eficiência aliada à excelência operacional permite à Companhia oferecer as melhores soluções de mobilidade por meio de 605 agências, distribuídas em 6 países da América do Sul.

Fundado em 1975, em Belo Horizonte, o Grupo Corpo consagrou-se como a mais importante companhia de dança contemporânea brasileira. Ao conjugar brasilidade, ousadia e rigor estético, construiu uma identidade própria, um estilo particular, a partir da mais genuína raiz tropical, cujas marcas podem ser percebidas em todas as suas obras. Graças a seu trabalho sério e consistente, focado nos valores da cultura brasileira, o grupo edificou uma marca forte e importante, consumida hoje por países dos cinco continentes. Lotando os teatros por onde passa, o Grupo Corpo leva com sucesso a imagem do Brasil a todos os cantos do mundo.

Compensação Ambiental Jaguar Mining adquire floresta

A Jaguar Mining adquiriu recentemente uma área de floresta nativa, localizada no Parque Estadual Serra das Araras, no município de Chapada Gaúcha (MG). A empresa mantém também a Estação Ecológica da Mata do Cedro, em Carmópolis de Minas, na Região Oeste do estado. As duas áreas são preservadas como contrapartida às atividades minerárias desenvolvidas em Minas Gerais.

Adquirida em 2017, a Estação Ecológica da Mata do Cedro tem área de 135 hectares como compensação da mina Turmalina. A Jaguar implementa um programa de revitalização da cobertura vegetal com espécies nativas em parte desta área, visto que o restante já possui cobertura nativa. "Trabalhamos na recuperação de 23,85 hectares, como compensação ambiental. O que antes era um grande pasto, hoje é um espaço em fase adiantada de reflorestamento, preservando a flora da Mata Atlântica. Um bom exemplo das nossas iniciativas que visam ao bem-estar da sociedade, à recuperação e à proteção dos recursos naturais", ressalta a gerente de Meio Ambiente, Rayssa Garcia.

A ação gera diversos benefícios ao ecossistema local, principalmente porque existe uma conexão da floresta com o rio Pará, que banha boa parte do estado de Minas Gerais e é uma das principais fontes de abastecimento do reservatório da Usina Hidrelétrica de Três Marias. As árvores plantadas têm recebido os tratos culturais, como capina, tutoramento, combate a formigas, adubação, replantio, entre outros. As espécies crescem rápido, alcançam até 10 metros de altura e muitas começaram a florescer e frutificar, o que é importante para a transformação da paisagem e um atrativo para insetos e animais que farão a polinização e a dispersão de sementes.

A área de floresta nativa de 100 hectares incorporada ao Parque Estadual Serra das Araras encontra-se em processo de doação ao Estado, como compensação das atividades minerárias das minas Roça Grande e Paciência. "Essas iniciativas reforçam nosso compromisso com minimização de danos ao meio ambiente e às nossas comunidades, sempre em busca de soluções que garantam o equilíbrio. Dessa forma, a empresa preza pelo crescimento sustentável, atrelado a um negócio seguro e socialmente responsável, que leva o valor da sustentabilidade para as práticas do dia a dia e para toda a gestão", conclui Rayssa

Fonte: Brasil Mineral – 28.04.2021

Bem Brasil investe em ampliação da armazenagem e novos equipamentos

Aporte para construção da nova câmara de congelamento e aumento da capacidade da usina termoelétrica fazem parte do plano de crescimento sustentável da empresa

A Bem Brasil Alimentos dá mais um importante passo para levar adiante o seu plano de expansão, que vai dobrar a atual capacidade produtiva até meados do próximo ano. A empresa ampliará seu armazém, no município de Perdizes, no Triângulo Mineiro, por meio da construção de uma nova câmara de congelamento automático. Além disso, com o objetivo de duplicar a potência de uma das suas usinas termoelétricas, adquiriu um pacote de equipamentos, que acabam de chegar à unidade.

Os investimentos fazem parte do aporte total, da ordem de R$ 700 milhões, que inclui a implantação da terceira fábrica em Minas Gerais – em obras – e o aumento da estrutura de suporte, de armazenagem, área de estocagem, entre outros aspectos necessários para suportar o crescimento da companhia. Atualmente, a Bem Brasil é líder em vendas de batata pré-frita congelada no país, com 40% do mercado, e projeta ampliar essa fatia nos próximos anos. Após a conclusão das ações, especialmente com a nova planta em plena operação, será possível aumentar o volume de produção das atuais 250 mil toneladas do produto, ao ano, para cerca de 500 mil, além de diversificar ainda mais o mix.

De imediato, no entanto, os dois outros projetos em andamento já proporcionarão uma série de benefícios à empresa. Segundo o diretor operacional, Célio Zero, a expansão do armazém viabilizará vantagens logísticas, entre elas, agilizar os processos internos de expedição, otimizar a segurança dos alimentos no manuseio, proporcionar economia no consumo de energia elétrica e controle de estoque disponível de forma online. "A iniciativa nasce como resultado do crescimento, já que dobramos o volume de vendas nos últimos quatro anos, além das exigências da expansão prevista. Assim, é preciso adequar o espaço para abrigar matérias-primas e produtos acabados", argumenta. A nova câmara será composta por dois corredores de 143 metros de comprimento e terá capacidade total de 30.000 ton.

TERMOELÉTRICA

A Bem Brasil também investe em uma solução completa para garantir a continuidade da geração de energia própria e, consequentemente, mais segurança na operação da planta e um peso menor do insumo na composição de custo do produto final. Para isso, foram comprados equipamentos, com vistas a dobrar a potência de uma das usinas termoelétricas, em Perdizes, como conjunto turbogerador, transformadores, retificadores, bancos de baterias, turbina a vapor, entre outros, entregues neste mês de abril. O material ainda é projetado para oferecer alta performance e mais eficiência nas diversas aplicações.

Fabricante 100% brasileira de batata pré-frita congelada e flocos desidratados de batata, a Bem Brasil foi fundada em dezembro de 2006, em Araxá, no Triângulo Mineiro. Pioneira na atividade, conta, atualmente, com duas unidades fabris na região: a de Araxá e a outra no município de Perdizes, inaugurada em 2017. Juntas, geram mais de 600 empregos diretos e de 2 mil indiretos. A companhia é líder em vendas de batatas pré-fritas congeladas no país, produzindo, por ano, mais de 250 mil toneladas de produtos. Além disso, seu mix contempla mais de 20 itens voltados para food service e varejo nacional.

Multiplan divulga os resultados do 1T21

A Multiplan Empreendimentos Imobiliários divulgou, no dia 28/04, os resultados do primeiro trimestre de 2021. No período, os shoppings da Companhia operaram por 63% do horário regular, enquanto as vendas dos lojistas e receita de aluguel alcançaram, respectivamente, 72,3% e 82,2% dos resultados do 1T20. Desde o dia 22/04, todos os shoppings da Multiplan estão abertos ao público e, na última semana de abril, o tempo de operação deve alcançar 77% do horário regular.

No trimestre, o EBITDA foi de R$ 131,2 milhões, com margem de 49,3%, uma redução de 5.610 p.b. em relação ao mesmo período no ano anterior, principalmente em função das condições de aluguéis oferecidas aos lojistas, em virtude das suspensões temporárias e restrições operacionais. O lucro líquido totalizou R$46,3 milhões no 1T21, 73,9% abaixo do 1T20, em linha com a queda reportada no EBITDA no trimestre, alcançando 17,4% de margem de lucro líquido. Considerando os últimos 12 meses, o lucro líquido no período encerrado em março de 2021 cresceu 49,6% sobre março de 2020, atingindo R$832,7 milhões.

No 1T21, o Fluxo de Caixa Operacional (FFO) totalizou R$62,4 milhões, uma redução de 74,5% quando comparado ao 1T20, com margem de 23,5%. Nos últimos 12 meses, o FFO alcançou R$864,4 milhões, com crescimento de 6,8%, beneficiado, principalmente, pela venda da Diamond Tower em julho de 2020.

RENOVAÇÃO DE MIX COM RECORDE DE ABL LOCADA

Mesmo com as restrições que impactaram a operação dos empreendimentos, incluindo o funcionamento por 63% do horário regular, as vendas dos lojistas foram equivalentes a 72,3% das vendas do 1T20, atingindo R$ 2,3 bilhões. Os shoppings das cidades do Rio de Janeiro e Maceió tiveram os melhores desempenhos de vendas, beneficiando-se do maior horário de operação no trimestre.

O VillageMall, no Rio de Janeiro, mais uma vez, superou as vendas do ano anterior, atingindo 103,4% no 1T21, beneficiando-se do desempenho das lojas de artigos de luxo. Na comparação do 1T21 com o 1T20, 15 shoppings tiveram percentual de vendas acima do percentual de horas em operação.

A receita de locação dos shoppings Multiplan representou 82,2% do 1T20, alcançando R$174,2 milhões no trimestre, principalmente em função das condições de aluguéis oferecidas aos lojistas. A receita de locação total (soma dos shoppings e torres comerciais) foi de R$187,2 milhões no 1T21, o equivalente a 79,2% do 1T20.

Como observado no ano anterior, os consumidores voltaram a frequentar os shoppings após as reaberturas, reforçando a importância dos empreendimentos no seu cotidiano. A diferença entre vendas e horas em operação é mais um indicativo da força e solidez da Companhia quando se considera que nenhum shopping operou em seu horário regular, que fevereiro de 2021 teve um sábado a menos devido ao dia bissexto do ano passado e que feriados adicionais foram decretados em algumas cidades do Brasil, o que impactou negativamente os números de vendas ao longo do trimestre.

O portfólio de shopping centers da Multiplan apresentou uma taxa de ocupação média de 94,6% no 1T21, uma redução de 120 p.b. em relação ao 4T20. A redução é devida, principalmente, ao efeito sazonal de menores taxas de ocupação nos primeiros trimestres do ano, que, historicamente, são cerca de 0,35% abaixo da taxa registrada no quarto trimestre; e ao efeito pontual relacionado à saída recente de uma rede de lojas fast fashion do portfólio da Multiplan.

"Acompanhamos o movimento de vários lojistas em buscar shoppings mais qualificados. Locamos quase 100 lojas no trimestre, mais de 16 mil metros quadrados de ABL, um novo recorde. Desses locatários, mais de 60% já tinham lojas nos shoppings Multiplan. Isso mostra também a confiança dos lojistas na Companhia", afirma Armando d'Almeida Neto, vice-presidente Financeiro e de Relações com Investidores da Multiplan.

A Multiplan possui atualmente 19 shopping centers em operação e é uma das maiores empresas do setor no Brasil. A companhia também atua estrategicamente no desenvolvimento de imóveis comerciais e residenciais, com projetos multiuso que geram sinergias para as operações de shopping centers, oferecem conveniência e comodidade aos usuários, e geram valor a seus ativos. Fundada em 1974 como empresa full service, é responsável pelo planejamento, desenvolvimento, propriedade e administração de um dos melhores portfólios de empreendimentos do país. O ParkJacarepaguá, em construção no Rio de Janeiro, será o 20º shopping da companhia.

Os shopping centers da Multiplan totalizam mais de 5.800 lojas, tráfego anual estimado em 190 milhões de visitas e área bruta locável (ABL) de 836.382 m^2. Adicionalmente, a Multiplan detém dois conjuntos de torres comerciais com ABL de 50.582 m^2, que somados à área total de shopping centers resultam em ABL de 886.964 m^2.

Lucro da Vale aumenta mais de 20 vezes em um ano

A Vale registrou Ebitda ajustado proforma de US$ 8,47 bilhões no primeiro trimestre de 2021, resultado recorde para o período, e lucro líquido de US$ 5,55 bilhões, um aumento sobre os US$ 4,81 bilhões obtidos no último trimestre de 2020. O lucro líquido da empresa subiu mais de 2.200% no período de um ano decorrente, principalmente, pela alta dos preços do minério de ferro no mercado internacional. O Fluxo de Caixa Livre das Operações somou US$ 5,85 bilhões entre janeiro e março de 2021, US$ 971 milhões acima do último trimestre de 2020, impulsionado pelo sólido EBITDA proforma do trimestre e melhoria no capital de giro, como consequência da forte arrecadação de receitas.

Tudo indica que o cenário de preços para o minério de ferro seguirá positivo no segundo trimestre, quando os volumes produzidos costumam ser maiores que o chuvoso primeiro trimestre. O preço médio de referência da commodity subiu 25% de janeiro a março, para US$ 166,9 por tonelada, e nada indica que vá arrefecer. Nesta segunda-feira a cotação bateu os US$ 193 por tonelada. A própria Vale aponta em seu balanço que o cenário de oferta insuficiente que levou a um aumento nos preços nos três primeiros meses do ano permanece.

"Estou confiante de que nossos resultados financeiros positivos refletem nossa consistência no cumprimento de nossas promessas de risking da Vale. Nos primeiros três meses do ano, o Acordo Global de Brumadinho entrou em vigor em um processo conduzido com transparência, legitimidade e segurança jurídica. No mesmo período, concluímos a venda de nossas operações da Vale Nova Caledônia, um marco importante no desinvestimento de ativos non-core e, logo em seguida, nosso Conselho de Administração aprovou um programa de recompra de ações, demonstrando a confiança da administração no potencial da Vale de criar e compartilhar valor de forma consistente", comentou Eduardo Bartolomeo, Diretor-Presidente da Vale.

A dívida bruta da Vale alcançou US$ 12,176 bilhões no trimestre, US$ 1,184 bilhão inferior ao final de 2020. A dívida líquida negativa foi de US$ 2,136 bilhões, com dívida líquida expandida de US$ 10,712 bilhões. “Dois marcos importantes alcançados pela Vale no primeiro trimestre foram a conclusão da venda, em março, da Vale Nova Caledônia (VNC) de forma ordenada e responsável e, em abril, o acordo definitivo para adquirir as participações da Mitsui na mina de carvão de Moatize e no Corredor Logístico de Nacala”, comentou Bartolomeo.

Além da remuneração aos acionistas paga em março, a Vale anunciou em abril um programa de recompra de ações de até 5,3% do número total de ações em circulação da empresa à época

Fonte: O Estado de S.Paulo - Brasil Mineral – 28.04.2021

Caged: criação de 184 mil vagas em março, apesar do recrudescimento da pandemia

Considerando os dados com ajuste sazonal, houve criação de 239,7 mil postos formais em março ante 280,0 mil postos em fevereiro. As admissões em março tiveram queda de 1,0% enquanto os desligamentos tiveram aumento de 2,0%, regressando a patamares pré-pandemia. Estes resultados vieram praticamente em linha com a projeção do mercado financeiro, que esperava desaceleração na criação de vagas por conta sobretudo da piora do quadro sanitário. Por outro lado, ainda persistem e são significantes os efeitos do Programa BEm de 2020.

Apesar dos efeitos deste programa, que visa conter os desligamentos de pessoal, observamos em março um aumento considerável dos desligamentos, muito por conta das restrições de circulação adotadas para frear o contágio da Covid-19 e aliviar pressões sob o sistema de saúde. Essas restrições também contribuíram para menos admissões.

Os dados de março mostram criação de empregos formais em todos os grandes setores, porém todos com desaceleração. O destaque é o setor de Serviços, de certa forma beneficiado pelo baixo índice de isolamento social observado no país no primeiro bimestre, que registrou 95,6 mil vagas em março, apesar de muitas cidades importantes do país terem adotado mais medidas restritivas.

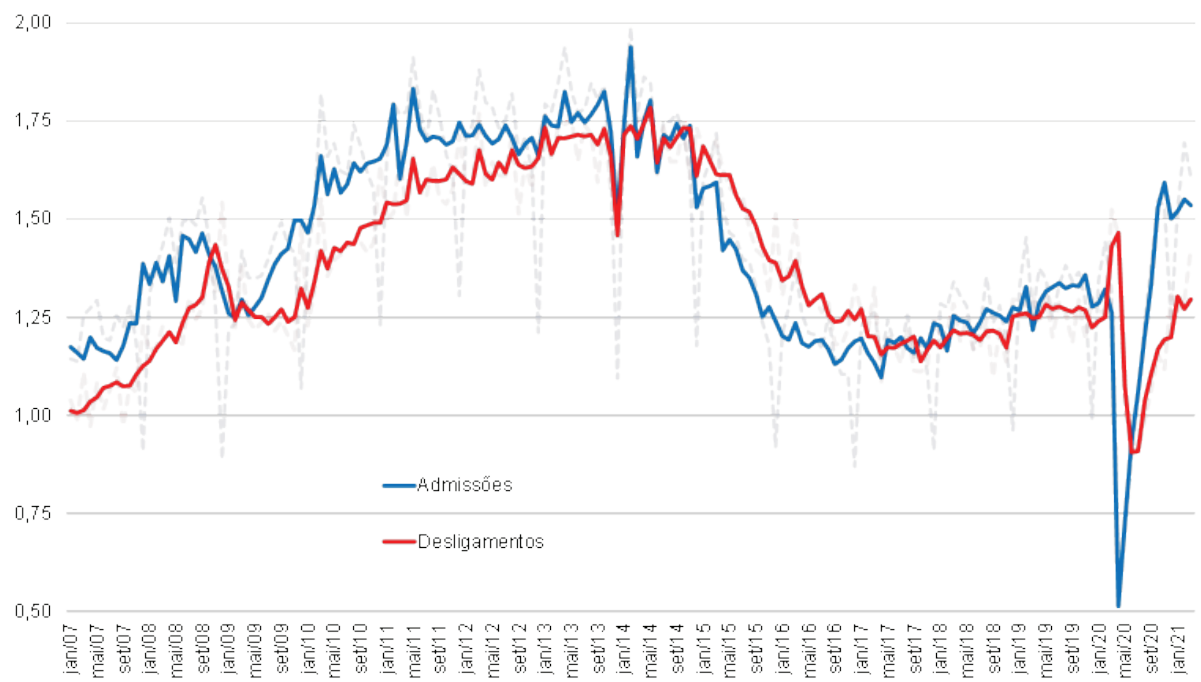
Dentro do setor de serviços, o subsetor Alojamento e alimentação, um dos mais afetados pela pandemia, registrou destruição de 28,6 mil vagas em março. Já Saúde Humana e Serviços Sociais registrou criação de 39,1 mil postos formais. No curto prazo, o segmento responde às pressões por conta da pandemia; estruturalmente, não obstante, o setor apresenta uma tendência de alta, com o envelhecimento populacional ampliando a demanda por serviços de saúde.

Em abril, o saldo de postos formais deve desacelerar novamente. As medidas adotadas com a finalidade de frear o avanço da Covid-19 continuaram valendo em boa parte do mês e as sondagens de expectativas da FGV disponíveis até o momento também apontam para uma desaceleração na diferença de emprego previsto (aumentará - diminuirá)

Fonte: LCA

ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS

Em milhões de pessoas. Dados com ajuste sazonal



Fonte: Novo Caged. Elaboração LCA

MARCAS DE SUCESSO | MINAS GERAIS | 2021

Os vencedores do 26º Prêmio Top of Mind MercadoComum

MercadoComum anuncia os vencedores do 26º Prêmio
Top of Mind – Marcas de Sucesso – Minas Gerais – 2021

A premiação, que neste ano completa 26 anos, reconhece as Marcas de Sucesso de Minas Gerais, escolhidas por critérios eminentemente técnicos e através de pesquisa de opinião, encomendada com exclusividade, por MercadoComum à Quaest Consultoria e Pesquisa. A pesquisa foi realizada durante o período de 24 de fevereiro a 29 de março de 2021.

A premiação ocorrerá durante a realização de dois eventos: "I e II Webinar Prêmio Top of Mind – MercadoComum – Marcas de Sucesso – Minas Gerais – 2021", que serão realizadas exclusivamente com esse objetivo e ocorrerão às 18 horas dos dias 7 e 8 de julho. Durante a realização do II Webinar é que serão divulgados os vencedores da Categoria Top do Top of Mind de Minas Gerais – 2021.

MercadoComum circulará, no mês de julho, com uma edição impressa e outra eletrônica especial, contendo o descritivo da pesquisa e sua metodologia, além de matérias jornalísticas específicas sobre as empresas vencedoras, destacando a importância e o relevante papel exercido por esta iniciativa, que é também o de procurar ampliar a divulgação da imagem econômica e social de Minas, aumentando as chances de atração de novas empresas para o Estado e de amplificar os negócios daquelas aqui já presentes.

Este 26º Prêmio Top of Mind – MercadoComum – Marcas de Sucesso – Minas Gerais-2021 já conta, inicialmente, com os apoios especiais da ACMinas – Associação Comercial e Empresarial de Minas; ASSEMG-Associação dos Economistas de Minas Gerais; IBEF-MG – Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças de Minas Gerais; Fórum JK de Desenvolvimento Econômico e MinasPart-Desenvolvimento Empresarial e Econômico Ltda.

METODOLOGIA

Foram realizadas, no total, 1.513 entrevistas. A amostra foi desenhada proporcionalmente à população residente nos municípios selecionados, considerando-se o sexo e a faixa etária, a partir de dados disponibilizados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Tornou-se desnecessário aplicar qualquer tipo de peso, dado que os perfis coletados corresponderam ao planejamento amostral.

A margem de erro máxima estimada é de 2,5 pontos percentuais considerando os resultados obtidos para o total da amostra, 5,6 pontos percentuais para Belo Horizonte e 2,8 pontos percentuais para o interior (considerando todos os municípios). O intervalo de confiança é de 95%, o que significa que há probabilidade de 95% de os resultados dessa pesquisa retratarem o momento atual, considerando a respectiva margem de erro.

DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA POR MUNICÍPIO DE MG

Município	% População MG	% Amostra	Definido	Realizado
Belo Horizonte	11,8%	20,2%	300	306
Uberlândia	3,3%	6,4%	95	97
Contagem	3,1%	6,1%	92	93
Juiz de Fora	2,7%	5,2%	78	78
Betim	2,1%	4,0%	61	61
Montes Claros	1,9%	3,7%	56	56
Ribeirão das Neves	1,6%	3,0%	46	46
Uberaba	1,6%	3,0%	46	46
Governador Valadares	1,3%	2,6%	38	39
Ipatinga	1,2%	2,4%	36	37
Sete Lagoas	1,1%	2,1%	33	32
Divinópolis	1,1%	2,1%	33	32
Santa Luzia	1,0%	2,0%	30	30
Ibirité	0,9%	1,7%	25	25
Poços de Caldas	0,8%	1,5%	23	23
Patos de Minas	0,7%	1,4%	21	21
Pouso Alegre	0,7%	1,5%	21	23
Teófilo Otoni	0,7%	1,3%	19	19
Barbacena	0,6%	1,3%	19	19
Sabará	0,6%	1,3%	19	20
Varginha	0,6%	1,2%	19	18
Vespasiano	0,6%	1,3%	18	19
Conselheiro Lafaiete	0,6%	1,3%	18	19
Itabira	0,6%	1,1%	17	17
Araguari	0,6%	1,1%	16	16
Ubá	0,5%	1,1%	16	16
Passos	0,5%	1,1%	16	16
Coronel Fabriciano	0,5%	1,0%	15	15
Muriaé	0,5%	1,0%	15	15
Araxá	0,5%	1,0%	15	15
Nova Serrana	0,5%	0,9%	14	14
Ituiutaba	0,5%	0,7%	14	11
Lavras	0,5%	1,0%	14	15
Itajubá	0,5%	0,9%	13	14
Nova Lima	0,5%	0,9%	13	14
Pará de Minas	0,4%	1,0%	13	15
Paracatu	0,4%	0,9%	13	14
Itaúna	0,4%	0,9%	13	13
Caratinga	0,4%	0,9%	13	13
Patrocínio	0,4%	0,7%	12	10
Manhuaçu	0,4%	0,8%	12	12
Timóteo	0,4%	0,9%	12	13
São João Del Rei	0,4%	0,8%	12	12
Unaí	0,4%	0,8%	12	12
Alfenas	0,4%	0,7%	11	11
João Monlevade	0,4%	0,7%	11	10
Três Corações	0,4%	0,7%	11	11
Viçosa	0,4%	0,7%	11	10
Cataguases	0,4%	0,7%	10	10
São Sebastião do Paraíso	0,3%	0,7%	10	10

SOBRE O TOP OF MIND

"Top of Mind" é um termo em inglês que, em tradução literal significa "topo da mente", ou seja, o que cada indivíduo se lembra primeiro a respeito de qualquer coisa, espontaneamente e sem nenhum tipo de estímulo. Cada consumidor tem preferências e marcas enraizadas em seu pensamento. Dessa forma, a metodologia Top of Mind é utilizada para medir o que é mais lembrado por determinada parcela da população – a partir das respostas dadas, temos as marcas e empresas Top of Mind.

As perguntas do Top of Mind são abertas e o entrevistado responde o que vem à mente, sem nenhum tipo de estímulo, dado que nenhuma opção de resposta é estimulada.

Os entrevistadores também não realizaram nenhum tipo de explicação nem apresentaram exemplos sobre determinado segmento ou categoria durante a aplicação do questionário, caso o respondente apresentasse dúvida. Se não viesse nenhuma marca na cabeça do respondente ou se ele não soubesse o significado de determinada categoria, coube ao pesquisador registrar "Não sabe/Nenhuma".

Além disso, foram sorteados segmentos que foram excluídos da pesquisa em 2021, e outros novos foram incluídos, de forma a se ampliar o conjunto de categorias a serem perguntadas, e também oferecer ao público uma dinâmica diferente a cada premiação.

A principal pergunta dessa pesquisa é sobre qual marca é mais lembrada primeiro pelos indivíduos em determinado segmento, utilizando como pergunta chave o enunciado: "Qual é a primeira que vem à sua cabeça, quando se fala em... (por exemplo, leite, cerveja, etc.)?". Essa pergunta é essencial, mas não é a única que compôs a pesquisa, dado que a mesma é feita por amostragem e foi realizada com pessoas de diferentes perfis, de forma que a garantir que o resultado seja representativo do universo pesquisado.

Por isso, ter informações sobre idade, sexo, renda e escolaridade é de extrema importância – e, nessa pesquisa, foram perguntas-filtro, ou seja, só estavam aptos a responder a pesquisa os indivíduos que aceitaram responder também a essas perguntas.

SIGNIFICADO DAS CATEGORIAS DA PREMIAÇÃO

CATEGORIA ESPECIAL – Top do Top - Reservada às premiações especiais. Destina-se à premiação das marcas que mais se destacaram, de forma substancial e diferenciada em relação às demais, conforme aferição da pesquisa. Na atual versão são aquelas mais citadas pelos entrevistados, ou seja, as que obtiveram o maior percentual de respostas da pesquisa realizada.

Serão premiadas as marcas mais lembradas de BH, Interior e Geral. As classificações serão divulgadas apenas durante a Webinar de premiação do 26º Top of Mind – MercadoComum – Marcas de Sucesso – Minas Gerais – 2021, do dia 8 de julho. Encontra-se habilitadas para esta premiação as seguintes Marcas: 3 Corações, Araujo, Aymoré, Gallo, Leitura, Localiza, Samsung, Suvinil, Unimed (BH e Interior);

Estas "Marcas Top do Top of Mind de Minas Gerais" – ou seja, aquelas que obtiveram o maior percentual de respostas espontâneas dos mineiros serão apenas conhecidas e divulgadas durante a webinar de premiação e consistirá na premiação das cinco primeiras marcas que obtiveram a maior resposta geral, tanto em relação à Capital, ao Interior do Estado e no cômputo geral. No tocante aos grupamentos por sexo, faixa etária, classe social e grau de instrução serão destacadas aquelas que conquistaram os primeiros lugares da pesquisa.

SETORES ECONÔMICOS PESQUISADOS

Setor	Itens Pesquisados	Marcas Vencedoras
1 - Alimentos e Bebidas	12	18
2 - Compras e Construção	10	12
3 - Comunicações	4	8
4 - Higiene e Saúde	7	9
5 – Institucional, Lazer, Transporte e Serviços	11	15
Total	**44**	**62**

MERCADOCOMUM circulará, em julho, com uma edição especial alusiva ao evento e contendo o descritivo da pesquisa, além de matérias jornalísticas sobre as marcas campeãs de Minas Gerais.

CATEGORIA EXCELÊNCIA – É a Categoria mais elevada. Nesta situação, significa que a marca vencedora obteve mais de 50% das respostas válidas e espontâneas dos entrevistados, de um determinado segmento. A margem de erro prevista de 2,5% sempre é considerada. São praticamente nulas as chances de se ocorrer empates técnicos. Neste ano são em número de 20 os vencedores desta Categoria.

CATEGORIA LIDERANÇA – Significa não ter a marca obtido mais de 50% das respostas válidas e es-

pontâneas dos entrevistados, de um determinado segmento. No entanto, o percentual de respostas obtido confere a ela a liderança daquele segmento. A margem de erro prevista de 2,5% é também considerada e pode haver mais de uma marca vencedora, configurando-se nesta situação, a existência de empate técnico. A premiação deste ano constatou a existência de 27 marcas vencedoras nesta Categoria.

CATEGORIA EXPRESSÃO – Significa que a marca obteve mais de 10% das respostas válidas e espontâneas dos entrevistados, de um determinado segmento. No entanto, o percentual de respostas não foi o suficiente para conferir a ela a liderança ou a excelência desse segmento. A margem de erro prevista é de 2,5% e pode haver mais de uma marca nessa condição, considerando-se a existência de empate técnico. A premiação deste ano constatou a existência de 15 marcas vencedoras nesta Categoria.

OS NÚMEROS DO TOP OF MIND EM MG

34.308
entrevistas realizadas

1.475
Segmentos pesquisados

2.305
Marcas premiadas em diversas categorias

AS MARCAS MAIS PREMIADAS DE MINAS GERAIS NESTES 26 ANOS

Nestes 26 anos de realização do Prêmio TOP OF MIND em Minas Gerais, a Itambé é a marca mais premiada deste estudo, acumulando um total de 92 troféus, já considerados aqueles a que faz jus, inclusive, nesta versão.

Apenas quatro marcas conquistaram todas as premiações anuais deste TOP OF MIND. Desde o seu início, são as seguintes as marcas consideradas as mais premiadas em Minas:

26 premiações

Fiat Automóveis; Produtos Itambé; Planos de Saúde Unimed-BH e Unimed-MG.

25 premiações

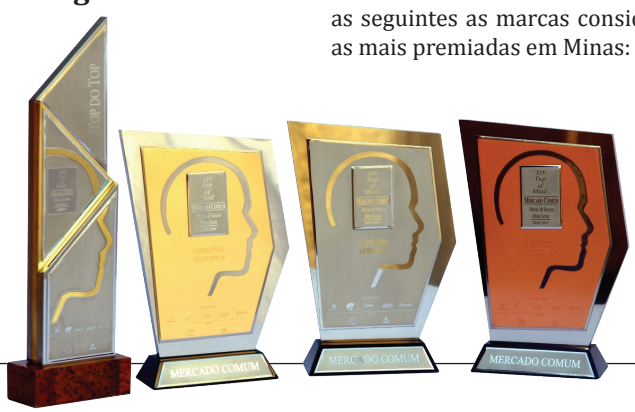
Café 3 Corações

23 premiações

Rádio Itatiaia

22 premiações

Biscoitos Aymoré e Empresa de Ônibus de Viagem Gontijo



São as seguintes as marcas vencedoras deste XXIV PRÊMIO TOP OF MIND – MERCADOCOMUM – MARCAS DE SUCESSO – MINAS GERAIS – 2021:

RELAÇÃO DAS MARCAS VENCEDORAS | ORDEM ALFABÉTICA

Marca	Segmento	Categoria
3 Corações	Café	Excelência
Araujo	Drogaria (BH)	Excelência
Araujo	Site Venda Medicamentos	Excelência
Aymoré	Biscoito	Excelência
Azul	Cia. Aérea Nacional	Expressão
Banco do Brasil	Finanças	Liderança
Bem Brasil	Batata Industrializada	Liderança
BH	Shopping Center (BH)	Expressão
BH	Supermercados (BH)	Excelência
BH	Supermercado (Interior)	Liderança
Brahma	Cerveja	Liderança
Braunas	Tijolos	Excelência
Caixa	Banco	Liderança
Casas Bahia	Loja Prods. Eletrodomésticos	Liderança*
CEMIG	Empresa Estatal	Excelência
CEMIG	Empresa Mineira	Expressão
Centauro	Loja de Artigos Esportivos	Liderança
Colgate	Produto de Higiene Pessoal	Liderança
Cristal	Açúcar	Excelência
Del Valle	Suco	Liderança
Estado de Minas	Jornal Diário	Liderança
Fiat	Carro Nacional	Excelência
Friboi	Carne	Excelência
Gallo	Azeite	Excelência
Gol	Cia. Aérea	Liderança
Gontijo	Emp. Transp. Passageiros	Liderança
Heineken	Cerveja	Expressão
Hermes Pardini	Emp. Anal. Clínicas (BH)	Excelência
Ibis	Hotel (BH)	Expressão
Itambé	Doce Industrializado	Liderança
Itambé	Leite	Liderança
Itatiaia	Emissora de Rádio (BH)	Liderança
Itaú	Finanças	Expressão
Jovem Pan	Emissora de Rádio (BH)	Expressão
Leitura	Livraria/Papelaria (BH)	Excelência
Localiza	Locadora de Veículos	Excelência
Magazine Luiza	Loja Prods. Eletrodomést.	Liderança*
Mater Dei	Hospital (BH)	Liderança*
Mercado Livre	Site de Compras	Excelência
Minas Shopping	Shopping Center (BH)	Liderança
Natura	Marca do Meio-Ambiente	Liderança
Nestlé	Doce Industrializado	Expressão
Oi	Oper. Telefonia Celular	Expressão*
Ouro Minas	Hotel (BH)	Liderança
Petrobras	Marca brasileira	Liderança
Pif Paf	Alimentos Congelados	Expressão
Pif Paf	Batata Industrializada	Expressão
Porto Alegre	Queijo	Liderança
Prosegur	Emp. Transp. Valores	Excelência
Sadia	Alimentos Congelados	Liderança
Samsung	Aparelho Telefone Celular	Excelência
Skol	Cerveja	Expressão*
Super Notícia	Jornal Diário	Expressão
Suvinil	Tinta de Parede	Excelência
Tang	Suco	Expressão
TIM	Oper. Telefonia Celular	Expressão*
Unimed-BH	Plano de Saúde (BH)	Excelência
Unimed-BH	Hospital (BH)	Liderança*
Unimed Federação	Plano de Saúde	Excelência
Ypê	Prod. Limpeza Doméstica	Liderança*
Veja	Prod. Limpeza Doméstica	Liderança*
Vivo	Operadora Telef. Celular	Liderança

MARCAS VENCEDORAS POR CATEGORIA

CATEGORIA EXCELÊNCIA – (20)

Segmento	Marca
Açúcar	Cristal
Aparelho Telefone Celular	Samsung
Azeite	Gallo
Biscoito	Aymoré
Café	3 Corações
Carne	Friboi
Carro Nacional	Fiat
Drogaria (BH)	Araujo
Empresa Estatal	CEMIG
Empresa de Transp. de Valores	Prosegur
Laboratório Análises Clínicas-(BH)	Hermes Pardini
Livraria/Papelaria (BH)	Leitura
Locadora de Veículos	Localiza
Plano de Saúde (BH)	Unimed-BH
Plano de Saúde Interior	Unimed-Federação
Site de Compras	Mercado Livre
Site de Venda de Medicamentos	Araujo
Supermercados (BH)	BH
Suvinil	Tinta de Parede
Tijolos (BH)	Braunas
Tinta de Parede	Suvinil

CATEGORIA LIDERANÇA – (27)

Alimentos Congelados	Sadia
Batata Industrializada	Bem Brasil
Cerveja	Brahma
Cia. Aérea Nacional	Gol
Doce Industrializado	Itambé
Emissora de Rádio (BH)	Itatiaia
Empresa de Ônibus de Passageiros	Gontijo
Finanças	Banco do Brasil*
Finanças	Caixa*
Hospital (BH)	Mater Dei*
Hospital (BH)	Unimed*
Hotel (BH)	Ouro Minas
Jornal Diário	Estado de Minas
Leite	Itambé
Loja de Artigos Esportivos	Centauro
Loja de Prods. Eletrodomésticos	Casas Bahia*
Loja de Prods. Eletrodomésticos	Magazine Luiza*
Marca Brasileira	Petrobras
Marca do Meio-Ambiente	Natura
Queijo	Porto Alegre
Produto de Higiene Pessoal	Colgate
Produto de Limpeza Doméstica	Veja*
Produto de Limpeza Doméstica	Ypê*
Operadora Telefonia Celular	Vivo
Shopping Center (BH)	Minas Shopping
Suco	Del Valle
Supermercado – Interior	BH

CATEGORIA LIDERANÇA – (27)

Alimentos Congelados	Pif Paf
Batata Industrializada	Pif Paf
Cerveja	Skol*
Cerveja	Heineken*
Cia. Aérea Nacional	Azul
Doce Industrializado	Nestlé
Emissora de Rádio (BH)	Jovem Pan
Empresa Mineira	CEMIG
Finanças	Banco Itaú
Hotel (BH)	Ibis
Jornal Diário	Super Notícia
Operadora de Telefonia Celular	Oi*
Operadora de Telefonia Celular	TIM*
Shopping Center (BH)	BH
Suco	Tang

*Empate Técnico

Memória Viva

XIII PRÊMIO TOP OF MIND 2008

MercadoComum publica, a seguir, algumas fotos do XIII Prêmio Top of Mind – Marcas de Sucesso de Minas Gerais, ocorrido em maio de 2008, nos salões do Automóvel Clube de Minas Gerais e que teve a participação de um público de 300 convidados especiais.

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira durante discurso da premiação

Modesto Carvalho de Araujo Neto, Drogaria Araujo

Vitor Sérgio Couto dos Santos, Hermes Pardini

Belmiro Teles, Livraria Leitura

Diamantino Galinari,
Cerâmica Braunas

Jacques Gontijo (Itambé), Secretário de Desenvolvimento
Márcio Lacerda, César Tavares (Vilma) e Carlos A.T. Oliveira

João Carlos Amaral, Carlos Orsini, Carlos Alberto Teixeira,
Mauro Santos e Wilson Benício

Jadir Barroso, Kátia Lage e Vilma Lara,
com Kátia Rabello

Sra. e Sr. Ricardo Guimarães com
Alfredo Assumpção

Coquetel no Automóvel Clube
de Minas Gerais

Minas e o Brasil perdem João Camilo Penna

Faleceu, no dia 23 de abril, o ex-ministro e engenheiro João Camilo Penna, aos 95 anos de idade.

Nascido em 1926 em Corinto, MG, João Camilo Penna era filho de Protasio Penna e Regina Alvim Penna. Casou-se com Vera Prates Penna, sendo pai de Lucia Inez Penna Trivelatto e Lucia Regina Prates Penna.

Formado em Engenharia civil pela UFMG, ocupou vários cargos de destaque, entre eles: Diretor técnico da Cemig (1961 a 1967); Presidente da Cemig (1967 a 1975); Secretário da Fazenda de Minas Gerais (1975 a 1979); Ministro da Indústria e Comércio (1979 a 1984); e Presidente de Furnas (1985 a 1989).

Nos períodos acima, foi membro do Conselho Monetário Nacional por três anos; membro do Conselho de Administração da Eletrobrás por 3 anos; vice-presidente da Ass. Brasileira de Normas Técnicas e do Núcleo Brasileiro da Conferência Mundial de Energia.

De 1990 em diante, foi consultor ou membro de Conselhos em empresas públicas e privadas, entre elas: Cia Siderúrgica Manessman, Fundação Dom Cabral, Copersucar, Cia. Siderúrgica do Pará, Cia. Força e Luz Cataguazes-Leopoldina, Biobrás, Copasa, FIEMG, Conselho de Administração da Itaipu bi-Nacional e Atech-Sivam, onde participou da elaboração de estudos de desenvolvimento e proteção da Amazônia. Foi, ainda, presidente do conselho do Instituto Horizontes e do Comitê de supervisão do "Estudo de competitividade da indústria brasileira", preparado para o governo federal pela consultoria de Luciano Coutinho. Atuou, também, como consultor do BDMG, no preparo do estudo "Minas Gerais no século XXI"; e, em 2001, das ações para coordenação e mitigação do racionamento de energia junto ao governo federal. De setembro de 2000 a março de 2005, foi membro da Comissão de Ética da Presidência da República. Em 2002, recebeu do Presidente FHC a Grã Cruz da Ordem Nacional do Mérito. Em 2009, passou a ser membro do Conselho de Administração da Cemig e do Conselho Consultivo da Eletrobrás.

João Camilo Penna escreveu artigos na mídia, pronunciou palestras e escreveu capítulos em livros especializados. Em resumo, dedicou sua vida

profissional a projetos de energia renovável e para maior produtividade e competitividade da indústria brasileira, sempre com atenção ao meio ambiente. Destaca entre seus trabalhos específicos: a grande expansão da Cemig, incluindo a irreversibilidade da construção da usina de S.Simão, uma das maiores usinas no Brasil e de menor custo unitário; o re-equilibrio das contas públicas da Secretaria da Fazenda de Minas; no Ministério da Indústria e do Comércio, a consolidação da Usiminas e da CSN; a construção de Tubarão e a construção da Açominas; a condução, com José Israel Vargas, Marcos José Marques, Getulio Lamartine, Roberto Nogueira e Deusdedith Aquino, da tensa fase decisiva do Pro-álcool, no Mic; o crescimento da exportação da indústria brasileira, através do Befiex, com Ronaldo Costa Couto; os trabalhos com José Vargas para avanço da tecnologia industrial; e a construção, em Furnas, do sistema de transmissão de Itaipu.

Sempre gostava de frisar que sempre havia sido um homem que trabalhou em equipe, o que aprendeu cedo com seus pais, e que teve a sorte de ter tido bons chefes e bons companheiros de trabalho e de que Deus o tenha ajudado.

Camilo Penna recebeu, em 2013, a Medalha Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira – Artífice do Desenvolvimento Brasileiro – do Prêmio Minas Gerais de Desenvolvimento Econômico, concedida por MercadoComum e ASSEMG – Associação dos Economistas de Minas Gerais, considerada a mais elevada da premiação.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) lamentou o falecimento do ex-ministro de Indústria e Comércio, João Camilo Pena e divulgou a seguinte nota oficial:

"Minas Gerais e o Brasil perdem um dos seus mais brilhantes e ilustres homens públicos, que prestou relevantes serviços para o desenvolvimento da indústria e do país", afirma o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade. "Presto sinceras e justas homenagens a ele, em meu nome e dos demais integrantes do Sistema Indústria".

Ministro João Camilo Penna, Carlos Alberto Teixeira de Oliveira e Renato Travassos

Segundo a nota da CNI, "Camilo Penna era graduado em engenharia pelo Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Camilo Pena nasceu em Corinto-MG. Após a formatura, trabalhou na Companhia Vale do Rio Doce e, posteriormente, ingressou na então CEMIG (então Centrais Elétricas de Minas Gerais e, hoje, Companhia Energética de Minas Gerais), onde fez carreira técnica. Foi vice-presidente da empresa (de 1967 a 1969) e presidente (de 1969 a 1975), quando desenvolveu um amplo programa de eletrificação rural no interior mineiro e comandou a construção de algumas hidrelétricas no Estado, com destaque para Três Marias.

UMA FOLHA DE SERVIÇOS PRESTADOS A MINAS E AO BRASIL

Entre 1975 e 1979, Camilo Pena foi Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais, no governo de Aureliano Chaves. No mesmo período, assumiu interinamente as secretarias de planejamento e de Administração. Em 1979, assumiu o cargo de Ministro de Indústria e Comércio, no governo do então presidente João Baptista Figueiredo. Nesta função, comandou a implementação de diversos projetos, com destaque para a revisão do Programa Nacional do Álcool, o Proálcool, que contribuiu de forma decisiva para a redução de gastos do país com importação de petróleo.

Em 1984, João Camilo Pena deixou o ministério de Indústria e Comércio para apoiar a candidatura do conterrâneo Tancredo Neves à presidência da República, dentro do processo de redemocratização do país. No ano seguinte, já no governo José Sarney, assumiu a presidência da Furnas Centrais elétricas, cargo que ocupou até 1989.

Após deixar a estatal, tornou-se membro dos conselhos consultivos e de administração de várias empresas, com destaque para a Companhia Siderúrgica Mannesmann, a Companhia Siderúrgica do Pará, a Itaipu Binacional, Companhia de Saneamento de Minas Gerais e o Consórcio Coopers Lybrand-Main Engenharia. Foi, ainda, assessor especial da Federação de Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG)."

Camilo Penna sempre concedeu várias entrevistas a MercadoComum. Reproduzimos, a seguir, uma destas entrevistas, concedida e publicada na íntegra em nossa edição de janeiro de 2013. Impressiona a clareza de seu depoimento e comentários, ainda plenamente válidos para os dias atuais:

Política cambial prejudica empresas brasileiras e agronegócio pode puxar o crescimento do Brasil e de Minas

ENTREVISTA

"Faltam bons governantes e investimentos"

JOÃO CAMILO PENA

Crítico de algumas medidas adotadas pelo governo federal, o ex-ministro da Indústria e Comércio, João Camillo Penna, coloca a situação da desindustrialização brasileira e mineira como alarmante. Para ele, há uma política de desvalorização do real frente ao dólar como forma de segurar a inflação, o que prejudica ainda mais as empresas brasileiras que competem com as chinesas no mercado nacional e internacional. Diante desse contexto, o engenheiro, natural de Corinto-MG, afirma que o desempenho de Minas está atrelado ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, consequência das semelhanças nas vocações econômicas. Contudo, ele ressalta que investimentos no agronegócio, setor que a China não compete, podem fazer com que o estado retome taxas de crescimento acima da média nacional. No campo político, Camilo Penna cobra uma maior pressão maior sobre a bancada mineira no Congresso, que na sua visão é fraca e pouco articulada.

MC - Como o senhor avalia o momento da economia brasileira?

JCP - O Brasil é o sétimo país do mundo em PIB, mas em renda per capita nós ocupamos a 80ª posição. Isso é uma coisa séria. Já o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é importante porque ele mede a expectativa de vida ao nascer, educação, saneamento básico e renda per capta. Se considerarmos esse indicador, o Brasil ocupa o 98º lugar no ranking de países. Por isso, o governo e toda a sociedade devem fazer um imenso esforço para elevar não só a renda, mas o IDH da população brasileira.

MC - Diante desse quadro, como está a postura do governo?

JCP - Não estou vendo nada do governo federal, estadual e municipal para mudar essa situação. O País arrecada em impostos 37% do PIB, sendo que 22% ficam com o governo federal, 10% para os Estados e 5% para os municípios. A "presidenta" Dilma Rousseff administra 22% da riqueza brasileira, que é muita coisa. Mas o que se faz ainda é muito pouco, mesmo tendo havido uma melhora nos últimos anos. Acho que o governo federal investe muito pouco. Está havendo investimento menor do que o déficit. Isso é gravíssimo.

A falta de investimento está promovendo um processo de desindustrialização?

A desindustrialização está quebrando muitos empresários e as indústrias estão fechando ou estão sendo vendidas aos chineses. Não estou exagerando. É preciso ter um arsenal de medidas sérias sobre isso. Cabe ao governo brasileiro desvalorizar a sua moeda. O dólar deveria valer R$ 2,50 e não R$ 2,00 como tem oscilado atualmente. A moeda norte-americana já esteve em R$ 2,80. Isso é um escândalo, porque o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e a "presidenta" Dilma não querem reduzir a despesa pública para reduzir a inflação. Por isso colocam o dólar em valor baixo, dando uma cotação artificial ao real.

MC - O câmbio tem tirado a competitividade das empresas brasileiras?

JCP - A China tem a sua moeda desvalorizada enquanto o real brasileiro está valorizado. O yuan (moeda chinesa) deveria valer hoje 30% mais. E, para piorar, o governo brasileiro está segurando o dólar para combater a inflação, enquanto a melhor forma de conter a escalada de preços seria diminuir os gastos públicos. Só no câmbio a China ganha, pelo menos, 30% de vantagem no preço, isso é uma diferença enorme. Por isso, as indústrias nacionais estão fechando ou tornando-se importadoras da China. Isso é muito importante destacar, é bastante sério e grave.

MC - E os custos na China também são bem menores.

JCP - Sim, a China dispõe de 300 milhões de pessoas do campo esperando licença do governo para poderem migrar para as cidades. Por isso, o custo da mão de obra lá não vai subir tão cedo. Também é sinal de que a cidade está saturada. Lá a mão de obra custa em média US$ 100 por mês. Não o salário mínimo, é a remuneração média. Para ganhar US$ 100 por mês tem uns 300 milhões de chineses na fila. Até absorver todo esse pessoal, vai demorar uns 30 anos. E a jornada de trabalho por lá fica em torno de 60 horas por semana, enquanto aqui a maior é de 44 horas semanais. Os chinêses têm um custo de mão de obra imbatível.

MC - Então não há como disputar mercado com a China?

JCP - A China tem 4,6 engenheiros por 10 mil habitantes e no Brasil a proporção é de 1,6. O juro básico chinês é de 1% e no Brasil a Selic está em 7,5%. Os tributos lá são de 20% enquanto aqui alcançam 37% do PIB. A China tem 22 ministros, dos quais 16 são engenheiros ou cientistas, porque foi traçado um plano de desenvolvimento buscando a ciência, de conteúdo científico. O Brasil tem 38 ministérios, todos com indicação política. É impossível uma "presidenta" despachar, administrar e decidir com 38 ministros. País nenhum tem isso. Isso torna a gestão menos eficiente. Vejo que o Brasil tem que se preparar para conviver com a China. Eles ultrapassam vidas individuais por meio de trabalhos coletivos. Se um indivíduo morre, já tem outro preparado para assumir o seu lugar. Isso no Brasil é raro. Poucas empresas aqui são como as chinesas que têm na administração velhos, adultos e jovens. Seguramente, entre 2020 e 2025, eles vão passar os Estados Unidos como maior potência mundial no que se refere PIB, mas não em poder, que são coisas diferentes. Então o Brasil tem que se preparar para ser parceiro da China.

MC - Em qual setor o Brasil pode ser forte?

JCP - No agronegócio, o Brasil e Minas Gerais são praticamente imbatíveis em concorrência com os chineses. É uma área que se pode entrar com mais confiança, pois eles não têm disponibilidade de terra, sol e de água para produzir alimento em grande escala. Se você fizer uma fábrica de automóvel, vem a China e faz mais barato. Na área da indústria de transformação, todo cuidado é pouco. No agronegócio somos mais eficientes.

MC - Isso vale para o Brasil e para Minas Gerais?

JCP - Minas Gerais tem uma forte imbricação com o Brasil e o desempenho deles está ligado e conectado. Se o Brasil vai bem, Minas melhora, se o Brasil vai mal, Minas também piora. Assim, a primeira condição para Minas melhorar é o Brasil terá de ser o Brasil melhorar, não dá para desvincular Minas do Brasil. Mas é possível aumentar a representatividade. Minas tem muito comércio com Rio, São Paulo e os demais Estados. Nos últimos anos, a participação de Minas Gerais no PIB nacional tem oscilado em torno de 9%. É preciso melhorar essa relação. Passar de 9% para 10,5% ou 11%. Devemos crescer mais que o Brasil e não menos. Nosso agronegócio é muito forte, temos importantes números na produção de café, leite, grãos e floresta plantada.

MC - E a mineração?

JCP - É preciso derrubar alguns mitos. O produto da indústria de extração mineral em Minas representa muito pouco no PIB estadual. O minério é muito abundante e por isso tem o preço depreciado. A produção extrativa mineral em Minas é quase irrelevante. O minério, em si, só responde por 3,5% da economia mineira. Esse percentual refere-se ao mineral básico, à commodity, sem valor agregado.

MC - Além do agronegócio, quais outros pontos fortes possui Minas?

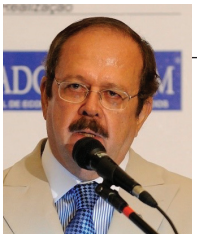
JCP - A cultura e as artes são muito importantes. Inhotim também é uma potencialidade de Minas. Há voos charters diretos dos Estados Unidos que trazem estrangeiros para visitar Inhotim. Depois eles seguem para pernoitar em Ouro Preto, retornando para os EUA no dia seguinte. Por isso, precisa ser construído um hotel de luxo em Inhotim. E ele pode ser considerado o melhor parque botânico do mundo. O Grupo Corpo tem espetáculos agendados em Pequim (China), Moscou (Rússia), Paris (França) e Londres (Inglaterra) - já com ingressos esgotados para os próximos seis meses. Ele é considerado um dos melhores grupos de dança do mundo, reconhecimento feito pela crítica do jornal Financial Times (EUA). Já a Associação dos Críticos Musicais de São Paulo, consideram que a melhor filarmônica do Brasil está em Belo Horizonte. Esses aspectos artísticos valorizam muito o Estado.

MC - E quanto ao cenário político?

JCP - É preciso ter bons governantes para crescer a economia e se ter desenvolvimento. Os governos estaduais mineiros têm sido bem melhores que os últimos governos federais. Quando fui ministro da Indústria e Comércio, no governo de João Figueiredo, a minha maior curiosidade era saber se o governo federal era mais eficiente que o estadual. Mas não é, porque, constantemente, há troca de pessoal. Uma hora são baianos que comandam uma pasta, na outra são gaúchos, depois são paulistas... Nos últimos anos, Minas teve governadores muito bons, como Israel Pinheiro, Aureliano Chaves, Francelino Pereira, Itamar Franco, Aécio Neves e Antonio Anastasia.

MC - E no Congresso?

JCP - Uma das piores bancadas no Congresso é de Minas Gerais. São parlamentares completamente ausentes e que não se destacam e não apresentam projetos. Entre os integrantes da Comissão Representativa do Congresso não tem mineiro, apenas um como suplente pela Câmara. A bancada de Minas é tida como a oitava mais importante do Congresso, e veja que ela é grande. É fundamental que se exija uma atuação maior. A vaidade e a inveja fazem com que a nossa bancada seja desunida. Tem apenas um ou dois deputados que são bons. Por isso é preciso que a população mineira faça pressão sobre os deputados. Os representantes de entidades como a FIEMG, ACMinas e Sebrae deveriam agir mais nesse sentido.



CARLOS ALBERTO TEIXEIRA DE OLIVEIRA

Administrador, Economista e Bacharel em Ciências Contábeis. Presidente da ASSEMG-Associação dos Economistas de Minas Gerais. Ex-Presidente do BDMG e ex-Secretário de Planejamento e Coordenação Geral de Minas Gerais; Ex-Presidente do IBEF Nacional – Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças e da ABDE-Associação Brasileira de Desenvolvimento; Coordenador Geral do Fórum JK de Desenvolvimento Econômico e Vice-Presidente da ACMinas – Associação Comercial e Empresarial de Minas. Presidente/Editor Geral de MERCADOCOMUM.

Brasil – impostos nas alturas

"Como disse certa vez a ex-ministra do Reino Unido Margareth Thatcher: "Não existe dinheiro público. Existe apenas o dinheiro do pagador de impostos". E ela tinha razão, uma vez que os impostos pesam em nossos bolsos. Contudo, no Brasil pouco se sabe a respeito do destino dado ao que é retirado de nosso trabalho e produção e do que pagamos sobre o que consumimos.

Mas, o que de fato, é tributo? De acordo com o artigo 3º do Código Tributário Nacional é toda prestação pecuniária compulsória em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa. Nos termos dos artigos 5º e 145 tributos são impostos, taxas e contribuições de melhoria. Há ainda as contribuições previdenciárias, sociais para a seguridade social, as especiais em favor da Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Regional de Contabilidade, Conselho Regional de Medicina e outros órgãos de classe."

Texto extraído da publicação Revista Governança Tributária – Número 06/Out2017

"Des-carga" Tributária brasileira registrou queda em 2020 por causa do Coronavírus

De acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional, "em 2020, a carga tributária bruta (CTB) do governo geral (governo central, estados e municípios) foi de 31,64% do PIB, o que representa uma redução de 0,87 pontos percentuais do PIB em relação a 2019. Esse comportamento foi influenciado pelos efeitos sobre a atividade econômica e isenções tributárias relacionados à pandemia do coronavírus.

A diminuição da carga tributária ocorreu em grande parte dos tributos. Na decomposição por esfera de governo, a CTB do governo central teve redução de 0,87 p.p. do PIB, a dos governos municipais diminuiu 0,13 p.p. do PIB, enquanto a dos governos estaduais apresentou elevação de 0,12 p.p. do PIB.

No que se refere à redução arrecadação federal, destaca-se a queda de 0,26 p.p. do PIB da receita com IOF, desempenho que pode ser essencialmente explicado pela instituição de alíquota zero para as operações de crédito, contratadas no período compreendido entre 03 de abril e 31 de dezembro de 2020, con-

forme o Decreto nº 10.504, de 2020. Adicionalmente, houve redução de tributos ligados a serviços, como Pis (0,07 p.p. do PIB) e Cofins (0,27 p.p. do PIB). Por fim, ressalte-se a diminuição de 0,16 p.p. do PIB do imposto de renda, concentrada notadamente em IRPJ e IRRF. Na esfera estadual a elevação da carga tributária se deve basicamente ao aumento de 0,17 p.p. do PIB do ICMS. Já nos municípios, assim

Foi a seguinte a distribuição da arrecadação tributária, em % do total, em 2019:

Municípios	***6,70***
Estados	***26,96***
União	***66,34***

O Imposto sobre a Renda foi o principal imposto arrecadado em 2020, totalizando R$ 525,65 e 22,30% da arrecadação tributária, sendo seguido pelo Imposto sobre a Circulação de Bens e Serviços – R$ 522,69 bilhões e 22,30% da arrecadação tributária.

Na verdade, a "Des-carga Tributária brasileira é muito superior ao que mostram as estatísticas oficiais, porque é preciso levar em consideração, os déficits nominais apurados anualmente nas contas públicas.

Apesar de bastante elevada, a arrecadação tributária nacional ainda não cobre a totalidade das despesas públicas, restando saldos a descoberto, conhecidos como déficits nominais, os quais – não se considerando as maquiagens, pedaladas e contabilidades criativas – consumiram em média

CARGA TRIBUTÁRIA BRUTA POR ESFERA DE GOVERNO

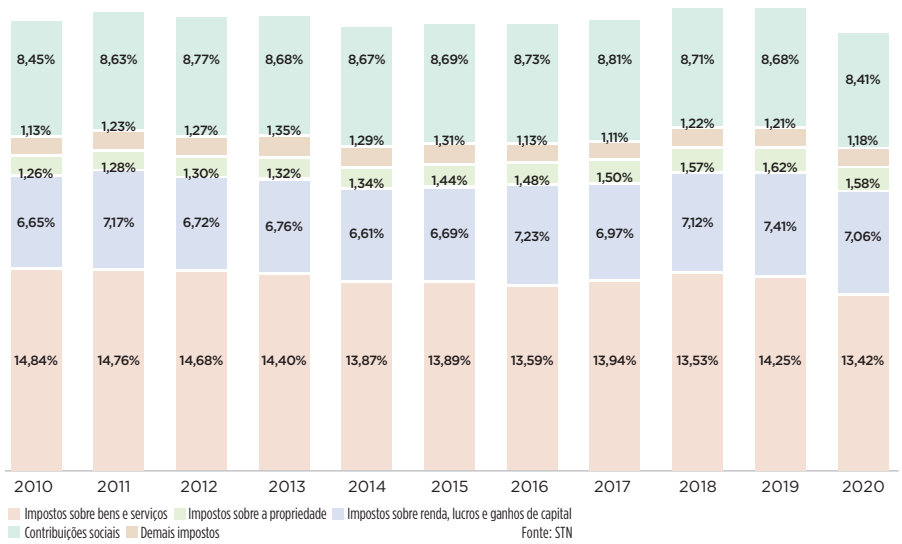
Brasil | anual 2019-2020

Esfera de governo	R$ Milhões		% PIB		Variação	
	2019	2020	2019	2020	(R$ milhões)	(p.p. PIB)
Governo Central	1.619.104	1.563.542	21,86%	20,99%	-55.562	-0,87
Governos Estaduais	622.477	635.111	8,40%	8,53%	12.634	0,12
Governos Municipais	166.771	158.188	2,25%	2,12%	-8.583	-0,13
Governo Geral	**2.408.353**	**2.356.842**	**32,51%**	**31,64%**	**-51.511**	**-0,87**

Fonte: STN. Nota 1: Informações meteorológicas estão disponíveis a partir da página 14.
Nota 2: Dados preliminares.

ESTRUTURA DA CARGA TRIBUTÁRIA

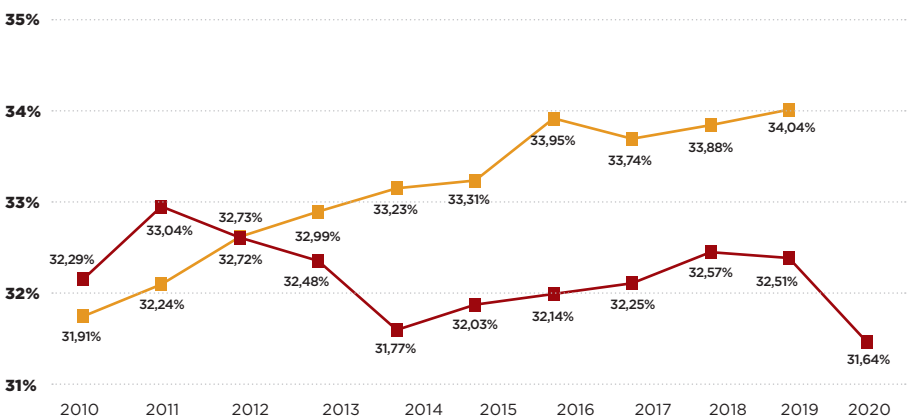
Governo Geral - Brasil - Anual - % do PIB - 2010 a 2020



Fonte: STN

ESTRUTURA DA CARGA TRIBUTÁRIA

Governo Geral - Brasil e média da OCDE- Anual - % do PIB - 2010 a 2020



Fonte: STN e OCDE - Revenue Statistics, Dados da OCDE disponíveis até 2019. Média composta por 37 países.

8,9% do PIB brasileiro durante os últimos seis anos.

Assim, considerado o déficit público apurado em 2020 de 13,7% do PIB, a "Des-carga Tributária brasileira" alcançou cerca de 45,34% ou seja, naquele ano teriam sido necessários cerca 165 dias de salários dos trabalhadores apenas para o pagamento de tributos.

Como disse certa vez a ex-ministra do Reino Unido Margareth Thatcher: "Não existe dinheiro público. Existe apenas o dinheiro do pagador de impostos". E ela tinha razão, uma vez que os impostos pesam em nossos bolsos. Contudo, no Brasil pouco se sabe a respeito do destino dado ao que é retirado de nosso trabalho e produção e do que pagamos sobre o que consumimos.

BRASIL – RESULTADO CONSOLIDADO DAS CONTAS PÚBLICAS EM RELAÇÃO AO PIB 2001/2020 - Em %

Ano	Primário	Nominal
2001	3,18	-3,42
2002	3,19	-4,42
2003	3,24	-5,18
2004	3,69	-2,88
2005	3,75	-3,54
2006	3,15	-3,57
2007	3,24	-2,74
2008	3,33	-1,99
2009	1,94	-3,19
2010	2,62	-2,41
2011	2,94	-2,47
2012	2,18	-2,26
2013	1,71	-2,96
2014	-0,56	-5,95
2015	-1,86	-10,22
2016	-2,49	-8,98
2017	-1,68	-7,77
2018	-1,55	-6,96
2019	-0,84	-5,79
2020*	-9,49	-13,70

*Estimativas. Fonte: Banco Central/ MinasPart Desenvolvimento

CARGA TRIBUTÁRIA BRUTA POR ESFERA DE GOVERNO E ESPÉCIE TRIBUTÁRIA

Brasil - % do PIB - 2010 a 2020

Carga Tributária Bruta Total	R$ Milhões		% do PIB	
	2019	2020	2019	2020
Carga Tributária Bruta Total - Governo Geral	**2.408.353**	**2.356.842**	**32,51%**	**31,64%**
Carga Tributária Bruta Total - Governo Central 1/	**1.619.104**	**1.563.542**	**21,86%**	**20,99%**
Impostos	**1.037.990**	**985.935**	**14,01%**	**13,24%**
Impostos sobre renda, lucros e ganhos de capital	**537.922**	**525.647**	**7,26%**	**7,06%**
Imposto sobre a renda da pessoa física - IRPF	37.700	39.701	0,51%	0,53%
Imposto sobre a renda de pessoa jurídica - IRPJ	127.130	122.679	1,72%	1,65%
Imposto sobre a renda retido na fonte - IRRF 2/	292.690	285.895	3,95%	3,84%
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	80.374	77.352	1,09%	1,04%
Outros impostos sobre a renda, lucros e ganhos de capital	27	20	0,00%	0,00%
Impostos sobre a folha de pagamento e a mão de obra	**44.788**	**42.239**	**0,60%**	**0,57%**
Contribuição social do salário-educação	21.977	21.086	0,30%	0,28%
Contribuições para o Sistema S 3/	20.549	18.970	0,28%	0,25%
Outros impostos sobre a folha de pagamento e a mão de obra	2.261	2.182	0,03%	0,03%
Impostos sobre a propriedade	**1.656**	**1.785**	**0,02%**	**0,02%**
Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR	1.630	1.761	0,02%	0,02%
Outros impostos sobre a propriedade	26	24	0,00%	0,00%
Impostos sobre bens e serviços	**410.692**	**370.550**	**5,54%**	**4,98%**
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	237.372	218.602	3,20%	2,94%
Contribuição para o PIS	51.390	46.626	0,69%	0,63%
Imposto sobre produto industrializado	52.440	55.894	0,71%	0,75%
Impostos sobre transações financeiras - IOF	40.945	21.949	0,55%	0,29%
CIDE-Combustíveis	2.776	1.986	0,04%	0,03%
Contribuição sobre Concursos de Prognosticos e Sorteios	2.802	2.903	0,04%	0,04%
Prêmio do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais - DPVAT	1.027	173	0,01%	0,00%
Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia CIDE - Remessas ao Exterior	5.127	5.900	0,07%	0,08%
Taxas administrativas	6.611	4.431	0,09%	0,06%
Outros impostos sobre bens e serviços	10.201	12.085	0,14%	0,16%
Impostos sobre o comércio e transações internacionais	**42.933**	**45.722**	**0,58%**	**0,61%**
Imposto sobre a Importação	42.842	45.671	0,58%	0,61%
Imposto sobre a Exportação	91	51	0,00%	0,00%
Outros impostos	**0**	**-8**	**0,00%**	**0,00%**
Contribuições sociais	**581.114**	**577.607**	**7,85%**	**7,76%**
Contribuições para o RGPS	395.657	387.405	5,34%	5,20%
Contribuições para o RPPS	38.509	48.012	0,52%	0,64%
Contribuições para o FGTS 4/	134.322	127.503	1,81%	1,71%
Contribuição para o PASEP	12.626	14.686	0,17%	0,20%
Carga Tributária Bruta Total - Governos Estaduais 5/	**622.477**	**635.111**	**8,40%**	**8,53%**
Impostos	**587.104**	**601.559**	**7,93%**	**8,08%**
Impostos sobre a propriedade	**55.721**	**57.805**	**0,75%**	**0,78%**
Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU	997	1.105	0,01%	0,01%
Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos - ITCD	8.582	8.521	0,12%	0,11%
Imposto sobre a propriedade de veículos automotores - IPVA	46.141	48.178	0,62%	0,65%
Impostos sobre bens e serviços	**531.383**	**543.754**	**7,17%**	**7,30%**
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	507.053	522.690	6,85%	7,02%
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	1.991	1.892	0,03%	0,03%
Taxas administrativas	22.339	19.172	0,30%	0,26%
Outros impostos sobre bens e serviços	0	0	0,00%	0,00%
Outros impostos	**0**	**0**	**0,00%**	**0,00%**
Contribuições sociais	**35.374**	**33.552**	**0,48%**	**0,45%**
Contribuições para o RPPS	35.374	33.552	0,48%	0,45%
Carga Tributária Bruta Total - Governos Municipais 6/	**166.771**	**158.188**	**2,25%**	**2,12%**
Impostos	**152.653**	**143.119**	**2,06%**	**1,92%**
Impostos sobre a propriedade	**60.073**	**58.253**	**0,81%**	**0,78%**
Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU	47.729	44.964	0,64%	0,60%
Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - ITBI	12.344	13.290	0,17%	0,18%
Impostos sobre bens e serviços	**92.580**	**84.866**	**1,25%**	**1,14%**
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	70.419	66.796	0,95%	0,90%
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	10.061	9.537	0,14%	0,13%
Taxas administrativas	7.219	4.136	0,10%	0,06%
Outros impostos sobre bens e serviços	4.881	4.396	0,07%	0,06%
Contribuições sociais	**14.119**	**15.069**	**0,19%**	**0,20%**
Contribuições para o RPPS	14.119	15.069	0,19%	0,20%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Fonte: SIAFI. Composto por todas as unidades que integram o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, exceto o Banco Central do Brasil.

2. Inclui a receita de Estados e Municípios proveniente da arrecadação do Imposto sobre a Renda incidente na fonte sobre rendimentos por eles pagos a seus servidores e empregados.

3. Fonte: RFB

4. Fonte: demonstrações contábeis do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

5. Fonte: Demonstrativo de Contas Anuais do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - Siconfi. Os dados a partir de 2019 foram elaborados com as informações disponibilizadas na Matriz de Saldos Contábeis.

6. Fonte: Demonstrativo de Contas Anuais e Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - Sconfi. Destaca-se que foram utilizadas técnicas de imputação dos valores do FINBRA, de modo a ampliar a cobertura de municípios, bem como sua complementação com informações provenientes de outras fontes de dados.

Com uma das maiores cargas tributárias do mundo, brasileiro trabalhou 151 dias, em 2020, somente para pagar tributos

Segundo IBPT - Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação, somente a partir de 30 de maio seu salário já será seu

O Brasil, mais uma vez, figura entre os países com maior carga tributária do mundo, e isso se reflete nos dias trabalhados anualmente pelos seus cidadãos para pagar tributos federais, estaduais e municipais.

De acordo com o mais recente estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação - IBPT, todos os tributos somados perfazem mais de 41% do salário do brasileiro médio. "Por detrás desse número, foi identificada uma carga tributária injusta, pois grande fatia dessa média vem dos impostos pagos sobre o consumo, cerca de 23%, depois renda, cerca de 15% e, por último, o patrimônio, com 3%". Neste ano, o brasileiro trabalhará até o dia 30 de maio para pagar impostos, afirma o presidente executivo do IBPT e um dos coordenadores do estudo, João Eloi Olenike.

Segundo dados do estudo, houve crescimento frente aos outros anos, com um dos fatores sendo o aumento no número de tributos a partir do ano de 2015.

Uma simples comparação: no ano de 2001, eram necessários 130 dias de trabalho para pagar os tributos todos. Hoje, são precisos 151 dias, um crescimento de 16%.

"Esse crescimento no número de dias trabalhados para pagar tributos foi calculado e apresentado por décadas pelo IBPT, demonstrando que, hoje, trabalhamos quase o dobro do que na década de 70", revela Olenike.

Década	Média de dias trabalhados para pagar impostos	Meses e dias
1970	76	2 meses e 16 dias
1980	77	2 meses e 17 dias
1990	102	3 meses e 12 dias
2000	138	4 meses e 18 dias
2010	151	5 meses e 01 dia
2020	151	5 meses e 01 dia

O Instituto também apresentou um comparativo com as maiores economias do mundo, inclusive os Estados Unidos da América. Por lá, o americano irá trabalhar 96 dias para pagar seus tributos, são 36% menos dias quando comparado com o Brasil.

PELO MUNDO AFORA

"Entre os dez países onde mais se trabalha para pagar impostos no mundo, o Brasil está em 9ª posição, entre países como Dinamarca e Alemanha, considerados altamente desenvolvidos e com índices de retorno bem diferentes que o país sul-americano, que, em todas as edições do ficou em último colocado", afirma Olenike.

País	Posição	Média de dias trabalhados para pagar impostos
DINAMARCA	1º	179 dias
BÉLGICA	2º	171 dias
FRANÇA	3º	163 dias
FINLANDIA	4º	159 dias
NORUEGA	5º	159 dias
ÁUSTRIA	6º	158 dias
SUÉCIA	7º	156 dias
ITÁLIA	8º	156 dias
BRASIL	**9º**	**151 dias**
ALEMANHA	10º	148 dias

O estudo levou em consideração, neste ano, a diminuição das atividades econômicas do país, em virtude do surgimento da doença COVID 19, que reduziu drasticamente a produção e circulação de riqueza no país.

"Também informamos que todos os cálculos deste estudo foram feitos levando-se em conta que este ano de 2020 é bissexto, portanto, com 366 dias", conclui o especialista.

Artigo publicado na edição do Valor Econômico de 31 de julho último, intitulado Por um IVA-Dual, de autoria de Ernesto Lozardo (professor da FGV e ex-presidente do IPEA) e Melina de Souza Rocha Lukic (advogada) – e com o qual concordo, os autores fazem relevantes comentários sobre a reforma tributária e, a seguir, destaco alguns de seus pontos que considero como mais relevantes:

"Há 30 anos tenta-se reformular o sistema tributário. Hoje, têm-se algumas propostas. Importa destacar que seja qual for o modelo almejado, ele deverá proporcionar a simplificação e a eficiência na arrecadação, cobrança do imposto no destino o bem ou serviço e eliminação da guerra fiscal. Mais adiante, assim que o novo sistema tributário estiver consolidado, deverá promover ampla redução da carga tributária. Isso será possível, pois a eficiência na arrecadação possibilitará a redução de impostos sobre esses dois setores. As principais propostas em discussão estão baseadas no sistema de imposto de valor agregado, o IVA, que existe em 170 países".

"O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), na gestão anterior, desenvolveu um sistema tributário baseado no IVA, assegurando todos os requisitos fundamentais de isonomia, simplificação, eficiência e eficácia da arrecadação baseada no destino. A diferença é que ao levar em conta os entraves mencionados, propõe uma dose de pragmatismo político-administrativo superior à PEC do deputado Baleia Rossi. Trata-se do IVA-Dual. A proposta consiste em dois tributos do tipo IVA justapostos, sendo um de competência federal e outro estadual, e um imposto monofásico seletivo federal.

Na esfera federal, a ideia seria reunir os atuais impostos e contribuições (PIS, Cofins e Cide em uma IVA-Federal no destino e transformar o IPI em um imposto monofásico seletivo. Nas esferas estaduais e municipais, a proposta defende a unificação do ICMS e o ISS para se criar o IVA-Estadual e adoção do princípio de destino. Ademais, cria-se o Imposto de Venda a Varejo (IVV), um imposto seletivo, compartilhado entre Estados e municípios para que possam realizar políticas próprias de desenvolvimento. Cria-se também um fundo de desenvolvimento regional, coordenado pelos bancos públicos (BNDES, Caixa e BB). A vantagem é que a reforma não precisa ser feita de uma única vez, mas pode ser implementada de forma modular. Ao final, ainda se pode realizar uma harmonização dos Estados ao IVA-Federal para aqueles que assim quiserem.

Nesse modelo, as competências tributárias e capacidade administrativa seriam mantidas, o que respeita o pacto federativo constitucional e facilita o processo de aprovação política. Uma vez consolidado o IVA-Dual abre-se a possibilidade de redução da carga tributária. A proposta do IPEA é, portanto, politicamente mais factível ao defender a adoção de um IVA-Dual, baseado nas melhores práticas internacionais".

Considero interessante esta proposta do IPEA, mas sugiro que também seja feita a repactuação do Imposto sobre a Renda (atualmente de competência exclusiva da União) aos Estados e Municípios, extinguindo-se por consequência o Fundo de Participação dos mesmos. Além de inúmeras vantagens, essa decisão resolveria de vez os impasses advindos da Lei Kandir, que trouxe notórias e enormes perdas àqueles exportadores de matérias primas.

Tanto imposto e nada de retorno

Podemos afirmar que, de acordo com os dados relativos da carga tributária brasileira, de cada R$ 100,00 produzidos na economia nacional, R$ 31,64 são destinados, exclusivamente, ao pagamento de tributos. Ou que, em todo o ano de 2020 –, cerca de 116 dias do trabalhador foram confiscados de sua remuneração e destinados ao pagamento dos diversos tributos cobrados no País.

De acordo com o contador e presidente executivo do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação – IBPT João Eloi Olenike "é muito imposto num país que precisa crescer e respeitar seu cidadão. São milhares de entraves burocráticos para que o sistema tributário seja forte e justo.

Ele afirma "que vemos hoje são pessoas que pagam seus impostos e nada têm em retorno. Infelizmente o retorno para a sociedade é pífio, fazendo com que os brasileiros tenham que pagar por serviços particulares (ou seja, em dobro), como ensino privado, cercas elétricas, guardiões nas esquinas de casa, planos de saúde, pedágios, etc.", ressalta João Eloi.

A única saída: exigir a correta aplicação de todo aquele dinheiro, que não é pouco, e que não tem destinação certa, mas é de todos. "Nós temos, como contribuintes, o direito e o dever de verificar os documentos fiscais, tomar conhecimento da alta carga de tributos que os governos estão arrecadando e fazer exigir nossos direitos da correta aplicação desses recursos em serviços públicos de qualidade", conclui Olenike.

Segundo o IPEA-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, em 1947, quando teve início o registro sistemático das contas nacionais do Brasil, a carga tributária brasileira era de 13,8% do PIB. Desde então, apresentou um crescimento lento até atingir 18,7% do PIB em 1958. A partir daquele ano, iniciou uma trajetória de queda, chegando em 1962, em meio à crise institucional, a 15,8% do PIB. Nos anos seguintes, marcados pela mais profunda reforma tributária por que passou o País, recuperou sua tendência ascendente. A partir da promulgação da Constituição de 1988 e da implementação do Plano Real em 1994, não parou mais de subir e a tendência ascendente continua sendo a sua tônica.

Atualmente, o trabalhador brasileiro deixará de receber cerca de 4 meses – ou 116 dias dos seus salários - exclusivamente para pagar impostos. Outro lado ruim da moeda é que o tributo brasileiro recai muito mais sobre o consumo, enquanto nos países desenvolvidos isso ocorre sobre a renda e o patrimônio. Ademais, nossa legislação é complicada e burocrática, há um cipoal enorme de portarias e resoluções, tornando-a uma das mais complexas do mundo. Só os tributos federais, presume-se, são no mínimo em número de 68. São 27 legislações diferentes de ICMS – Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços, de competência dos Estados Municípios. Não se pode ignorar, ademais, que o Brasil pode estar próximo de contar com 6.000 municípios e, cada um deles, dispõe

de seu próprio regime tributário. Sobre todos esses assuntos, há uma legislação compreendendo centenas de milhares de resoluções, normas, circulares, portarias etc - incontáveis, para a alegria de despachantes, lobistas, corruptos e toda sorte de gente de má fé.

Um mapeamento feito pelo IBPT afirma que são publicadas em média cinco novas normas tributárias por dia no Brasil. Hoje são 31.556 normas tributárias federais, 117.282 estaduais e 228.728 municipais. Considerando-se todas as regras criadas desde a Constituição de 1988, apenas 4% delas nunca foram alteradas. Ainda, segundo o IBPT, as regras não são simples – cada uma delas tem pelo menos 3 mil palavras. Como a média das empresas não realiza negócios em todos os estados brasileiros, a estimativa de normas que cada empresário deve seguir é de 3.900, o que equivale a 44 mil artigos, 103 mil parágrafos e 329 mil incisos. Segundo o economista Marcos Lisboa, presidente do Insper e especialista em tributação, "a regra é cheia de exceções e casos particulares. Há dubiedade, interpretação, a norma muda. Isso gera judicialização".

Para Marcos Lisboa, "a recente reforma tributária americana em implementação pelo governo Trump deixou o Brasil mais isolado entre as maiores economias do mundo, com patamar de Imposto de Renda de pessoas jurídicas acima de 30%. A alta tributação é ruim, mas o sistema brasileiro como um todo é o que torna o ambiente de negócios brasileiro mais hostil e afugenta investimentos. A questão nem é pagar muito ou pouco imposto, é a complexidade da norma".

No Brasil, o Imposto de Renda para empresas é variável, de difícil entendimento e pode chegar a 40%. Nos Estados Unidos o percentual é fixo e foi reduzido de 35% para 21% durante o governo Donald Trump.

O sistema tributário brasileiro, em que pese a excelência da sua máquina administrativa, o seu grau de modernidade e tecnologia é injusto em dois sentidos: por centralizar a maior parte de sua arrecadação na União – 66,34% – em detrimento de apenas 26,96% dos Estados e 6,70% dos Municípios, além de deter maior peso nos impostos indiretos, o que penaliza, fundamentalmente, as classes socialmente mais baixas e menos favorecidas. Em síntese, trata-se de convivermos com uma tributação que não condiz com os anseios de uma sociedade que quer se desenvolver. Do jeito como atualmente vigora, mata a galinha dos ovos de ouro que é a produção, aprisiona o crescimento econômico a taxas medíocres e conspira, efetivamente, contra o desenvolvimento nacional.

Uma carga tributária elevada tende a ser um verdadeiro entrave ao crescimento econômico. No caso brasileiro, por exemplo, ela é cumulativa e concentrada em tributos sobre a produção e o consumo, que encarecem as mercadorias e serviços, prejudicando as exportações e os investimentos.

Tais impostos e "contribuições" sobre a produção e o consumo representaram, em 2016, quase a metade da arrecadação nacional – 47,39% do total – superando o de países desenvolvidos – aí considerados, inclusive, os que têm carga total superior à brasileira. Assim por exemplo e apenas para efeito comparativo, enquanto a carga tributária incidente sobre a produção de bens e serviços em 2015 totalizou 4,4% nos Estados Unidos, no Brasil essa incidência atingiu 15,8%

BRASIL – CARGA TRIBUTÁRIA + DÉFICIT NOMINAL EM % DO PIB / 2001 a 2020 – EM %

Ano	Carga tributária	Déficit Nominal	Total
2001	31,3	3,5	35,8
2002	32,1	4,5	36,6
2003	31,4	5,2	36,6
2004	32,4	2,9	35,3
2005	33,6	3,6	37,2
2006	33,3	3,6	36,9
2007	33,7	2,8	36,5
2008	33,5	2,0	35,5
2009	32,3	3,2	35,5
2010	32,3	2,4	34,9
2011	33,0	2,5	35,9
2012	32,7	2,3	34,9
2013	32,5	3,0	35,7
2014	31,8	6,0	37,9
2015	32,0	10,2	42,3
2016	32,1	9,0	41,3
2017	32,3	7,8	39,6
2019	32,5	5,8	38,3
2020	31,6	13,7	45,3

Fonte: Receita Federal/MinasPart Desenvolvimento

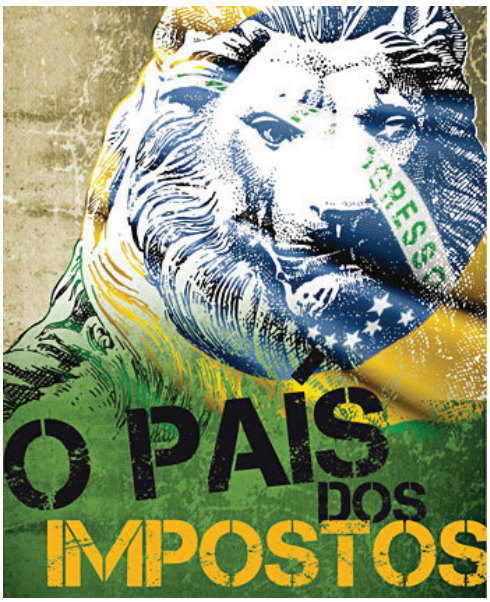
O Brasil convive com uma das mais elevadas cargas tributárias do mundo e os serviços públicos não condizem com o montante de tributos que pagamos*

O Sistema Tributário Nacional é perverso porque prejudica a economia. Existem várias condições socioeconômicas que determinam o potencial tributário de um país, entre elas a renda per capita, participação da agricultura no PIB, escolaridade, grau de abertura econômica, condições de saúde, etc. Estudos apontam que o Brasil arrecada efetivamente mais tributos do que suporta sua economia. A longo prazo, esta tributação excessiva provoca baixo crescimento econômico e desemprego, como vem se verificando ao longo das últimas décadas, quando a economia brasileira vem crescendo em níveis bastante inferiores à média internacional. Nos Estados Unidos, por exemplo, o salário mínimo equivale a US$ 1.256,7 e, ainda assim, pagam menos tributos que aqui. Vale dizer que apenas 2,7% da população de lá ganha salário mínimo, enquanto aqui, essa parcela chega a quase 50% da população ocupada.

A legislação tributária brasileira é extremamente complexa e ultrapassada. Nosso código tributário é da época que metade da população vivia na zona rural e não existiam computadores. Segundo levantamento do IBPT – Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação, desde a Constituição de 1988 já foram criadas 363.779 normas tributárias, isto é, cerca de 1,88 por hora nos dias úteis. A bagunça tributária é tão generalizada que até mesmo contadores e advogados tributaristas ficam perdidos em meio a tantas mudanças que ocorrem diariamente nos níveis federal, estaduais e municipais.

O sistema tributário brasileiro é, ainda, injusto, pois quase metade – 47,39% do dinheiro subtraído da sociedade pelo poder público é cobrada nos bens e serviços que adquirimos, desde medicamentos a veículos. E não importa se você é rico ou pobre, a alíquota é a mesma. Um exemplo seria a compra de uma geladeira no valor de R$ 2.000, em que a tributação é de 40%, ou seja, R$ 800. Nesse caso, quem ganha um salário mínimo precisa gastar 80% da sua renda para pagar o "imposto da geladeira", enquanto aqueles que ganham R$ 10.000, gastam bem menos do seu salário: 8%. Para corrigir esse problema que os especialistas chamam de regressividade tributária, é preciso desonerar o consumo de bens e serviços e aumentar a parcela da arrecadação sobre a renda, lucro e ganho de capital, como acontece na maioria dos países.

*Texto adaptado de matéria publicada na Folha de São Paulo



Uma carga tributária elevada tende a ser um verdadeiro entrave ao crescimento econômico. No caso brasileiro, por exemplo, ela é cumulativa e concentrada em tributos sobre a produção e o consumo, que encarecem as mercadorias e serviços, prejudicando as exportações e os investimentos. Tais impostos e "contribuições" sobre a produção e o consumo representaram quase a metade da arrecadação nacional – superando o de países desenvolvidos – aí considerados, inclusive, os que têm carga total superior à brasileira.

Devido à expansão contínua das despesas públicas, o peso dos impostos na economia brasileira vem crescendo, de forma mais acentuada principalmente a partir do Plano Real, quando a carga representava cerca de um quarto da renda nacional. Atualmente, ela é comparável apenas à de países ricos e desenvolvidos da Europa.

A questão fundamental na discussão sobre a carga tributária brasileira continua sendo a baixa contrapartida que ela presta à sociedade, os escassos recursos destinados aos investimentos básicos e infraestruturais, além de se constituir um modelo ultrapassado e contrário a qualquer esforço de desenvolvimento mais consistente. Na verdade, o sistema tributário em vigor no País conspira contra qualquer iniciativa ou esforço mais substancial de crescimento econômico. Associam-se à esta relevante matéria ou-

CARGA TRIBUTÁRIA NO BRASIL E NOS PAÍSES DA OCDE (2018)

tras significativas questões, como o elevadíssimo grau de corrupção, a complexidade da legislação tributária, os desperdícios e a burocracia generalizada, que atropelam iniciativas maiores de busca de uma produtividade econômica mais elevada e competente.

Em artigo publicado na Folha de São Paulo, em 02.01.2015, Pedro Luiz Passos – presidente do IEDI-Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial declarou: "Um dos maiores entraves à competitividade da economia nacional é o custo dos impostos sobre o processo produtivo. Em grande medida, isso decorre de distorções da estrutura tributária. Em nenhum outro país a cobrança sobreposta ou cumulativa de impostos adquire tamanha envergadura e provoca efeitos tão nefastos para a economia como no Brasil.

De acordo com estudo realizado pelo IBPT – Instituto Brasileiro sobre Planejamento Tributário sobre a carga tributária, surpreende o fato de o Brasil somente "perder" para países europeus, altamente desenvolvidos, como é o caso dos países da Escandinávia (Suécia, Noruega, Dinamarca e Finlândia), que, ao contrário do Brasil, prestam serviços públicos de qualidade, garantindo à sua população saúde, segurança, educação, previdência social, boas estradas, reembolso de medicamentos, auxílio moradia etc. Ou seja, além do que os habitantes desses países têm que destinar aos seus respectivos governos, por meio do pagamento de tributos, não precisam recorrer ao setor privado, despendendo ainda outra parcela significativa de seus rendimentos, para custear tais serviços essenciais.

Essa é a grande distinção entre tais países europeus e o Brasil, onde, além de ser necessário trabalhar quase 118 dias (ou 4 meses) do ano somente para custear a cobrança de tributos por parte do governo, o brasileiro ainda tem que trabalhar outros quase quatro meses somente para pagar, ao setor privado da economia, os serviços públicos essenciais que o governo deveria garantir-lhe, pois é essencialmente para isto que os tributos são pagos.

"É importante esclarecer, nesse sentido, que o principal motivo dessa grande distorção entre os países europeus com carga tributária elevada e o Brasil — também com carga tributária muito elevada — não

é o número de habitantes, nem a extensão geográfica ou qualquer outro motivo nesse sentido que se queira dar (que nada dizem respeito ao cálculo da carga tributária, que é feito proporcionalmente ao tamanho físico e econômico do país, pois justamente é a divisão do total arrecadado em tributos pelo PIB do país). Mas sim, e primordialmente, a quantidade do desvio do dinheiro público e a má gestão da máquina pública que levam, ainda, a uma outra consequência nefasta: a sonegação tributária! Aí é que se encontra o "rombo" brasileiro, o que causa grande revolta na população", acrescenta o trabalho realizado pelo IBPT.

E conclui: "O brasileiro, em geral, não é contra o pagamento de tributos, até mesmo porque tem consciência de sua importância para custear a máquina pública. O que lhe angustia e lhe causa revolta é saber que paga — e paga muito — ao governo e não tem um retorno minimamente satisfatório.

Além disso, também causa revolta saber que o brasileiro tem que pagar mais tributos do que os habitantes do Reino Unido, do Canadá, da Espanha e dos Estados Unidos, somente para citar alguns outros importantes países desenvolvidos".

Roberto Campos costumava referir-se à questão tributária brasileira como um grande desastre nacional e que a reforma há muito havia deixado de ser a ação mais adequada para se resolver a questão: o país precisa mesmo é fazer uma verdadeira revolução tributária.

Tributos que penalizam a sociedade

Em relação ao índice fiscal sobre o PIB-Produto Interno Bruto, cabem várias ressalvas. Para o cálculo da carga tributária nacional a Receita Federal não considera os valores recolhidos a título de multas, juros e correção monetária, como também não faz o cômputo das custas judiciais e os pedágios cobrados em rodovias privatizadas; e estima as arrecadações tributárias municipais através da variação dos tributos estaduais; Também não considera os valores recolhidos pelos vários Conselhos Regionais de profissões regulamentadas, que são consideradas autarquias.

Em outra vertente, o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística não considera as taxas e contribuições de melhoria que tenham como contrapartida a prestação de serviços; desconsidera totalmente os valores relativos à contribuição para a previdência dos servidores federais estatutários e militares.

Apesar de bastante elevada, a arrecadação tributária nacional ainda não cobre a totalidade das despesas públicas, restando saldos a descoberto, conhecidos como déficits nominais, os quais atingiram – não se considerando as maquiagens, pedaladas e contabilidades criativas – consumiram 26,45% de todo o PIB brasileiro durante os últimos três anos: 6,96% em 2018; 5,79% em 2019 e 13,70% em 2020.

Constata-se, através do estudo divulgado pela Receita Federal, que de 1996 a 2016 a carga tributária brasileira já subiu cerca de 22%. A tributação nacional encontra-se concentrada na produção e no consumo, ocasionando o encarecimento das mercadorias e serviços, prejudicando as exportações e os investimentos em geral. Essa concentração, equivalente a 15,35% do PIB ou a 47,4% de tudo o que se arrecada nacionalmente, supera os níveis tributários alcançados pelos países desenvolvidos, inclusive, daqueles que têm carga tributária total superior à do Brasil. De outro lado, há de se ressalvar que a tributação direta da renda no Brasil é considerada baixa para os padrões internacionais e representa apenas 6,18% do PIB – o que equivale a pouco mais da metade quando comparada à média dos países da OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

CARGA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA - % PIB

Ano	1989	1994	2002	2010	2015	2020
Federal	16,05	19,90	21,88	22,36	22,04	20,99
Estadual	6,71	6,98	8,82	8,19	8,12	8,53
Municipal	0,95	1,02	1,36	1,75	1,99	2,12
Total	**23,71**	**27,90**	**32,06**	**32,29**	**32,03**	**31,64**

Fonte: Tesouro Nacional

As contribuições – das quais Estados e Municípios não detêm participação nem contam com transferências, representaram 26,58% do total arrecadado em 2020.

Para o economista Ricardo Bergamini, "a composição da Carga Tributária dos Estados Unidos tem como base 82,72% de sua arrecadação incidindo sobre a Renda, Lucro, Ganho de Capital, Folha Salarial e, no Brasil 53,45% - sendo apenas 17,28% incidindo sobre Bens e Serviços (arroz, feijão, remédios, transportes e educação), enquanto no Brasil alcança 46,55%. Nos Estados Unidos prevalece uma Carga Tributária total de apenas 24,3% do PIB, e no Brasil é de 31,6% do PIB."

Acrescenta Bergamini: "Temos que sair do debate míope, se a carga tributária é muita ou pouca, migrando para o debate se a carga tributária é eficiente e justa. Senão vejamos:

-Ao analisar a carga tributária temos que ter o compromisso de saber se é eficiente (se há retorno para os contribuintes) e que no caso brasileiro, sem maiores aprofundamentos de estudos, é de conhecimento amplo, geral e irrestrito que não há retorno, já que 50% da população economicamente ativa, além de pagar os tributos devidos têm que pagar por Educação, Saúde e Segurança.

-Outro ponto de análise importante é se há justiça na política tributária, ou seja: se a política tributária é progressiva (paga mais quem ganha mais) ou regressiva (paga mais quem ganha menos) e no caso brasileiro, com base no quadro demonstrativo anterior, é óbvio para um primário a criminosa e imoral regressividade da nossa política tributária que concentra a sua voracidade arrecadadora na tributação de bens e serviços correspondendo em 2018, em 15,5% do PIB (46,55% do total), enquanto nessa mesma fonte arrecadadora a média da OCDE foi de 11,6% do PIB (33,62% do total) e, pasmem, os Estados Unidos foi de 4,2% do PIB (17,28% do total).

Resumo: A composição da Carga Tributária dos Estados Unidos tem como base 82,72% de sua arrecadação incidindo sobre a Renda, Lucro, Ganho de Capital, Folha Salarial e Propriedade (classes privilegiadas da nação americana) e apenas 17,28% incidindo sobre Bens e Serviços (arroz, feijão, remédios, transportes e educação). Com uma Carga Tributária total de apenas 24,3% do PIB. Sem dúvida o país mais socialista do mundo.

A composição da Carga Tributária média dos países da OCDE tem como base 66,38% de sua arrecadação incidindo sobre a Renda, Lucro, Ganho de Capital, Folha Salarial e Propriedade (classes privilegiadas das nações analisadas) e apenas 33,62% incidindo sobre Bens e Serviços (arroz, feijão, remédios, transportes e educação). Com uma Carga Tributária média de 34,5% do PIB.

A composição da Carga Tributária do Brasil tem como base 53,45% de sua arrecadação incidindo sobre a Renda, Lucro, Ganho de Capital, Folha Salarial e Propriedade (classes privilegiadas da nação brasileira) e 46,55% incidindo sobre Bens e Serviços (arroz, feijão, remédios, transportes e educação). Com uma Carga Tributária total de 33,3% do PIB.

Conclusão: Dentre os países analisados o Brasil é o que possui a mais injusta, imoral, criminosa, desumana e regressiva Carga Tributária. Uma vergonha internacional que certamente continuará tendo o silêncio de todos: por omissão, covardia ou conivência."

ANÁLISE QUALITATIVA DA CARGA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA | BASE: ANO DE 2018

Tributos	Brasil % PIB	%	Média OCDE % PIB	%	EUA % PIB	%
Sobre a Renda, Lucro e Ganho de Capital	7,2	21,62	11,5	33,33	11,0	45,27
Sobre a Folha Salarial (Inclui Previdência)	9,1	27,33	9,5	27,54	6,1	25,10
Sobre a Propriedade	1,5	4,50	1,9	5,51	3,0	12,35
Sobre Bens e Serviços	15,5	46,55	11,6	33,62	4,2	17,28
Totais	**33,3**	**100,00**	**34,5**	**100,00**	**24,3**	**100,00**

Fonte: MF. OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

Taxar exageradamente a produção é um dos grandes equívocos da legislação tributária brasileira.

O Brasil é um dos poucos países do mundo a taxar a produção industrial, como se ela fosse uma atividade criminosa e que precisasse ser penalizada. Em 2016, o IPI -Imposto sobre Produtos Industrializados representou 2,07% da arrecadação tributária nacional total, totalizando R$ 41,85 bilhões.

Porque não transformá-lo em IPS - Imposto sobre Produtos Supérfluos, ocorrendo a sua incidência apenas sobre veículos automotores e produtos considerados supérfluos, como tabaco, cosméticos/perfumes, artigos de luxo, refrigerantes, bebidas alcoólicas e outros congêneres, liberando-se as demais produções industriais desse ônus?

Uma inevitável e inadiável reforma tributária nacional não poderá ignorar o pressuposto de se buscar outros modelos bem-sucedidos, em especial junto aos países desenvolvidos e de economia madura. Um deles é o VAT – ou IVA, Imposto sobre Valor Agregado, que se mostra como um dos mais perfeitos e melhores para a prática de uma política tributária desenvolvimentista e mais justa.

Outro modelo interessante seria a possibilidade da adoção do Imposto de Renda Municipal e Estadual, em substituição ao sistema atualmente em vigor de transferências constitucionais, além de outras, que destina apenas 48% da arrecadação do IPI e IR a Estados, Distrito Federal e Municípios – contra os 52% destinados à União e que se mostra ultrapassado e inadequado, como também são considerados onerosos, improdutivos e não competitivos os royalties e outros impostos/taxas incidentes diretamente sobre a produção. Tudo isso há de se juntar, ainda, os malefícios causados pelas "contribuições" – de competência exclusiva da União.

Também, é necessário rever a ótica da tributação nacional em termos da evolução da sociedade e da economia. Assim, considero relevante deslocar a discussão nacional do eixo da taxação das grandes fortunas para as heranças. Desafio o leitor a buscar entender como ela se processa e o seu nível de incidência, principalmente, nos Estados Unidos e em vários países desenvolvidos, como os europeus, onde a taxação da herança de imóveis e outros ativos chega a superar 50%.

CURVA DE LAFFER

Segundo a teoria desenvolvida pelo economista norte-americano Arthur Laffer na década de 70, a arrecadação tributária cresce junto com o aumento da carga tributária até um certo limite. A partir daí, o aumento da carga tributária vai derrubar a arrecadação.

Caso a sociedade tenha atingido seu nível máximo de contribuição, os aumentos de impostos, em vez de elevar a arrecadação, vão reduzi-la. Isso porque os agentes econômicos, sufocados pela carga tributária, vão refugiar-se na sonegação e na economia informal.

A curva de Laffer

Segundo Arthur Laffer, a arrecadação cresce junto com o aumento da carga tributária *(em azul)* até um certo limite. A partir daí, o aumento da carga tributária vai derrubar a arrecadação *(em vermelho)*

Diz a lenda que Laffer, que teria desenhado sua curva num guardanapo durante um almoço em 1974, convenceu mais tarde o presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, a passar o facão nas taxas. A alíquota mais alta do imposto de renda dos americanos caiu de 70% para 28% nos anos 80. O resultado foi o que Laffer previra: mais gente pagando menos imposto e um empuxo do crescimento econômico que ainda perdura nos dias atuais - (Veja - 14.04.99).

Coitado de Tiradentes! Rumo ao meio dos infernos

A "des-carga" tributária praticada ao longo dos últimos anos no país virou coisa para nenhuma Coroa Portuguesa botar defeito e é de causar inveja a Dona Maria I, a "Louca", que instituiu a Derrama.

Joaquim José da Silva Xavier nasceu em 12 de novembro de 1746, no distrito intitulado Fazenda do Pombal, em Minas Gerais. Apelidado de Tiradentes, viria a se transformar, alguns anos mais tarde, no mártir da independência brasileira.

Durante a vida adulta de Tiradentes, o Brasil Colônia subordinava-se ao reinado da Rainha de Portugal D. Maria I (Maria Francisca Isabel Josefa Antônia Gertrudes Rita Joana - 1777/Lisboa-1816/Rio de Janeiro) também conhecida como "A Louca", tendo sido a mesma afastada de seus poderes, mais tarde, por problemas ligados à sanidade mental. É de sua autoria a proibição de constituição ou existência de qualquer manufatura no Brasil, não sendo aqui permitida nem sequer a construção de uma fábrica de pregos e ainda impedida de continuar funcionando, a incipiente indústria têxtil local de então. Era mãe de Dom João VI, que a sucedeu no trono português. Apesar de extremamente religiosa, foi dela a confirmação da sentença que levou Tiradentes à forca.

Tiradentes, mártir da Inconfidência Mineira e patrono cívico do Brasil, pretendia transformar Minas Gerais numa república, declarando independência de Portugal. A origem da rebelião foi a derrama instituída pela Coroa Portuguesa, a proibição do funcionamento de qualquer indústria local e a cobrança de 20% de tudo que aqui se produzisse, principalmente incidente sobre a mineração.

À época, buscou-se cobrar da Colônia Brasileira 20% ou um quinto sobre a produção local e essa taxa incidia sobre tudo que fosse produzido em nosso país. A tributação recaía, em grande parte, sobre a apuração de diamantes e ouro produzidos em Minas Gerais. O tributo era tão odiado que foi apelidado de "quinto dos infernos", tendo sido daí alcunhada, então, a expressão "vá para o quinto dos infernos" que ainda continua muito usada nos tempos atuais, principalmente, em Minas.

Portugal quis, em determinado momento do reinado de D. Maria A Louca, cobrar os quintos atrasados de uma única vez. Aí surgiu o instituto da "Derrama", um expediente fiscal, lançado proporcionalmente aos rendimentos, cobrado principalmente dos mineradores e colonos em Minas Gerais. Em síntese, vigorava um imposto "derramado" sobre todos.

Assim, contra o pagamento dos impostos atrasados e a majoração da cobrança de 10% para 20% é que se insurgiram os inconfidentes que, liderados por Tiradentes, propunham ainda a independência do Brasil de Portugal e a sua transformação em república. Entre vários inconfidentes, alguns eram inadimplentes fiscais e todos os algozes de Tiradentes detinham em comum, pesadas

dívidas, provenientes da inadimplência relacionada ao não pagamento do quinto junto ao fisco português, posteriormente perdoadas, em função da delação dos seus conspiradores.

Traído, Tiradentes foi preso, condenado e em 21.04.1792, percorreu em procissão as ruas do centro do Rio de Janeiro para, em seguida, ser enforcado e ter o seu corpo esquartejado. Sua cabeça foi erguida em um poste em Vila Rica e os seus restos mortais distribuídos ao longo dos lugares onde fizera seus discursos revolucionários, na estrada que ligava Minas ao Rio de Janeiro. A sua casa foi totalmente arrasada, destruída e salgados os jardins, para que nunca mais ali se nascesse nem grama ou qualquer tipo de planta. Por fim, a Corte Portuguesa declarou como infames todos os seus descendentes.

Decorridos 229 anos da morte de Tiradentes, os governantes mais recentes do Brasil não aprenderam a lição da história e continuam fadados a repeti-la, de forma muito mais piorada, nos tempos atuais.

O Brasil de hoje elenca cerca de 70 tributos cobrados à produção e ao consumo da população, o que equivale a uma carga tributária direta, sem considerar o déficit nominal, próxima de 32% do PIB nacional 2020 – fazendo-se incorporar aos cofres públicos municipais, estaduais e federal uma astronômica soma próxima a R$ 2,5 trilhões. Em 2020, o valor da arrecadação tributária nacional nas três esferas – federal, estadual e municipal atingiu R$ 2,36 trilhão, ou seja – 31,64% do PIB.

Do bolo tributário, a União participa com 66,34% da arrecadação bruta, os Estados com 26,96% e os Municípios, com 6,70% - cabendo destacar que este cálculo não considera as transferências constitucionais que ocorrem entre os respectivos Entes Federados. As "contribuições", que praticamente eram irrelevantes antes da Constituição de 1988 e das quais Estados e Municípios não participam da sua repartição, agora já respondem por parcela significativa do total dos impostos cobrados e corresponderam a 26,58% do total arrecadado em 2020.

Traído, Tiradentes foi preso, condenado e em 21.04.1792, percorreu em procissão as ruas do centro do Rio de Janeiro para, em seguida, ser enforcado e ter o seu corpo esquartejado. Sua cabeça foi erguida em um poste em Vila Rica e os seus restos mortais distribuídos ao longo dos lugares onde fizera seus discursos revolucionários, na estrada que ligava Minas ao Rio de Janeiro. A sua casa foi totalmente arrasada, destruída e salgados os jardins, para que nunca mais se nascesse nem grama ou qualquer tipo de planta. Por fim, a Corte Portuguesa declarou como infames todos os seus descendentes.

Conforme mencionado antes, Tiradentes foi enforcado e teve o seu corpo esquartejado. Não se tem notícias de que todas as partes do seu corpo tenham sido reunificadas e enterradas em algum túmulo. Se o tivesse sido, com certeza o seu corpo estaria hoje se mexendo no túmulo, provável a sua indignação e frustração por ter perdido a vida lutando contra os míseros 20% de então cobrados da população brasileira pela Coroa Portuguesa.

Daquele “quinto” já estamos mesmo indo é para o “meio dos infernos”!

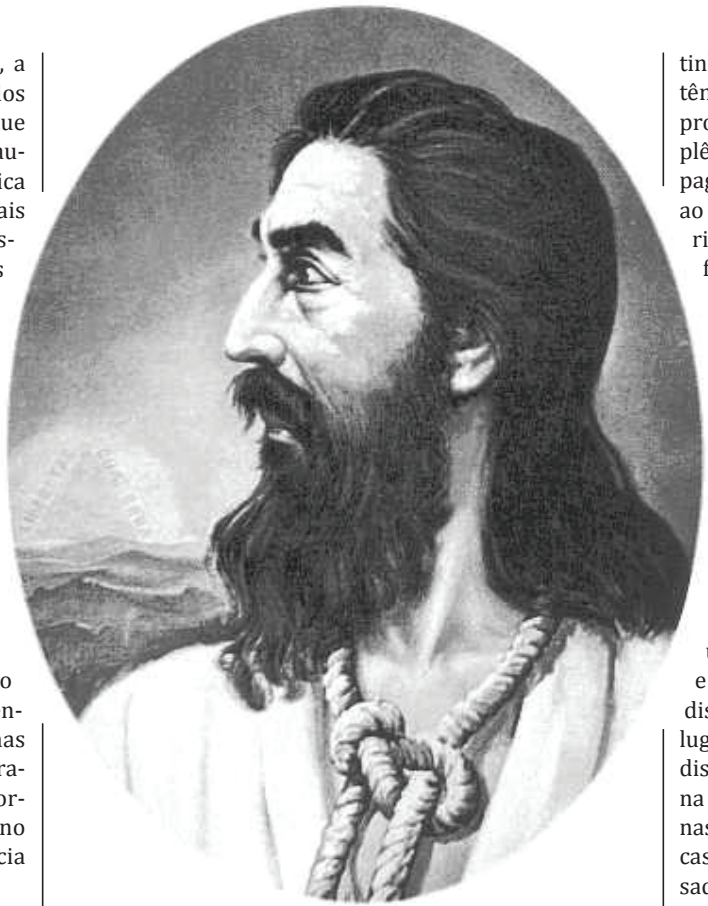
Coitado de Tiradentes! Conforme mencionado antes, ele foi enforcado e teve o corpo esquartejado. Não se tem notícias de que todos os restos mortais tenham sido posteriormente reunificados e enterrados em algum túmulo. Se o tivesse sido, com certeza o seu corpo ainda estaria hoje se mexendo nesse túmulo, provável a sua indignação e frustração por ter perdido a vida lutando contra uns parcos e míseros 20% de então, cobrados da população brasileira, pela Coroa Portuguesa.

Entre várias promessas, do atual e de vários dos governos anteriores, está a de se fazer a reforma tributária. Enquanto não cumprida essa promessa, no entanto, e já que não é possível ressuscitar Tiradentes, sugiro que tratemos de atualizar a antiga expressão usada à sua época para uma outra mais moderna: que esta carga tributária vá para o terço dos infernos! Vale ressaltar que os quase 33% cobrados atualmente da sociedade já representam um terço do total arrecadado e, se considerado o déficit nominal das contas públicas, essa conta chega aos 45% - já sendo e portanto, bem próxima do meio dos infernos.

O Brasil vivencia, nos aspectos tributários, uma verdadeira ditadura fiscal, sendo que a divisão da arrecadação tributária concentra, descontados os repasses a estados e municípios, mais da metade do total dos recursos no Governo Federal, o que é um verdadeiro absurdo, sendo intolerável que se perpetue por mais tempo essa regra.

Considerada exagerada, a carga tributária brasileira não tem sido suficiente para cobrir os gastos do governo, exigindo-

-se, como consequência, a contabilização de elevados déficits orçamentários que acabam incorrendo em aumentos na dívida pública federal. Uma das principais razões a esse descompasso entre as receitas e as despesas públicas são os juros reais praticados no país, considerados dos mais altos do mundo, os déficits da previdência social, inúmeros privilégios concedidos, a corrupção, a burocratização e o desperdício.



Joaquim José da Silva Xavier nasceu em 12 de novembro de 1746, no distrito intitulado Fazenda do Pombal, em Minas Gerais. Apelidado de Tiradentes, viria a se transformar, anos mais tarde, no mártir da independência brasileira.

Durante a vida adulta de Tiradentes, o Brasil Colônia subordinava-se ao reinado da Rainha de Portugal D. Maria I (Maria Francisca Isabel Josefa Antônia Gertrudes Rita Joana - 1777/Lisboa-1816/Rio de Janeiro) também conhecida como "A Louca", tendo sido a mesma afastada de seus poderes, mais tarde, por problemas ligados à sanidade mental. É de sua autoria a proibição de constituição ou existência de qualquer manufatura no Brasil, não sendo aqui permitida nem sequer a construção de uma fábrica de pregos e ainda impedida de continuar funcionando, a incipiente indústria têxtil local de então. Era mãe de Dom João VI, que a sucedeu no trono português. Apesar de extremamente religiosa, foi dela a confirmação da sentença que levou Tiradentes à forca.

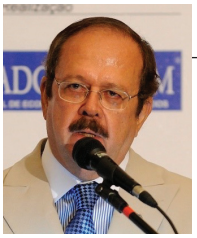
À época, cobrava-se da Colônia Brasileira 20% ou um quinto sobre a produção e essa taxa incidia sobre tudo que fosse produzido em nosso país. A tributação recaía, em grande parte, sobre a apuração de diamantes e ouro produzidos em Minas Gerais. O tributo era tão odiado que foi apelidado de "o quinto dos infernos", tendo sido alcunhada, então, a expressão "vá para o quinto dos infernos" que ainda persiste nos tempos atuais.

Portugal quis, em determinado momento do reinado de D. Maria A Louca cobrar os quintos atrasados de uma única vez. Aí surgiu o instituto da "Derrama", um expediente fiscal, lançado proporcionalmente aos rendimentos, cobrado principalmente dos mineradores e colonos em Minas Gerais. Em síntese, vigorava um imposto "derramado" sobre todos.

Contra essa cobrança é que se insurgiram os inconfidentes que, liderados por Tiradentes, propunham ainda a independência do Brasil de Portugal e a sua transformação em república. Entre vários inconfidentes, alguns eram inadimplentes fiscais e todos os algozes de Tiradentes tinham em comum, a existência de pesadas dívidas, provenientes da inadimplência relacionada ao não pagamento do quinto junto ao fisco português, posteriormente perdoadas, em função da delação dos seus conspiradores.

Traído, Tiradentes foi preso, condenado e em 21.04.1792, percorreu em procissão as ruas do centro do Rio de Janeiro para, em seguida, ser enforcado e ter o seu corpo esquartejado. Sua cabeça foi erguida em um poste em Vila Rica e os seus restos mortais distribuídos ao longo dos lugares onde fizera seus discursos revolucionários, na estrada que ligava Minas ao Rio de Janeiro. A sua casa foi totalmente arrasada, destruída e salgados os jardins, para que nunca mais se nascesse nem grama ou qualquer tipo de planta. Por fim, a Corte Portuguesa declarou como infames todos os seus descendentes.

Conforme mencionado antes, Tiradentes foi enforcado e teve o seu corpo esquartejado. Não se tem notícias de que todas as partes do seu corpo tenham sido reunificadas e enterradas em algum túmulo. Se o tivesse sido, com certeza o seu corpo estaria hoje se mexendo nesse túmulo, provável a sua indignação e frustração por ter perdido a vida lutando contra os míseros 20% de então cobrados da população brasileira pela Coroa Portuguesa.



CARLOS ALBERTO TEIXEIRA DE OLIVEIRA

Administrador, Economista e Bacharel em Ciências Contábeis. Presidente da ASSEMG-Associação dos Economistas de Minas Gerais. Ex-Presidente do BDMG e ex-Secretário de Planejamento e Coordenação Geral de Minas Gerais; Ex-Presidente do IBEF Nacional – Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças e da ABDE-Associação Brasileira de Desenvolvimento; Coordenador Geral do Fórum JK de Desenvolvimento Econômico e Vice-Presidente da ACMinas – Associação Comercial e Empresarial de Minas. Presidente/Editor Geral de MERCADOCOMUM.

Para onde caminham a economia mundial e a brasileira

> ***"Pretender solucionar a crise brasileira com remédios prescritos para o único fim de estabilidade, como se fôssemos uma terra exausta e um povo cansado, necessitados de equilibrar as poucas forças que ainda nos restassem é semelhante, malgrado as deformações que acarretam todas as analogias, ao intento de se tratarem as crises da puberdade com medicamentos destinados a mitigar a senectude".***
>
> Juscelino Kubitschek de Oliveira

Em tom otimista, o FMI – Fundo Monetário Internacional divulgou, no dia 6 de abril último, as suas projeções para o desempenho da economia mundial até o ano de 2026 e estima que o PIB – Produto Interno Bruto mundial deve crescer cerca de 6,0% já neste ano, superando a forte retração de 3,3% registrada no ano passado. De acordo com a instituição, no entanto, a economia brasileira deverá destoar do ritmo da internacional e apresentar expansão neste ano de apenas 3,7% - após uma colossal queda de 4,1% ocorrida em 2020, considerada uma das maiores de sua história.

Para o FMI, o ritmo de crescimento da economia estará diretamente atrelado ao ritmo da vacinação contra a covid-19 e os indicativos evidenciam que os países desenvolvidos vão se recuperar mais aceleradamente do que os emergentes evitando, assim, danos de longo prazo às suas economias devido à maior capacidade de ampliação dos seus gastos públicos.

A economista-chefe do FMI, Gita Gopinath, afirmou que a reação rápida dos países que injetaram US$ 16 trilhões na forma de apoio fiscal desde o ano passado, impediram que a crise tivesse um desfecho muito pior do que se esperava inicialmente. Ao final desta matéria estamos publicando as notas divulgadas pelo FMI.

De acordo com as estatísticas também divulgadas pelo FMI através do documento intitulado World Economic Outlook – April 2021, pode-se fazer o comparativo do desempenho da economia brasileira em relação à economia mundial e uma das principais constatações foi a de que o país caiu três posições no ranking das maiores economias:

MAIORES ECONOMIAS DO MUNDO – 2020*
Acima de US$ 1 trilhão
(PIB-Produto Interno Bruto – Em US$ milhões)

Ordem	País	PIB	% do Total Mundial
01	Estados Unidos	20.932.75	24,76
02	China	14.722.837	17,42
03	Japão	5.048.688	5,97
04	Alemanha	3.803.014	4,50
05	Reino Unido	2.710.970	3,15
06	Índia	2.708.770	3,20
07	França	2.598.907	3,07
08	Itália	1.884.935	2,23
09	Canadá	1.643.408	1,94
10	Coreia do Sul	1.630.871	1,93
11	Rússia	1.473.583	1,74
12	Brasil	1.434.084	1,70
13	Austrália	1.359.326	1,61
14	Espanha	1.278.208	1,51
15	México	1.076.163	1,27
16	Indonésia	1.059.638	1,25
Total Mundial		**84.537.688**	**100,00**

*Estimativas do FMI

Fonte: FMI/World Economic Outlook April/2021- MinasPart Desenvolvimento

MAIORES ECONOMIAS DO MUNDO – 2021*
Acima de US$ 1 trilhão
(PIB-Produto Interno Bruto – Em US$ milhões)

Ordem	País	PIB	% do Total Mundial
01	Estados Unidos	22.675.273	24,16
02	China	16.642.318	17,78
03	Japão	5.378.136	5,73
04	Alemanha	4.319.286	4,60
05	Reino Unido	3.124.650	3,33
06	Índia	3.049.704	3,25
07	França	2.938.271	3,13
08	Itália	2.106.287	2,24
09	Canadá	1.883.487	2,01
10	Coreia do Sul	1.806.707	1,92
11	Rússia	1.710.734	1,82
12	Austrália	1.617.543	1,72
13	Brasil	1.491.772	1,59
14	Espanha	1.461.552	1,56
15	México	1.192.480	1,27
16	Indonésia	1.158.783	1,23
17	Holanda	1.012.598	1,08
Total Mundial		**93.863.851**	**100,00**

*Estimativas do FMI

Fonte: FMI/World Economic Outlook April/2021- MinasPart Desenvolvimento

Fonte: Jornal O Tempo

EVOLUÇÃO DO PIB BRASILEIRO X MUNDIAL
Período de 2001 a 2020* - Em US$ bilhões correntes

Ano	Brasil	Var. %	Mundo	Var. %	Part. % Brasil/Mundo
2001	559,98	1,39	33.719,32	2,47	1,66
2002	509,80	3,05	34.851,94	2,95	1,46
2003	558,23	1,14	39.118,70	4,28	1,43
2004	669,29	5,76	44,028,68	5,42	1,52
2005	891,63	3,20	47.690,61	4,90	1,87
2006	1.107,63	3,96	51.651,46	5,45	2,14
2007	1.397,11	6,07	58.295,63	5,54	2,40
2008	1.695,86	5,09	63.931,56	3,02	2,65
2009	1.669,20	-0,13	60.575,37	-0,08	2,76
2010	2.208,70	7,53	66.230,98	5,40	3,33
Média Anual		3,73	-	3,93	-
Acumul. do Período		**43,91**	**-**	**46,82**	**-**
2011	2.614,03	3,97	73.524,03	4,27	3,56
2012	2.464,05	1,92	74.910,85	3,53	3,29
2013	2.471,72	3,01	77.084,13	3,46	3,21
2014	2.456,06	0,50	79.155,31	3,56	3,10
2015	1.800,05	-3,55	74.936,57	3,49	2,40
2016	1.796,62	-3,28	76.158,89	3,29	2,35
2017	2.063,52	1,33	80.833,69	3,76	2,55
2018	1.916,93	1,78	85.893,40	3,57	2,23
2019	1.877,11	1,41	87.345,31	2,76	2,15
2020	1.434,08	-4,06	84.537,69	3,27	1,70
Média Anual		0,30	-	2,84	-
Acumul. do Período		2,69	-	32,07	-
Média Anual 2001/2020		2,02	-	3,39	-
Acumulado do Período		**47,78**	**-**	**93,91**	**-**

Fonte: IBGE/Banco Central do Brasil/FMI – World Economic Outlook - Apr, 2021
MinasPart Desenvolvimento
Em vermelho = Anos em que o desempenho do PIB brasileiro foi pior do que a média mundial

A década de 2011 a 2020 ficará registrada como uma tragédia, e será retratada a pior da história econômica brasileira e 2020 como um ano que a economia brasileira também registrou o seu terceiro pior desempenho, contabilizando uma retração de 4,06%. De acordo com os dados do FMI, em dólares norte-americanos a economia brasileira sofreu, no ano passado, uma perda na produção equivalente a US$ 443,03 bilhões – o que equivale a cerca de ¼ do PIB do ano anterior.

Como ficou o desempenho da economia brasileira em relação ao resultado global durante estas duas décadas iniciais deste século XXI?

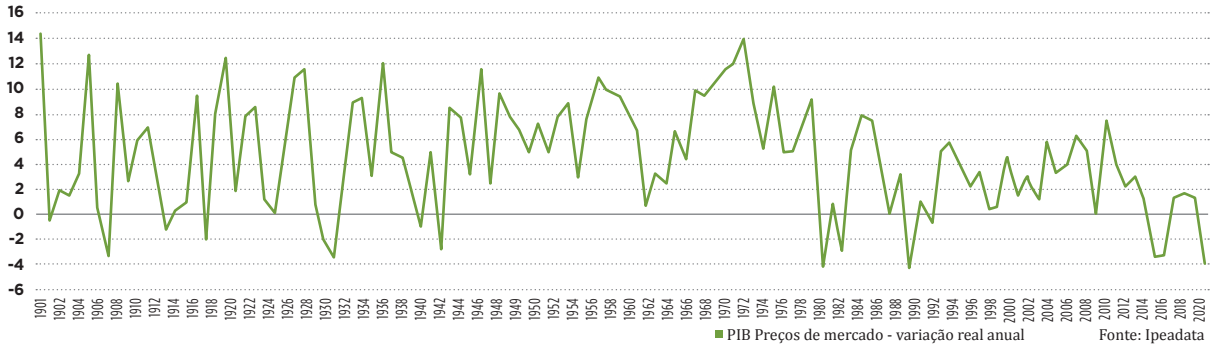
Evidentemente que o Brasil não fica bem na foto, comprovando que a máquina do crescimento econômico do país está enferrujada ou quebrada e que desaprendemos o que significa crescer a economia de forma vigorosa, consistente, contínua e sustentada.

Apresentamos, a seguir, o resultado do desempenho da economia brasileira comparativamente a outros países e blocos, já considerando os números divulgados pelo FMI desta 2ª década do século XXI.

1 - Considerando-se a primeira década do século XXI – de 2001 a 2010, a economia mundial experimentou uma expansão média anual de 3,93% e de 46,82% no acumulado do período. A economia brasileira obteve desempenho inferior à média mundial, tendo tido uma expansão média anual de 3,73% e, no acumulado, de 43,91% no período.

BRASIL | TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB

Produto Interno Bruto - 1901 a 2020



2 - Enquanto a taxa média anual de expansão do PIB mundial atingiu 2,84% nestes últimos dez anos (década de 2011/2020) – equivalenwdo a uma taxa acumulada de 32,07%, o PIB brasileiro contabilizou uma inexpressiva expansão média anual de apenas 0,30% e, no acumulado no período, registra uma expansão 2,02%. Já os países considerados emergentes e em desenvolvimento – categoria da qual o Brasil integra, a expansão média foi de 4,11% ao ano e atingiu, no acumulado do referido período, um crescimento de 49,31%.

A segunda década do século XXI– 2011/2020 fica registrada como a pior da história econômica brasileira, cujo desempenho pode ser considerado absolutamente deplorável para um país que deveria adotar como meta principal o desenvolvimento e o crescimento econômico vigoroso, consistente, contínuo e sustentável. Em todos esses anos, o PIB – Produto Interno Bruto contabilizou níveis inferiores de expansão inferiores e alcançou apenas 10% da expansão média verificada mundialmente durante o referido período.

3 - Somando-se o resultado das duas décadas iniciais do século XXI, a economia mundial apresenta uma expansão média anual de 3,39%; a brasileira 2,02% e os países emergentes 5,17%. No acumulado desse período, a economia mundial contabilizará uma expansão de 93,91%. No mesmo período a economia brasileira registra um crescimento acumulado de apenas 43,91% - enquanto os países emergentes e em desenvolvimento apresentaram um aumento no PIB de 172,85% - cabendo destacar que a China cresceu 426,69% e a Índia 237,82% durante o mesmo período

Nos 20 anos iniciais deste século XXI, em apenas cinco deles – 2002, 2004, 2007, 2008 e 2010 a economia brasileira registrou desempenho superior à média mundial e nesta década de 2011/2020, em todos os anos a expansão verificada do PIB – Produto Interno Bruto brasileiro foi inferior à média mundial. E, pelas projeções do FMI – até 2026 - último ano em que apresenta análises, o Brasil continuará colhendo desempenho muito aquém da média mundial.

RETRAÇÕES DA ECONOMIA BRASILEIRA

Redução Anual do PIB	Ano	Presidente
0,48	1902	Campos Sales
3,20	1908	Afonso Pena
1,25	1914	Hermes da Fonseca
2,01	1918	Wenceslau Brás
2,10	1930	Washington Luis
3,30	1931	Getúlio Vargas
1,00	1940	Getúlio Vargas
2,70	1942	Getúlio Vargas
4,25	1981	João Figueiredo
2,93	1983	João Figueiredo
0,06	1988	José Sarney
4,35	1990	Fernando Collor
0,47	1992	Fernando Collor
0,13	2009	Lula
3,55	2015	Dilma Rousseff
3,46	2016	Dilma Rousseff/Michel Temer
4,06	2020	Jair Bolsonaro

Fonte: IpeaData/IBGE/MinasPart Desenvolvimento

PROJEÇÕES DO FMI DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB 2021/2026 – Em %

Ano	Brasil	Mundo
2021	3,655	6,026
2022	2,565	4,415
2023	2,141	3,513
2024	2,015	3,374
2025	2,015	3,335
2026	2,015	3,296

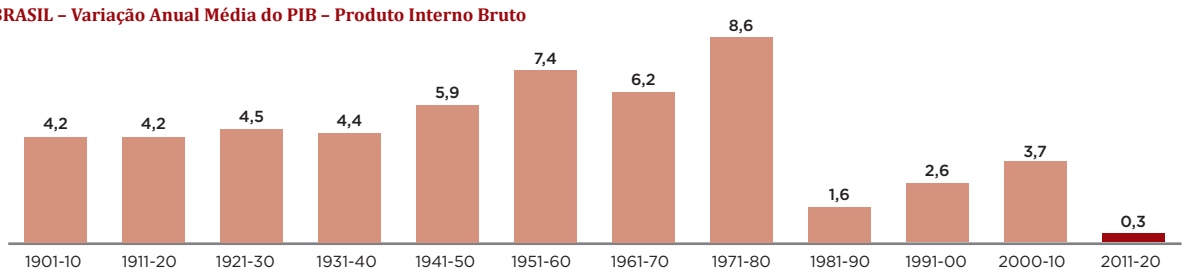
Fonte: FMI/World Economic Outlook April/2021- MinasPart Desenvolvimento

Saliente-se que, no início do ano passado, o governo brasileiro trabalhava com uma expectativa de crescimento do PIB de 2,5% e encerramos o ano de 2020 com um declínio de 4,1% - o que significa um tombo de 6,6% nas previsões iniciais. É importante ainda destacar que o governo brasileiro gastou cerca de 8% do PIB em 2020 em medidas emergenciais de combate à pandemia do Coronavírus – o que indica que a retração da economia nacional poderia ter atingido então 15% do PIB.

Andando para trás e para baixo:

BRASIL: TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO DO PIB POR DÉCADA (%)

BRASIL – Variação Anual Média do PIB – Produto Interno Bruto



Fonte: IBGE/IPEADATA/MinasPart Desenvlvimento

A década dos anos 2010 também ficará marcada por ter se constituído na mais longa crise econômica da história do país – o que redundará ainda na maior queda da renda per capita dos brasileiros já ocorrida no período e que deverá alcançar 8,62%. Há de se destacar, ademais, que a atual crise econômica – praticamente iniciada a partir de 2014 quando se registrou uma queda do PIB per capita anual de 0,36% diferencia-se significativamente de todas as demais, por não ter sido provocada por questões exógenas, como a depressão de 1929, a crise do petróleo e a financeira de 2008, além de problemas cambiais e decorrentes da dívida externa do país.

Vale destacar que, ainda não muito longe dos tempos atuais, ou seja – 25 anos atrás, a economia brasileira superava, em termos de tamanho, a da China, conforme comprovam os dados apresentados mais a seguir.

Desde 1951, o melhor desempenho da economia brasileira ocorreu durante o mandato de Garrastazu Médice - 1968/1974 (crescimento médio anual de 11,92%), quando o PIB nacional registrou uma expansão acumulada de 29,92 pontos percentuais superior à média mundial dos cinco anos de seu mandato – sendo seguido pelo governo de Juscelino Kubitschek 1956/1961 – crescimento médio anual de 8,12%) que contabilizou expansão acumulada de 19,00 pontos percentuais acima da média mundial do seu período de governo de 5 anos.

TAXA ACUMULADA DE CRESCIMENTO DO PIB PRODUTO INTERNO BRUTO – 2001/2020 - Em %

	2001/2010	2011/2020*	2001/2020
Mundo	46,82	32,07	93,91
Países Desenvolvidos	18,40	12,82	33,58
Zona do Euro	12,33	5,31	18,30
Estados Unidos	18,79	18,10	40,29
Japão	5,95	3,58	9,74
Países Emergentes	82,74	49,31	172,85
América Latina	43,09	7,02	53,13
Brasil	43,91	2,69	47,78
Rússia	60,34	13,95	82,71
Índia	106,82	63,34	237,82
China	172,70	93,14	426,69

2020: Estimativas do FMI/Ministério da Fazenda

Fonte: FMI/World Economic Outlook-Oct 13/2021 – MinasPart Desenvolvimento

Fonte: Jornal O Tempo

TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO DO PIB – PRODUTO INTERNO BRUTO – 2001/2020 - Em %

	2001/2010	2011/2020*	2001/2020
Mundo	3,93	2,84	3,39
Países Desenvolvidos	1,72	1,23	1,48
Zona do Euro	1,19	0,55	0,87
Estados Unidos	1,75	1,69	1,72
Japão	0,61	0,37	0,49
Países Emergentes	6,23	4,11	5,17
América Latina	3,67	0,73	2,20
Brasil	3,73	0,30	2,02
Rússia	4,94	1,34	3,14
Índia	7,56	5,15	6,36
China	10,57	6,82	8,70

2020: Estimativas do FMI/Ministério da Fazenda

Fonte: FMI/World Economic Outlook-Oct 13/2020 – MinasPart Desenvolvimento

Os piores desempenhos ficaram por conta dos governos de Dilma Rousseff – 2011 a 2016 (retração média anual de 1,29%) e acumulada de 4,12% nos seis anos de seu governo - significando uma diferença de 24,71 pontos percentuais em relação à média mundial; e de Fernando Collor (1991 a 1993 – acumulando uma queda de 4,07% durante o período de seu mandato presidencial de 3 anos e registrando uma retração acumulada de 12,71 pontos percentuais em relação à média mundial.

Entendo, enfim, que nos faltam políticas e projetos públicos de fortalecimento da atividade econômica nacional.

O crescimento econômico vigoroso deve deixar de ser apenas uma casualidade, uma questão episódica, uma efemeridade, um acontecimento meramente fortuito para se transformar, efetivamente, na grande meta econômica nacional, permeando a convolação do País em uma economia madura e desenvolvida. Nesta direção já tivemos, antes, vários exemplos de sucesso e que poderiam nos servir de inspiração, como foi o caso do Plano de Metas, implementado durante o Governo JK.

País que não cresce é país condenado à pobreza e ao subdesenvolvimento e, por isso, torna-se imprescindível o estabelecimento de uma "Agenda Estratégica para o Desenvolvimento Nacional" – em que a transformação do Brasil em país desenvolvido seja o grande objetivo.

Ao longo destas últimas décadas a busca obsessiva pela estabilidade econômica tem nos ofuscado todas as possibilidades de colocar o desenvolvimento como a nossa grande, prioritária e fundamental meta nacional.

O País precisa se reconciliar com o desenvolvimento e retomar o crescimento econômico vigoroso. Temos de buscar nos transformar em país desenvolvido. Esta é a saída, esta a solução!

Os piores inimigos da democracia são a fome, a miséria, o desemprego e a desesperança e país que não cresce é país condenado ao subdesenvolvimento e às desigualdades sociais. É, sem dúvida, país sem futuro!

Como o Papa Francisco tem pregado, devemos ser revolucionários. Entre as revoluções que tanto necessitamos, deve-se considerar imprescindíveis a política, a educacional, a

Fonte: Jornal O Tempo

jurídica, a urbana, a infraestrutural, a tributária, a trabalhista, a de combate ao desperdício e à corrupção, a de desburocratização e de simplificação dos processos e procedimentos, com o resgate do planejamento estratégico de longo prazo – além da implantação de um Plano de Metas Nacional, a exemplo do ocorrido durante o governo JK. Requer-se ousadia nas propostas, que devem ser criativas, inovativas e exequíveis.

Também, não podemos compartilhar da onda de pessimismo sobre a economia nacional, como se ela estivesse hoje destruída e, a nossa terra, arrasada.

Os seus problemas e entraves atuais – mesmo considerados graves e explosivos - devem ser encarados como passageiros, não duradouros. Uma das mais destacadas características do Brasil tem sido a sua enorme capacidade de superar dificuldades e de contornar crises, de maneira ágil e rápida.

O desenvolvimento tem de voltar a ser a trilha natural do Brasil rumo ao futuro, como já afirmava Juscelino Kubitschek há mais de 70 anos.

A busca de um futuro melhor para o Brasil passa, inexoravelmente, pela urgente decisão de deixarmos de ser emergentes para nos convolar em país desenvolvido. Esta precisa ser a nossa causa e missão maiores, imprescindíveis e inadiáveis por mais tempo de uma segura determinação nesse sentido.

O crescimento econômico vigoroso deve deixar de ser apenas uma casualidade, uma questão episódica,

EVOLUÇÃO DO PIB – BRASIL X CHINA X MUNDO
Período de 2005 a 2020 - Em milhões correntes

	1995	2000	2010	2020*
Brasil	770,86	655,45	2.208,70	1.444,17
China	731,02	1.205,52	6.033,81	14.860,78
Mundo	31.036,63	33.895,93	66.140,51	83.844,99

Projeções do FMI para 2020 – China e Mundo
Fonte: FMI – World Economic Outlook/MinasPart Desenvolvimento

PARTICIPAÇÃO PIB – BRASIL X CHINA NO TOTAL MUNDIAL
Período de 2005 a 2020 - Em %

	1995	2000	2010	2020*
Brasil	2,48	1,93	3,34	1,72
China	2,36	3,56	9,12	17,72
Mundo	100,00	100,00	100,00	100,00

*Projeções do FMI para 2020 – China e Mundo
Fonte: FMI – World Economic Outlook/MinasPart Desenvolvimento

uma efemeridade, um acontecimento meramente fortuito para se transformar, efetivamente, na grande meta econômica nacional, permeando a convolação do País em uma economia madura e desenvolvida.

Nesta direção já tivemos, antes, vários exemplos bem sucedidos e que poderiam nos servir de inspiração, como foi o caso do Plano de Metas, durante o Governo JK.

Há de se considerar, de outro lado, que o grande objetivo política brasileira não pode estar mais focado na discussão de temas meramente à esquerda, à direita ou para trás. Exige-se avançar, ir em frente, assumir posturas pragmáticas, modernas e factíveis.

Requer-se despolitizar e desideologizar o debate econômico e voltar a trazer em seu bojo as discussões essenciais de uma política nacional de desenvolvimento de longo prazo que nos indiquem os caminhos de onde ir, como e quando chegar a um futuro mais justo e progressista. É preciso recuperar a esperança e resgatar o otimismo.

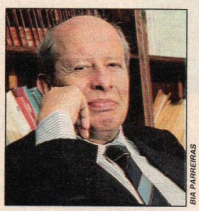
Neste momento em que estamos cabisbaixos e apreensivos por esta crise econômica que também é política, moral e ética, que ainda desconhecemos o seu desfecho e por isso também nos impossibilita de vislumbrar o futuro que temos em mãos para ser construído – deve partir um brado de fé e de esperança por medidas novas, ousadas, corajosas e criativas para a realização de efetivas mudanças rumo a Brasil melhor.

O maior objetivo brasileiro tem de ser o de nos transformar em Nação Desenvolvida e, para isso, não é necessário reinventar a roda. Basta aqui aplicar os exemplos e conceitos daquilo que dá certo e funciona nos desenvolvidos. Isso se chama "benchmarking". Urge e torna-se necessária a convocação de uma Constituinte Revisional Exclusiva para se redefinir direitos e obrigações, entre os quais os direitos e abusos adquiridos, além das inúmeras chancelas existentes que atrapalham o desempenho econômico e a nossa produtividade, nos empurrando à desordem e ao atraso.

Sem uma nova Constituição será basicamente impossível romper com as inúmeras barreiras que tanto obstaculizam a atividade econômica e entravam o equilíbrio social, como já afirmava há 28 anos, com a sua grande lucidez, o ex-ministro Mário Henrique Simonsen:

MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN

COMO O BRASIL ENTROU NA CONTRAMÃO


BIA PAPNERIAS

As reformas constitucionais são necessárias para modernizar o país e o Estado

As reformas constitucionais não são necessárias apenas para dar vida longa ao Plano Real. O Brasil tem-se mantido fiscalmente ajustado desde o início da década de 90, e a responsabilidade pela hiperinflação que nos assolou até 30 de junho de 1994 cabe à indexação desenfreada e à passividade monetária, problemas que nada têm a ver com os delírios da Constituição-cidadã. Mas as reformas são indispensáveis para que o país possa modernizar-se eficientemente e, em particular, para dar funcionalidade ao Estado. Nesse sentido, vale recordar o que foi a catástrofe de 1988, que colocou o Brasil na contramão da história.

De fato, a Constituição de 1988 resultou de uma superposição de equívocos. O primeiro foi a própria convocação da Assembléia Nacional Constituinte, apenas para atender à vaidade dos caciques do PMDB. Por certo, a Constituição de 1969, promulgada por uma junta militar, precisava ser revista, mas isso se poderia fazer por simples emenda constitucional. O segundo equívoco foi dar poderes constituintes ao Congresso eleito em 1986, em vez da convocação de uma Constituinte exclusiva. O terceiro foi a elaboração da Constituição sem projeto-guia: o projeto da comissão de notáveis presidida pelo senador Afonso Arinos foi engavetado pelo presidente Sarney. O quarto foi confiar a elaboração do texto constitucional não a uma comissão de especialistas do Parlamento, mas a uma comissão de sistematização que reuniu as sugestões de oito comissões temáticas, que por sua vez sintetizava os projetos de 24 subcomissões temáticas, entre as quais se dividiam os 559 constituintes. O quinto foi o clima de esquerdismo infantil que permeou a Constituição. Por último, as emendas do Centrão, no segundo turno de votação em 1988, tornaram a Constituição ainda mais desconexa no que tange à organização política, que nem é bem presidencialista nem parlamentarista.

Do ponto de vista econômico, os erros mais desastrosos cometidos pela Constituição-cidadã foram quatro: a desarticulação fiscal, a confusão previdenciária, o nacionalismo xiita e os enclaves monopolistas. Examinemos cada um deles. A Constituição de 1967 deu ao Brasil um dos sistemas tributários mais funcionais do mundo, baseado no Imposto de Renda, no IPI, no ICM, nos impostos sobre a propriedade e no Imposto Sobre os Serviços. A distribuição de rendas entre União, Estados e municípios era consentânea com a divisão dos encargos entre os três poderes. A Constituição de 1988 cometeu vários equívocos na esfera tributária. O mais grave foi transferir grande parte dos recursos da União para os Estados e municípios sem que houvesse significativa transferência de responsabilidade. Assim, por exemplo, a participação dos Estados e municípios subiu de 32% para 47% no caso do Imposto de Renda. Em particular, a capacidade de poupança do governo federal, que entre 1950 e 1980 foi importante fator de financiamento do desenvolvimento econômico, caiu praticamente a zero.

Na área da previdência o primeiro grande erro da Constituição de 1988 foi generalizar benefícios sem medir receitas. Com isso, a previdência oficial caminha em rota de insolvência, a menos que se tomem três medidas corretivas: o aumento da idade mínima de aposentadoria, o fim das aposentadorias especiais e a limitação dos benefícios. O segundo grande erro foi consagrar, entre as fontes de recursos da Previdência Social, as contribuições das empresas sobre o faturamento e sobre o lucro. A contribuição sobre o faturamento, a Cofins, é um imposto retrógrado pela incidência em cascata, que entre outros defeitos prejudica as exportações. Pior ainda é a contribuição sobre o lucro das empresas: trata-se de uma duplicação do IR, que eleva a incidência fiscal sobre os lucros a mais de 50%. Com essas incidências, a compulsão à sonegação se torna incontrolável.

O terceiro erro dramático da Constituição de 1988, na área econômica, foi a encampação de um modelo nacional-xiita, visivelmente hostil aos capitais estrangeiros. Restam os monopólios estatais, o do petróleo e o das telecomunicações. Que o Estado deva monopolizar alguma atividade, além da violência e da moeda, é questão duvidosa. Que essas atividades devam concentrar-se em determinados setores é ainda mais duvidoso, e não há a mínima razão para que essas prioridades sejam petróleo e telecomunicações. Pior do que tudo é estabelecer esses monopólios não por lei ordinária, mas por dispositivo constitucional, que só pode ser revogado por ampla maioria.

É louvável que o governo Fernando Henrique Cardoso tenha escolhido como primeira prioridade a reforma da Constituição de 1988. A engenharia das reformas exige extrema habilidade num sistema político em que o Congresso não costuma considerar-se participante dos sucessos ou fracassos do governo. Mais ainda, é preciso não esquecer que muitas das atuais cabeças do Poder Executivo foram participantes destacados na elaboração da Constituição de 1988. Isto posto, é preciso extraordinário esforço de mobilização da opinião pública a favor das reformas. ■

EXAME/15 DE FEVEREIRO DE 1995 13

MAIORES EXPORTADORES DE MERCADORIAS
Em US$ bilhões - 2020

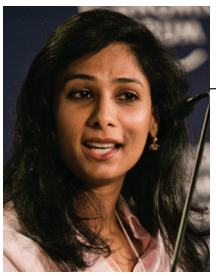
Ranking	País	Valor	% do total mundial
01	China	2.591	14,7
02	Estados Unidos	1.432	8,1
03	Alemanha	1.380	7,8
04	Holanda	674	3,8
05	Japão	641	3,6
06	Hong Kong	549	3,1
07	Coreia do Sul	512	2,9
08	Itália	496	2,8
09	França	488	2,8
10	Bélgica	419	2,4
11	México	418	2,4
12	Reino Unido	403	2,3
13	Canadá	391	2,2
14	Cingapura	363	2,1
15	Taiwan	347	2,0
16	Rússia	332	1,9
17	Suíça	319	1,8
18	Espanha	307	1,7
19	Emirados Árabes	306	1,7
20	Vietnã	283	1,6
21	Índia	276	1,6
22	Polônia	271	1,5
23	Austrália	250	1,4
24	Malásia	234	1,3
25	Tailândia	231	1,3
26	Brasil	210	1,2
27	República Tcheca	192	1,1
28	Irlanda	179	1,0
29	Arábia Saudita	173	1,0
30	Turquia	169	1,0
Subtotal		**14.839**	**84,4**
Mundo		**17.583**	**100,0**

*Exportações/Importações FOB. Fonte: OMC/Unctad

MAIORES EXPORTADORES DE MERCADORIAS
Em US$ bilhões - 2020

Ranking	País	Valor	% do total mundial
01	Estados Unidos	2.408	13,5
02	China	2.056	11,5
03	Alemanha	1.171	6,6
04	Reino Unido	635	3,6
05	Japão	635	3,6
06	Holanda	597	3,4
07	França	582	3,3
08	Hong Kong	570	3,2
09	Coreia do Sul	468	2,6
10	Itália	423	2,4
11	Canadá	414	2,3
12	Bélgica	395	2,2
13	México	393	2,2
14	Índia	372	2,1
15	Cingapura	330	1,9
16	Espanha	325	1,8
17	Suíça	291	1,6
18	Taiwan	288	1,6
19	Vietnã	263	1,5
20	Polônia	257	1,4
21	Rússia	240	1,3
22	Emirados Árabes	226	1,3
23	Turquia	219	1,2
24	Austrália	208	1,2
25	Tailândia	207	1,2
26	Malásia	190	1,1
27	Áustria	172	1,0
28	República Tcheca	170	1,0
29	Brasil	166	0,9
30	Suécia	149	0,8
Subtotal		**14.819**	**83,2**
Mundo		**17.812**	**100,0**

*Exportações/Importações FOB. Fonte: OMC/Unctad



FALANDO NO ASSUNTO

GITA GOPINATH

Conselheira Econômica e Diretora do Departamento de Estudos do Fundo Monetário Internacional (FMI). É professora da cátedra John Zwaanstra de Estudos Internacionais e Economia do Departamento de Economia da Universidade de Harvard, de onde está licenciada.

Como administrar recuperações divergentes

A pandemia de Covid-19 já completou um ano e a comunidade internacional ainda enfrenta pressões socioeconômicas extremas, com um número crescente de vidas perdidas e milhões de pessoas ainda desempregadas. Contudo, apesar da elevada incerteza sobre a trajetória da pandemia, é possível vislumbrar sinais cada vez mais claros de uma saída desta crise sanitária e econômica. Graças à engenhosidade da comunidade científica, centenas de milhões de pessoas estão sendo vacinadas, o que deve impulsionar a recuperação de muitos países ainda este ano. As economias continuam também a se adaptar a novas maneiras de trabalhar apesar da mobilidade reduzida, o que significa uma retomada mais robusta do que o previsto em várias regiões. As perspectivas mais positivas decorrem também do apoio fiscal adicional aplicado nas grandes economias, principalmente nos Estados Unidos.

Previsão de recuperação mais robusta

Espera-se que as políticas de apoio e a vacinação impulsionem a atividade econômica.

(previsão de crescimento do PIB real mundial; variação percentual em 12 meses)

Fonte: Estimativas do corpo técnico do FMI.

Projetamos agora uma recuperação mais robusta da economia mundial em relação a nossas previsões de janeiro, com crescimento de 6% em 2021 (uma melhoria de 0,5 ponto percentual) e 4,4% em 2022 (uma melhoria de 0,2 ponto percentual), após uma contração histórica estimada em -3,3% em 2020.

No entanto, o futuro ainda reserva desafios colossais. A pandemia ainda não foi vencida e o número de infecções está aumentando rapidamente em muitos países. Verifica-se também uma perigosa divergência na recuperação entre e dentro dos países: o desempenho tem sido pior naqueles onde a distribuição de vacinas é mais lenta, a margem para a aplicação de políticas é mais reduzida e a economia é mais dependente do turismo.

A revisão em alta das previsões de crescimento mundial em 2021 e 2022 resulta principalmente da melhoria das perspectivas nas economias avançadas, em especial os Estados Unidos (alta de 1,3 pontos percentuais). O país deve crescer 6,4% este ano e estima-se que será a única grande economia que em 2022 registrará um crescimento do PIB superior às previsões do cenário sem pandemia. Outras economias avançadas, como a área do euro, também devem se recuperar este ano, mas a um ritmo mais lento. Entre as economias de mercados emergentes e em desenvolvimento, projeta-se que a China cresça 8,4% este ano. A economia chinesa já havia retornado aos níveis do PIB pré-pandêmico em 2020, mas espera-se que muitos outros países só o façam em 2023.

DESAFIOS COLOSSAIS À FRENTE

Essas trajetórias divergentes de recuperação provavelmente aumentarão a disparidade nos padrões de vida dos diferentes países em comparação com as expectativas pré-pandemia. Projeta-se que a perda média anual do PIB per capita no período 2020–24, em relação às previsões anteriores à pandemia, seja de 5,7% nos países de baixa renda e 4,7% nas economias de mercados emergentes; nas economias avançadas, a perda deve ser menor, de 2,3%. Essas perdas estão levando a uma reversão dos ganhos em termos de redução da pobreza: calcula-se hoje que 95 milhões de pessoas tenham engrossado o contingente de extrema pobreza em 2020 em comparação com as previsões pré-pandemia.

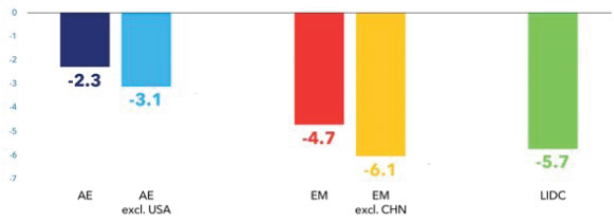
Essa recuperação desigual também acontece dentro dos países, uma vez que os trabalhadores mais jovens e os menos qualificados são os mais impactados. As mulheres também foram mais afetadas, sobretudo nas economias de mercados emergentes e em desenvolvimento. Considerando que esta crise acelerou as forças transformadoras da digitalização e automação, é provável que muitos dos empregos perdidos sejam permanentemente eliminados, exigindo uma realocação dos trabalhadores entre os setores – o que muitas vezes resulta em grandes perdas salariais.

A reação rápida das políticas em todo o mundo, na forma de apoio fiscal da ordem de 16 trilhões de dólares, impediu um desfecho muito pior. Segundo nossas estimativas, o grave colapso ocorrido no ano passado poderia ter sido três vezes maior se não fosse pelo apoio fiscal.

Aumento da desigualdade de renda

Prevê-se que as perdas médias anuais de renda per capita sejam mais elevadas nas economias emergentes (excluindo a China), revertendo os avanços na redução da pobreza.

(perda média de renda per capita no período 2020-24; desvio percentual em relação à tendência pré-crise)



Fonte: Estimativas do corpo técnico do FMI.
Nota: AE = economias avançadas; AE excl. USA = economias avançadas excluindo os Estados Unidos; EM = mercados emergentes; EM excl. China = mercados emergentes excluindo a China; LIDC = países em desenvolvimento de baixa renda.

Uma vez que conseguiu-se evitar uma crise financeira, espera-se que as perdas a médio prazo sejam menores do que após a crise financeira global de 2008, situando-se em cerca de 3%. Contudo, ao contrário daquela crise, desta vez as economias de mercados emergentes e países de baixa renda devem sofrer sequelas mais graves, em função da sua margem limitada para a aplicação de políticas de apoio.

Nossas projeções incorporam um grau elevado de incerteza. Progressos mais céleres na vacinação poderiam resultar em previsões mais positivas, enquanto uma pandemia mais prolongada, com variantes do vírus mais resistentes às vacinas, poderia levar a fortes revisões em baixa. Uma recuperação em várias velocidades também traria riscos financeiros caso as taxas de juros nos Estados Unidos subissem mais de forma imprevista. Isso poderia causar uma reversão desordenada das avaliações inflacionadas dos preços dos ativos, um aperto drástico das condições financeiras e a deterioração das perspectivas de recuperação, sobretudo em algumas economias de mercados emergentes e em desenvolvimento altamente alavancadas.

UNIR ESFORÇOS PARA DAR A TODOS UMA OPORTUNIDADE JUSTA

As autoridades terão que continuar a apoiar suas economias, mesmo dispondo de uma margem de manobra menor para a aplicação de políticas e enfrentando níveis de dívida mais elevados do que antes da pandemia. Isto requer medidas mais bem direcionadas para deixar espaço para o apoio prolongado que for necessário. Uma recuperação em várias velocidades exige uma abordagem adaptada, com políticas bem calibradas conforme a fase da pandemia, a solidez da recuperação econômica e as características estruturais de cada país.

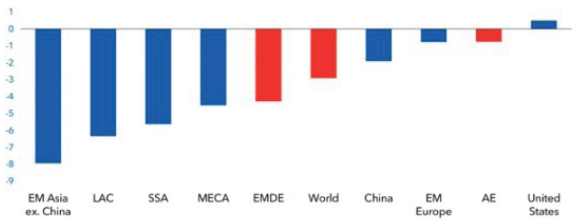
A ênfase neste momento deve

a saída da crise sanitária, dando prioridade aos gastos com cuidados de saúde – vacinas, tratamentos e infraestrutura do sistema de saúde. O apoio fiscal deve ser dirigido às famílias e empresas mais atingidas. A política monetária deve continuar acomodatícia (onde a inflação estiver sob controle), mas deve utilizar de forma proativa as ferramentas macroprudenciais para enfrentar os riscos para a estabilidade financeira.

Maiores sequelas nas economias de mercados emergentes e em desenvolvimento

A perda do PIB a médio prazo em relação aos níveis pré-Covid-19 deve ser maior nas economias de mercados emergentes e em desenvolvimento do que nas economias avançadas.

(revisões nos níveis projetados do PIB de 2024 entre as edições de janeiro de 2020 e de abril de 2021 do WEO; em %)



Fonte: Estimativas do corpo técnico do FMI.
Nota: AE = economias avançadas; EM Asia excl. China = economias emergentes e em desenvolvimento da Ásia, excluindo a China; EM Europe = economias emergentes e em desenvolvimento da Europa; EMDE = economias de mercados emergentes e em desenvolvimento; LAC = América Latina e Caribe; MECA = Oriente Médio e Ásia Central; SSA = África Subsaariana.

À medida que a pandemia for sendo vencida e as condições nos mercados de trabalho voltem ao normal, deve-se reduzir gradualmente as medidas como o incentivo à retenção de trabalhadores. A partir daí, deve-se passar a enfatizar a realocação de trabalhadores, seja por meio de subsídios específicos à contratação ou da requalificação de trabalhadores. Conforme forem retiradas as medidas excepcionais, como as moratórias de pagamento de empréstimos, é possível que aumentem subitamente os casos de insolvência de empresas, colocando em risco um em cada dez empregos em muitos países. Para limitar os danos a longo prazo, os países poderiam considerar a opção de converter o apoio anteriormente concedido à liquidez (na forma de empréstimos) em apoio às empresas viáveis na forma de capital, desenvolvendo, em simultâneo, quadros de reestruturação extrajudicial para agilizar as possíveis falências. Deve-se também dedicar recursos ao ensino para ajudar as crianças a recuperar o tempo de instrução perdido durante a pandemia.

Uma vez superada a crise sanitária, as políticas públicas podem se concentrar em construir economias mais resilientes, mais inclusivas e mais verdes, para impulsionar a recuperação e também elevar o produto potencial. As prioridades devem incluir investimentos em infraestruturas verdes para ajudar a mitigar os efeitos das mudanças climáticas, o investimento em infraestruturas digitais para estimular a capacidade produtiva e o fortalecimento da assistência social para conter o aumento da desigualdade.

As economias com espaço fiscal limitado terão mais dificuldades em financiar essas iniciativas. Nesses casos, será essencial melhorar a capacidade tributária, aumentar a progressividade dos impostos (sobre a renda, a propriedade e as heranças), instituir a precificação do carbono e eliminar o desperdício de gastos. Todos os países devem ancorar suas políticas em quadros de médio prazo credíveis e aderir aos mais altos padrões de transparência da dívida para ajudar a conter os custos de endividamento e, por fim, reduzir a dívida e reconstituir as margens de reserva para o futuro.

No plano internacional, os países precisam, antes de mais nada, trabalhar juntos para garantir a vacinação universal. Alguns países já terão assegurado a imunização generalizada em meados deste ano, enquanto a maioria, sobretudo os países pobres, provavelmente terá que esperar até o final de 2022. Acelerar a vacinação exigirá medidas para agilizar a produção e distribuição de vacinas, evitar a aplicação de controles de exportação, financiar integralmente a iniciativa COVAX da qual muitos países de baixa renda dependem para obter acesso aos imunizantes e assegurar uma transferência equitativa das doses excedentárias entre os países.

As autoridades devem também continuar a assegurar o acesso adequado à liquidez internacional. Os principais

bancos centrais devem fornecer orientação clara sobre suas ações futuras, com ampla antecedência, para evitar eventos inesperados como o temper tantrum de 2013. Os países de baixa renda serão beneficiados com o prolongamento da pausa no pagamento da dívida no âmbito da Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida e a operacionalização do Quadro Comum do G-20 para a reestruturação ordenada da dívida. Uma nova alocação de direitos especiais de saque do FMI assegurará a proteção de liquidez necessária em tempos altamente incertos.

Mesmo com todas as atenções voltadas para a pandemia, é essencial avançar na resolução das tensões comerciais e tecnológicas. Os países devem também cooperar na mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, na modernização da tributação internacional das empresas e nas medidas para limitar a transferência de lucros e a evasão e elisão fiscais entre fronteiras.

Ao longo do ano que passou, testemunhamos inovações significativas na política econômica e a intensificação maciça do apoio no plano nacional, especialmente entre as economias avançadas que dispunham de recursos para bancar essas iniciativas. Um esforço não menos ambicioso é agora necessário na esfera multilateral para garantir a recuperação e construir um futuro melhor. Sem esforços adicionais para dar a todos uma oportunidade justa, a disparidade nos padrões de vida entre os países poderia aumentar consideravelmente, revertendo os progressos feitos nas últimas décadas para reduzir a pobreza mundial.

Últimas projeções de crescimento do World Economic Outlook

(PIB real, variação percentual anual)	2020	2021	2022
Produto mundial	**-3,3**	**6,0**	**4,4**
Economias avançadas	**-4,7**	**5,1**	**3,6**
Estados Unidos	-3,5	6,4	3,5
Área do euro	-6,6	4,4	3,8
Alemanha	-4,9	3,6	3,4
França	-8,2	5,8	4,2
Itália	-8,9	4,2	3,6
Espanha	-11,0	6,4	4,7
Japão	-4,8	3,3	2,5
Reino Unido	-9,9	5,3	5,1
Canadá	-5,4	5,0	4,7
Outras economias avançadas	-2,1	4,4	3,4
Economias emergentes e em desenvolvimento	**-2,2**	**6,7**	**5,0**
Economias emergentes e em desenvolvimento da Ásia	-1,0	8,6	6,0
China	2,3	8,4	5,6
Índia	-8,0	12,5	6,9
ASEAN-5	-3,4	4,9	6,1
Economias emergentes e em desenvolvimento da Europa	-2,0	4,4	3,9
Rússia	-3,1	3,8	3,8
América Latina e Caribe	-7,0	4,6	3,1
Brasil	-4,1	3,7	2,6
México	-8,2	5,0	3,0
Oriente Médio e Ásia Central	-2,9	3,7	3,8
Arábia Saudita	-4,1	2,9	4,0
África Subsaariana	-1,9	3,4	4,0
Nigéria	-1,8	2,5	2,3
África do Sul	-7,0	3,1	2,0
Pró-memória			
Economias emergentes e de renda média	-2,4	6,9	5,0
Países em desenvolvimento de baixa renda	0,0	4,3	5,2

Fonte: FMI, World Economic Outlook, abril de 2021.
Nota: As previsões e os dados relativos à Índia são apresentados com base no exercício financeiro, e o EF 2020/2021 começou em abril de 2020. Com base no ano civil, as projeções de crescimento do país são de -7,1% em 2020 e 11,3% em 2021.

José A. Freig é nomeado vice-presidente de Operações Internacionais da American Airlines

Em sua nova função, José A. Freig gerenciará as operações da American em mais de 110 destinos ao redor do mundo, além da área Premium Guest Services

A American Airlines nomeou José A. Freig como Vice-Presidente de Operações Internacionais. Em sua nova função, Freig irá liderar as operações da companhia aérea na América Latina, Caribe, Canadá, Europa e Ásia/Pacífico, bem como o comando dos espaços VIP da companhia, o Premium Guest Services.

"É uma verdadeira honra liderar as Operações Internacionais e o Premium Guest Services da American. A integração de nossas equipes em todo o mundo oferece uma oportunidade única para impulsionar a missão que compartilhamos de criar uma experiência inigualável para o cliente à medida que continuamos em nosso caminho de recuperação", disse Freig.

Freig ingressou na American em 2008 como Diretor de Segurança Corporativa, tornando-se posteriormente Diretor Executivo de Assuntos Governamentais Internacionais e Diretor de Segurança. Desde 2018, atua como Diretor Executivo para a América Latina e o Caribe e, mais recentemente, ajudou a liderar os esforços da companhia aérea em relação à Covid-19.

A divisão internacional da American Airlines atualmente inclui uma rede de mais de 110 destinos em todo o mundo, uma rede de salas VIP que abrange 32 destinos globais e uma equipe de mais de 6 mil funcionários. Este ano, a companhia aérea planeja continuar sua recuperação global, seguindo com a reabertura gradual de seus lounges Admirals Club e expandindo seus serviços para novos destinos internacionais como Tel Aviv, Israel (TLV), Bengaluru, Índia (BLR), Paramaribo, Suriname (PBM) e Samaná, República Dominicana (AZS).

HISTÓRIA

CARLOS ALBERTO TEIXEIRA DE OLIVEIRA

Economista, Presidente/Editor Geral de MercadoComum

Colégio do Caraça foi reinaugurado há 31 anos

"Das ruínas do Caraça nasce um novo espaço para o encontro com os poetas, escritores, pintores, pesquisadores, como todos aqueles que fazem da criação artística e da busca do conhecimento a razão principal de existir".

O texto acima, recheado de poesia, consta do convite de inauguração do Complexo Restaurado do Colégio do Caraça, entregue à sociedade no dia 18 de abril de 1960. A solenidade contou com a presença do governador de Minas à época e do então presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e do BDMG Cultural, Carlos Alberto Teixeira de Oliveira, que liderou e assumiu a responsabilidade dessa importante iniciativa. Antes, algumas empresas e instituições tentaram resgatar a obra, mas não foram bem sucedidos.

Sobre a recuperação do Colégio Caraça, Carlos Alberto afirmou, em entrevista publicada no jornal "Espaço Aberto", voltado para os funcionários do BDMG, na edição de dezembro de 1988: "O Caraça é um marco, um resgate, um pouco da história de Minas. Tem um lado que é muito importante: a sensibilidade afetiva com relação ao Caraça. O Banco não está arcando com a dívida. Vai, na verdade, aproveitar seus contatos empresariais (...). O Banco vai liderar, vai administrar o investimento para a restauração do Caraça".

Desde quando assumiu a presidência do BDMG, em maio de 1988, Carlos Alberto já havia divulgado que o desenvolvimento liderado pela instituição no Estado precisava se reconciliar com a cultura, porque não se pode dissociar a cultura de desenvolvimento. Nesse sentido, criou o BDMG-Cultural, instituição pioneira em seu gênero em todo o país e, como compromisso maior, lançou o desafio de restaurar o Colégio do Caraça, destruído por incêndio, o que foi imediatamente apoiado pelo Ministro da

Cultura da época, José Aparecido de Oliveira. A inauguração solene do BDMG Cultural ocorreu em 14 de dezembro de 1988 e contou com a presença do ministro José Aparecido, oportunidade em que se celebrou o convênio para o início das obras de restauração do Caraça e que viria a se concretizar 18 meses após.

Durante o evento, Carlos Alberto ainda acrescentou: "A atuação do BDMG-Cultural adquire especial importância quando tem por objeto iniciativas do porte da restauração do Caraça, para o qual o BDMG está destinando uma verba especial própria da ordem de 250 mil OTN. O velho colégio representa parcela essencial da memória e até da psicologia de Minas, e a restauração de suas instalações, encampada com interesse e entusiasmo através do BDMG-Cultural, é uma demonstração de que no BDMG, hoje, a expressão "Cultura é Desenvolvimento" constitui premissa e síntese de toda uma filosofia de trabalho.

Localizado entre Catas Altas e Santa Bárbara, na Região Central de Minas Gerais, e a 120 quilômetros de Belo Horizonte, o Colégio do Caraça foi um marco educacional no Brasil. Quase 11 mil alunos passaram pela escola, que iniciou seus trabalhos em 1820. Entre esses estudantes, muitos tiveram seus nomes reconhecidos no cenário nacional, político, civil e religioso de Minas e do Brasil, como dois ex-presidentes da República, Afonso Pena e Arthur Bernardes.

Mas, de forma trágica, o trabalho de ensino da instituição chegou ao fim 148 anos depois, na madrugada de 28 de maio de 1968, quando um fogareiro foi esquecido ligado na sala de encadernação. As chamas se alastraram e queimaram e queimaram 15 mil livros, diversos deles raros e de valor histórico inestimável. O fogo também atingiu boa parte do prédio de três andares construído nos séculos XVIII e XIX e feito majoritariamente de madeira. Ao final, o colégio se transfor-

14.12.1988 - Assinatura do convênio para a restauração do Colégio Caraça - Aloísio Garcia, Carlos Alberto, ministro José Aparecido de Oliveira e Padre Tobias Zico

21.01.1989 - Carlos Alberto T. Oliveira e José Aparecido em visita ao Complexo do Caraça

Cartão de Natal do BDMG – 1988

mou numa espécie de ruína, com seu meio oco e sem telhado. Apenas as três paredes externas ficaram de pé.

Após o incêndio, o colégio nunca mais voltou a funcionar. Mas, 22 anos depois. O local começou a escrever um novo capítulo em sua história. No dia 18 de abril de 1990, o BDMG Cultural apresentou ao público o Colégio do Caraça restaurado, obra que foi um dos pontos altos da atuação do instituto, não só em relação ao investimento, mas também pela ação relevante na preservação do patrimônio histórico e cultural de Minas Gerais. O espaço se transformou em museu, com antigos pertences e documentos do santuário.

Criado pelo Irmão Lourenço de Nossa Senhora por volta de 1770, o atual Colégio conhecido hoje como Santuário do Caraça, é um dos maiores centros turísticos de Minas Gerais, fazendo parte das sete maravilhas da Estrada Real.

Localizada nos municípios de Catas Altas e Santa Barbara, a Serra do Caraça surgiu por volta do ano de 1708, inicialmente sendo considerado lugar de garimpo. Não se sabe ao certo o porquê de Caraça, mas por definição daria-se ao fato de a Serra possuir formato de um rosto, algo que é comentado por D. Pedro II em seu diário, além da definição em tupi-guarani em que caraça seria um grande desfiladeiro.

Tudo praticamente começou quando o irmão Lourenço comprou a sesmaria do Caraça, no intuito de construir um hospício, mais precisamente uma casa de hospedagem para romeiras e uma capela em estilo barroco.

Em si, tratando do colégio, ele foi um exemplo de educação e disciplina, os professores eram os próprios padres que foram pra lá em prol das missões, contudo era um colégio voltado somente para homens, e que inclusive já foram alunos de lá diversas pessoas importantes da época.

Vista do Compexo do Caraça, no período da Restauração

Vista do Compexo do Caraça, no período da Restauração

Atualmente, o Santuário do Caraça como é conhecido faz parte do Patrimônio de Minas, sendo lugar de reserva natural e bem estar animal, afinal, uma das maiores atrações do lugar são as visitas dos lobo-guarás à igreja. Há muito esses lobos frequentam o local à procura de comida e, apesar de muito arredios, já estão acostumados com os turistas e também por isso foi criada a "hora do lobo" onde os visitantes aguardam a visita do animal em busca de alimento.

Além do museu, o complexo do Caraça conta hoje com hotel, biblioteca, RPPN, fazenda com produção de frutas, hortaliças, leite, queijos, gado leiteiro, restaurante, lanchonete, loja de conveniência e produtos artesanais da região, vinícola, doceria, igreja, auditório para eventos, pinacoteca, além de toda a área verde com trilhas e cachoeiras. A área total do Parque do Caraça é 119.211.384 m2 (cento e dezenove milhões, duzentos e onze mil e trezentos e oitenta e quatro metros quadrados) ou 11.921,14 hectares.

Histórico do Caraça

D. João VI entrega as terras e o eremitério à Congregação da Missão (Padres Lazaristas), cujos primeiros membros - Padres Leandro Rebelo Peixoto e Castro e Antônio Ferreira Viçoso - chegaram ao Brasil em 1820. De imediato, os padres transformam o eremitério em Colégio

Aqui começa a época de glória da Serra do Caraça. O Colégio se caracterizou por sua seriedade e disciplina. Com períodos de pleno desenvolvimento, mas igualmente com fases de decadência, tornou-se referência do ensino para a elite de todo o Brasil. Dois futuros presidentes da República aí fizeram seus estudos - Afonso Pena e Artur Bernardes - e outros tantos ex-alunos se tornaram governadores de estado, senadores e deputados, além de altas autoridades eclesiásticas.

No século XIX, o colégio foi visitado pelos Imperadores Dom Pedro I e Dom Pedro II, cujas impressões ainda podem ser vistas no Museu do Colégio ou ainda na Biblioteca.

Na segunda metade do século XIX, a velha Igreja do Irmão Lourenço, que se tornara demasiado pequena para o número de alunos do Colégio foi substituída por outra, mais ampla, em estilo neogótico. Nela se pode contemplar a gigantesca e magnífica tela com o tema da "Última Ceia" do consagrado pintor mineiro Mestre Manuel da Costa Ataíde. Aí se encontram igualmente o corpo embalsamado de São Pio Mártir, um soldado romano martirizado, belos vitrais de procedência francesa e o órgão de tubos instalado pelo padre Luís Boavida, marceneiro e músico.

No início de século XX, o Colégio foi transformado em "Escola Apostólica" (seminário) da Congregação da Missão. O Santuário foi tombado pelo IPHAN em 1955, conforme o Livro Histórico - Inscrição: 309, 27.01.1955 e Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico - Inscrição 015-A , 27.01.1955.

O Colégio funcionou até 1968, quando um incêndio destruiu parte das instalações destinadas aos alunos. Tal sinistro destruiu igualmente parte do precioso acervo da Biblioteca.

No lugar do prédio queimado foi, permanecendo a estrutura danificada, construído em 2002, alojado um curioso museu da vida colegial e a preciosa biblioteca, que conta no seu acervo com obras únicas dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX.

Vista do Complexo do Caraça, no período da Restauração

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira, Ministro José Aparecido de Oliveira e Padre Tobias Zico no interior da Igreja do Colégio do Caraça – 21.01.1989

Vistas do Complexo do Caraça, no período da Restauração

Caraça é reinaugurado em 18 de abril de 1990

"Das ruínas do Caraça nasce um novo espaço para o encontro com os poetas, escritores, pintores, pesquisadores, com todos aqueles que fazem da criação artística e da busca do conhecimento a razão principal de existir".

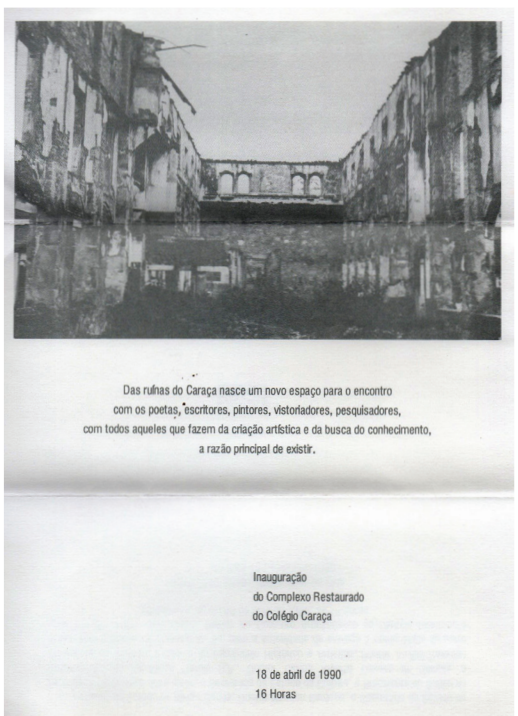
O texto acima, recheado de poesia, consta do convite de inauguração do Complexo Restaurado do Colégio do Caraça, entregue à sociedade no dia 18 de abril de 1990. A solenidade contou com a presença do então governador Newton Cardoso e do então presidente do BDMG, Carlos Alberto Teixeira de Oliveira, que deixaria o cargo dois dias depois.

Cenas da obra e do dia da reinauguração do Colégio no Complexo do Caraça; ao lado, Silviano Cançado, Carlos Alberto, Padre Tobias Zico, Aloísio Garcia e José Aparecido em visita em 1988

Destaque do livro sobre os 30 anos do BDMG Cultural

Padre Tobias Zico, na biblioteca do Caraça

Vistas do Complexo do Caraça, no período da Restauração



Das ruínas do Caraça nasce um novo espaço para o encontro com os poetas, escritores, pintores, vistoriadores, pesquisadores, com todos aqueles que fazem da criação artística e da busca do conhecimento, a razão principal de existir.

Inauguração
do Complexo Restaurado
do Colégio Caraça

18 de abril de 1990
16 Horas

Solenidade de Entrega do novo Colégio do Caraça - 18.04.1990

Solenidade de Entrega do novo Colégio do Caraça - 18.04.1990

Solenidade de Entrega do novo Colégio do Caraça - 18.04.1990

Quadro Última Ceia, de Mestre Ataíde

Parte restaurada do Colégio do Caraça

JK e o dia 1º de maio

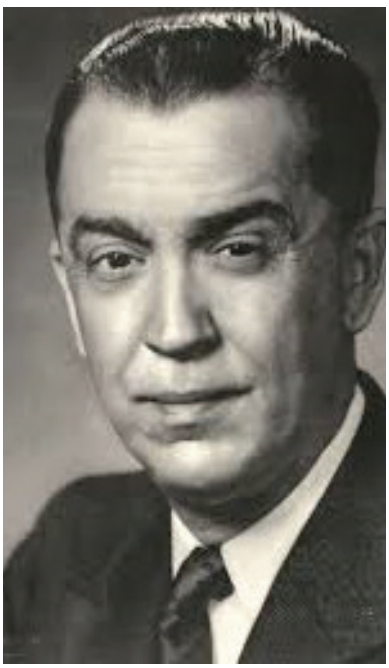
*A revolução no sentido de se produzir mais, mais depressa, em melhores condições de preço e custo**

É esta, trabalhadores do Brasil, a primeira vez que vos falo ao ensejo desta data, que é, entre as vossas comemorações, a mais cara e heroica. É esta a primeira vez que me dirijo aos meus amigos mais dedicados, a quem devo, em parte tão importante, ter atingido a Presidência da República.

Aqui estou, diante de vós agora, não para ocupar em vão o vosso tempo, para repetir-vos promessas, mas para afirmar-vos que, durante estes dias que medeiam entre o da minha posse e o de hoje, não vos esqueci, não vos afastei um só momento de minha lembrança.

Sou, pelas minhas origens, origens a que sempre me mantive fiel, um homem da classe que necessita trabalhar todos os dias para manter-se, para viver. Sou da raça dos homens que tudo o que realizaram, que tudo o que fizeram o devem ao esforço contínuo e insistente.

Não sou, bem o sabeis, um estranho ou um mero político à procura do vosso apoio, mas na realidade considero-me um dos vossos, um cidadão que não conheceu a espécie de existência que levais apenas por ter lido nos livros ou por ter visto ou ouvido dizer. Minha solidariedade com os trabalhadores não é fruto de uma convicção, não é mesmo oriunda da consciência de que é preciso ser justo com os que mourejam, com os que têm a parte mais áspera e mais dura na tarefa comum. Não é uma solidariedade de homem de Estado, de sociólogo, de doutor, mas a compreensão exata e vivida dos vossos problemas, graças ao conhecimento do que é a vossa existência, porque a existência no meu lar em Diamantina não foi melhor do que é hoje a dos vossos filhos.



Penso mesmo que, em casa de minha mãe, professora do interior, com um salário que dava apenas para viver humildemente, a pobreza era ainda maior do que a pobreza dos trabalhadores de hoje. Amanheci para a vida labutando para ajudar ao meu próprio sustento e dos meus, e assim agi sempre na adolescência e mocidade.

Quando tomei a iniciativa de promover o reajustamento dos vossos salários, logo no princípio do meu governo, não cuidei, nesse ato de justiça, de fazer favor a ninguém. Os militares e o funcionalismo público civil tinham sido contemplados com novas melhorias para equilíbrio de orçamentos arruinados pela carestia incessante; tornava-se, pois, indispensável que o trabalhador não fosse relegado e esquecido. E não o foi. Mas a verdade, nesse ato reparador, é que eu agi também em consonância íntima com a minha classe, que é a vossa classe.

Sou um dos vossos, sou um trabalhador como vós o sois. Sou um trabalhador, desde a infância até o dia de hoje, pois a Presidência da República é para mim o que é para vós a oficina, a fábrica, o lugar, enfim, onde ganhais o pão de cada dia com o suor do vosso rosto. Não considero de maneira diferente o posto que ocupo agora, senão como um posto de trabalho duro, incessante, inclemente. Vós tendes as vossas horas certas para o descanso. E se lutais contra dificuldades de transporte, contra o preço das coisas que sobe todos os dias, tendes outra paz de espírito, que eu não conheço, enfrentando sabotadores de toda espécie, que, para fazer-me o mal, não recuam em fazer mal ao nosso país, em dividir pelo ódio a família brasileira, em dificultar os passos da administração, em reduzir o rendimento das atividades da pátria de todos nós.

Vossa vida é dura, mas podeis conciliar o sono tranquilamente. Quanto a mim, não conheço horas para descanso e nenhum operário começa a luta pela vida em hora mais matinal do que eu, nem se recolhe mais tarde, nem mais dificilmente consegue adormecer.

Sou como um de vós, mas sobre os meus ombros pesam responsabilidades terríveis. Tereis, dentro de um mês, aproximadamente, repito-vos, o aumento de vossos salários em bases justas. Todas as medidas estão sendo tomadas com rapidez, mas obedecendo às regras para que a providência seja certa e legal. A demora que houve não pode ser levada ao débito de ninguém, tão certo que tudo teve de

obedecer a um ritmo indispensável, de acordo com os prazos da lei.

Tereis, pois, o vosso salário mínimo aumentado. Mas, para mim, essa elementar vitória vossa marca o início de uma nova luta, de uma luta de vida e de morte com a realidade que estrutura a vida econômica do Brasil. É preciso que o vosso novo salário signifique, mais do que um puro aumento nominal. A melhoria de salário deve corresponder a um acréscimo de vosso poder de comprar e não a uma pura fantasia. É preciso terdes bem consciente a noção de que não adianta aumentar o que recebeis como pagamento do vosso labor, sem que se estabilizem os preços, sem que a vida pare de subir.

Posso dizer-vos isso, porque não o digo a pretexto de negar-vos o direito ao reajustamento, mas nas vésperas do dia em que começareis a receber um salário mínimo mais justo. Não cessará, bem o sabemos todos, a disputa entre o salário e custo de vida, enquanto não fizermos uma revolução agroindustrial em profundidade, uma revolução no sentido de produzir mais, mais depressa, em melhores condições de preço e custo. E não estareis jamais tranquilos, os vossos lares não viverão em paz, não tereis jamais o conforto que mereceis, trabalhadores, por maiores que sejam os salários que vos paguem, enquanto o Brasil for catalogado justamente como país subdesenvolvido.

Estais, mais do que nenhuma outra classe, interessados no enriquecimento nacional. Sois a grande força propulsora do nosso progresso, sua pedra angular; sem vós não haverá enriquecimento desta nação.

Mas já estais de olhos abertos; e sabeis que não é com palavras, gritos histéricos, maldições e ódios que se melhora o nível de vida dos trabalhadores. Sabeis hoje, com perfeita lucidez, que não há classe próspera, feliz, garantida, em país empobrecido, sem transporte, endividado, explorado. Nenhuma outra classe tem o destino tão ligado ao desenvolvimento nacional como a vossa. Não sereis felizes, nem vós, nem ninguém, se o Brasil for infeliz. Paguem-vos milhões numa moeda sem valor, e pessoa alguma, nenhum mágico, vos dará maneira melhor de vos transportar de casa para o trabalho e do trabalho para casa nas condições que tendes o direito de reclamar; nem vos serão oferecidas mercadorias de consumo mais ao alcance de vossos recursos.

Podem os falsos representantes das nossas elites achar primário e desprezível o esforço de enriquecer o nosso país; podem os formalistas considerar deselegante a política do desenvolvimento; mas a vós, trabalhadores, assalariados, operários, a vós, homens úteis, que produzis, essa política é a única que convém e, na verdade, a única política que vos toca de perto, porque os vossos interesses estão ligados indestrutivelmente aos maiores e mais altos interesses do Brasil.

Não sois apenas eternos reivindicantes; reclamais, quando o fazeis, tão somente o que é justo e vos é devido. Mas sois, isto sim, uma parcela criadora e útil da nação. Não constituis somente um grande número de homens que pesam nas eleições e que, portanto, necessitam ser atendidos nos seus reclamos; sois mais, bem mais do que isso, sois uma classe composta de brasileiros conscientes que honram a sua pátria.

É preciso proclamar de uma vez para sempre as qualidades de nosso operário, desse trabalhador que os técnicos estrangeiros, com experiência em nossa terra, reconhecem ser excepcionalmente dotado para as mais difíceis tarefas, invariavelmente, aprendendo depressa o que se lhe ensina, com rara capacidade de apreensão, mobilidade e eficiência. Todos os testemunhos, os mais insuspeitos, proclamam a vossa capacidade, a vossa inteligência, o vosso entendimento das coisas, tão mais extraordinário quanto sempre improvisado e espontâneo. Aprendeis por vós mesmos, uma vez que pouco vos transmitiram para que fosseis eficientes, nem pela tradição, nem pelo aprendizado.

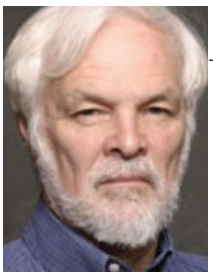
A campanha do desenvolvimento do Brasil não se deixará de realizar por falta de elemento humano do trabalho. Sois uma legião heroicamente resistente à vida mais dura, mais disposta à conquista de nossa prosperidade, que será também a vossa prosperidade.

Contando com o vosso apoio, faremos deste país alguma coisa de poderoso, de forte, de saudável; contando com o vosso apoio, silenciaremos os negativos, os improdutivos, que desejam que uma nação nova como esta seja uma terra decadente, entregue ao desânimo.

Não vos prometi nada de impossível, mas tudo o que vos prometi será cumprido. A legislação social que vos protege e que deveis ao vosso amigo fiel e incomparável, cujo nome aqui evoco com a maior emoção, o humaníssimo Presidente Getúlio Vargas, os direitos e as proteções das nossas leis sociais não serão apenas mantidos, mas melhorados, de forma crescente, de acordo com a estrita justiça e com as possibilidades da economia nacional. Mas, em troca, vós me acompanhareis na marcha pela redenção do Brasil, pelo seu fortalecimento, pelo seu engrandecimento.

Não vos deixeis iludir pelos céticos, pelos negadores profissionais. Aos que vos procurarem desanimar, respondei com palavras de confiança e fé. Dizei aos empreiteiros da demolição que o vosso presidente está alerta, que as metas que ele prometeu atingir, para a expansão de nossa pátria, serão atingidas. Dizei aos inimigos do bem que formais uma vanguarda invencível para a conquista de um Brasil melhor. E acreditai que na chefia do governo está um homem que se orgulha, acima de tudo, acima de quaisquer honrarias, de ser ele próprio um dos vossos — um trabalhador.

*Pronunciamento transmitido pela Voz do Brasil aos trabalhadores, sobre salário e poder aquisitivo. Rio de Janeiro – DF, 1º de maio de 1956 - Texto extraído da coletânea de 3 volumes da edição de Juscelino Kubitschek: Profeta do Desenvolvimento – Exemplos e Lições ao Brasil do Século XXI, de autoria de Carlos Alberto Teixeira de Oliveira e publicada por MercadoComum



CLAUDIO DE MOURA CASTRO

Economista, autor de quase 40 livros e monografias e cerca de 300 artigos científicos, é articulista da revista Veja

O Brasil está dando certo?

A resposta a esta pergunta vem ao gosto do freguês. Escolhendo os dados (mesmo verdadeiros), chega-se a qualquer conclusão. E muito depende de com quem nos comparamos e do intervalo de tempo considerado.

Ancoradas nos desastres da última década, estamos soterrados por críticas pessimistas e verazes. Mas contrastemos os resmungos com o que fizemos ao longo de um século e tanto. Na verdade, esse é um melhor intervalo de tempo para avaliar um país.

Dada a sua proximidade cultural e histórica, faz sentido nos compararmos com a América Latina. E lá pelo fim do século XIX éramos um dos países mais atrasados do continente. Poucos eram mais pobres. Horrorizávamos os visitantes ilustres, a começar com os comentários cáusticos de Darwin, ao passar por aqui.

Estamos hoje dentre os três ou quatro mais bem sucedidos. No mundo, apenas o Chile e os países ricos têm menor proporção de gente abaixo da linha da pobreza. E ademais, nenhuma nação que era mais pobre do que o Brasil passou à nossa frente (China não conta, pois, ao fim do século XIX, vivia a sua mais grave crise e desintegração). Segundo os números, entre 1880 e 1980, nem um só país cresceu mais do que o Brasil.

Para acender o primeiro alto forno, nas Minas Gerais, foi preciso trazer carvoeiros da Toscana, pois nem a feitura desse produto banal dominávamos. Apenas por volta de 1900 conseguimos fazer cerveja - criada na Europa, há cinco milênios. Matarazzo ficou rico, pois não sabíamos fazer banha de porco. Nas ricas fazendas do vale do Paraíba, a manteiga consumida vinha da Dinamarca.

Tivemos uma vigorosa Revolução Industrial. E na contramão das afirmativas peremptórias de que "nossa indústria acabou", continuamos a ser um país altamente industrializado, com uma produção diversificada e, em alguns casos, competitiva mundialmente.

Na década de setenta, importávamos um terço dos alimentos consumidos. Hoje somos o segundo maior exportador.

Os indicadores sociais eram catastróficos. Na entrada do século XX, a esperança de vida no Rio de Janeiro era inferior a trinta anos. Hoje caminhamos para os oitenta.

Nossa educação sempre foi fraquinha e assim continua. Éramos uma colônia portuguesa, um dos países europeus mais atrasados em educação. No século XVIII, Comenius escreveu o livro que mais iluminou a arte de ensinar. Foi traduzido para todas as línguas e dialetos da Europa, além do árabe, russo e mongol. Não se registrou, na época, uma tradução para o português.

Por volta de 1900, tínhamos da ordem de 90% de analfabetos, enquanto Argentina e Uruguai exibiam programas de alfabetização enérgicos e ambiciosos.

Depois da Segunda Guerra Mundial, as realizações no ensino foram expressivas. Praticamente, universalizamos a frequência à escola. E surpresa! No Pisa, o Brasil já empatou com a Argentina, que havia sido um dos países mais ricos do mundo.

Hoje, dentre as nossas instituições de ensino superior, muitas têm mais alunos do que tinha o total do Brasil, na metade do século XX.

O avanço da pesquisa e da pós-graduação foi nada menos do que espetacular. Por volta de 1950, não tínhamos publicações internacionais em periódicos prestigiosos. E até bem mais tarde, nada de pós-graduação.

Temos hoje milhares de pro-

gramas de mestrado e doutorado - de respeitável qualidade. E não há mais do que 12 países com produção científica (em periódicos sérios) superior à nossa.

Na tecnologia, há alguns êxitos incontrovertidos. Ao visitar o país, perguntaram a Borlaug o que havia acontecido com a Revolução Verde (que lhe valeu um prêmio Nobel). Sua resposta: mudou-se para o Brasil. E essa transformação tem a pegada da Embrapa. Atingimos também padrão mundial em aeroespacial, exploração de petróleo em águas profundas, medicina tropical e outros campos.

Dependendo dos humores do momento, do colorido político e do nível de conhecimento, como diria A. F. Schmidt, olhamos a linha do horizonte, ou o beco. Diante do pessimismo presente, tento mostrar que a trajetória de longo prazo nos é muito lisonjeira.

Naturalmente, esse bom desempenho não justifica qualquer complacência. É preciso lutar diuturnamente para melhorar e para consertar os erros. Porém, raiva incontida e visões equivocadas não levam à sociedade que desejamos.

No século XVII, guerras religiosas dilaceraram a Europa. Os Estados Unidos tiveram a guerra civil mais sangrenta da história da humanidade. Trinta milhões morreram de fome na China de Mao. Outros tantos russos na Segunda Guerra. A Polônia não sabe qual vizinho vai invadi-la. A Venezuela derreteu. A Argentina patina, há meio século. Diante destas crises muito mais avassaladoras, por todos os lados, o que são os dez ou quinze anos mal vividos pelo Brasil?

Os tropeços são inevitáveis. Mas pouco adianta choramingar oportunidades perdidas. Nossos ânimos e disposições andam mais chamuscados do que o próprio país. Lembremo-nos, o Brasil ainda é um país em construção. Elas por elas, avançamos muito e há poucas nações com cenários de longo prazo mais favoráveis.

ROBERTO BRANT

Advogado, ex-Ministro da Previdência Social e Consultor da CNA – Confederação Nacional da Agricultura

O que será do amanhã?

Se já não bastassem as aflições e misérias que cobrem de dor e de medo a vida dos brasileiros, nos últimos dias até a própria democracia pareceu sob ameaça. Como se lhe faltassem problemas com que lidar, nosso Presidente resolveu, num impulso criativo, demitir abruptamente o Ministro da Defesa e todos os Comandantes das Forças Armadas, reencenando um tipo de drama que foi rotineiro na vida acidentada das Repúblicas da América Latina. Mais uma volta ao passado, como tantas que nos assombram ultimamente.

Em meio à perplexidade de muitos, a maioria das lideranças que ainda sobrevivem em nosso ambiente político domesticado veio a público para reafirmar que a democracia brasileira é inegociável e que as instituições militares existem para servir ao Estado e não a um governo. A um observador externo os movimentos erráticos do governo brasileiro parecem obra de ficção e não da realidade. A História nos pregou uma peça.

A crise sanitária é um fenômeno de alcance universal, mas seus efeitos nos diferentes países tem sido muito desigual e entre as causas das diferenças sobressai a efetividade dos governos no combate à pandemia. O Brasil, com seus 13 milhões de casos e 350 mil mortes até agora, é o segundo país mais devastado em todo o mundo. Acima de nós apenas os Estados Unidos onde, com a chegada do novo governo Biden, que colocou a luta contra a doença no primeiro plano sem disfarçar sua gravidade, tanto os casos quanto as mortes estão recuando rapidamente, com vacinação em massa. Enquanto isso nós, a cada dia, batemos mais um triste recorde sem que o Governo Central mude seu discurso e suas atitudes, procurando na Justiça abrandar as restrições impostas pelos governos locais e reprovando abertamente a ação de Prefeitos e Governadores, que estão na vanguarda da luta contra a doença.

Mesmo que tardiamente e com mais perdas e sofrimentos do que poderia ter ocorrido, como indicam as experiências de outros países tão populosos e mais pobres do que nós, num certo momento a pandemia vai ceder e retomaremos o rumo da normalidade. Quando este momento chegar será que nossa economia vai se recuperar totalmente e iniciar um novo ciclo de grande crescimento? A economista Zeina Latif, reconhecidamente equilibrada, declarou esta semana que nossa economia emergirá da crise sanitária estruturalmente mais frágil e com baixo potencial de crescimento.

Para além da pandemia, nossa economia mantém-se praticamente estagnada há muitos anos, após a terrível recessão provocada entre 2014 e 2016 pela gestão de Dilma Roussef. Todas as economias relevantes sofreram o impacto das medidas de isolamento social, mas a maioria delas já está começando a se recuperar. O FMI, no seu relatório anual, prevê que, no conjunto, a economia mundial crescerá em 2021 em torno de 6%, compensando em grande parte as perdas de 2020. Para o Brasil, no entanto, o Fundo prevê um crescimento de apenas 3,7%, insuficiente para compensar a queda de 4,1% em 2020. Analistas internos, mais familiarizados com a nossas realidades chegam a admitir que não cresceremos mais do que 2,5%. Em 2019 éramos a 9ª economia do mundo. Hoje somos a 12ª e a Austrália está muito próxima de nos tomar este lugar. Só não vê quem não quer: estamos afundando e sem forças para reagir.

No plano puramente econômico o governo não tem horizontes e parece paralisado. O mínimo que se pode dizer é que está indiferente com o que pode ocorrer. O crescimento não é um processo espontâneo, requer vontade da sociedade e ação do governo. O mercado sozinho não é capaz de produzir crescimento, muito menos uma divisão mais igualitária da riqueza. Sem aumento e melhor distribuição da renda a nação corre o risco da desordem e a democracia não tem como sobreviver.

O governo do PT nos legou uma economia em recessão e uma sociedade dividida. O governo que temos hoje não sabe o que é preciso fazer e nem tem vontade para fazê-lo. Em 2022 se restar ao país apenas esta alternativa será porque o destino nos abandonou de vez.

LUIS PAULO ROSENBERG

O Brasil sob domínio do pessimismo

Economista e consultor, com carreira destacada nas áreas acadêmica, empresarial e na atividade pública. PHD em economia pela Vanderbilt University, atuou como assessor do Ministro Delfim Neto, responsável pelos setores de Ciência, Tecnologia e Investimentos em Energia.Foi membro da equipe de negociação com o FMI, membro do Conselho de Administração da Cia. Suzano, Nestlé e Banco BBVA. Atualmente é sócio-diretor da Rosenberg Partners.

Em momento de atividade debilitada, introduziu-se uma impedância à retomada da atividade. É um exemplo do círculo vicioso pessimismo-irracionalidade-retrocesso, induzido pelo desalento imposto pela pandemia

Ultrapassar o nível de 350 mil mortos pela pandemia tira do prumo qualquer sociedade. Solidão, temor de morte, ameaça de desemprego são sentimentos que destroem a autoestima de uma coletividade e envolvem-na em um manto de pessimismo.

Felizmente, entre a vacinação de vulneráveis e a conscientização da sociedade sobre a necessidade de distanciamento, já está um curso um processo em que as internações vão cair, liberando leitos de UTI e reduzindo a mortalidade, renascendo a esperança

Até lá, o desalento vai continuar extravasando sobre a economia e sobre a política, apesar da conjuntura e suas perspectivas estarem longe do desastre que muitos projetam.

Veja o clima de terror inflacionário vigente, porque preços de commodities dispararam no final de 2020, afetando nossos preços no atacado. O mercado entrou em parafuso, apostando que a inflação estaria escapando de controle, porque o Banco Central mantinha os juros curtos em níveis incompatíveis com a pressão.

Trataram a elevação do índice de preço – um fenômeno estatístico passageiro, que resulta da alta de alguns preços derivados dos internacionais, sem contaminação dos demais domésticos – como se fosse um processo ameaçador de subida generalizada de preços. Haja vista a diferença entre os índices de preço no atacado, superando 40% nos últimos anos e a frouxidão dos preços no varejo: no mês passado, se removermos o efeito dos preços de energia e combustíveis, a alta ao consumidor foi de cerca de 0,20%.

Qualquer manual de introdução à Economia ensina que a política monetária deve olhar apenas indicadores escoimados de efeitos transitórios e sabendo que o efeito de uma subida de juros hoje vai gerar efeitos depois de quase um ano. A despeito de tudo isto, com a atividade econômica letárgica e a inflação já em queda na margem (ainda que em alta quando se medem os 12 meses anteriores), o Banco Central não só deu uma paulada de 0,75 ponto de porcentagem na Selic, em sua última reunião, como prometeu outra igual, na próxima.

Toda sua diretoria domina a Teoria Econômica, no mínimo, tão bem quanto qualquer um de nós, mas agiu à revelia dos ensinamentos, em nome de "ancorar" as expectativas inflacionárias; vale dizer, acocorar-se perante o "Mercado", em vez de se alinhar à Lógica, como vêm fazendo os bancos centrais americanos e europeus. Em momento de atividade debilitada, introduziu-se uma impedância à retomada da atividade. É um exemplo do círculo vicioso pessimismo-irracionalidade-retrocesso, induzido pelo desalento imposto pela pandemia.

No lado fiscal, quadro semelhante. Louve-se o foco dos últimos anos na importância da austeridade fiscal, ilustrada pela sequência de déficits cadentes, desde o final do Governo Dilma. Claro, em 2020, as medidas contra a pandemia induziram uma alta emergencial no déficit, mas que já retrocede em 2021.

Lamentável mesmo é em abril ainda estamos negociando o orçamento deste ano, que foi aprovado com mais gastos do que seria permitido pelo limite do teto. Mas a batalha não está perdida e Paulo Guedes está buscando um meio do caminho que desagradará a todos,

mas que evitará o estigma de descompromisso fiscal e provará o exagero das opiniões apocalípticas sobre as contas públicas atuais.

A saída do terror fiscal de cena vai levar o dólar mais para perto de R$ 5 do que de R$ 6/dólar, mas o pessimismo bloqueia a celebração pelo saldo comercial de mais de US$ 80 bilhões que colheremos este ano, o de melhor desempenho das nossas contas externas.

No front político, o sucesso espetacular do leilão de aeroportos na semana passada – o abre-alas de uma sequência de privatizações exemplares – perde espaço na mídia para questões como a CPI da pandemia, o impeachment do Presidente e a escolha já de um candidato de "centro".

Ora, não precisa de inquérito algum para saber que Bolsonaro enfiou os pés pelas mãos no trato da pandemia. Mas certamente só futuros estudos quantitativos permitirão saber quanto do desastre da praga resultou deste seu comportamento irresponsável e quanto ocorreria mesmo se ele reverenciasse o bom senso.

Ademais, a tentativa de impeachment é uma violência à democracia: se o povo concluir que errou ao eleger Bolsonaro, que aprenda e aja diferentemente, na eleição daqui a um ano e meio. Mas, se o debate político é sempre salutar, a algaravia midiática gera desconfiança lá fora, completando um quadro em que somos os vilões mundiais da pandemia e do desrespeito ao meio ambiente.

Irônica a movimentação prematura na busca do candidato que vai derrotar Bolsonaro e Lula. Seis candidatos natos apresentaram um manifesto pela união neste sentido; soou como meia dúzia de canibais trancafiados numa sala escura, todos jurando que são vegetarianos.

Mas, se na última eleição, já havia um clima de insatisfação "com isto que está aí", o mais provável é que, na próxima, o candidato que poderá galvanizar a sociedade contra Bolsonaro não será por estar à direita, centro ou esquerda, mas sim por ocupar uma terceira dimensão: que tenha currículo de servidor público incorruptível, assertivo, admirado pelo seu talento e sem laços políticos pregressos. Alguém como o ex-Ministro do Supremo Joaquim Barbosa, por exemplo.

Fonte: NeoFeed – 15.04.2021

STEFAN BOGDAN SALEJ

Empresário, ex-Presidente da FIEMG – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

Do "hay gobierno, soy a favor, contra e muito pelo contrário"

O Brasil, na sua base econômica, não difere muito da República Popular da China. Não no seu desempenho como estado ou país. Aí a diferença é brutal. Mas a dependência da economia brasileira, seu entrelaçamento com o tecido político e o sistema de governança, ultrapassa qualquer definição de economia de um estado democrático. A intromissão do estado na economia através do sistema político e do governo ultrapassa a imaginação de qualquer analista e nos ilude pela sua complexidade. É fácil dizer que a China é dominada por um partido comunista e tem a gestão de sua economia dominada por esse partido. Quando então se comparam quanto este partido domina os destinos da economia do país com como no Brasil a aliança dos políticos e do executivo, com a complexidade jurídica e seu aparato, descobre-se que a complexidade brasileira esconde uma intervenção muito maior e, por incrível que pareça, com resultados bem diferentes. Nós somos prisioneiros de um falso sistema construído através de séculos, veja as leis da Província de Minas de 1848, que a MercadoComum publicou, onde o estado domina totalmente a economia do país. Somos um país abusado, violentado.

Esse tecido econômico, essa aliança espúria de políticos, governo e sistema judiciário, determina o relaciona-

mento entre os empresários e os poderes da República. A empresa no Brasil só cresce e sobrevive na sombra dessa aliança espúria de políticos e governantes. Essa sombra do poder ilimitado a estes atores, dado inclusive de forma democrática nas eleições, atinge todo o tecido econômico, independentemente de sua localização, ramo de atividades ou tamanho. E a isso se junta o sistema judiciário, vasto, enorme, guardião de justiça que zela para que o sistema se mantenha vivo. Em nenhum país do mundo a intervenção da justiça na vida das empresas, seja trabalhista, fiscal, criminal, ambiental e não sei mais o que, interfere, regulamenta, ameaça e alimenta injustiça, como o sistema brasileiro.

Nesse retrato, que ainda leva na sua relação, empresas versus sistema político governamental, a nossa jabuticaba, ainda tem duas ferramentas infalíveis: o castigo e o estímulo. Para os amigos tudo, e para os demais a lei. No momento em que atingimos o triste recorde de quase 400 mil mortos em decorrência da epidemia, fome e miséria, também somos o país onde cresceu, mesmo com a desvalorização brutal do real, o maior numero de bilionários, 11 novos bilionários em dólar, no ano de 2020.

Esse é sistema para o qual aderem com afinco e força políticos de todas as matizes ideológicas no país. De um ao outro extremo. A história do Mensalão, da Lava Jato, e outros dezenas de exemplos, mostra o funcionamento dessa aliança de interesses econômicos e políticos e de manutenção do sistema.

E aí, quem será contra? As chamadas lideranças empresariais querem e se esforçam para fazer parte do sistema. Lutam ferozmente para serem incluídos na base política, para fazerem as mudanças que levem a mais benesses. São poucos os que têm projeto de melhorar a competitvidade do seu setor, do seu estado, ou ainda um projeto de melhorar o país como um todo. As criticas ao governo são feitas para negociar melhor o que interessa e não para resolver o problema. A falta de reforma tributária não faz falta porque a desordem fiscal alimenta um sistema perverso, mas muito lucrativo, tanto para o estado como para um sem número de advogados, juízes, e, também, empresários.

Os empresários numa democracia representativa e economia de mercado têm voz e responsabilidade na condução de política. No Brasil sempre foi assim, sem precisarmos lembrar o golpe de 64 e nem o Manifesto de oito empresários a favor da democracia dez anos depois. E hoje continua assim. É o sistema que temos.

Esse sistema é do antes do muito pelo contrário. Ele historicamente ja mostrou para onde o país vai. E as mudanças radicais, seja o evento de 64, sejam tentativas contra, também demonstraram que não é esse o caminho. Se as lições da nossa história e do nosso desastre de hoje não nos induzirem a pensar como sermos diferentes dentro de mudanças que o sistema democrático nos permite, então não haverá mudanças. E esse sistema de fato fará o sistema econômico brasileiro produzir melhores resultados financeiros, por quanto tempo mais? Ou tecido social, desprezado nessa equação com suas variáveis, como o meio ambiente, é um acelerador de benefícios econômicos ou vai se tornar ainda mais um peso que freia o desenvolvimento como um todo. A passividade e adesão do sindicalismo brasileiro, seja empresarial, mas principalmente dos trabalhadores, a esse modelo, não convence que o futuro do modelo está garantido. É uma ilusão de ótica da melhor qualidade.

Os empresários e as novas gerações terão que refletir sobre isso, e mais, deverão ter na sua mente e em suas ações coletivas com clareza qual modelo político proporciona melhores resultados coletivos. Vejam como estão reagindo as grandes corporações americanas às limitações que os republicanos estão impondo aos eleitores. O empresário não representa somente o capital, mas toda a comunidade que gira em torno desse capital e tem que estar atento a isso. Ou seja, em torno da empresa há um mundo, assim como a empresa também está no mundo, seja no próprio país, seja no mundo globalizado. E não no final de contas as mudanças tecnológicas que estamos vivenciando agora também batem na porta. Há uma mudança tecnológica em curso, mas ela inexoravelmente leva a mudanças sociais e econômicas. O mundo se move com mudanças.

JOSÉ PASTORE

Professor da FEA-USP; Presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho do Comércio-SP.

Como nasce o populismo?

A desigualdade em si não induz o populismo

A descida na estrutura de classes sociais causa frustração e desilusão. Quando isso ocorre, acentua-se a desigualdade entre as pessoas e aflora o encantamento pelos líderes populistas. A desigualdade em si não induz o populismo. Este prospera quando as desigualdades são vistas como injustas por favorecerem gratificações que não decorrem da contribuição efetiva das pessoas (Eric S. M. Protzer, "Social mobility explains populism, not inequality or culture", Harvard Kennedy School, Working Paper 118, 2021).

Esse sentimento provoca a busca de líderes que condenam a injustiça e oferecem remédios mágicos para instalar a justiça. Os políticos populistas defendem que as pessoas que descem na escala social deveriam ter obtido resultados econômicos merecidos. Com isso, manipulam o desencanto, as frustrações e o sentimento de injustiça.

O sentimento de injustiça mina a democracia porque solapa a cooperação e a solidariedade. Para conquistar as simpatias dos eleitores, os políticos populistas são, geralmente, antielitistas, antipluralistas, autoritários, xenófobos e imediatistas. Eles oferecem benefícios de curto prazo sem se importar com as consequências de longo prazo.

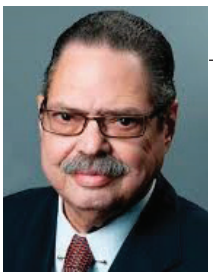
Nos Estados Unidos, a crise de 2008-09 provocou uma grave ruptura na estrutura social. Abruptamente, as pessoas perderam suas casas, suas poupanças e seus empregos, enquanto grupos da elite econômica, em especial, gerentes e diretores de bancos, se enriqueceram sem nenhuma contribuição pessoal. Muitas foram as famílias de classe média que desceram na pirâmide social. Daí o movimento 99% do "Occupy Wall Street", em que a maioria perdedora passou a protestar contra a minoria que manteve suas posições gerando bônus e benefícios sem nenhuma contribuição.

Outro exemplo é o que decorre da destruição de empregos de classe média devido à adoção de tecnologias que substituem mão de obra e "empurram" a maioria para as classes mais baixas. É caso, por exemplo, de um gerente de almoxarifado de um grande supermercado (classe média) que é substituído por sistemas de inteligência artificial que fazem todos os seus trabalhos. Poucos conseguem se manter onde estão por falta de domínio de tecnologias sofisticadas. Para a maioria, resta dirigir um Uber, trabalhar como zelador ou como empacotador no comércio eletrônico. É o chamado efeito polarização das tecnologias. O resultado é uma redução da mobilidade social ascendente e um aumento da descendente e da desigualdade.

Nenhum político tem coragem de culpar as tecnologias. É um raciocínio muito complexo para campanhas eleitorais. Mas é inegável o seu impacto na redução da classe média em vários países onde aflorou o populismo. Esse foi o caso do voto ao Brexit na Inglaterra, em 2016, e da eleição de Donald Trump nos Estados Unidos no mesmo ano. Aos olhos dos que desceram na pirâmide social, a desigualdade foi muito injusta. Esse sentimento se agudizou pelo fato de as novas tecnologias terem sido adotadas sem se dar uma oportunidade de requalificação profissional aos membros da classe média.

A baixa mobilidade social instiga o aumento da simpatia por políticos populistas. Trump, em 2016, e também em 2020, teve muitos votos de eleitores que se sentiram injustiçados. O mesmo ocorreu com os eleitores de Marine Le Pen, na França, nas eleições presidenciais de 2012 e 2017. Nas duas campanhas, ela enfatizou a injustiça provocada pela casta política dos "eurocratas" da União Europeia encastelados em Bruxelas.

Jair Bolsonaro elegeu-se em 2018 ao combater as injustiças geradas pela corrupção de políticos e empresários, sem citar as tecnologias. Mas estas estão a todo vapor, no Brasil, e provocando a redução da classe média. É um campo fértil para se manipular os sentimentos de injustiça. Será que ele terá folego para inebriar os fãs do populismo em 2022?



PAULO CESAR DE OLIVEIRA

Jornalista e diretor-geral da revista Viver

A situação é assustadora

Responsabilidade de todos com o mundo pós-pandemia

A situação, para quem pensa sem paixões ideológicas, é de assustar. Ainda não conseguimos nos estruturarmos para enfrentar a pandemia – algo que alguns países já conseguiram e outros seguem firmes para alcançar o objetivo – e ainda temos pela frente um desafio talvez ainda maior a enfrentar.

O pós-pandemia, não duvidem, será ainda mais desafiador. Temos um país, um mundo, não a reconstruir, mas a construir. O mundo, não duvidem, será muito diferente do que era no início dos anos 2020, quando foi surpreendido por uma doença ainda desconhecida e traiçoeira que já matou mais de 3 milhões de pessoas, sendo que destas, em torno de 10% são brasileiros. Brasileiros que morreram por não acreditarem no risco do contágio ou por acreditarem muito no que diziam, com raras exceções, os governantes.

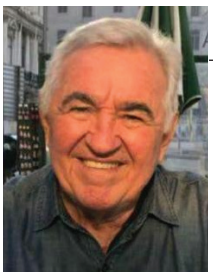
Agora começamos a sair do sono dos letárgicos, sem nos darmos conta do que nos espera adiante. A sociedade precisa acordar para a realidade futura. É preciso que se articule um pacto na sociedade para governo – Executivo e Legislativo – à parte, se discutir e repensar o Brasil. Construir um planejamento de salvação nacional livre do jogo baixo da política que vem sendo jogado no país nos últimos anos.

É preciso que a sociedade tenha a grandeza no que nos falta nos políticos que erradamente escolhemos para nos representar. Temos muito pouco tempo, ou quase nenhum na verdade, para iniciar uma corrida para salvarmos o país e as gerações futuras. Enquanto continuarmos esperando dos políticos que tanto criticamos e acusamos, soluções que cabe a nós, vamos continuar sendo o "país do futuro", título que nos foi dado pelos ufanistas de antigamente que, parece, foram ressuscitados pela maioria desalentada.

O que será de nossa educação ao fim da pandemia? Como recuperar o tempo perdido e dar um salto que nos coloque ao lado dos mais desenvolvidos? O que fazer com a nossa saúde a partir do que aprendemos com as nossas falhas? Como acelerar nosso caminhar tecnológico para nos ombrearmos com as grandes potências? Os empregos perdidos serão retomados ou haverá menor demanda de mão de obra pelo avanço tecnológico? Como melhorarmos nossa infraestrutura de transporte, saúde, lazer? Enfim, como mudar aquilo que você imagina que precisa mudar?

O primeiro passo será, certamente, mudar você. Mudarmos todos nós. Cabe a nós escolher quem vai comandar o país por isso, nos cabe mais do que o direito, mas o dever, de cobrar dos governantes o agir certo. Por incrível que possa parecer, é à sociedade que cabe o dever de cobrar aquilo que é dever de todo cidadão, não apenas dos políticos: a honestidade que é não apenas não roubar, mas também ter respeito e sinceridade nos seus atos. Não temos o direito de nos omitirmos. Deixar nas mãos dos aproveitadores, sejam eles políticos ou não, o que seremos pós-pandemia.

"O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia a política. Não sabe o imbecil que, da sua ignorância política, nasce a prostituta, o menor abandonado, e o pior de todos os bandidos, que é o político vigarista, pilantra, corrupto e lacaio dos exploradores do povo". É Bertold Brecht, dramaturgo alemão, em seu "O analfabeto político" que nos ensina como não podemos ser agora.



MOZART FOSCHETE

Economista, com Mestrado em Economia pela Kent University, Inglaterra.

A safra de presidenciáveis para 2022 não é das melhores

Aqueles que são da época do governo militar no Brasil hão de se lembrar do final do governo Ernesto Geisel quando se estava discutindo no alto comando militar o nome de quem seria o seu sucessor. Havia várias alas defendendo diferentes nomes e a ala do então Presidente e do Ministro da Casa Civil – Golbery do Couto e Silva - foi derrotada com a escolha do general João Batista Figueiredo. Na época, comentou-se muito que havia muitos outros generais mais bem preparados que ele, tanto politicamente quanto à competência para o exercício de tão alto posto. Oriundo da Cavalaria do Exército, Figueiredo era um tanto rude, para não dizer grosseiro, no trato com todos, particularmente com a imprensa em geral pela qual ele nutria uma natural antipatia.

Mas, o general Figueiredo não foi uma exceção nessa escolha "infeliz" para o mais alto cargo da nação. Ele apenas estava inaugurando uma galeria – que se tornou uma marca registrada do País - de escolhas infelizes, para não dizer péssimas, para aquele cargo. Os que se seguiram a ele, sem exceção, não eram políticos que se destacassem por suas qualificações e habilidades pessoais acima de seus pares. Eram, na maioria das vezes, políticos sem maior expressão, medíocres até em sua atuação política, quando não acusados de corrupção. Esta assertiva é facilmente constatada quando se observa a sequência pós-Figueiredo: primeiro, veio José Sarney – representante máximo da oligarquia política nordestina da pior espécie e, à época, modelo de político corrupto.

Depois, veio Collor – um governador de Alagoas sem maior expressão no meio político e que veio em nome da moralidade no serviço público e que acabou impichado por práticas de corrupção. Quem o substituiu no cargo foi seu Vice – o Itamar Franco – tão honesto quanto inapto e inepto para o cargo de presidente da República que lhe caíra de graça no colo. No entanto, as circunstâncias políticas fizeram dele Senador, Presidente da República e Governador de Minas Gerais, quando era voz corrente que, por suas limitações pessoais, não deveria ter passado de Vice-prefeito de sua Juiz de Fora. Seu sucessor na presidência foi Fernando Henrique Cardoso que, de todos, era aparentemente o que tinha as melhores qualificações para o cargo, parecendo mesmo um estadista de primeira – coisa de que este País sempre foi muito carente. FHC, no entanto, queimou sua biografia com as "maracutaias" em que se envolveu para aprovar a emenda à Constituição que lhe permitiria sua reeleição. Após sua saída, também ficou evidente seu viés esquerdista que ele disfarçou bem quando era presidente. Ele foi sucedido na presidência pelo sindicalista-petista-populista Luiz Inácio da Silva – o Lula – em cujo governo a corrupção, que sempre foi endêmica neste País, foi institucionalizada em proporções jamais vistas. Após dois mandatos, passou o governo para sua companheira de partido – Dilma Roussef que, além de despreparada para o cargo, tinha como característica uma incapacidade de articular duas frases com sujeito, verbo e complemento, sendo objeto rotineiro de piadas e gozações de toda ordem. Impichada no meio do seu segundo mandato por umas tais de "pedaladas fiscais" (manipulações orçamentárias), deu lugar a seu Vice – Michel Temer – um interino que, por sua elegância no vestir e na medição das palavras, parecia bem mais um mordomo inglês. Temer, no entanto, carregava consigo diversos processos por corrupção – uma marca quase que generalizada dos políticos brasileiros. Por último, assumiu a presidência Bolsonaro – o atual mandatário – que tem se revelado, também, totalmente despreparado em todos os sentidos para tão elevado cargo e, segundo a imprensa, com um viés autoritário e uma velada propensão a ditador.

Como se vê, o País não tem tido a sapiência necessária para escolher seus dirigentes máximos. A rigor, não se pode excetuar nenhum. Mas, talvez o pior ainda está por vir. Haja vista a lista dos potenciais candidatos que se apresentam para 2022, de causar arrepios aos espíritos mais críticos. Em verdade, os principais nomes que estão despon-

tando na imprensa, hoje, para as eleições do ano que vem, não poderiam ser piores. Parece até que foram escolhidos de propósito pelo dedo de uma mão invisível. A lista é capitaneada pelo atual presidente – o Bozo (sem ironias nem ofensa) – seguido do Lula, do Ciro Gomes, do Luciano Huck, do João Doria, do Amoedo, do Mandetta e do Sérgio Moro.

O Bozo dispensa comentários. Todos hoje o conhecemos e sabemos de suas qualidades (ou melhor, da falta delas) e de suas limitações. É de se reconhecer que nunca na história desse País, um presidente da República foi tão criticado e até mesmo execrado sem piedade pela grande imprensa como ele. Mas, as razões para isso não residem em suas atitudes moralizantes da administração pública ou nas suas aparentes posições anticorrupção, como alguns de seus seguidores querem fazer crer. Há várias outras razões para os contínuos ataques que ele sofre tanto da imprensa televisiva como da imprensa escrita. Uma delas é a ameaça, sempre repetida por ele, de não renovar a concessão de algumas emissoras. Outra razão que se tem apresentado é sua aparente vocação ditatorial e, uma terceira, seria decorrente da redução de gastos públicos publicitários em alguns dos grandes meios de comunicação. Voltamos a esse ponto mais à frente.

Lula, agora absolvido provisoriamente pelo STF, voltou a despontar como um forte candidato à presidência no ano que vem. Alguns petistas querem fazer crer que ele foi inocentado da acusação de corrupção pela nossa Alta Corte de Justiça. Nessa hipótese (evidentemente falsa), Lula seria o primeiro caso, na história, de alguém que se tornou ex-corrupto – o que seria um caso "sui-generis". Mas, embora "ex-corrupto", Lula continua o mesmo demagogo extremado, com uma capacidade excepcional de manipular seus ouvintes. Sempre fala o que sua plateia quer ouvir. Continua posando de esquerdista, mas nunca foi um socialista na acepção da palavra. Para se eleger novamente, é capaz de cooptar todos os espectros políticos, até mesmo com parte da direita, se necessário. No entanto, há quem não o veja com muita chance de se reeleger. O carimbo e a pecha de corrupto-mor estão estampados em seu rosto e isso a sentença do STF foi incapaz de deletar. Politicamente esperto e com um faro e instinto de sobrevivência que lhe são peculiares, é possível que, ao fim e ao cabo, nem se lance candidato, evitando assim uma derrota acachapante que o tiraria definitivamente da cena politica nacional.

Ciro Gomes, que nunca desiste de ser candidato a presidente, posa de centro-esquerda mas não necessariamente por ser homem de esquerda e, sim, para ter um espaço que ele possa ocupar no espectro político. Julga-se o predestinado a ser o presidente do Brasil. Mas, é um destrambelhado quando fala, dizendo o que lhe vem à cabeça. Inventa inescrupulosamente números para confirmar seus argumentos sempre dedutivamente falaciosos. Está sempre dando entrevistas sobre seus potenciais concorrentes de forma contraditória e inconsequente. Rompido com o PT desde que este optou por apoiar Fernando Haddad nas últimas eleições (o que era algo natural), está sempre atacando Lula – que ele julga ser quem pode lhe tirar a chance de chegar ao segundo turno. Irascível por qualquer contrariedade, perde facilmente as estribeiras. Está sempre querendo transmitir a imagem de que é o mais preparado para ser presidente e o que tem soluções para todos os problemas do País. Continua aparentemente com chances mínimas de se eleger.

João Doria, se for candidato (sem o apoio do PSDB para sua eventual candidatura presidencial, é possível que tente novamente o governo de São Paulo), vai tentar vender a ideia de que é o lídimo representante não do centro (muito menos do Centrão) – uma expressão já um tanto desgastada - mas de uma 3ª Via alternativa a Bolsonaro e Lula." 3ª Via" parece ter uma conotação mais moderna, e é essa a expressão que ele deverá impingir à sua eventual candidatura. E se sair mesmo candidato, sua campanha deverá explorar a imagem do verdadeiro líder do combate à pandemia e o maior responsável pela introdução das vacinas anti-Covid no Brasil. No entanto, sua pose de janota e grã-fino dá-lhe uma imagem de esnobe e de arrogante que causa uma certa aversão ao eleitor e o afugenta. Marqueteiro de primeira, algumas de suas atitudes demagógicas são por demais óbvias ao eleitor comum. Ademais, tem de lutar contra a sina de ser de um Estado que – embora o mais rico do País – tem sido incapaz, desde Jânio Quadros em 1960, portanto há 60 anos, de eleger um de seus políticos presidente da República. Nas eleições de 1989, por exemplo, havia seis candidatos paulistas – todos de relativa expressão – e o eleito foi Collor, então um inexpressivo governador de Alagoas. Ademais, a ter de ter um candidato próprio, é mais provável que o PSDB opte por Eduardo Leite, governador do RS – um nome que vem despontando mais recentemente, mas um candidato ainda tanto desconhecido dos brasileiros e, de certa

forma, muito jovem (36 anos) e, como tal, ainda muito verde.

Luciano Huck, como possível candidato à presidência, parece uma piada ficcional. Huck não passa de um animador de auditório, tipo aqueles radialistas de antigamente que tinham programas de calouros e de sorteios e prêmios nas rádios. Não tem nenhuma experiência política e nunca ocupou cargo público e, se eleito, será facilmente manipulado pela confraria prostituída de nossos políticos. Trata-se de uma candidatura que só existe na cabeça de FHC, totalmente destituída de sentido. A bem da verdade, nunca assumiu sua condição de provável candidato, mas gosta de estar na mídia, de ser entrevistado, como se fosse candidato certo. Suas chances são próximas de zero.

Sérgio Moro, que despontou como figura máxima da Lava-Jato, parecia, antes de assumir o Ministério da Justiça do governo de Bolsonaro, um dos candidatos mais fortes a presidente em 2022. Mas, a forma como saiu do governo atual e as acusações de parcialidade nos processos contra o ex-corrupto Lula, minaram bastante suas chances. No entanto, é preciso reconhecer que ainda goza junto a uma boa parte do eleitorado da imagem de paladino da moralidade pública e de ser o único capaz de pôr os corruptos na cadeia. Mas, o "sistema" dificilmente irá permitir que ele se candidate.

Mandetta também costuma ser citado como um outro provável candidato a presidente graças, principalmente, à proeminência que alcançou como Ministro da Saúde nos primeiros meses da pandemia. Mas, sua saída "antecipada" daquele ministério tornou um tanto opaca sua boa imagem junto à população que, como se sabe, tem memória curta. Ademais, seu Partido – o DEM – tem vários potenciais candidatos com maior presença que a sua, inclusive a do atual presidente do Senado Federal – Rodrigo Pacheco – que tem despontado como um político equidistante de Bolsonaro e Lula e como o único capaz de liderar uma eventual 3ª Via – o sonho de João Doria.

João Amoedo, do Partido Novo, do qual é fundador, já foi candidato na última eleição e teve uma votação relativamente inexpressiva. Não consegue empolgar o eleitorado nem do centro nem da direita. Continua sem chances.

E agora, já concluindo este texto, dois comentários precisam ser feitos: o primeiro deles se refere aos bolsonaristas mais convictos do messianismo de Bolsonaro, julgando-o o mais sério e competente entre todos os candidatos, um verdadeiro "salvador da pátria" ou um "mito" como costumam chamá-lo. Odiando os que o chamam de "Bozo", esses eleitores acreditam piamente que ele está fazendo um governo austero e anticorrupção. A verdade é que não está mais, se é que já esteve algum dia. Na realidade, Bolsonaro se elegeu em nome da moralidade pública, no rastro da Lava-Jato. Ele aparentava para a maioria dos brasileiros ser o único capaz de pôr os corruptos na cadeia. Nunca ficou tão longe disso depois que se elegeu. A história política brasileira está cheia de exemplos como o dele: Em 1960, Jânio Quadros se elegeu tendo como bandeira e símbolo de campanha uma "vassoura" – dizendo que ia varrer toda a sujeira da nossa política. Em 1990, Collor se elegeu tendo como objetivo declarado a "caça aos marajás do serviço público". Nenhum dos dois cumpriu o prometido. Jânio renunciou seis meses depois da posse; Collor foi impichado por corrupção dois anos depois que assumiu a presidência.

Há um segundo ponto que precisa ser esclarecido: um conluio de um grande número de políticos corruptos de expressão - da esquerda e da direita – com apoio explícito de ministros do STF e com o beneplácito da PGR e do próprio Bolsonaro – acabou com a Lava-Jato. Todos eles temiam que ela acabaria por chegar até eles. A quase-perfeição da corrupção neste País vai acontecer quando o ex-juiz Sérgio Moro e o Procurador Dellagnol forem postos na cadeia e o Lula, o Zé Dirceu, o Renan Calheiros, o Aécio, o Sérgio Cabral e assemelhados estiverem soltos por aí. Isso acontecendo, Sérgio Moro não poderá concorrer nas próximas eleições – o que é ótimo para o Bozo e o Lula. Há uma boa chance de isso acontecer. Mas a corrupção no Brasil atingirá o máximo de sua perfeição quando o STF decidir que os bilhões de reais, devolvidos ao governo pelos que se locupletaram com a corrupção, deverão ser devolvidos aos corruptos – "seus agora legítimos proprietários". Afinal, o fruto do roubo é do ladrão, naturalmente. De quem mais poderia ser? Da mãe Joana é que não é. Aí, será demais para todos nós.

E retomando o tema desse artigo, esta é a safra de candidatos que se oferece hoje aos eleitores brasileiros. Poderia haver safra pior? O que define a qualidade do bezerro é a matriz e o reprodutor. E a matriz e o reprodutor que temos - quer dizer, nossa classe política – não tem como parir candidatos melhores. É uma lei da natureza.

Chantecler.

MAURO WERKEMA

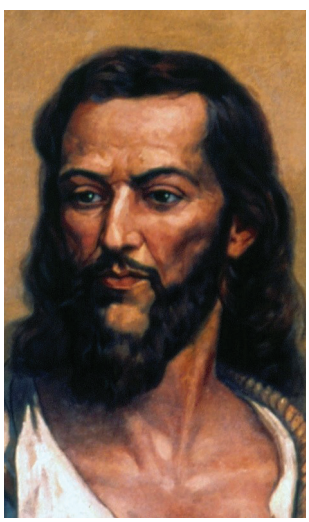
mwerkema@uol.com.br

Jornalista e escritor

Atualidade de Tiradentes

Em uma frase, de significativa atualidade, o alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, define a importância histórica e ideológica da Inconfidência Mineira de 1789: "Se todos quisessem, poderíamos fazer do Brasil uma grande nação". Tiradentes, mártir e líder maior da conjuração, subiu ao cadafalso, no Rio, exatamente no dia 21 de abril de 1792, há 229 anos, nos quais consolidou e ampliou sua reputação de herói popular. Pagava com a vida, aos 46 anos, por suas ideias republicanas, anti-colonialistas e libertárias. Contestado por uns, mas glorificado pela História, o revolucionário mineiro, com seus companheiros inconfidentes, poetas, padres, militares e comerciantes, pregaram a liberdade pelos caminhos de Minas e se tornaram os precursores da Independência Brasileira de 1822. Nos Autos da Devassa, por suas palavras e confissão de sua pregação, Tiradentes reafirmou suas convicções e aos companheiros "não traiu jamais".

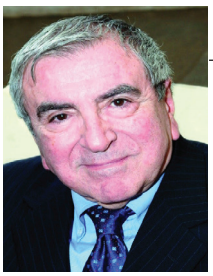
Dois livros, bem recentes, resultantes de alentadas pesquisas históricas, atualizam a dimensão contemporânea da Inconfidência Mineira: "O Tiradentes", de Lucas Figueiredo, e "Ser republicano no Brasil Colônia", de Heloisa Starling, ambos de 2018. O primeiro desvenda aspectos da vida do alferes e suas andanças por Minas. O segundo revela a primazia da Inconfidência Mineira no ideal republicano e seus significados nos movimentos nativistas brasileiros. Ambos os livros expõem as mazelas do regime colonial português e os modos de vida em Minas no Século XVIII, especialmente em Vila Rica, sempre rebel-



de e resistente à opressão, em meio a um surto artístico e cultural despertado pelo Iluminismo libertário dos inconfidentes. Entre eles Tomás Antônio Gonzaga, Claudio Manoel da Costa, Alvarenga Peixoto e muitos outros, que ilustram a História de Minas, quando completamos 300 anos de criação da Capitania das Minas do Ouro, em 1720.

Germain Bazin, diretor-conservador do Louvre, apaixonado por Aleijadinho e o Barroco Mineiro, diz que "a descoberta das minas enriquece Portugal, mas também traz o fermento que o fará perder a colônia". Na Inconfidência Mineira, o filósofo Sérgio Rouanet, estudioso das Ilustração, diz que importante são as ideias, que discutiam a Independência Americana de 1776 e a Revolução Francesa de 1789. A 14 de julho, em 1789, caia a Bastilha em Paris e eram presos os inconfidentes em Vila Rica. E, com Tiradentes, aliados pelo mesmo ideal, eram aprisionados Claudio Manoel da Costa, Tomas Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto, que compõem o drama lírico-romanesco da Inconfidência.

Minas Gerais, como seu nome, nasce da riqueza do seu subsolo, que povoa seu território, conforma sua sociedade e sua identidade, mas também atrai e assinala os ciclos de espoliação econômica, dos ciclos do ouro e do ferro, que distinguem sua História Social e Econômica. E que, nos nossos dias, nos aflige com as minas, barragens e lamas, sem que esta herança natural gere benefícios maiores para os mineiros, como é justo desejar. Exaltar a Inconfidência, sua inspiração e ideário, é também lembrar, na contemporaneidade, a tragédia de Minas.



JAYME VITA ROSO

vitaroso@vitaroso.com.br

Advogado

Proposta de uma economia antropológica, para advogados experientes

"É típico da mente ilustrada debruçar-se sobre um pensamento sem, necessariamente, acolhê-lo" - (Aristóteles, Poética)

Quem foi Thorstein Veblen e o que ele realizou?

O século XIX nos legou, segundo a historiografia, ícones em todas as áreas do saber: ciência, filosofia, artes e teologia. Seu alcance e variedade são inimagináveis, merecendo destaques: a criação da Associação Britânica para o processo da Ciência, em 1831, na Inglaterra, até o registro da palavra cientista em 1840, passando pelos grandes nomes como Pasteur, Gauss, Darwin e outros tantos.

No século que Victor Hugo batizou de "uma segunda Era de Ouro" (HUGO, V. Os Miseráveis, São Paulo: Cosacnaify, 2002, p. 766), alguns nomes foram, injustamente, relegados ao obscurantismo. O trabalho de trazer à tona alguns destes pensadores poucos visados e, consequentemente, pouco estudados pelo orgulho, vaidade e inveja dos acadêmicos, é imprescindível, ainda mais nos dias de hoje em que tão pouca atenção é dada ao conhecimento sério, honesto, desprendido e não ideológico.

Pensando nisto, fortuitamente, me deparo com excelente artigo publicado no The New York Review, escrito por Kwame Anthony Appiah (filósofo e escritor anglo-ganês, especializado em estudos culturais e literários. Atualmente é professor na Universidade de Princeton), que versa sobre Thorstein Veblen, economista behaviorista que deveria figurar como nome essencial para a intelligentsia contemporânea, mas, infelizmente, por motivos alegados e apontados, acabou negligenciado pelo grande público e, por espanto e pesar, por nossos economistas e chefes de estado.

Se, na arquitetura, o Concreto Armado de Joseph Monnier revolucionou a construção civil, na economia Veblen revolucionou o conceito de psicologia evolucionária, pois no direito processual – garantidor dos direitos fundamentais – virou um labirinto onde habitam minotauros. Seus textos esbanjam lucidez e nos impressiona por anteciparem, há mais de um século, uma miríade de questões que hoje nos atormentam, por exemplo: 1) o capital de finanças enquanto modelo que é devedor da eficácia dos instrumentos de crédito; 2) o patriarcado como um sistema centrado na guerra, propriedade privada e controle sobre o corpo feminino; 3) elaboração de ideias feministas com a ascensão das mulhres.

Veblen pressagiou até mesmo quiçá a queda de Trump, ao asseverar que "realmente, um grau de exuberância pueril emparelhada com a truculência de uma criança de temperamento explosivo pode vir a ganhar afeição pública" (The New York Review, de 14 de jan. de 2021, p. 51).

O alto custo de suas brilhantes reflexões não poderia ter sido outro senão o ostracismo intelectual. Veblen ajudou a formar a visão de mundo, munido de juízos originais e contundentes, mas a visão que alguns críticos lhe emplacaram foi a distorcida, sempre malévola.

Por gerações, sua obra foi marginalizada, tomado como um imigrante que vivia em absoluta pobreza, excêntrico e outsider acadêmico, que tecia críticas ao sistema educacional apenas por ser excluído dele.

Essa perspectiva denigre a vida de Veblen, tendo sido popularizada por um de seus opositores em biografia póstuma, publicada em 1934 e escrita por Joseh Dorfman. Apenas na década de 90, através de árduo trabalho revi-

sionista, a visão tendenciosa sobre Veblen teria sua guinada: Veblen: the making of an economist who un-made economics (Harvard University Press. 2020), de Charles Camis, rearranjou a vida pessoal e profissional de Veblen, como lhe fez jus ao grande pensador econômico que era.

Veblen graduou-se em John Hopkins, onde estudou filosofia e economia política, vindo, mais tarde, a formar-se em Yale, onde se formou doutor em filosofia em 1884. Casou-se em 1888 com Ellen Rolfe. Contraiu de malária logo em seguida.

Apesar da saúde precária, terminou seus estudos em 1891, mudando-se para Cornell para concluir seu segundo doutorado, desta feita em economia.

Seu trabalho, extraordinário, motivou seu orientador, ao ser contratado pela Universidade de Chicago em 1892, em trazê-lo consigo, notando seu brilhante orientando que, como colega, alçou parelha ao mestre. Veblen residiu em Chicago por mais uma década, época que se mostrou a mais frutífera da carreira do pensador, pela qual seria lembrado. Aliás, Chicago, Illinois, é um marco decisivo na intelectualidade americana.

Teses e argumentos propriamente ditos?

Quanto valem ser lembrados!

Veblen é considerado o pai do institucionalismo na economia, ou o que entende a ciência econômica como uma complexa rede de instituições e costumes, hábitos e tradições, e não apenas como um conjunto racional direcionado aos interesses individualistas do tecido social.

Aliás, é digno de nota que sua tese econômica gira em torno da noção de uma economia antropológica e, para sustentar sua criação inovadora, estudou minuciosamente tribos distantes e desconhecidas.

Provando-se um "economista iconoclasta" por não aderir aos termos mainstreams do conhecimento econômico de sua época, Veblen publicou sua grande obra A theory of the leisure class: an economic study of institutions (Createspace Independent Publishing Platform, 8 maio 2018) em 1899. Nesta obra, além dos preceitos supracitados, figura também justo apelo a uma economia mais humana, que ampare os mais necessitados e lhes dê meios de subsistência mínima, chegando ao ponto de trazer à tona, algo que, mais tarde, seria abarcado pelos movimentos sociais feministas, a ideia de 'emancipação do trabalho'. Ou seja, o New-woman movement era indissociável de suas conquistas teóricas ao desnudar as mazelas e horrores do início do século XX, em especial no tocante à pobreza e desemprego. Tudo sustentado com lucidez, não como palanque.

Crítico ferino dos rumos para os quais o grande Capital estava caminhando – se os donos dos meios de produção eram "parasitas", como versavam os anti-economistas de sua época, então o capital de crédito, que estava a suplantar as fábricas, segundo Veblen, seriam parasitas de parasitas, pois o próprio elemento mais básico do capital estava sumindo: o trabalho – , isto é, o detrimento da produção pela especulação abstrata, hoje financeira, tecnológica.

Sua luta contra o dogmatismo acadêmico é inspiradora, ensinando-nos a não ceder e tramitar com interesses escusos e que, como Veblen, em sua robusta produção teórica (que não deixa a dever aos grandes clássicos da econômica como Adam Smith, David Ricardo, escola austríaca ou Marx) mantém sua coragem e sua dignidade, mesmo enfrentando descrédito e desprezo de seus adversários (Há apenas trinta anos, conseguiu ter sua vida e obra limpas, justiça feita aos intelectuais com escrúpulos, que ainda existem nas Universidades), a verdade tende a prevalecer no fim.

E por falar em verdade, a economista (mulher arretada) Stephanie Kelton, recém criou e deu alicerces à moderna teoria monetária e o renascimento da economia do povo (The Deficit Myth, Nova Iorque: PublicAffairs, 2020).

E, por dever de ofício, alinho outros expoentes da área da ciência econômica norte americana que lhe dão respaldo: David Ley, Mohammed el Arian, Naomi Klein, Mariana Mazzucato, John Harvey, Paul Allen, Frank Newmann.

Proponho aos advogados, mormente aos que tem vocação política, que se delineiem nestas linhas para alinhar seu comportamento ao Brasil de J.K.

KÊNIO DE SOUZA PEREIRA

kenio@keniopereiraadvogados.com.br

Presidente da Comissão de Direito Imobiliário da OAB-MG; Vice-presidente da Comissão Especial de Direito Imobiliário da OAB Federal; Diretor da Caixa Imobiliária Netimóveis –BH/MG.

Parceria entre grandes inquilinos configura sublocação ilegal

Criatividade para burlar a sublocação prejudica o locador e a concorrência

As grandes redes comerciais alugam lojas e galpões em locais estratégicos de forma a ampliar seus pontos de venda e ao mesmo tempo inibir que os concorrentes se instalem no entorno, garantindo assim maior faturamento e valorização do seu ponto comercial. Esses procedimentos agregam valor ao negócio que passa a valer centenas de milhões de reais, sendo comum determinado grupo econômico vender a operação para outro concorrente que deseja passar a ocupar justamente os locais já ocupados pela vendedora.

Essas transações envolvem a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) quando é realizada a transferência de gestão ou administração, pois implica grande interesses financeiros que podem afetar determinado segmento. O fato é que esses tipos de negociações ou parcerias ao serem autorizadas pela CVM e pelo CADE sendo, portanto, legais, não geram nenhum efeito quanto aos contratos de locação que vedam a sublocação. A Lei do Inquilinato, no art. 13 estabelece: "A cessão da locação, a sublocação e o empréstimo do imóvel, total ou parcialmente, dependem do consentimento prédio e escrito do locador", sendo, portanto, clara a ilegalidade da manobra de alguma rede transferir os pontos locados para outra rede, mediante subterfúgios, sem que os locadores desses imóveis previamente autorizem.

SUBLOCAÇÃO COM RESTRIÇÕES NÃO PODE SER ESTENDIDA

É comum nos contratos de locação de drogarias, supermercados, lanchonetes, fast food, agências de turismo/automóveis, bancos, hospitais e demais lojas que compõem redes ou conglomerado de empresas que fazem parte do mesmo grupo econômico, constar prévia autorização para ceder o imóvel e as obrigações do contrato de locação para outra empresa do grupo que faz parte a pessoa jurídica do inquilino. Contudo, essa liberalidade não permite que o inquilino transfira para terceiros o imóvel, pois a locação é personalíssima, sendo que em muitos casos o locador a efetiva somente por se trata de determinada empresa ou pessoa em razão de vínculos específicos, como a confiança.

Portanto, a regra no Brasil é a proibição da sublocação que prevalece em mais de 97% dos contratos em geral. Apenas, alguns contratos destinados a grandes empreendimentos, contém a exceção de permitir a sublocação para o mesmo grupo econômico que faz parte o inquilino, sendo aceitável para aproveitar os grandes espaços locados, como vemos, em hipermercados que dentro deles encontramos farmácia, banca de jornal, chaveiro, floricultura, lavanderia e outras empresas distintas localizados na parte frontal ou após os clientes saírem dos caixas com as compras. Essas pequenas sublocações autorizadas visam rentabilizar a exploração do imóvel pelo hipermercado que figura como inquilino, sendo este o foco da locação, que em muitos casos as partes ajustam o valor do aluguel num percentual do faturamento do inquilino. Somente de forma excepcional, em algumas situações raras, é autorizado o inquilino passar a figurar como sublocador para que possa viabilizar locações pontuais, em partes limitadas do galpão, pelas quais fica responsável perante o locador.

O proprietário do imóvel, nesses casos, permanece tendo a relação jurídica apenas com a empresa que ele confia, como inquilina, não tendo contato e nem obrigações com os demais ocupantes/sublocatários autorizados, sendo tal relação restrita, impossível de ser estendida.

PARCERIA OU ABSORÇÃO DE MARCA PELO NOVO OCUPANTE NÃO ILIDE ROMPIMENTOS DO CONTRATO DE LOCAÇÃO

Diante da limitação ajustada

no contrato de locação, com base nos artigos 13, 71, inciso II e 72, inciso I, da Lei nº8.245 e em respeito aos princípios da boa-fé e da aparência, caso uma empresa ou rede venha a fazer uma parceria com outra que não faça parte do seu grupo, que tenha sócios e diretorias distintas, cometerá infração legal e contratual ao transferir os imóveis locados para outra rede/conglomerado. Independentemente de o prazo do contrato de cinco anos estar em vigor, diante da troca de marcas/empresas no imóvel locado, poderá o locador requerer a despejo por infração contratual juntamente com a multa rescisória, ou estando em andamento a Ação Renovatória, recusar a concessão do novo contrato por prazo determinado e com base no art. 74, solicitar a desocupação.

Alterar quem ocupa o imóvel sem a prévia anuência do locador, agride seu direito de propriedade, o que implica na prerrogativa de escolher para quem deseja alugar. A transferência do seu imóvel para outra empresa, à sua revelia, poderá inclusive lhe causar prejuízo futuro ao desvalorizar o ponto com uma atuação inferior à do inquilino original, além de gerar perda com a renda do aluguel caso esse tenha sido estipulado com base num percentual de vendas da atividade ali desenvolvida.

A compreensão adequada dos princípios da Lei do Inquilinato desautoriza confundir a combinação de transferência a locação para empresa do mesmo grupo com a manobra de tergiversar o trespasse do ponto comercial, sob a alegação da mudança da gestão e a administração da empresa inquilina para outra distinta. Isso afronta o artigo 13 que proíbe a sublocação, ou seja, que outra empresa entre no local já ocupado pelo inquilino que assinou o contrato com o locador. São CNPJs e sócios sem qualquer ligação, sendo mais grave a infração se a parceria é realizada entre concorrentes na mesma atividade empresarial, de maneira que esses tenham ajustado que a "bandeira" do novo ocupante fará sumir a marca do outro para os clientes, ou seja, os imóveis passarão a ser vistos como se todos fossem única empresa, com a mesma logomarca e visual.

LESÃO AO LOCADOR E AOS CONCORRENTES

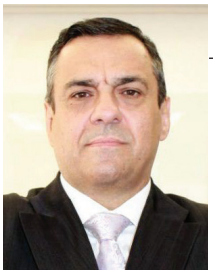
Para exemplicar o absurdo, exemplificamos um locador que possui um grande imóvel ocupado pela Concessionária Ford, que paga mensalmente o aluguel de R$120.000,00, que fica numa localização que é cobiçada por várias outras marcas de automóveis que pagariam luvas ao locador pelo ponto comercial e um aluguel de R$300.000,00 por mês. Afrontaria a lei e o bom senso, a pretensão do inquilino ganhar com o transpasse da locação, mediante a subterfúgio de ter realizado uma parceria com Ferrari para assumir a gestão da Ford, tendo a nova ocupante reformado o imóvel e inserido nele seu layout típico da Concessionária Ferrari, de maneira que essa continuasse pagando o aluguel de R$120.000,00 para o locador que não autorizou a sublocação.

Essas grandes marcas, diante da sua credibilidade e imagem ilibada, nunca praticariam tal procedimento, pois agem de maneira criteriosa e dentro da legalidade. Evitariam qualquer transação que configurasse sublocação, mas infelizmente há empresas mal orientadas juridicamente que arriscam.

A efetivação de manobras criativas, que formatam cenários jurídicos que afrontam a boa-fé e a probidade, podem evidenciar a intenção de prejudicar outro pretendente, do mesmo ramo, que poderia vir ali se instalar e pagar luvas pelo ponto comercial, além de um aluguel melhor para o locador, inclusive mediante participação em percentual de vendas.

Em alguns casos o ponto comercial/fundo de comércio já pertencia ao locador que construiu o galpão para explorar o mesmo ramo do inquilino, não podendo este por meio de um transpasse irregular, frustrar o direito de locador, previsto no art. 52, § 1º, voltar a ter seu ponto comercial para uso próprio.

Diante da complexidade das locações comerciais é imperativo que o locador seja bem assessorado juridicamente, para que possa tomar as medidas adequadas, logo que tomar conhecimento dos atos que podem lhe causar danos, pois a demora nesses casos pode agravar os prejuízos.



DOUGLAS DE CASTRO

Covid e o licenciamento ambiental de cemitérios

Advogado head das áreas ambiental e regulatória do Cerqueira Leite Advogados. Ele é pós-doutor em Direito Internacional Econômico (FGV), doutor em Ciência Política - Relações Internacionais (USP), mestre em Direito pela Faculdade de Direito também pela USP e LL.M. em Direito Internacional pela Brigham Young University. É professor da Ambra University, Professor de Direito Internacional e Relações Internacionais na Universidade Paulista (UNIP) e Professor Visitante na Foundation for Law and International Affairs (Washington D.C.).

A complexidade que a Covid trouxe para a nossa sociedade é imensa. Alguns dos efeitos por ela causados somente poderão ser identificados no longo prazo. No entanto, isso não pode ser desculpa para uma preparação adequada e, se necessário, a tomada de decisões imediatas para mitigar os efeitos e danos.

Quando se trata dos efeitos da pandemia sobre o meio ambiente, precisamos ter em mente os princípios básicos da prevenção e da precaução, ambos corolários do licenciamento ambiental como forma de se atingir um desenvolvimento sustentável para as presentes e futuras gerações.

As conferências das Nações Unidas de Estocolmo (1972) e Rio (1992) já afirmavam de maneira expressa a necessidade de adoção de medidas de prevenção aos danos causados ao meio ambiente. De forma mais dogmática, a Resolução 237/97 do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente - consagrou no art. 1º, I o instrumento adequado para este fim: o licenciamento ambiental, que conforme a Resolução é um:

"[...] procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso."

Trata-se de um procedimento administrativo escalonado em: a) licença prévia (LP); b) licença de instalação (LI); e c) licença de funcionamento, no qual os órgãos da administração pública atestam a sustentabilidade do empreendimento (conciliação entre as demandas sociais e a preservação do equilíbrio ecológico), levando em consideração o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).

Desse modo, o desenvolvimento de algumas atividades depende do prévio licenciamento ambiental, sendo uma delas os cemitérios. A Resolução CONAMA nº 335, de 3 de abril de 2003 estabeleceu os critérios para o licenciamento ambiental.

Para a concessão do licenciamento, os empreendedores ou Poder Público devem preencher os inúmeros requisitos estabelecidos pela Resolução 335, que quando da sua elaboração, levou em consideração uma situação "normal" em termos de capacidade de sepultamentos a serem realizados. Ora, se em uma situação de "normalidade" em termos de operação de cemitérios se pode constatar graves contaminações, o que se dirá em uma situação de extrema pressão de sepultamentos que a Covid-19 trouxe. A título de exemplo, cito estudo feito na Universidade federal de Alagoas, em que se constatou que no:

*"[...] cemitério São José, no Trapiche, foram detectadas bactérias proteolíticas, um sinal de que a água está contaminada por necrochorume, líquido produzido pela decomposição dos corpos. "A água coletada nos poços desses cemitérios encontra-se totalmente fora dos padrões de referência da água potável, segundo a portaria 2914/2012 do Ministério da Saúde", denuncia a pesquisadora." **

Somente na cidade de São Paulo, o número de sepultamentos quase dobrou em razão da doença, o que nos leva a questionar: o licenciamento ambiental aprovado para os cemitérios levou em consideração este tipo de aumento de demanda? Quais seriam as possíveis ações, se é que foram previstas, para enfrentar eventual aumento de demanda? Como anda o monitoramento dos recursos hídricos na região do cemitério após a pandemia.

Este artigo de reflexão pretende levantar a questão tendo como base a prevenção e precaução que deve estar presente quando o meio ambiente é afetado por atividades humanas. Os eventuais danos ambientais causados pelo aumento da demanda de sepultamentos são deletérios e, assim, somente em alguns anos teremos que pagar a conta de eventual omissão (assim como estamos pagando hoje a conta do aquecimento climático).

(https://ufal.br/ufal/noticias/2012/06/estudo-indica-que-cemiterios-contaminam-as-aguas-subterraneas)

PAULO QUEIROGA

Com ajuda do Blog: malapronta.com.br

Paraísos de água doce no Brasil

O sonho de viagens internacionais foi apagado pelo desastroso número de contaminações de Covid 19 no Brasil.

Estamos isolados do mundo. O brasileiro, atualmente, não é bem-vindo em praticamente todos os países. Ainda que não houvesse esse isolamento compulsório, o câmbio também inviabiliza roteiros internacionais para a maioria dos viajantes brasileiros. Ao viajante hoje contido resta a esperança de novos rumos das políticas de prevenção e combate à pandemia, que nos permitirá sonhar novamente.

Felizmente, o Brasil oferece destinos belíssimos, por vezes desconhecidos dos viajantes: As praias de areia branca do Amazonas e Pará, com água doce e cristalina, que encantam qualquer visitante.

Para nós viciados em viajar, é possível programar para futuro relativamente próximo, uma viagem espetacular a essas maravilhas brasileiras.

Na capital amazonense, Manaus, os rios são as principais atrações. O encontro das águas entre o Rio Negro e Solimões é o fenômeno mais procurado pelos viajantes reinando ao lado de outros atrativos locais. Um exemplo é a Praia de Ponta Negra, onde concentra boa parte do agito da cidade. O local bem estruturado com restaurantes, hotéis e espaços comerciais, mantém o visitante ocupado o dia inteiro curtindo a calmaria de suas águas e relaxando na areia. O pôr-do-Sol ganha um ângulo privilegiado de rara beleza e a praia fica ainda mais movimentada no entardecer.

Na região metropolitana de Manaus fica o pequeno município de Iranduba. O lugar, até há pouco tempo desconhecido dos turistas, conquistou seu espaço nos roteiros justamente pela beleza da praia Açutuba, considerada uma das mais belas praias de água doce do estado amazonense.

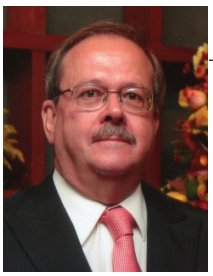
No clima de um pacato vilarejo o visitante se maravilha no contraste da areia branca com as águas escuras do Rio Negro. A estrutura de serviços é simples, com poucos restaurantes, mas atendem bem ao visitante com deliciosos peixes regionais e bebidas típicas. Lugar indicado especialmente para quem quer paz e sossego.

A Ilha de Algodoal, no Pará, também conhecida como Ilha de Maiandeua, pertence à cidade de Maracanã. As praias de água doce são influenciadas pela maré dos rios amazônicos, fenômeno responsável pela variação de suas ondas. Quatro vilarejos formam um espetáculo de 19 km^2 de extensão com paisagem encantadora, graças à areia branca e às enormes dunas que contornam suas águas. A calma e a tranquilidade reinam absolutas, mesmo durante as altas temporadas, que acontecem em julho e, depois, de setembro a dezembro, com grande concentração dos turistas. O destaque é para a Praia da Princesa, uma das mais belas da região.

Também no Pará, Salvaterra, na Ilha do Marajó é um destino de muito sucesso pelas praias de água doce. Entre as praias que recortam a ilha, o destaque é a Praia Grande. A tranquilidade sem igual exerce fascínio irresistível nos viajantes em busca de sossego. Os bares servem pratos típicos e disponibilizam cadeiras e mimos perfeitos para aproveitar o Sol. Praia Grande faz qualquer turista esquecer os problemas e o estresse do dia-a-dia.

Alter do Chão é outra preciosidade do estado paraense. O destino, que pertence à Santarém, atrai milhares de turistas ao longo do ano, especialmente no mês de julho, quando suas praias de água doce ficam ainda mais bonitas. As águas do Rio Tapajós encenam verdadeiros paraísos comparados ao Caribe e suas praias estão entre as mais belas do país.

Nesses tempos sombrios de isolamento, enquanto sonhamos, planejamos. E quando planejamos, realizamos. Por isso, não deixe de sonhar. Afinal, nunca existirá uma vacina que possa ser eficaz no incurável vício de viajar.



CARLOS ALBERTO TEIXEIRA DE OLIVEIRA

Meus Jardins, Minha Casa

Planta Cica – Cycas Revoluta

Administrador, Economista e Bacharel em Ciências Contábeis. Presidente da ASSEMG-Associação dos Economistas de Minas Gerais. Ex-Presidente do BDMG e ex-Secretário de Planejamento e Coordenação Geral de Minas Gerais; Ex-Presidente do IBEF Nacional – Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças e da ABDE-Associação Brasileira de Desenvolvimento; Coordenador Geral do Fórum JK de Desenvolvimento Econômico e Vice-Presidente da ACMinas – Associação Comercial e Empresarial de Minas. Presidente/ Editor Geral de MERCADOCOMUM.

Vedete dos jardins contemporâneos e tropicais, a cica se parece com uma pequena palmeira. Suas folhas são longas, rígidas e brilhantes, compostos por folíolos pontiagudos. É uma planta dióica, de origem pré-histórica, com crescimento bastante lento – cerca de apenas 3 centímetros ao ano, o que a torna muito valorizada no mercado.

Quanto mais velho o exemplar, maior valor alcança. Os ovários, que ficam protegidos no topo da planta fêmea durante a floração, são muito difíceis de serem polinizados, desta forma, praticamente 100% dos frutos obtidos no jardim residencial são estéreis. As plantas do sexo masculino são raras em cultivo. No paisagismo, vai bem como planta isolada e em conjuntos no jardim ou em vasos.

Deve ser cultivada a pleno sol ou meia-sombra, em terra de jardim enriquecida com composto orgânico e areia, formando uma mistura leve e permeável. As regas devem ser regulares. É muito rústica, mas pode ficar suscetível a cochonilhas em locais de pouca luminosidade. Multiplica-se por separação das mudas formadas no entorno da planta mãe.

A multiplicação por sementes é muito difícil e só é interessante comercialmente, pois exige tecnologia e pessoal especializado.

O tronco lembra uma palmeira, lenhoso a semilenhoso, com ou sem ramificações.

As folhas são dispostas em coroa, são grandes, podem atingir de 1,20 a 1,50 de comprimento por 15 ou 20 cm de largura.

Os folíolos numerosos são finos e rígidos de ponta aguçada.

A planta pode ser masculina ou feminina.

A planta masculina tem no centro a inflorescência, que é uma cone ovalado de 40 cm aproximadamente de cor amarela.

A planta feminina desenvolve no centro uma enorme inflorescência de cor amarela a alaranjada, com lâminas recortadas cobertas por uma penugem marrom.

Cada lâmina apresentará um óvulo que se fecundado se tornará um fruto de cor vermelha quando maduro em formato de ovo.

Para plantar uma cica, abra uma cova duas vezes maior que o torrão.

Coloque areia no fundo misturando de leve com a terra do fundo.

A planta que tem a parte central em cone é a planta masculina, onde haverá o pólen

para as flores femininas.

No mercado seu preço é mais que o dobro da planta feminina, pois propicia a polinização com a consequente obtenção de frutos.

Se chegou a ver alguma planta destas com as folhas cortadas provavelmente seja porque insetos do tipo cochonilha atacaram, infestando a planta.

O ataque danifica as folhas, com manchas amarelas em pontuações, muito prejudiciais ao desenvolvimento e beleza da planta.

É uma das plantas mais utilizadas atualmente em paisagismo, somente perdendo para o Buxus.

Em vasos grandes na entrada de empresas ou de condomínios confere elegância e aspecto de um jardim dispendioso.

Talvez porque realmente as mudas grandes são muito caras.

A produção de cicas baseia-se principalmente em separação dos filhotes e rebentos que surgem junto ou no próprio tronco.

Retirar com cuidado para não danificar o tronco da matriz e plantar em substrato igual ao recomendado para plantio, em sacos ou vasos.

A melhor época para o plantio é o inverno ou na estação das chuvas.

*Fonte: Wikipedia - Fotos: Minha residência em Lagoa Santa – MG;

INIMÁ SOUZA

inima.souza@gmail.com

Vinho, Gente, Coisas e Adjacências

De Vinhos, Pequenas Narrativas

"Dado que o homem é o único animal que bebe sem ter sede, convém que o faça com discernimento." (L. Farnoux-Reynaud)

Há pouco mais de duas décadas, se tanto, cá por estas bandas, e para muita gente, o vinho ainda era considerado bebida de culto e de endinheirado; sem que, contudo, cultura, dinheiro e conhecimento da bebida, andassem juntos. Ainda, ontem, nas rodas dito elegantes, o Liebfraumilch, com pompa, era traduzido como "leite da mulher amada", e servido com reverência.

Milch - originado do alemão antigo minch -, significa monch, monge. Portanto, Liebfraumilch é monge da Igreja de Nossa Senhora, ou monge de Nossa Senhora. Situada em Worms – então, um vilarejo -, a Igreja, de estilo gótico, teve o nome usado nos vinhos produzidos no entorno. Segundo a história, nessa Igreja, em 1521, Lutero foi condenado por heresia. Mas, isto é outra conversa.

Porém, o vinho democratizou-se e, hoje, o seu consumo é amplo, risonho e franco. Não tanto como pode; eliminadas algumas circunstâncias limitadoras, como carga tributária e dificuldades na interação do segmento. O crescimento no consumo é, todavia, alentador e irreversível, e tem, neste momento, relação imediata com novos hábitos na pandemia.

Segundo o IWSR, 51% dos bebedores regulares de vinho aumentaram a frequência de consumo durante as refeições do dia a dia, durante a quarentena. Importante destacar o crescimento do universo dos novos apreciadores, aqueles que, no isolamento, fizeram opção pelo vinho, em detrimento de outras bebidas. Não mais beberão o que bebiam antes.

Pois o vinho, espumante, branco seco ou doce, rosés, tintos encorpados ou leves, fortificados, é isto: reúne homens e ideias, amplia e consolida amizades. É assim, há milênios.

- *As virtudes do vinho, para a saúde, são decantadas desde o seu primórdio. Segundo a boa leitura, a molécula do etanol possui propriedades farmacológicas comprovadas: vasodilatadora periférica, diurética, tranquilizante, desinfetante, anestésica, solvente de alguns cálculos, poder calórico elevado, ação energética rápida, aumento da absorção intestinal das gorduras, sedante, baixa toxicidade terapêutica, e mais. Essa molécula milagrosa é consumida com o vinho. O tanino - um seu componente essencial -, é reconhecidamente antiviral. O bom entendedor entenda.*

- *Berço do Champanhe, a região vinícola de Champagne, que com preende cinco grandes regiões (Montagne de Reims, Vallé de La Marne, Côte des Blancs, Côte de Sézanne e Côte des Bar), é, também, produtora de vinhos brancos e tintos, nunca mencionados. Como se infere de pronto, os brancos, da uva, Chardonnay, e os tintos, de Pinot Noir e Pinot Meunier.*

- *Lá pelo ano 2000, qualquer leitura internacional sobre vinho, pelo mundo, resumia as informações sobre a vinicultura brasileira numa dúzia de linhas, em única página que reunia os demais produtores da América do Sul: Chile, Argentina e Uruguai. Certamente, por trás de tão pouco interesse estava o antigo ditado português, "pra quem é, bacalhau basta."*

O Velho Mundo do vinho não conhecia a vinicultura sul-americana. Os vinhos chilenos já eram reputados, especialmente pela ótima relação preço e qualidade; e a Argentina já detinha liderança na produção de vinhos. No Brasil, o final do século vinte marcava o surgimento do moderno vinho brasileiro, que avançou velozmente nas últimas décadas.

Argentina e Chile estão entre os dez maiores produtores de vinho do mundo, e o vinho brasileiro segue obtendo sucessivas premiações internacionais, mundo afora. Nosso espumante é a cereja do bolo. Os muitos mal informados estão por todos os quadrantes.

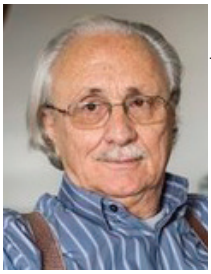
Há algum tempo recebi telefonema de amigo pedindo-me sugestão de espumante a servir no casamento da filha. Prontamente, indiquei-lhe o espumante brasileiro. Do outro lado da linha, a reação: "você está achando que eu quebrei?" Nada mais eu disse, nem me foi perguntado. Nas luxuosas bodas, um conhecido espumante europeu circulou, à larga, para as centenas de convivas.

Ao término de encontro sobre harmonização de vinho e comida, alguns dias depois, com grupo de gourmands,e presença daquele amigo, promovi degustação às cegas, para avaliação de cinco espumantes; entre eles um brasileiro e, propositalmente, o que fora servido no casamento. Resultado: melhor avaliado - com ampla diferença para o segundo -, o espumante brasileiro.

Quanto ao espumante das bodas, bem, digamos que ele não chegou às semifinais. Para aliviar o constrangimento, cuidei para não faltar o vencedor na taça do meu amigo.

Os restaurantes terão de ajustar as suas cartas de vinhos, quando liberados para funcionar amplamente. Os frequentadores tradicionais - e outros, nem tanto, voltarão, com compreensível avidez, ao charmoso hábito de um vinho à mesa com comida, no restaurante.

Tim, tim.



OLAVO ROMANO

olavoromano@task.com.br

Escritor, membro da Academia Mineira de Letras

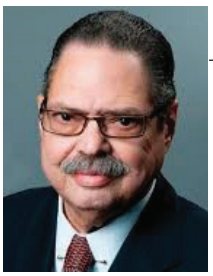
O homem que veio de longe

Este texto integra o capítulo intitulado "Jornada de um Sonho", do livro "FAMÍLIA ROMANO – Memórias. Afeto. Gratidão", escrito por Olavo Romano e cada um dos 14 irmãos, a ser brevemente lançado pela "Caravana-Grupo Editorial

No final de 1935, logo após a Intentona Comunista, ele foi a novidade do lugar. Pele clara, queimada de sol, falava aos borbotões. De terno cáqui, botina gomeira, chapéu de feltro, ou de lebre para o povo da roça, queixava-se de uma dor de dentes. Durante o exame, os dois homens se examinavam, cada um duvidando que o outro fosse o que dizia ser: médico e dentista. Papai diagnosticou uma adaptação à altitude, coisa que logo se resolveria. "Aqui estamos a 1.000 metros, o senhor deve ter vindo de um lugar próximo ao nível do mar". Quando o cliente saiu, vovó Nhazinha advertiu: "Cuidado, Nonô, que esse homem é comunista". Acertou na mosca. Natural de Campos dos Goytacazes, RJ, Adão Pereira Nunes, também chamado Manoel, virou Luís no pequeno arraial. Fugido da polícia política, veio para Oliveira, por indicação de Evandro Chagas, seu colega de turma. Para refúgio, Virote indicou-lhe São João Batista, onde deveria procurar o dentista Demosthenes Romano e o farmacêutico Jair Valentim. Grávida de Nina, Alayde veio depois, de carro de boi, até à Usina. Lá, o marido a esperava com um cavalo arreado. Esquecida do codinome combinado, ela o abraçou eufórica: "Salve, meu Adão!". Na fumaça da pólvora, ele respondeu: "Minha querida Eva, estamos no paraíso". O dono do cavalo desconfiou, espalhou sua dúvida à boca pequena, mas é como Dr. Luís que, até hoje, o médico é lembrado, embora tenha permanecido pouco mais de um ano no lugar. Na saída, a cavalo, acompanhado de Alayde, Nina em um travesseiro na cabeça do arreio, a pequena comitiva que levou os viajantes até a Volta do Brejo os comparou à Sagrada Família, embora os pais fossem ateus e a criança, uma menina.

Pereira segurou um lugar de dentista para o Papai em João Pinheiro, como fez depois em Cosmorama, interior de São Paulo. Mas a falta do diploma o mantinha clandestino na profissão. Nunca perdeu contato com nossa família e a amizade permanece na filha Abigail, Biga, que em l962 apareceu nas páginas de "O Cruzeiro" como guerrilheira na selva equatoriana. Adão Manoel (Luís) Pereira Nunes foi sempre forte referência por sua coragem e coerência. E também por dialogar com nosso pai em suas solitárias buscas sócio-comuno-humano-existenciais-anárquicas e espiritualistas. Deputado federal cassado, refugiou-se no Chile. Atendeu o admirável jornalista Guy de Almeida e disse à irmã superiora do hospital que cuidasse bem dele, pois tratava-se de conceituado monsenhor brasileiro. Depois que nos visitou no Rio, em 1970, Ana virou Doutor Pereira nas brincadeiras com Paulo, por causa de seu cabelo liso, caindo sobre os olhos. Para minha alegria, compareceu ao lançamento de Casos de Minas, em 1982, na Livraria Argumento. Na volta de Betinho do exílio, Pereira aparece a seu lado no aeroporto. Ligou-se ao senador Saturnino Braga, de quem foi suplente. Dá nome a um hospital em Saracuruna, Duque de Caxias.

Uma frase de dona Alayde magoou Mamãe, mas deve ter funcionado como poderoso acicate: "Se esses meninos não estudarem, vão ficar pegando cavalo para os outros". A garrafa de vinho Casal Garcia, presente dele, ficou uma eternidade esperando "quando o Pereira vier". Ironicamente, acabou ajudando a alimentar o incêndio que destruiu nossa casa em Oliveira, do qual só se salvou o relógio de parede. Com a caixa de madeira sendo devorada pelo fogo, testemunhou, funcionando o tempo todo, a impiedosa marcha das chamas.



PAULO CESAR DE OLIVEIRA

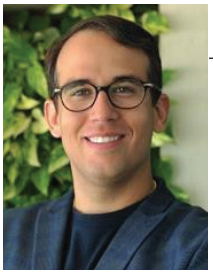
Jornalista e diretor-geral da revista Viver

O espírito da marginalidade

Há uma preocupante escalada da violência dita política no país. Não se vê mais o debate político, fundamental para que se chegue a um consenso sem o que não há como governar. Nossos políticos perderam a lhaneza, deixaram a arte da provocação fina e assumiram o espírito da marginalidade e da agressão verbal. Neste ritmo, em breve, a agressão verbal se transformará em agressão física.

Este espírito de beligerância anima e impulsiona os fanáticos. Especialmente o pior deles, o fanático não por ideologia, mas por interesses pessoais. E ao alimentar este tipo de fanatismo, que leva um grupo a invadir uma emissora de rádio, onde um locutor criticava o presidente Bolsonaro, ou um padre, no púlpito, definir como "coisas de comunistas", a proibição de cultos e missas como estratégia para combate a pandemia, os governantes vão incentivando a formação de grupos sobre os quais não terão, nunca, controle total. É, na expressão popular, cobra criando cobra. Cobra que um dia pode se voltar contra o criador porque se move por interesses pessoais que, contrariados, estimulam reações.

É das lutas intestinas que surgem a derrocada dos caudilhos, figuras tão comuns neste torrão do mundo chamado "América Latina". Nas últimas semanas temos assistido, perplexos os mais conscientes, este cenário político. Em plena crise da covid 19, que nos coloca como fantasmas do mundo, a elevação do tom das agressões, notadamente pelo presidente Bolsonaro a quem, pelo posto que ocupa, caberia o autocontrole, só nos faz mais vulneráveis e menos capazes de implementar ações coordenadas para o bom enfrentamento da crise sanitária que agrava ainda mais nossos problemas econômicos e sociais. Falta-nos, e como faz falta, um líder. Alguém que saiba buscar o diálogo e que saiba compreender que gritar, espernear, usar palavras chulas contra adversários, não soluciona problemas. Só agrava, pois ouriça os imbecis e os aproveitadores.



IGOR MACEDO DE LUCENA

Economista e empresário, Doutorando em Relações Internacionais na Universidade de Lisboa, membro da Chatham House – The Royal Institute of International Affairs e da Associação Portuguesa de Ciência Política

Banco Central: independência na prática

Em abril tivemos um aumento da taxa de juros de 2% ao ano para 2,75%, um aumento considerável e previsto por alguns operadores do mercado financeiro. Mas o que efetivamente isso quer dizer? É importante lembrar que uma das missões principais do Banco Central é a defesa para a manutenção do poder de compra da população; ou seja, o combate à inflação no Brasil, que se encontra crescente mês a mês.

Sob essa lógica, o aumento na taxa básica de juros da economia gera um alerta para o mercado de que o Banco Central não vai tolerar que a inflação saia do controle e possa se tornar um problema na economia nacional. Neste sentido, o próprio relatório do COPOM - Conselho de Política Monetária - foi unânime e informou que "na avaliação do Comitê uma estratégia de ajuste mais célere do grau de estímulo tem como benefício reduzir a probabilidade de não cumprimento da meta para a inflação deste ano, assim como manter a ancoragem das expectativas para horizontes mais longos." Nesse 'recado', o Banco Central informa que não vai deixar a inflação sair do controle, o que na prática tem um efeito controverso quando analisamos sob o ponto de vista macroeconômico.

Não se pode confundir a missão e os objetivos do Banco Central com os planos do Ministério da Economia. A independência do Banco Central foi aprovada justamente para que ele possa 'perseguir' o sistema de Metas de Inflação, para defender o poder de compra do Real, independente do que ocorre sob o ponto de vista das políticas públicas de desenvolvimento e crescimento econômico. Entretanto, essa relação não é desconectada, pois se por um lado um aumento da taxa de juros causa uma queda na inflação e incentiva a entrada de dólares, impulsionando a bolsa para cima e a queda da cotação do dólar, por outro o aumento da taxa de juros causa um aumento dos custos de financiamentos enquanto estimula a ida de recursos para o mercado financeiro; ou seja, os juros mais altos significam menos atividades econômicas e mais demora quanto à diminuição do desemprego.

Nesse ponto, e pela própria conjuntura atual, muitas pessoas não conseguem entender: se estamos com uma economia no campo negativo, caminhando para recessão, qual é a lógica aumentarmos os juros? Entendemos que isso irá nos atrapalhar ainda mais. Ora, nesse sentido o Banco Central busca nos tirar de um momento consideravelmente terrível sob o ponto de vista econômico, o da "Staginflação", quando se está ao mesmo tempo estagnado economicamente e com uma inflação crescente, tornando a nação incontrolável sob as óticas financeira e monetária.

Para combater essa possibilidade, o BC já informou que "o Comitê antevê a continuação do processo de normalização parcial do estímulo monetário com outro ajuste da mesma magnitude." Logo, na próxima reunião deveremos elevar as expectativas para uma taxa de 3,5% ao ano, para baixar ainda mais a taxa de inflação, medida pelo IPCA, que hoje já está em 4,5% ao ano, a maior desde 2016.

Ao que hoje estamos assistindo é justamente o resultado da Lei Complementar 179/2021, que livra o Banco Central da ingerência do Governo. Já assistimos durante o governo Dilma a uma influência do Governo Federal junto ao Banco Central para realizar sucessivas quedas na taxa de juros, de maneira irreal, o que na prática deixou o Brasil com uma taxa de inflação acima dos 10% ao ano.

Apesar de existirem efeitos positivos e negativos em razão do aumento dessa taxa de juros, a decisão do BC é correta e segue não apenas os melhores padrões internacionais de governabilidade da autoridade monetária, mas também é considerada benéfica para a população, pois permite, principalmente, aos mais pobres, que o salário seja mantido com poder de compra de bens e serviços, consequentemente garantindo sua sobrevivência em tempos tão complexos de pandemia.

VINICIUS CALLEGARI

A importância do mercado siderúrgico para a economia brasileira

Vinicius Callegari é CCO e Head de Desenvolvimento Comercial da GaussFleet , maior plataforma de gestão de máquinas móveis para mineradoras e siderúrgicas

Não é novidade que o Brasil possui um terreno sólido de riquezas no campo siderúrgico e com forte inserção no mercado internacional, o que fomenta o desenvolvimento econômico brasileiro. Atualmente, as principais atividades que contribuem para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) são a agropecuária, responsável por cerca de 10%; o setor industrial, que representa 25%; e o setor terciário, que engloba comércio e serviços.

Apesar do momento conturbado do país, a indústria siderúrgica tem sido responsável por manter a economia em andamento, contribuir com a geração de empregos, câmbio, investimentos, importação e exportação. De acordo com os dados divulgados pelo Instituto Aço Brasil, a estimativa da produção em 2020 reduziu de 18,8% previsto em abril, para 6,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. Porém, com a retomada da economia, houve uma grande melhora e a demanda do aço já é a mesma de janeiro de 2020 (63%), ou seja, uma capacidade instalada total de 51,5 milhões de toneladas.

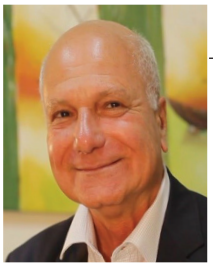
O fato é que o mercado siderúrgico é um importante fornecedor de insumos para diversos outros setores da indústria de transformação, bem como para a construção civil, representada por grandes empresas verticalizadas em diversas fases do processo produtivo. Mas, por se tratar de uma indústria intensiva em capital, necessita ainda de investimentos em ativos que destinados a projetos de maturação, implicam elevado aporte de recursos.

Em contrapartida, essas companhias possuem uma forte inserção internacional, o que nos deixa sempre um passo à frente de outros países. Aqui no Brasil, as siderúrgicas possuem uma logística favorável, sendo que a maior parte das nossas indústrias estão concentradas próximas dos portos de embarque e das minas de minério de ferro, o que oferece acessibilidade na exportação. Além disso, o custo da nossa mão de obra é relativamente baixo, o nosso minério é com alto teor de ferro e possui um menor custo, o que beneficia a cadeia como um todo.

Em paralelo, percebemos que, aos poucos, as indústrias têm cedido às tecnologias e isso tem favorecido, e muito, o setor. É possível encontrar uma gama de soluções inovadoras que auxiliam a ter processos automatizados, ágeis e eficientes, e que ao mesmo tempo beneficiam no gerenciamento e na produtividade interna, aumentando assim a competitividade. Esse investimento, mesmo que de forma tímida, tem sido primordial, porém esse caminho deve ser o meio e não fim, isso porque qualquer tecnologia que provê o seu ROI é vista como potencial de aquisição pela indústria.

A área de logística interna, por exemplo, tem ganhado bastante com esse movimento por meio das soluções IOT+ SaaS (Internet of Things + Software as a Service), conseguindo grandes resultados na coleta e no processamento de informações importantes para a produtividade. E isso tem sido determinante na tomada de decisões, principalmente em tempos de distanciamento social em que a equipe no campo é menor, mas as máquinas não param e continuam trabalhando intensamente.

Mesmo com o câmbio favorável, a burocracia e a complexidade fiscal/tributária fazem com que os produtos brasileiros tenham dificuldades em competir internacionalmente. Mas o que tranquiliza a nossa economia é que um dos principais setores do país já está produzindo como antes, a projeção de crescimento para diminuir a capacidade ociosa continua e já é possível ver novos tempos para a indústria, sobretudo para a exportação e em investimentos em tecnologias 4.0 para que o aumento da produtividade acompanhe a provável retomada econômica.



SÉRGIO ROGÉRIO DE CASTRO

Engenheiro, empreendedor, conselheiro da Escola de Associativismo; Ex-Senador pelo Espírito Santo e ex-Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo.

Um não à fome do covid-19

Custo a aceitar, mas nesta pandemia de Covid-19 muitos brasileiros estão passando e voltaram a sentir fome. O número de pessoas que hoje se encontra nesta situação é chocante e há quem ainda não tenha se atentado para a gravidade do problema. Isso tudo é muito triste. Somos a esperança do mundo para que ninguém na face da Terra passe fome e, ao contrário, estamos vendo muitos irmãos compatriotas famintos por conta da redução dramática das oportunidades de trabalho, do desemprego em massa e da falta de uma postura mais contundente dos Governos.

Fato é que não existe emprego se as empresas, para salvar vidas, não podem trabalhar a plena carga. Para haver emprego é preciso que as empresas estejam funcionando. O número de negócios que fecharam por não poder manter as portas abertas - em função das corretas e necessárias medidas de isolamento social, vale dizer - é muito expressivo. O auxílio emergencial proposto pelo Governo Federal acabou em 31 de dezembro último e só está sendo retomado este mês, com valores reduzidos. Mais de 300 municípios criaram sistemas semelhantes e reforçaram programas de assistência. É preciso destacar que o auxílio emergencial, bem como outras iniciativas de amparo que foram tomadas desde o início da pandemia, foi extremamente relevante. Mas a situação do país continua crítica: estamos atravessando uma conjuntura geradora de fome, de desânimo e, não raro, de desespero. Dar continuidade às ações mitigadoras é fundamental, mas não basta. É fundamental que essas medidas sejam incrementadas, ampliadas e fortalecidas até que a pandemia seja efetivamente controlada por um estágio avançado do plano nacional de imunização. Que seja o mais breve possível!

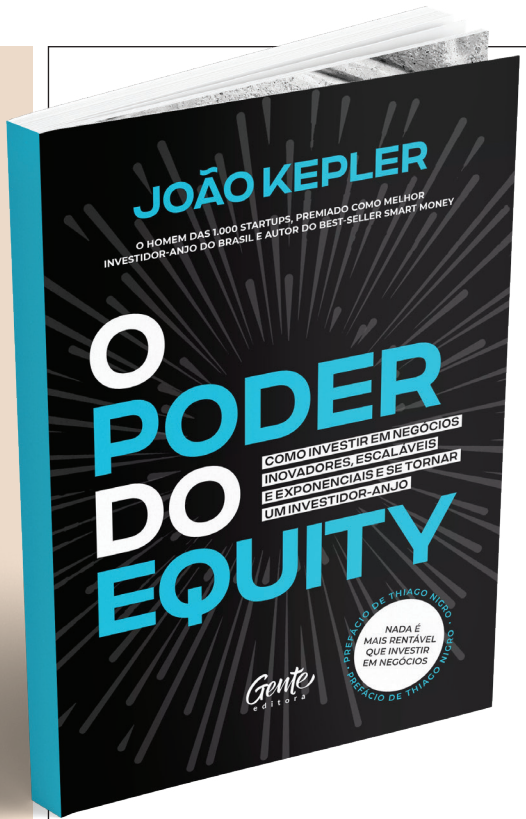
Registros de fome massificada da população brasileira em nossa história recente remontam ao já longínquo ano de 1983, quando o país chegou a presenciar saques a supermercados e congêneres. Naquela época, milhares de pessoas participaram de um movimento de enorme solidariedade na sociedade brasileira.

Voltando a tratar dos dias atuais, trago os seguintes dados: no trimestre móvel terminado em janeiro último, os registros são de que tínhamos 14,3 milhões de desempregados (14,2% da força de trabalho), um dos maiores percentuais do mundo. Ampliando a avaliação, encontramos 32,4 milhões de trabalhadores subutilizados, o que corresponde a impressionantes 29% da população economicamente ativa. Um desastre!

A previsão da safra deste ano indica que produziremos alimentos para todos os brasileiros. O grande problema é que muitas famílias não terão renda para adquiri-los nas quantidades necessárias a uma alimentação minimamente digna. A inflação sobre os alimentos (arroz, feijão, óleo de soja, carnes) tem sofrido muita influência de alta pela grande demanda externa e pela enorme valorização do dólar, o que torna a situação ainda mais complexa.

Diante desse grave quadro, tenho para mim uma certeza: teremos de ser melhores do que fomos em 1983! Só assim conseguiremos combater o aumento da fome deste período crítico. Será necessária uma forte corrente de solidariedade da população brasileira nos seus diversos segmentos através dos governos, políticos, empresas, das associações (trabalhadores empreendedores, trabalhadores empregados, filantrópicas, moradores, clubes de serviço, religiosas, esportivas, culturais, educacionais, etc). Exemplos virtuosos já estão aí. Vejam o caso da iniciativa liderada pela ABRAS Associação Brasileira de Supermercados em parceria com a ONG Ação Cidadania para a distribuição de cestas básicas e também com os doadores de valores maiores, que serão convertidos em cartões de compra de alimentos de R$100,00, a serem distribuídos nas regiões indicadas pelos mesmos por meio de consulta aos cadastros dos municípios. Depoimento de um doador: "se cada um cuidar do seu terreno, a fome acaba". O prazo necessário? De 6 a 12 meses, arrisco uma estimativa que me parece realista.

João Kepler, um dos maiores investidores-anjo do Brasil, lança "O Poder do Equity" pela Editora Gente



Ficha técnica

Título: O Poder do Equity

Subtítulo: Como investir em negócios inovadores, escaláveis e exponenciais e se tornar um investidor-anjo

ISBN: 978-65-5544-101-7

Formato: 16x23

Páginas: 192

Código: 297080

Código de barras: 9786555441017

Edição: 1

Peso: 390 g

Preço de capa: R$49,90

Autor: João Kepler

Gênero: Negócios/Investimentos

A obra, que é está em fase de pré-lançamento, é a "bíblia" para quem busca compreender a nova economia e a lógica por trás dos investimentos em startups. Ao longo da narrativa, o leitor terá a certeza de que só existe um único caminho capaz de transformar essa vontade em resultados palpáveis e reais: a mentalidade equity

Equity é a participação acionária em negócios, mas nem sempre os empresários pensam sobre isso quando vão abrir uma empresa. Pensam em margem, ganhos, trabalhador/hora, lucro, pró-labore e distribuição de dividendos aos sócios. "Nada de errado em relação a isso, mas quase sempre o fazem sem uma estratégia para geração de valor futuro", dispara o autor João Kepler logo na abertura do livro, como forma de provocar o leitor de "O Poder do Equity", da Editora Gente, que está em fase de pré-venda.

Com lançamento marcado para 05 de maio, durante live do autor e participação de Thiago Nigro, que assina o prefácio e também é investidor-anjo, a obra é verdadeiro "catalizador para a mudança de mindset" ao leitor que estiver acostumado com uma mentalidade tradicional sobre investimento. Nos primeiros capítulos, João Kepler explica o quanto é necessário que o empresário, o empreendedor e o investidor tenham pensamento e estratégia visando o longo prazo – o que no livro se trata da mentalidade equity, detalhada ao longo de todo o conteúdo. A ideia de "O poder do equity" é a "riqueza invisível" que existe nos negócios e na Nova Economia e que poucos conseguem entender e aplicar, ou seja, é aproveitar melhor as oportunidades desse novo mercado.

No livro, é possível aprender que investir requer mais do que simplesmente ter o dinheiro para colocar onde se acredita que obterá melhores dividendos. Tem a ver com dedicação, compreensão do mercado e das suas próprias limitações, bem como o peso e as consequências das suas

escolhas. "Não pense que se um investidor se destaca mais do que outros, ele teve 'sorte'. Certamente ele se preparou e, além de entender todo o racional que envolve cada escolha, manteve-se inabalável entre os altos e baixos justamente por entender e praticar a mentalidade equity", defende o autor.

Para se tornar investidor-anjo e fazer parte, de maneira ativa, do ecossistema empreendedor, é preciso, antes de tudo, preparação e conhecimento. E é a isto que os leitores terão acesso ao longo dos capítulos: um compilado de experiências, aprendizados e muitos acertos nesse caminho. "O livro é uma coletânea de experiências adquiridas nos últimos 12 anos fazendo investimento em Startups. Uma ferramenta muito importante para quem deseja ter mentalidade equity. É voltado para quem busca compreender a Nova Economia e a lógica por trás dos investimentos em startups", detalha o autor.

Visionário, João Kepler é fundamental no ecossistema brasileiro de startups e empreendedorismo. Seu papel tem sido essencial no desenvolvimento desse setor não só pela própria atuação enquanto investidor-anjo, mas também por popularizar esse tipo de atividade. Para ele, mudar a atual mentalidade, ou até mesmo definir uma a partir de agora, significa que o leitor passará a adotar um conjunto de manifestações de ordem mental (crenças, maneira de pensar, disciplina, ética e transparência) que caracterizam uma coletividade, uma classe de pessoas que compartilham dos mesmos interesses e foco e acabam, por vezes, adotando uma mesma postura que pode ser facilmente identificada nos vencedores.

"E é essa identificação, esse sentimento de pertencimento, que eu espero que os leitores sintam, a ponto de entender que, a partir de agora, passa a fazer parte do grupo de pessoas que já entenderam o poder da mentalidade equity e estão utilizando todo esse conhecimento a seu favor, no mercado e na vida", conclui o autor.

Como ter mentalidade equity?
Como entender a Nova Economia?
Como investir em negócios escaláveis?
Como se tornar um investidor-anjo?
Como calcular o valuation?
Como diversificar o portfólio de investimentos?
Como calcular e ter retornos acima da média de mercado?
Como mitigar riscos?
Como avaliar startups?
Onde encontrar startups nas quais investir?
Como escolher em que investir?
O que perguntar antes de investir?
Quais são os documentos e os cuidados para se resguardar e começar a investir?
Como fazer gestão de portfólio?
Como funciona a governança de empresas ágeis?

São as respostas para as questões acima, que vão mostrar que é possível começar a investir em startups com pouquíssimo dinheiro. Em suma, a obra é um guia completo elaborado por um dos investidores mais experientes do país, que vai ajudar o leitor a mudar completamente sua forma de investir e ganhar dinheiro. Ingredientes que, certamente, farão com que a obra caia no gosto do brasileiro que sonha em ser mais que um investidor. Investir um negócios inovadores, escaláveis e exponenciais e se tornar um investidor-anjo.

João Kepler é escritor, anjo-investidor, conferencista, apresentador de TV, podcaster e pai de empreendedores. Especialista na relação empreendedor-investidor, foi premiado 4 vezes como o Melhor Anjo-Investidor do Brasil pelo Startup Awards. É CEO da Bossanova Investimentos, que realizou mais de 750 investimentos em startups nos últimos 4 anos. O empresário está conectado com o que há de mais inovador no mundo dos negócios e por isso é conselheiro de várias empresas e entidades. Autor de 7 livros, sendo dois best-sellers: "Smart Money" e "Gestão Ágil".

AGÊNCIA DE PUBLICIDADE NÃO É TUDO IGUAL.

ESCOLHA UMA **AGÊNCIA CERTIFICADA**
COM EQUIPE QUALIFICADA.

Quem tem o **certificado do CENP** está comprometido com a qualificação técnica e ética.
Escolher uma agência certificada é escolher a arte e a técnica aplicada aos investimentos.

É escolher melhores negócios e resultados.
É melhor para os anunciantes.
É melhor para os veículos.

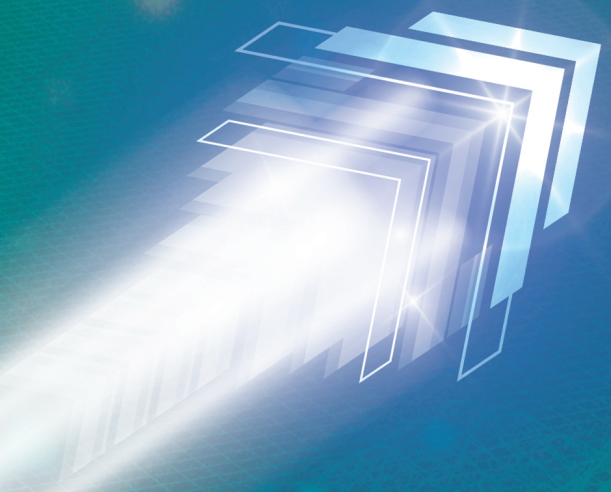
Saiba mais em
www.cenp.com.br

CENP
Conselho Executivo das Normas-Padrão

Fenapro FEDERAÇÃO NACIONAL DAS AGÊNCIAS DE PROPAGANDA
Sinapro SINDICATO DAS AGÊNCIAS DE PROPAGANDA MINAS GERAIS
abap Associação Brasileira de Agências de Publicidade

Empresas que investiram em pesquisa cresceram mesmo durante a pandemia.

Fonte: EXAME



Quaest

(31) 3227-4711 contato@quaest.com.br

Parceiros: FOLHA DE S.PAULO ESTADÃO O GLOBO O TEMPO MERCADO COMUM